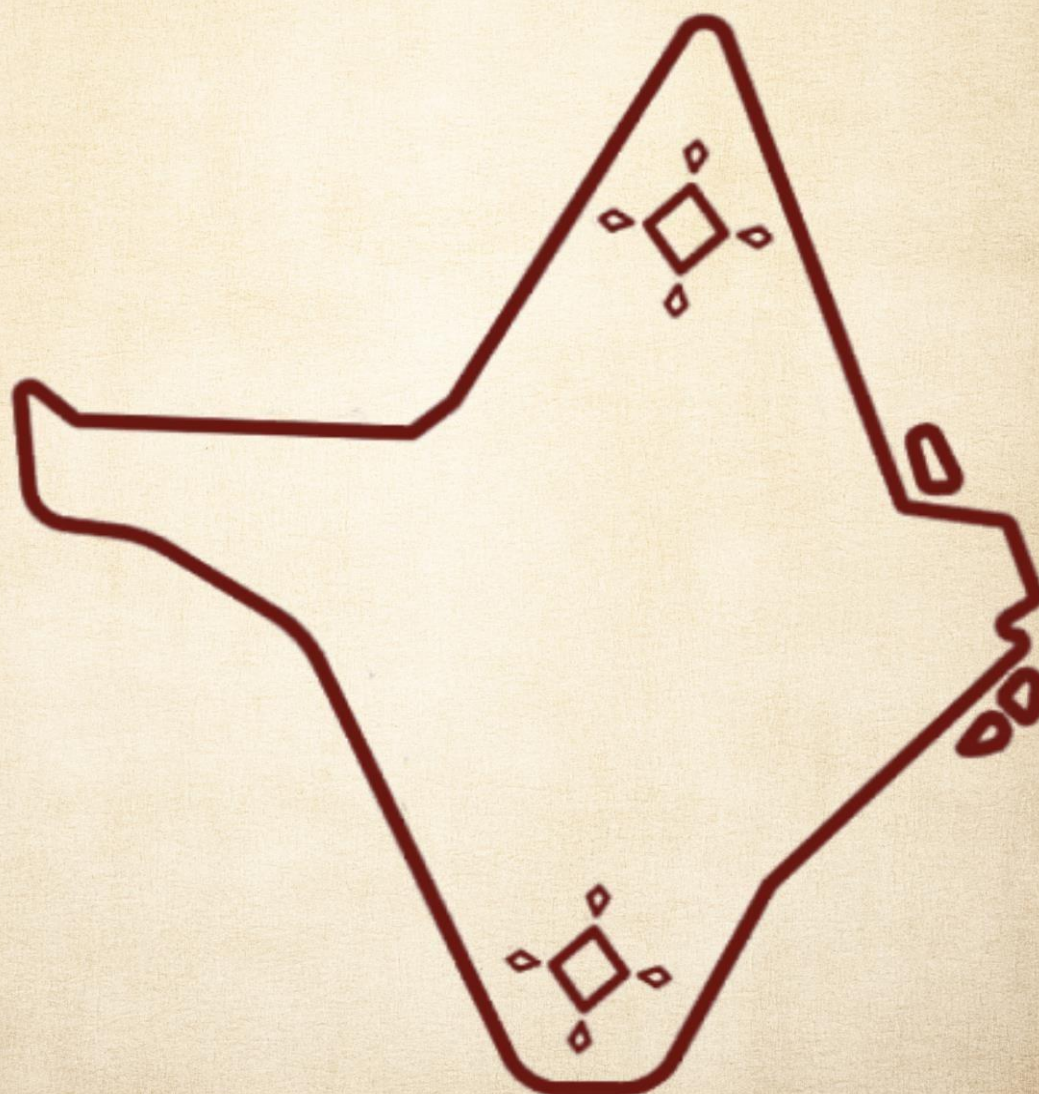


DIOVANI SILVA

HISTÓRIA DO AMAPÁ



DIÁRIO
CULTURAL
DO AMAPÁ



DIOVANI SILVA

**DICIONÁRIO DIDÁTICO DE
HISTÓRIA DO AMAPÁ**

São Luís, 2025



Silva, Diovani Furtado da.

Dicionário didático de história do Amapá / Diovani Furtado da Silva. – São Luís, 2025.

--- f. 183.

Produto Educacional da Tese: “Nas fronteiras do ensino de história: a delimitação e formação da fronteira franco-brasileira em sala de aula”.

Orientação do Prof. Dr. Marcos Vinicius de Freitas Reis.

1. Ensino de história. 2. Fronteira. 3. Sujeitos Históricos. 4. Verbetes Históricos. 5. Dicionário. I. Título.

CDU 030:94(811.6)

APRESENTAÇÃO

O estudo do componente curricular de História na educação básica torna-se cada vez mais importante para ajudar alunos a construir um pensamento crítico e reflexivo sobre os objetos de conhecimentos que nos cercam tanto nas trilhas da História quanto em nosso cotidiano. Com o advento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Referencial Curricular Amapaense (RCA), as competências e habilidades que os alunos precisarão ter em seus processos de formação evidencia a necessidade de uma potencialização dos conhecimentos e da capacidade de interação social e educacional em prol de um ensino-aprendizagem condizente com a realidade e a História que os referidos atores sociais estão inseridos.

Com o objetivo de sintetizar e sistematizar objetos de conhecimentos de História do Amapá, nasceu este Dicionário Didático de História do Amapá, a partir da transposição didática de obras consideradas clássicas, tanto na historiografia amapaense como na amazônica, e de novos estudos que necessitam adentrar às aulas de História em nosso estado para uma melhor compreensão de nosso povo. Dessa maneira, direcionado a professores e alunos do Ensino Fundamental – Anos Finais (6º ao 8º ano) cria-se a expectativa que o livro possa contribuir de forma considerável e satisfatória na produção de um conhecimento que estimule tanto o poder argumentativo quanto o entendimento de temas da vida cotidiana do povo amapaense.

Trazendo uma linguagem clara e concisa, o Dicionário Didático de História do Amapá está dividido em 17 verbetes, cada um com a indicação das habilidades (BNCC ou RCA) a serem desenvolvidas em sala de aula e compostos por imagens, mapas, glossários e, ao final, uma lista de documentos que possibilita ao professor trabalhar com seus alunos leituras para um melhor entendimento das fontes históricas a respeito do Amapá. Ademais, você verá que estudar a História do Amapá é muito mais que decorar datas, nomes de personagens e de ruas que, em boa parte, não fazem sentido ou não são contextualizados.

Assim, esperamos que este dicionário didático favoreça o melhor entendimento de nosso contexto histórico, respeitando sempre o outro e a diversidade em suas distintas formas de manifestação.

Bons Estudos!

Prof. Dr. Diovani Silva

POR DENTRO DO DICIONÁRIO

FASES DE POVOAMENTO



VERBETE

O dicionário está organizado em 17 verbetes, estilo narrativa histórica, que sintetizam a História do Amapá como estratégia pedagógica para trabalhá-la em sala de aula.



(EF06HI-AP01) Identificar as fontes que originaram determinados grupos



CÓDIGO ALFANUMÉRICO

Habilidade do objeto de conhecimento a ser trabalhada em sala de aula, de acordo com a BNCC ou RCA.



IMAGEM

Os verbetes possuem imagens para ajudar na explicação e contextualização das narrativas históricas, com o objetivo de estimular habilidades como observação, descrição e relação.

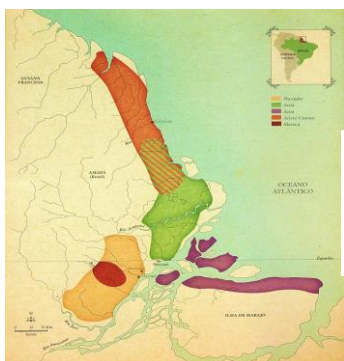
GLOSSÁRIO

Cada verbete tem seu conjunto de glossário, com o significado de termos que ajudam na compreensão e que auxiliam no entendimento da narrativa histórica.



Vestígios

Qualquer marca, sinal de alguém que passou ou de algo que sucedeu.



MAPA

Cada verbete possui mapas voltados a incentivar leituras de outras formas de linguagens e ampliar o conhecimento das singularidades que o objeto de conhecimento pode apresentar.

POR DENTRO DO DICIONÁRIO

TEXTO

Procurou-se fazer as narrativas didáticas a partir de referências especializadas e com conhecimento consolidado no estudo sobre Amazônia e o Amapá. Utilizou-se a fonte Times New Roman, tamanho 12 e espaçamento 1,5 para uma boa leitura.



FASES DE POYOAMENTO



(STROGAS) Identificar as fases que originaram determinado grupo no Amapá.

No início tempo o homem vem instalado para responder duas perguntas: "tempo que não está migrando ou permanecendo?" E outro: "a migração dos povos indígenas para o continente da América? Cabeças como Arqueologia, Antropologia e História trabalham a partir dos vestígios como ossos, ferramentas e cerâmicas datadas pelos grupos em sociedades antigas. As respostas variam para as perguntas: 1 - o homem surgiu no continente africano e depois migrou para várias partes do mundo e 2 - o homem chegou ao continente americano por meio de Tarrat e Noell, 2011).



No Amazônia, o homem passou por várias fases como diversidade demográfica, surgimento de vários grupos com diversidade de dietas e adaptação ao clima tropical - equatorial. Durante a migração cultural europeia, como sociedades que surgiram no continente, ainda mais pelo conteúdo americano, era formado de sociedades, era se aliando aos europeus como estratégia de sobrevivência. Muitos desses grupos indígenas foram destruídos por guerra ou doenças trazidas pelos europeus ao qual não tinha defesa imunológica (Ferreira e Noell, 2011).



No sociedade que existiram no atual Estado do Amapá, entre os povos Tupacuri e Jari, foram encontrados vários vestígios desses povos indígenas que viviam no regime e tinham contato com os primeiros europeus que chegaram no território. Os locais que são encontrados esses vestígios de ação humana são chamados pela arqueologia de sítios arqueológicos que são classificados como

Ilustração: Mariana Moreira - Freepress.com.br, 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Optou-se em colocar as referências após cada verbete, para facilitar uma possível pesquisa aos estudos utilizados nas narrativas históricas didáticas.



Os achados arqueológicos nos ajudam a compreender que a ocupação teria iniciado como a de estepes no dia pelo Brasil do território e que os povos atuais o principal meio de comunicação e transporte com a floresta era através da sobrevivência. Esses vestígios demonstram também a importância da história para essas civilizações, para as representações que foram criadas durante, demonstram que ela trata para dar relação social, econômica e religiosa.

No campo religioso, a análise dos sítios indígenas faziam cerimônias de oferenda e depositavam suas oferendas em seus locais cerimoniais juntamente com os mortos. Os primeiros povos que habitaram a região do Amapá eram muito mais que caçadores-coletores - predadores, de que algumas pescadoras, ceramistas, de agricultores, horticultores, eram os verdadeiros donos da terra que deram origem aos vestígios como herança cultural de um mundo sem o contato com uma complexidade e maior modernidade.

Bibliografia

BARRETO, Cláudia. Nova Geografia do Brasil. **NEOS MISTOCOS DE REPRODUÇÃO SOCIAL**, ano 1 edição de setembro. Instituto de Arqueologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

FERRARI, Paulo Paulo. **NOELL, Francisco Silva. História do Brasil**, 4 ed. 9ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

GRAPINHA, Yara. **MACEDO, Ana Maria da Costa. O Povoamento Arqueológico da Região do Rio Negro (Amapá)**. Bol. Mus. Para. Estado Goiás. São Carlos, Arqueologia, 2011.

HERBÉ, José Paul. 1977. **Contribuição à Arqueologia do Amapá: Fossos Antigos**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, v. 1, 1977, Arqueologia, 13.

NETES FERRE, Eduardo. **Técnicas Pré-Históricas em Fogo com Cimento, no Amapá**: caracterização através de Kofas, 1977. 2015. Dissertação de Mestrado.

PEREIRA, M. T. & SEVERINA. **O Amapá: Fontes, Geografia, Estado e População**. XXI Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia, Campo Grande, Sociedade Brasileira de Arqueologia, 2011.

SALDANHA, João Bosco de Moura. **CABRAL, Mariana Fátima. A longa história indígena no norte-nordeste do Amapá**. Anuário Antropológico, 2013, Brasília, v. 61, n. 124, p. 1-2, 99-114.

SANDER, Nelson. **BRAGA, João Batista P. T. Contribuições da História Geográfica (1989-2017) à arqueologia e arqueologia ambiental**. Bol. Mus. Para. Estado Goiás, 12.

ANEXO DE DOCUMENTOS



DOCUMENTOS

Esta seção traz algumas cópias de documentos para o professor proporcionar atividades de leitura e análise de fontes históricas sobre o Amapá.

SUMÁRIO

FASES DE POVOAMENTO	8
INDÍGENAS NO CONTESTADO	16
NUEVA ANDALUZIA	25
CAPITANIA DO CABO NORTE	32
OS FRANCISCANOS NA TERRA DO CABO NORTE	40
OS JESUÍTAS NAS TERRAS DO CABO NORTE	46
OS PRIMEIROS TRATADOS	53
VILA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ	61
FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ	68
O MARABAIXO E O BATUQUE	75
VILA DE VISTOSA DE MADRE DE DEUS	85
VILA DE MAZAGÃO E A FESTA DE S. TIAGO	90
A TOMADA DE CAIENA	99
A CABANAGEM NA REGIÃO DO AMAPÁ	106
O ACORDO DE NEUTRALIZAÇÃO ENTRE BRASIL E FRANÇA	115
VILA DO ESPÍRITO SANTO DO AMAPÁ	125
O ARBITRARIAMENTO SUÍÇO	132
ANEXO DE DOCUMENTOS	138
REFERÊNCIA DOS ÍCONES DAS HABILIDADES	181

FASES DE POVOAMENTO



(EF06HI-AP01) Identificar as fontes que originaram determinados grupos no Amapá.

Há muito tempo o homem vem estudando para responder duas perguntas instigantes, quais sejam: onde surgiram os primeiros homens? Como foi a migração desses primeiros homens para o continente da América? Ciências como Arqueologia, Antropologia e História trabalham a partir dos vestígios como ossos, utensílios e cerâmicas deixados pelos grupos ou sociedades antigas. As respostas mais aceitas para as perguntas são: 1) o homem surgiu no continente africano e depois migrou para várias partes do mundo; e 2) o homem chegou ao continente americano por meio do Estreito de Bering (Funari; Noelli, 2021).

Vestígios

Qualquer marca, sinal de alguém que passou ou de algo que sucedeu.

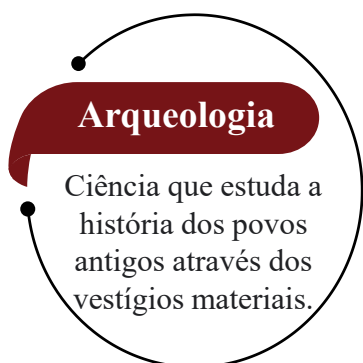
Na Amazônia, o homem passou por vários fenômenos, como densidade demográfica, surgimento de distintos grupos com diversidade de dialetos e adaptação ao clima tropical-equatorial. Durante a invasão colonial europeia, essas sociedades que surgiram se espalharam ainda mais pelo continente americano, ora fugindo da escravidão, ora se aliando aos europeus como estratégia de sobrevivência. Muitos desses grupos indígenas foram dizimados por guerras ou doenças inseridas pelos europeus, para as quais não se tinha defesa imunológica (Funari; Noelli, 2021).



Ilustração Mariana Massarani.
Fonte: CHC (2023).

Na localidade que compreende o atual estado do Amapá, entre os rios Oiapoque e Jari, foram encontrados vários vestígios desses povos indígenas que viviam na região e tiveram contatos com os primeiros europeus que chegaram àquele território. Os locais que onde são encontrados esses vestígios da ação humana são chamados pela Arqueologia de sítios arqueológicos, que são classificados como

sítios-cemitérios: urnas funerárias; sítios-cerimoniais: alinhamento de pedras; e sítios-habitação: peças utilitárias e cacos de cerâmicas (SEBRAE, 2006).

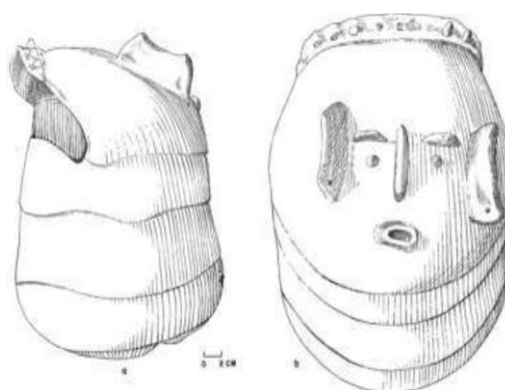


A Arqueologia, ao estudar os vestígios que também são chamados de artefatos, especialmente aqueles encontrados na região do Amapá, começou a investigar os povos originários do território, reconhecendo quatro fases de povoamento ou arqueológica. O termo fase é utilizado para caracterizar um conjunto complexo cultural que correlaciona tempo e espaço. Essas fases são classificadas de acordo com suas características e região onde foram encontrados seus vestígios. São elas:

Aruã, Aristé/Cunani, Mazagão e Maracá (Nunes Filho, 2003).

Esses povos originários, aos quais correspondem às fases de povoamento, têm algumas características em comum, como, por exemplo: sobreviveram até o contato com o europeu, realizam dois tipos de sepultamentos (o primário, que consistia em pôr o morto diretamente na terra, e o secundário, em que os restos mortais eram colocados em urnas funerárias) e eram ceramistas. Os vestígios cerâmicos desses povos originários foram encontrados em grutas, poços artificiais, enterrados ou eram postos sobre a terra. Tais povos indígenas viveram no Amapá e foram dizimados pelos europeus que invadiram suas terras, trazendo doenças a esses povos e provocando guerras justas em seus territórios.

A fase Aruã era composta por caçadores e coletores e representa a mais antiga indicação do processo de ocupação humana na região do Amapá, posto que eles viveram entre os séculos XIII e XVIII. Cabe destacar que vários documentos portugueses e cartas de religiosos fazem referência a povos Aruã. Em seus sítios, foram encontrados assadeiras,



Urna Aruã

Fonte: Barreto (2009).

lâminas de machado polidas e contas de pendent. Em alguns artefatos são encontradas figuras possivelmente relacionadas com suas práticas religiosas (Pardi; Silveira, 2005).

Seus sítios não são grandes, dando o indicativo de grupos pequenos e breve permanência nos locais. Além de caçadores-coletores, praticavam agricultura. Suas

cerâmicas funerárias, em grande medida, são simples, ou seja, sem decorações (Nunes Filho, 2003). Sua localização vai de Macapá até as proximidades do rio Calçoene, e a indicação que esses povos originários migraram para outras regiões principalmente para as chamadas Ilhas do Pará.

Os povos Aristé/Cunani, por sua vez, localizavam-se no extremo norte do Amapá, entre os rios Oiapoque e Araguari. Seus cemitérios eram afastados de suas habitações que

Urna Aristé/ Cunani



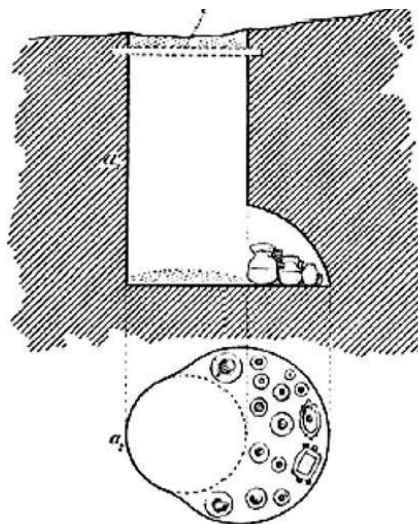
Fonte: SEBRAE (2006).

França por parte do território do Amapá.

De acordo com os estudos do arqueólogo Peter Paul Hilbert (1957), os indígenas referentes a fase Aristé/Cunani construíam suas habitações em palafitas, como os ribeirinhos fazem na atualidade. Algumas das urnas funerárias da referida fase que foram encontradas tinham ossos e, outras, restos de cremação, dando indícios de como aconteciam os sepultamentos secundários: ou depositavam os restos mortais nas urnas ou as cinzas do morto. Em alguns sítios-cemitérios, essas urnas funerárias foram encontradas em poços artificiais parecidos com uma bota, com uma placa de granito tampando (Sanjad; Silva, 2009).

ficavam próximas dos rios e igarapés, havendo indícios de que essa fase forçou a fase Aruã a migrarem para outras localidades. Fato curioso é que a data de ocupação da civilização Aristé/Cunani, que se estabeleceu ao norte da região do Amapá, é a mesma da época da fase Mazagão, no sul do estado, entre os séculos XV e XVI. Outra curiosidade é que o nome da fase de povoamento ou arqueológica é Aristé, porém, comumente é chamada de Cunani em razão de alguns vestígios terem sido encontrados na vila de Cunani por Emílio Goeldi, ainda no século XIX, durante o processo litigioso entre Brasil e

Poço Aristé/ Cunani



Fonte: Sanjad e Silva (2009).

Esses poços também podem ser encontrados nos chamados sítios megalíticos, que são compostos por grandes pedras em posição horizontal formando um complexo cerimonial circular (Saldanha; Cabral, 2014). Esses megalíticos no

Megalíticos de Calçoene



Fonte: Nogueira (2020).

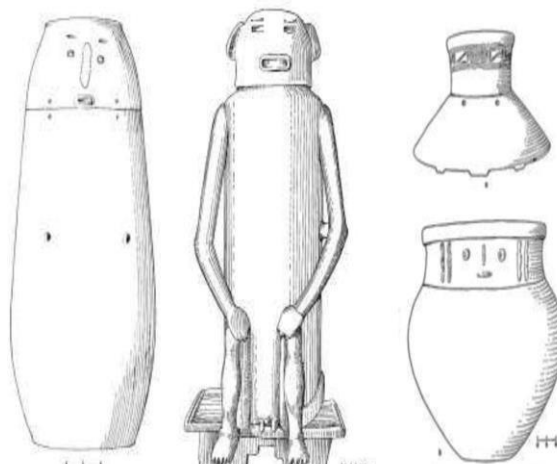
município de Calçoene também são chamados de Stonehenge brasileiro, e os arqueólogos acreditam que, além de sítio funerário, ele é um observatório astronômico, já que aponta para os astros no céu no hemisfério norte e o sol ao meio-dia fica no centro do complexo.

O Rio Araguari é um rio histórico, além de ser o limite do contestado franco-brasileiro, pois também separou também as civilizações

Aristé/Cunani (ao norte) e Mazagão (ao sul), sendo uma barreira fluvial que era acompanhada pela barreira linguística. Tanto a fase Aristé/ Cunani como a Mazagão, de acordo com arqueóloga Betty Merrgs, tinham origem andina (Nunes Filho, 2003). A civilização Mazagão viveu na região do Amapá aproximadamente por volta dos séculos XV e XVI, com a ocupação da região que hoje é o atual município de Mazagão até o Rio Jari.

O percurso migratório deve ter sido o Noroeste amazônico, já que alguns vestígios encontrados na Venezuela e na Colômbia se assemelham com os artefatos da fase Mazagão. Assim, fizeram habitações na região do Rio Vila Nova e mantinham contatos com a civilização Maracá. No sepultamento secundário dessa fase, as urnas funerárias eram enterradas em cavernas e foram encontradas tigelas ao lado das urnas que

Urnas Mazagão



Fonte: Barreto (2009).

têm dois formatos – tubular e globular –

Antropomorfas

Urnas com representações humanas.

classificadas como antropomorfas e zoomorfas. Não se sabe ao certo a data de ocupação dessa civilização, contudo, estima-se que ela ocupou a área entre os séculos XV ao XVII, até o início do XVIII, na região sul do Amapá. É considerada fase intrusa na Mazagão e flutuante por não se enquadrar nas fases cerâmicas que até então são encontradas na Amazônia (Guapindaia; Machado, 1997).

As urnas em forma humana são

Zoomorfas

Urnas com representações de animais.

As urnas zoomorfas possuem características de jabutis, tartarugas e onças, ou seja, de animais quadrúpedes e algumas foram encontradas com esqueletos completos pertencentes a indivíduos do mesmo tipo étnico (Guapindaia; Machado, 1997). Com traços bem definidos, como cabeça, olhos, nariz e sobrancelhas, tem o corpo ovalado, com uma abertura na parte de cima. Algumas possuem tampa. Diante das descobertas, foram encontrados mais dois

apresentando traços antropomorfos. Pouco se sabe sobre essa fase de povoamento (Barreto, 2009).

As urnas da fase Maracá, encontradas nos sítios cemitérios nas proximidades do Rio Maracá (Mazagão), foram localizadas em grutas depositadas diretamente ao solo em exposição e são

Urna Maracá Antropomorfa



Fonte: Museu Nacional (2023).

compostas pela tampa que é a cabeça, o corpo representando membros e até a genitália, além do banco onde a representação humana encontra-se sentada. Algumas urnas têm o banco com representações de animais e outras apenas de um banco comum. Além disso, algumas urnas possuem pinturas e foram encontradas pontas de vidro, indicando o contato com europeus.

Urna Maracá Zoomorfa

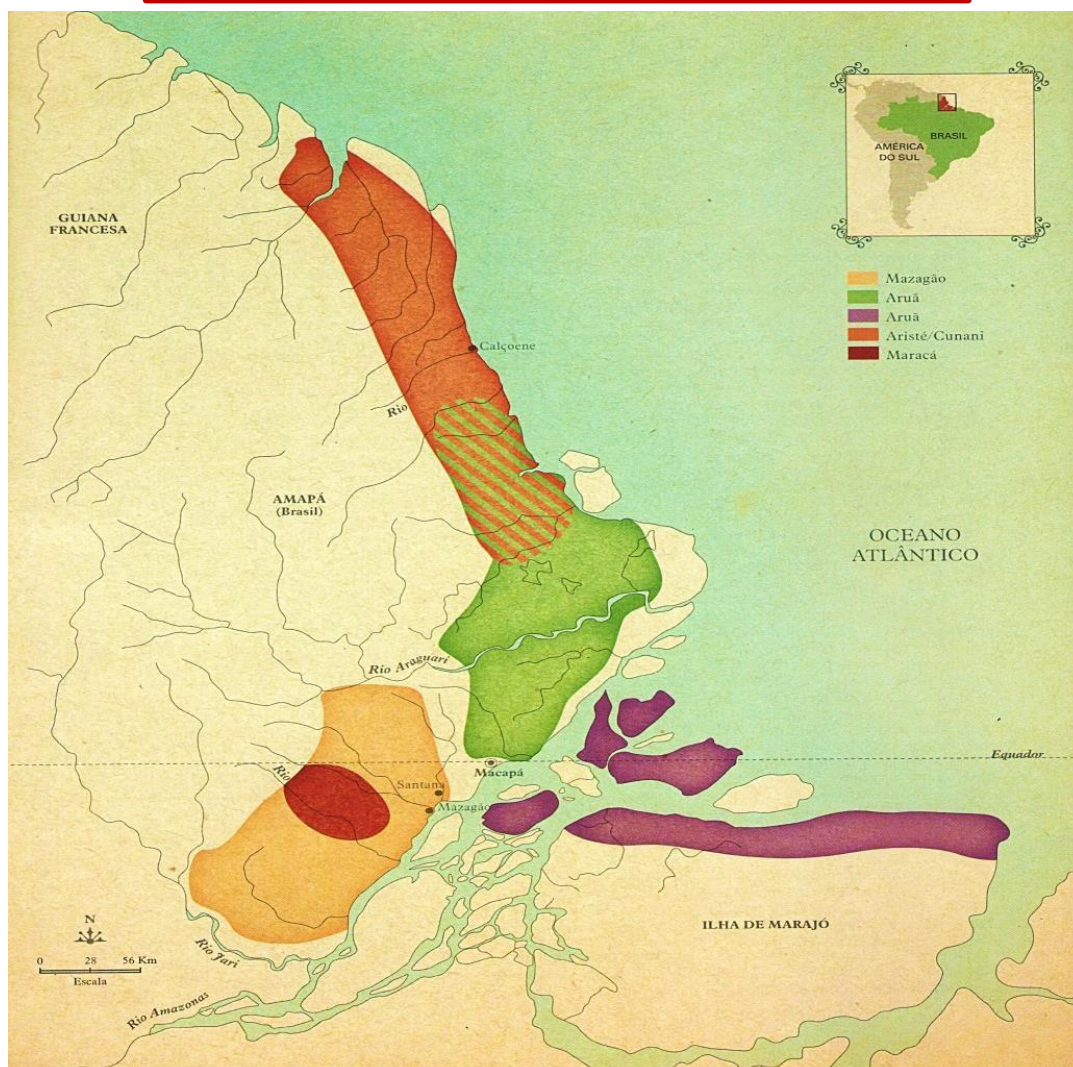


Fonte: Museu Nacional (2023).

tipos de urnas: urnas simples, sem representação alguma (nem de homens e nem de animais) , e urnas denominadas antropozoomorfas, ou seja, urnas com representações de homens e animais.

Através dos vestígios encontrados dessas civilizações que ocuparam a região do Amapá antes e durante a invasão colonial europeia, pode-se perceber alguns traços culturais e sociais. Os modos de sepultamentos, o grafismo nas urnas e as pulseiras encontradas em certas urnas demonstram o respeito e um complexo de significados que eram compartilhados por esses povos originários.

Locais dos Achados Arqueológicos na Região do Amapá



Fonte: SEBRAE (2006).

Os achados arqueológicos nos ajudam a compreender que a ocupação tanto indígena como a de europeus se deu pelo litoral do território e que os rios eram o principal meio de comunicação e, juntamente com a floresta, os meios de sobrevivência. Esses vestígios demonstram também a importância da natureza para essas civilizações, pois as representações que essas civilizações deixaram demonstram que elas faziam parte das relações sociais, econômicas e religiosas.

No campo religioso, há indícios de que esses indígenas faziam cerimônias de oferendas e depositavam tais oferendas em seus sítios-cemitérios, juntamente com os mortos. Os primeiros povos que habitavam a região do Amapá eram muito mais que caçadores-coletores pré-cerâmicos do que coletores-pescadores ceramistas, de agricultores, horticultores. Trata-se dos verdadeiros donos da terra que deixaram seus vestígios como herança cultural de um mundo sem o europeu, com uma complexidade e um valor incalculável.

Referências Bibliográficas

BARRETO, Cristina Nunes Galvão de Barros. **Meios místicos de reprodução social: arte e estilo na cerâmica funerária da Amazônia antiga**. 2009. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CHC. Início. **Ciência Hoje das Crianças**, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://chc.org.br/>. Acesso em: 15 maio 2023.

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. **Pré-História do Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2021.

GUAPINDAIA, Vera; MACAHDO, Ana Lúcia da Costa. O potencial arqueológico da região do Rio Maracá/Igarapé do Lago (AP). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**, Belém, v. 13, n. 1, p. 67-102, 1997.

HILBERT, Peter Paul. Contribuição à Arqueologia do Amapá: Fase Aristé. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**, Belém, n. 1, p. 1-37, 1957.

MUSEU NACIONAL. Imagens. **Museu Nacional**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.museunacional.ufrj.br/>. Acesso em: 3 fev. 2024.

NOGUEIRA, André. Stonehenge brasileiro: o místico sítio Calçoene, no Amapá. **Aventuras na História**, São Paulo, 19 jan. 2020. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-conheca-o-stonehenge-brasileiro-o-mistico-sitio-calcoene-no-amapa.phtml>. Acesso em: 10 nov. 2023.

NUNES FILHO, Edinaldo Pinheiro. **Túmulos pré-históricos em Poço com Câmara, no Amapá**: caracterizadores étnicos. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

PARDI, Maria Lúcia F.; SILVEIRA Odete. Amapá: patrimônio, gestão estadual e pesquisas. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ARQUEOLOGIA, 21., Campo Grande, 2005. **Anais [...]**. Campo Grande: Simpósio Arqueologia Amazônica, 2005. p. 1-34.

SALDANHA, João Darcy de Moura; CABRAL, Mariana Petry. A longa história indígena na costa norte do Amapá. **Anuário Antropológico**, Brasília, DF, v. 39, n. 2, p. 99-114, 2014.

SANJAD, Nelson; SILVA, João Batista P. Três contribuições de Emílio Goeldi (1859-1917) à arqueologia e etnologia amazônica. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**, Belém, v. 4, n. 1, p. 95-133, jan./abr. 2009.

SEBRAE. **O legado das civilizações Maracá e Cunani**: o Amapá revelando sua identidade. Macapá: SEBRAE/AP, 2006.

INDÍGENAS NO CONTESTADO



(EF06HI-AP02) Identificar os espaços ocupados no estado do Amapá, por povos indígenas.

Assim como na Amazônia, a região que compreende hoje o Amapá foi habitada antes e durante o processo de ocupação colonial por uma diversidade de nações indígenas. Nas narrativas históricas, documentos, cartas de viajantes, de missionários, de colonos e cientistas, aparecem variados nomes referentes aos grupos que ocuparam a região, como, por exemplo, Palikur, Galibi, Oyampik, Aruã, Aruaque, Tucuju, Cumaúzes, Mauyé, Itutan, Maraon, Nheengaibo, Realet, Mayez (Arnaud, 1968; Santos, 2013).

Há a possibilidade de alguns desses nomes serem genéricos, ou seja, pelo não entendimento do dialeto indígena, os europeus acabavam dando vários nomes ao mesmo grupo indígena. Essas nações indígenas que viveram na região do Amapá, que na época colonial ficou conhecida como terras do Cabo Norte, pertenciam a três troncos linguísticos que eram: Karib, Aruak e Tupi. A maioria desses povos foi escravizada, catequizada e extinta por guerras ou doenças como gripe, febre, malária e sarampo, a partir do contato com os europeus.

Dialeto

Linguagem própria de determinados grupos étnicos e que existe simultaneamente à outra língua.

Indígena Palikur em 1757



Fonte: Indigenous [...] (s.d.).

Dentre as nações indígenas da região do Amapá no período colonial, podemos destacar os Palikur, Galibi, Aruã, Aruaque e Tucuju. Na época colonial, a princípio, todos era inimigos dos portugueses e mantinham relações comerciais com os chamados invasores (franceses, holandeses e ingleses). Inclusive, os Aruã, Aruaque e Tucujus eram considerados os grupos indígenas mais perigosos pelos portugueses na região do Cabo Norte, ao ponto de a

Coroa Portuguesa tentar aliança com essas nações por meio do não uso da violência (Reis, 1949). A maioria dessas nações, ao fugirem da escravidão, fizeram o processo migratório para a região de fronteira com a Guiana Francesa, mais precisamente para a região entre os rios Oiapoque e Araguari, ou seja, a região contestada pelos franceses.

Fizeram da fronteira setentrional na época colonial, hoje conhecida como fronteira franco-brasileira, além de um refúgio geográfico, um lugar de estratégia, tornando-se um esconderijo social e comercial. Os indígenas, ao tempo que iam migrando para a região entre os rios Oiapoque e Araguari, iam também estabelecendo e fortalecendo o comércio tanto com holandeses, ingleses, franceses e indígenas que ocupavam a Guiana Francesa e o Suriname. A partir desse contato com os chamados não indígenas, conseguiam mercadorias produzidas na Europa e na Índia. Com o contato com povos do outro lado da fronteira, as nações acabaram aprendendo e adotando a língua Kheól (criola) (Gomes, 1999; IEPÉ, 2020), demonstrando que a região de fronteira vai além de separação e demarcação de limite, ou seja, é também um território de interações e trocas culturais.

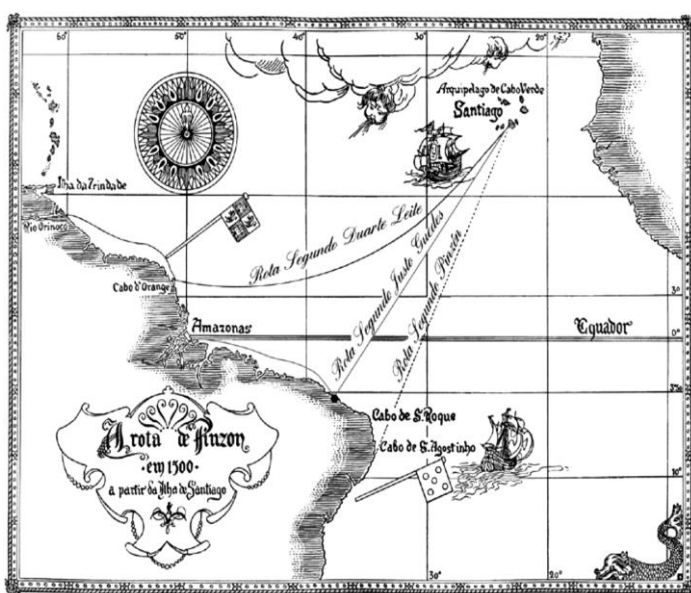
Os primeiros povos a serem descritos pelos europeus, com sua designação que conhecemos na atualidade, foram os Palikur pelo navegador espanhol Vicente Yañez Pinzón, que explorou a costa litorânea da região em 1500. O navegador espanhol entrou em combate

com esses ameríndios, capturando 36 indígenas e denominou a região como Província Paricúria, tanto que, a partir de 1513, a região à margem esquerda do Rio Amazonas já aparecia com esse nome nos mapas (Arnaud, 1968). Segundo o depoimento de Vicente Pinzón, em Sevilha, na Espanha, em 1513, os Palikur se encontravam pelo litoral da foz do Amazonas (na época chamado Rio Maranhón), que ele

Fronteira

Demarcação de um limite entre dois Estados Nacionais. Entendida também como uma zona de troca de relações sociais, comerciais e culturais.

Viagens de Vicente Pinzón



Fonte: Bueno (2019, p. 14).

denominou de Santa Maria De La Mar Dulce, até a ponta do Cabo do Norte (região entre os rios Oiapoque e Araguari).

Já as anotações do cientista e naturalista Henri Coudreau, no século XIX, demonstra um processo migratório, pois os referidos indígenas já estavam para além do Rio Araguari, ocupando espaços próximos aos rios Cassiporé, Curipi, Urucaú, Uaçá e Oiapoque. Além dos portugueses, essa nação indígena tinha como inimigos os Galibi que ocupavam também o Rio Uaçá e vieram migrados da região do Suriname e da Guiana Francesa. Esses Galibi, através do contato e da junção com outros povos, como Karib, Maraon e Aruã, denominaram-se Kali'na (Kalinã). Na atualidade, esse povo indígena é conhecido também pela nomenclatura Galibi do Oiapoque. Contudo, não possuíam (e na atualidade continuam não possuindo) afinidade e se diferenciavam do grupo étnico da localidade de onde alguns de seus ancestrais migraram.

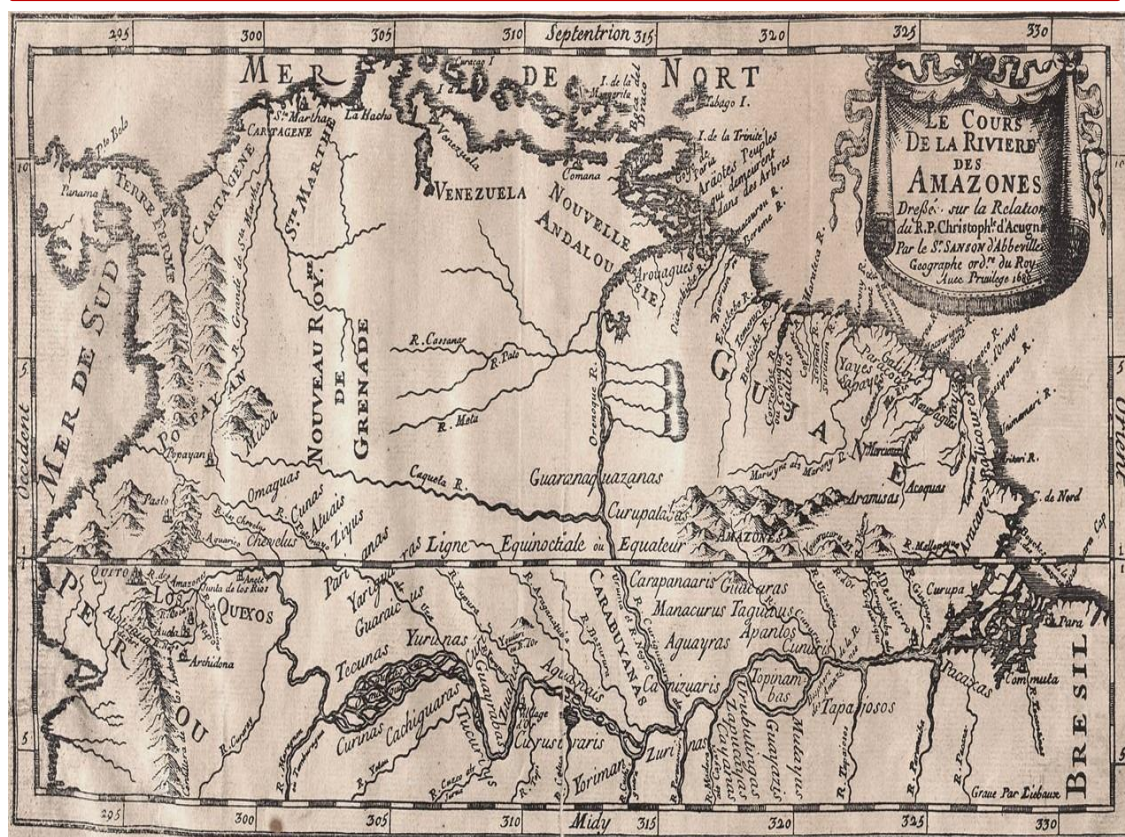
Junção

Miscigenação étnica de povos, que pode ser também chamado de mestiçagem.

É importante ressaltar que a denominação Galibi é um termo genérico que os europeus colocavam em indígenas do tronco linguístico Karib. A partir da fusão de variados grupos indígenas Aruaques com grupos falantes do tupi e da língua Galibi, juntamente com crioulos (negros) da Guiana Francesa, chineses, árabes e europeus, surgiu os Galibi do Uaçá que atualmente são chamados de Marworno e ocupam a região com o mesmo nome no Oiapoque. Os Galibi Marworno (Uaçá) não se identificam e nem reconhecem ter algum parentesco com os Galibi Kalinã.

Nas narrativas indígenas da nação Palikur, consta uma guerra no final do século XVI entre eles e os Galibi, que se estendeu até o século XVII. Algumas narrativas dão conta que os Palikur saíram como vitoriosos e, outras, que houve um cessar fogo por variados motivos, como: o interesse Galibi na garimpagem de pedras preciosas na região tanto da Guiana Francesa como na região do rio Oiapoque; intervenção do governador de Caiena, o marquês De Férroles; epidemias; e a incessante perseguição dos portugueses aos dois povos (Capiberibe, 2007). O interessante que a cerâmica dos Palikur se assemelha muito com as cerâmicas da fase de povoamento/arqueológica Aristé/Cunani, que foram encontradas na região.

Mapa do rio Amazonas do Século XVII que mostra a localização dos Palikur na região do Cabo Norte e dos Galibi na Região da Guiana Francesa



Fonte: Silveira (2024).

Outra nação antiga da região do Cabo Norte é os Maraon, que já ocupavam a região do Rio Oiapoque bem antes dos Palikur e os Galibi. De acordo com os estudos do antropólogo Curt Nimuendajú, eles tinham contato com os Palikur, mesmo que a língua falada desse grupo não fosse a mesma dos demais grupos da região. Já com os Aruã que estavam ocupando a região dos rios Cunani e Flechal, não possuíam qualquer tipo de relação e contato, pois não se consideravam amigos (Capiberibe, 2007).

Os Aruã, Aruaques e Tucujus estavam em constantes conflitos com os portugueses, pois não gostavam do jeito violento dos lusos de tentarem ocupar a região e manter relações comerciais e, principalmente, em escravizá-los. Provavelmente, essas três nações migraram da região das ilhas do marajó, Joanes e da região de Gurupá para as terras do Cabo Norte. Antes dos portugueses se expandirem territorialmente para a região da Amazônia setentrional, os povos indígenas do Cabo Norte já mantinham relações comerciais com franceses, holandeses e

Amazônia Setentrional

Região Norte da Amazônia. Muito Comum referir-se a Região do Cabo Norte (Amapá).

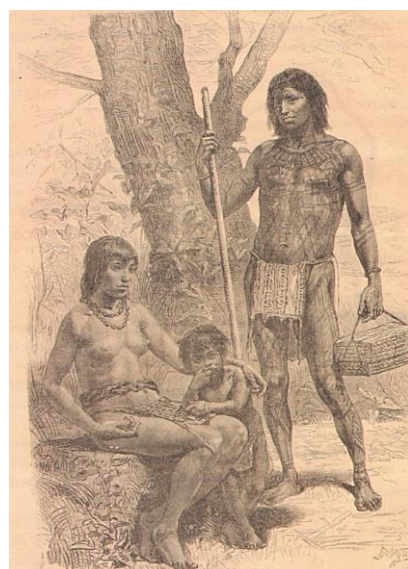
ingleses. Esse processo se deu por meio do escambo, ou seja, os indígenas davam produtos oriundos da floresta amazônica e os europeus lhe davam mercadorias como ponta de vidro, miçangas, espelhos etc.

Esse comércio entre europeus e povos indígenas na região que hoje compreende o Amapá era lucrativo, principalmente para pequenas companhias, por não precisar de tanto investimento e não ter taxas que os estados nacionais aplicavam aos seus súditos. Contudo, o escambo não acontecia somente por trocas de mercadorias, mas também pela troca da força de trabalho do indígena nas construções de feitorias, fortes e nas plantações de tabaco, algodão e urucum e, principalmente, na coleta de madeira da floresta. Nesse contexto, é importante ressaltar que tanto holandeses como ingleses ensinavam sua língua para alguns indígenas na tentativa de facilitar a relação comercial entre eles (Hulsman, 2011).

A primeira relação dos portugueses com indígenas da região do Cabo Norte (Amapá) foi pautada na violência seguida por escravidão para o trabalho compulsório. Porém, nem todos os povos indígenas da região eram inimigos dos portugueses. Os Oyampik, que, de acordo com estudos de Expedito Arnaud (1971), migraram do sul do Amazonas para a região, durante o século XVIII, eram aliados dos portugueses em várias campanhas para escravizar outros povos indígenas, principalmente dos grupos Karib, que realizavam o ritual da antropofagia, sendo conhecidos por “comedores de homens”.

Mais tarde, os Oyampik migraram para e

Família Oyampik



Fonte: Zaghetto (2019, p. 24).

Antropofagia

Rito religioso, realizado após importantes batalhas que consistia em comer o derrotado para adquirir suas habilidades.

região dos rios Araguari, Amapari e Jari, mantinham-se como pescadores, caçadores, coletores e tinham uma agricultura de subsistência, tendo a mandioca e o milho como principais produtos. Essa nação indígena era do tronco linguístico Tupi, possuía uma pintura corporal baseada na tinta de urucum e jenipapo, fabricava cerâmicas e tinha dois tipos de sepultamentos, sendo o morto primeiramente enterrado em covas e, depois de um ano, os

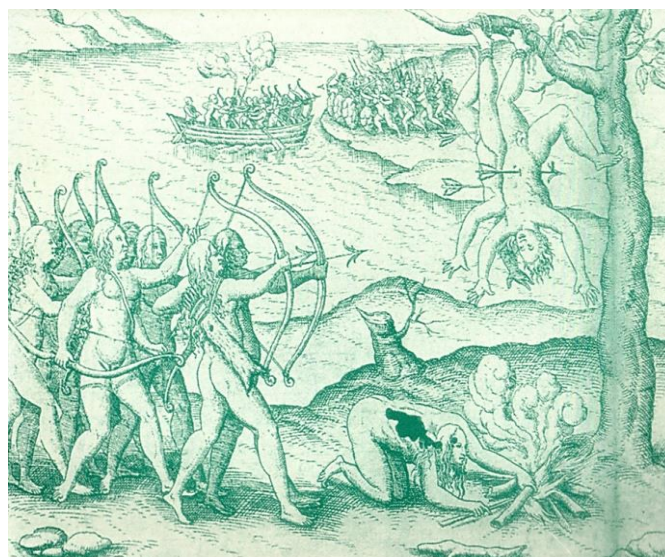
restos mortais eram depositados em vasos de barro, as chamadas urnas funerárias (Arnaud, 1971).

Alguns estudiosos acreditam que os Oyampik são ancestrais dos Waiãpi que vivem atualmente na região dos rios Jari e Amapari e são pertencentes ao tronco linguístico Tupi. Ademais, possuem a arte Kusiwa e pintura corporal Waiãpi. Pintura feita com tinta de urucum e jenipapo que se tornou patrimônio imaterial tanto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2002, como pela Organização das Nações Unidas para a educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2003.

Ainda no século XVII, a Coroa Portuguesa resolveu tentar conquistar a amizade dos indígenas da região por meio de legislações e a conversão a fé cristã por meio dos missionários das ordens religiosas dos franciscanos e dos jesuítas. No entanto, a legislação vigente em relação aos povos indígenas no século XVII era confusa, pois ora podia escravizar os indígenas, ora era proibido, deixando os povos indígenas entre duas escolhas: ou fazia aliança com os portugueses ou viravam cativos deles (Chambouleyron; Melo; Bombardi, 2009). No ano de 1609, Portugal aboliu temporariamente a escravidão indígena e, em 1680, aboliu definitivamente. Contudo, em 1688, permitiu a escravidão por meio dos chamados resgates e das guerras justas.

O resgate, também conhecido como tropas de resgate, consistia na troca de indígenas prisioneiros que já eram escravos ou que iam ser utilizados em cerimônias de antropofagia, por mercadorias como ferramentas, sal, espelhos etc. Esse processo era feito por um capitão, um segundo capitão, um missionário que justificava se o resgate era legítimo ou não, um tesoureiro, soldados portugueses e indígenas aliados. Os nativos “resgatados” teriam que servir como escravos e muitos eram vendidos em praças, tanto em Belém como em São Luís (Dias, 2017). Ao longo do tempo, esse método acabou por se transformar em um grande comércio, ao fato das tropas portuguesas atacarem as nações indígenas sem permissão e coagindo seus líderes a entregarem prisioneiros.

Representação do Ritual da Antropofagia na Amazônia



Fonte: Del Priore e Gomes (2003, p. 2).

As “guerras justas” eram baseadas na defensiva, ou seja, os portugueses

declaravam guerra contra algum povo indígena que tivesse atacado primeiro os colonos e as fazendas, enquanto os sobreviventes eram escravizados (Fausto, 2009). Muitas dessas “guerras justas” foram declaradas aos chamados “índios ou gentios do corso”, que eram os indígenas que lutavam para defender seu povo e suas terras. Contudo, os portugueses os definiam como bárbaros, hostis, amigos dos invasores e que cometiam assaltos e destruição de fazendas e, até mesmo, matavam colonos (Cunha, 2014).

Após a independência do Brasil, a região do Rio Oiapoque continuou importante

Povo Karipuna



Fonte: Gallois e Grupioni (2003, p. 37).

e estratégica para algumas nações indígenas, como, por exemplo, os Karipunas, que durante a Revolta da Cabanagem (1835-1840) migraram para o lado francês da fronteira contestada. Logo em seguida, atravessaram o Rio Oiapoque, estabelecendo-se na região. O povo Karipuna é do tronco linguístico Tupi, contudo, foram se miscigenando com outros povos, como Palikur, Galibi, crioulos, árabes, chineses e

refugiados da Revolta da Cabanagem, no caso dos brasileiros (Arnaud, 1968). Atualmente, os Karipunas continuam na região do baixo e médio Oiapoque, às margens do Rio Curipi, na faixa de fronteira.

Na região do Cabo Norte (hoje o Estado do Amapá), durante os séculos XVII, XVIII e XIX, a fronteira foi se estabelecendo como contestada pelos franceses e uma região lucrativa para ingleses e holandeses. Isso demonstrou a importância de se defender, ocupar o lugar, expulsar nacionais que não fossem súditos da cora portuguesa e fazer alianças com os povos indígenas que se transformaram não apenas em mão de obra, mas também em vassalos do rei português. Nesse particular, a fronteira foi se constituindo em uma região complexa de intensas trocas comerciais e culturais, tendo os povos indígenas no centro da expansão territorial portuguesa.

Referências Bibliográficas

ARNAUD, Expedito. O parentesco entre os índios Galibí do rio Oiapoque. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 33, p. 1-11, abr. 1968.

ARNAUD, Expedito. Os índios da Região do Uaçá (Oiapoque e a Proteção Oficial brasileira). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 40, p.1-41, jul. 1969.

ARNAUD, Expedito. Os índios Oyampik e Emerilon (Rio Oiapoque): referências sobre o passado e o presente. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 47, p. 1-48, fev. 1971.

BUENO, Eduardo. **Náufragos, traficantes e degredados**: as primeiras expedições ao Brasil. São Caetano do Sul: Estação Brasil, 2019.

CAPIBERIBE, Artionka. **Batismo de fogo**: os Palikur e o Cristianismo. São Paulo: Annablume: FAPESP: Nutri, 2007.

CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vaníce S; BOMBARDI, Fernanda Aires. O “estrondo das armas”: violência, guerra e trabalho indígena na Amazônia (séculos XVII e XVIII). **Projeto História**, São Paulo, n. 39, p. 115-137, jul./dez. 2009.

CUNHA, Elba Monique Chagas da. O Diretório dos Índios como projeto de “civilização” portuguesa para os sertões pernambucanos. **Revista Latino-Americana de História**, [s. l.], vol. 3, n. 12, p. 85-116, dez. 2014.

DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Os senhores dos rios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DIAS, Camila Loureiro. O comércio de escravos indígenas na Amazônia visto pelos regimentos de entradas e de tropas de resgate (séculos XVII e XVIII). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 10, n. 1, p. 238-259, jan./jul. 2017.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

GALLOIS, Dominique Tilkin; GRUPIONI, Denise Fajardo. **Povos Indígenas no Amapá e Norte do Pará**: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam? IEPÉ: Manaus, 2003.

GOMES, Flávio dos Santos. Descobertas & Experiências. *In*: GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Nas Terras do Cabo Norte**: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII – XIX). Belém: Editora Universitária da UFPA, 1999. p. 11-16.

HULSMAN, Lodewijk. Swaerooch: o comércio holandês com Índios no Amapá (1600-1615). **Revista Estudos Amazônicos**, Belém, vol. 6, n. 1, p. 178-202, 2011.

IEPÉ. Terras e Povos Indígenas no Amapá e Norte do Pará. **Instituto IEPÉ**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://institutoiepe.org.br/wp-content/uploads/2020/10/MAPA-Povos-Iepe-2020-PORT-WEB.pdf>. Acesso em: 06

nov. 2023.

INDIGENOUS people of the Guyanas, Amapa & Roraima. Akawaio. Palikur 1757 print. **ALAMY.COM**, [s. l.], s.d. Disponível em: <https://www.alamy.com/indigenous-people-of-the-guyanas-amapa-roraima-akawaio-palikur-1757-print-image242613712.html>. Acesso em: 21 nov. 2023.

REIS, Arthur César Ferreira. **Território do Amapá**: perfil histórico. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História da Conquista do Amapá**. Fortaleza: Premius, 2013.

SILVEIRA, Naira. Povos originários. **BNDigital**, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/povosoriginarios>. Acesso em: 05 jan. 2024.

ZAGHETTO, Sonia. **História do Oiapoque**: com o arquivo e as memórias de Rocque Pennafort. Brasília, DF: Senado Federal, 2019.

NUEVA ANDALUZIA

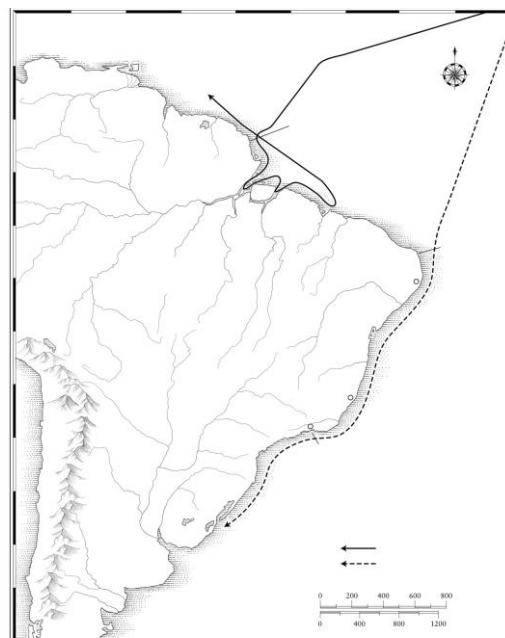


(EF07HI11) Analisar a formação histórico-geográfica do território da América portuguesa por meio de mapas históricos.

Com a assinatura do Tratado de Tordesilhas em 7 de junho de 1494, entre os reis D. João II de Portugal e os chamados reis

católicos Fernando e Isabel da Espanha, deu-se início a expedições de reconhecimento da Região Norte que, em sua maior parte, de acordo com o tratado, pertencia à coroa espanhola, inclusive a região do Amapá. Essas expedições eram motivadas pela procura de ouro e especiarias que, em seu percurso, aliou realidade a mitos. Alguns historiadores indicam que o navegador Duarte Pacheco, em 1498, a serviço da Coroa Portuguesa, teria ultrapassado o limite estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas e navegado pela ilha do Marajó e o litoral da região que hoje compreende o Amapá,

Viagem de Américo Vespúcio em 1499



Fonte: Fernández-Armesto (2010, p. 21).

porém, a expedição ficou em sigilo, pois a região pertencia à Espanha. Já o italiano Américo Vespúcio, a serviço da Espanha em 1499, esteve na região após se separar da expedição chefiada por Afonso de Ojeda, também passando por Macapá, pelas ilhas Caviana e ilha do Marajó (Camilo, 2011; Lopes, 2016; Miceli, 2010; Picanço, 1981; Pinto, 2016).

De acordo com seus relatos na Carta de Sevilha endereçada a Lorenzo Del Medici, seu patrão, e datada em 18 de julho de 1500, Américo Vespúcio caracteriza sua viagem pela zona tórrida e equatorial. Em seus relatos, demonstra surpresa e admiração pelo volume de água doce encontrado em um rio largo e que vinha da parte oeste (atual Rio

Zona Tórrida

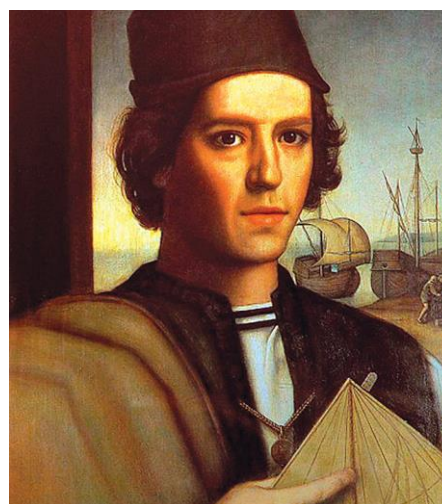
Parte da Terra situada entre os trópicos de Câncer e Capricórnio de clima quente e úmido.

Amazonas), onde ele e seus tripulantes da expedição beberam da água e encheram seus barris. Além do mais, observou que a vegetação era espessa, terra baixa, grande quantidade e diversidade de pássaros e que alguns habitantes da terra, além de andarem nus, eram canibais (Vespúcio, 1500). Após se perder entre as ilhas na região amazônica, Vespúcio conseguiu encontrar a saída e foi em direção à região do Rio Orinoco (atual Venezuela) para encontrar Afonso de Ojeda, que estava em uma expedição de reconhecimento (Fernández-Armesto, 2010).

Outros dois navegadores a serviço da Espanha, que percorreram a região ainda no século XV, foram os espanhóis Vicente Yañez Pinzón e Diego de Lepe, que entraram em conflito com nações indígenas locais. Vicente Pinzón denominou o Rio Maranhón (atual Rio Amazonas) de Santa Maria de La Mar Dulce, sofreu com o fenômeno da pororoca, entrou em choque e escravizou cerca de 36 indígenas, além de levar um grande sariguê (espécie de gambá) da costa litorânea que compreende hoje o Amapá. O navegador recebeu dos reis espanhóis o título de capitão e governador das novas terras desde a ponta de Santa Maria da Consolação (atual Ceará) ao noroeste do Rio Santa Maria De La Mar Dulce (atual Amapá), porém, jamais tomou posse. Para alguns historiadores, além de ser o “descobridor” do Rio Amazonas, Vicente Pinzón é também do Rio Oiapoque, em relação ao qual, durante os séculos XVI e XVII, navegadores espanhóis, ingleses e portugueses incluíram seu nome, denominando de Rio Oiapoque de Vicente Pinzón, que, em muitos documentos e cartas, aparece com a denominação de Rio Vicente Pinzón (Barão do Rio Branco 2008; Santos, 2013; Reis, 1968, Ugarte, 2003).

Pouco meses depois, chega à região Diego de Lepe fazendo praticamente o mesmo trajeto que Vicente Pinzón (Lepe e Pinzón eram primos), mas sendo recebido pelos indígenas a flechada na tentativa de impedir a ancoragem da expedição espanhola. Assim como Pinzón, Diego de Lepe entrou em guerra com os povos indígenas, sofrendo muitas baixas. Ao retornar à Espanha, recebeu autorização para explorar, bem como procurar metais

Vicente Yañez Pinzón



Fonte: Pinto (2016, p. 48).

Bailique

Arquipélago de um conjunto de oito ilhas à 180 quilômetros de Macapá .

preciosos e comercializar através do escambo animais e peixes da região. Regressou à região no ano de 1502, explorando a área do Bailique e do Rio Oiapoque de Vicente Pinzón, levando consigo produtos da floresta e indígenas para servirem de escravos (Santos, 2013; Ugarte, 2003).

Mas a expedição que atravessou pela primeira vez todo o vale amazônico, navegando da nascente do Rio Maranhón (atual Amazonas) até a sua foz, foi a de Francisco Orellana, por volta de 1541-1542. O navegador espanhol, acompanhado de seu cronista, o frei dominicano Gaspar de Carvajal, descreveu uma verdadeira epopeia na Amazônia com relatos de guerra com vários povos indígenas no transcurso do Rio Maranhón. Os espanhóis tinham em seus desejos encontrar no Novo Mundo (América), o El Dourado e o País da Canela, pois a cada expedição de exploração os relatos desses lugares fabulosos reforçavam o imaginário de riqueza fácil (Porro, 1992; Santos, 2013).

Em uma expedição liderada por Gonzalo Pizarro e Francisco Orellana, os espanhóis saíram de Cuzco em direção a Quito à procura do País da Canela, porém, em guerra com os indígenas, a condição da expedição ficou precária, sem mantimentos e o contingente de soldados ia diminuindo. Dessa forma, no Rio Coca, afluente do Napo, Gonzalo e Orellana resolveram dividir a expedição à procura de mantimentos e de canela. Orellana resolveu descer o rio com cerca de 60 homens e com frei Gaspar de Carvajal. Ao encontrar a nascente do Rio Maranhón, resolveu percorrer seu curso (Ribeiro; Moreira Neto, 1992).

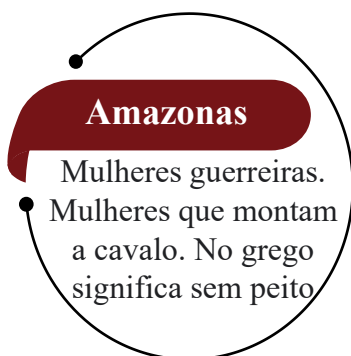
Nesse percurso, Orellana encontrou várias províncias indígenas, como Apariaia, Machiparo, Omágua, Aruaqui, ocasião em que acabou havendo combate com algumas delas, segundo o relato de Carvajal. Em sua narrativa, o frei dominicano observou alguns costumes indígenas do médio para o baixo Amazonas, como a utilização de veneno em suas flechas, a produção de cerâmica na foz do Amazonas, bem como o ritual da antropofagia e a descrição de um combate com uma nação indígena composta somente por mulheres guerreiras, que logo denominou de amazonas (Porro, 1992; Ribeiro; Moreira Neto, 1992).

Francisco Orellana



Fonte: Pinto (2016, p. 48).

As informações apresentadas por Gaspar de Carvajal acabaram ganhando um teor de fábula, tendo em vista o relato do confronto com as amazonas no Novo Mundo (América), no Rio Jamundá, já que elas são uma mitologia grega. Porém, o mito dessas guerreiras foi encontrado em vários povos indígenas dos Andes até o Nordeste brasileiro. No imaginário indígena, as amazonas eram conhecidas por Cunhapuiara (ou Coniupuiara), que significa “grandes senhoras”, e viviam em aldeias numerosas. Essas guerreiras tinham as seguintes



características: escravização de homens de outros povos para gerar filhos, de modo que elas criavam apenas as mulheres, pois, se nascessem homem, a criança era morta ou entregue ao pai; algumas amputavam um lado dos seios para melhor manejar o arco com as flechas, sendo conhecidas através de um interrogatório feito por Francisco Orellana a um indígena, uma vez que o espanhol aprendeu alguns

dialeto aos redores do Rio Coca e conseguiu manter o contato (Mott, 1992; Ugarte, 2003).

Após passar praticamente os anos de 1541 e 1542 navegando pelo Rio Maranhón (atual Amazonas), Francisco Orellana enfim chega à foz desse rio e encontra o oceano navegando até as ilhas de Cabágua e Santo Domingo, e depois regressando à Espanha. Em maio de 1543, na cidade de Valladolid, o navegador se apresenta ao rei espanhol Carlos V e descreve sua expedição no vale amazônico, já que Gonzalo Pizarro havia denunciado Orellana à corte espanhola por desobediência e traição. Mas, ao ser absolvido das acusações, o rei resolve fazer a primeira concessão da região em 13 de fevereiro de 1544, denominando-a de Nueva Andaluzia e nomeando Francisco Orellana como Adelantado da localidade (Ribeiro; Moreira Neto, 1992; Ugarte, 2003; Santos, 2013).

O navegador agora tinha a permissão real para explorar a região por dez anos, no entanto, a autorização para regressar saiu um ano depois e, em maio de 1545, saiu da Espanha rumo à Nueva Andaluzia com a intenção de tomar posse e encontrar ouro e especiarias. Dessa maneira, Francisco Orellana não conseguiu ter sucesso em seu regresso à região que, agora, tinha o nome de Nueva Andaluzia. Destaca-se que ele sofreu com epidemias, naufrágios, não encontrou metais preciosos e nem os lugares por onde ele passou na primeira expedição, entre os anos de 1541 e 1542, dando o indício de que ele se perdeu na foz do rio das Amazonas. Segundo relatos de seus tripulantes sobreviventes, Orellana contraiu malária à procura de sobreviventes de sua expedição de posse e morreu em novembro de 1546, possivelmente na região entre rios Matapi e Araguari (Santos, 2013; Ugarte, 2003).

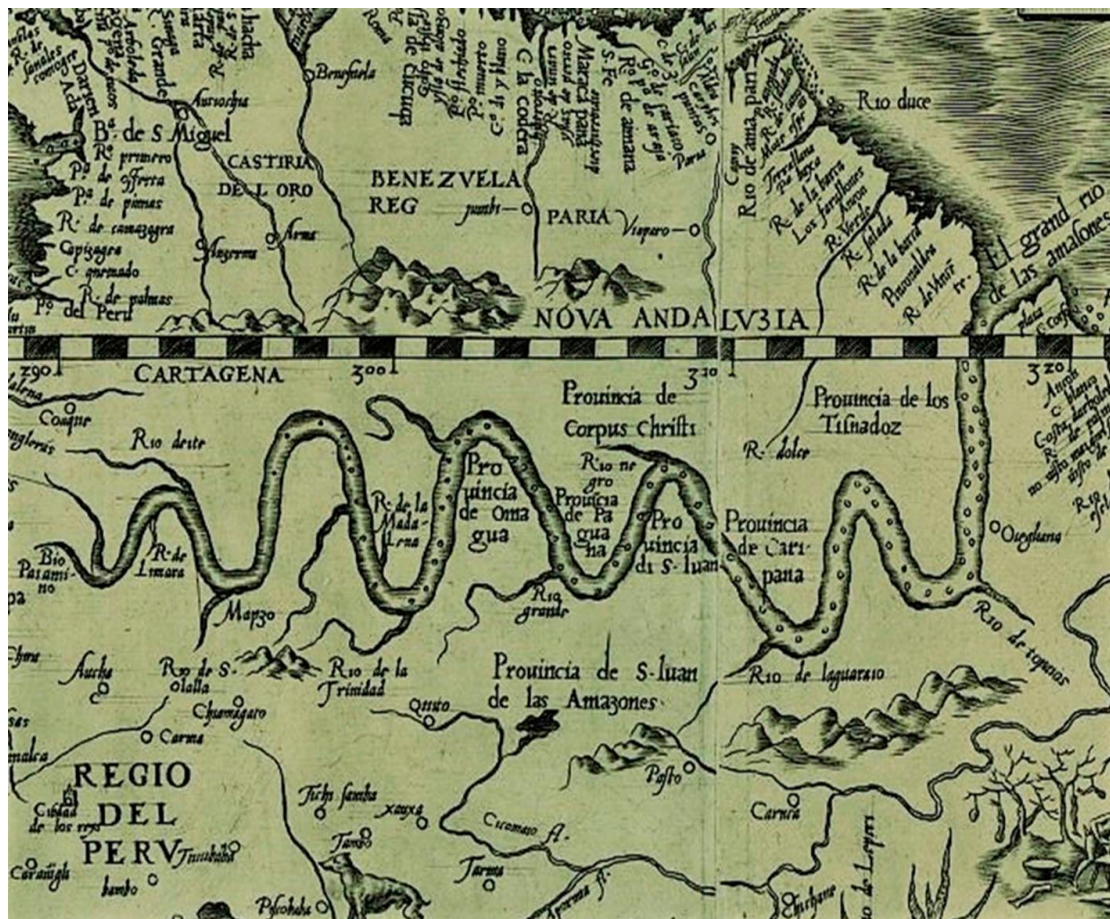
Francisco Orellana falhou em tomar posse da Nueva Andaluzia, que, aliás, não

se sabe ao certo quais eram suas fronteiras e extensão, acreditando-se haver correspondência ao vale amazônico (hoje estados do Amazonas, Pará e Amapá). Contudo, com seus relatos, a região amazônica passou a fazer parte do imaginário europeu através da mitologia e de um universo cheio de elementos incríveis e fantásticos. Após a morte de Orellana, a região ficou abandonada, só tendo atenção dos espanhóis após relatos de indígenas do povo Tupinambá, que chegaram a Quito e relataram ao comandante Pedro de Ursua que nas terras do povo Omágua existia muito ouro (Souza, 1994)

Omágua

Província de indígenas descrito por Gaspar de Carvajal. Os espanhóis acreditavam ser o El Dourado.

Mapa de Nueva Andaluzia de acordo com os relatos de Francisco Orellna. De Diego Gutiérrez e Hieronymus Cock (1562).



Fonte: Cabrero (2020, p. 257).

Monta-se uma expedição denominada de “Jornada Omágua e Dorada” em setembro de 1560, chefiada primeiramente por Pedro de Ursua e tendo como segundo comandante Lope de Aguirre. O objetivo era encontrar o El Dourado nas terras de Nueva



Andaluzia, na Província dos Omáguas, que, de acordo com os relatos e mapas do século XVI, ficava ao lado direito do rio das Amazonas. Contudo, como na expedição de Orellana, a de Ursua e Aguirre também sofreu com epidemias, falta de alimentos e guerras com os povos indígenas, levando a uma insurreição de alguns integrantes liderados por Aguirre (Souza, 1994; Ugarte, 2003).

Assim, a expedição tem um fim trágico, virando uma verdadeira carnificina a golpes de espada. Lope de Aguirre mata na virada de Ano Novo de 1561 seu comandante Pedro de Ursua e assume o controle com a ideia de tomar o vice-reino do Peru e se tornar rei. Porém, ao sair da foz do rio das Amzonas, o agora nomeado general Lope de Aguirre passa por Margarita e Borburata, matando e fazendo saques até ser interceptado por navios espanhóis. Antes de ser morto por soldados espanhóis, Aguirre tira a vida de sua própria filha, demonstrando o caos que a expedição para encontrar o El Dourado e tomar posse da Nueva Andaluzia tinha se tornado (Souza, 1994; Ugarte, 2003).

Apesar das tragédias que acompanharam as expedições do fim do século XV e durante o século XVI, os relatos e informações sobre a região de Nueva Andaluzia (vale amazônico) fizeram a incorporação dela não só no imaginário de espanhóis, como também de holandeses, ingleses, irlandeses e portugueses. Mas, diante de toda a dificuldade encontrada pela coroa espanhola em tomar posse, explorar e montar uma base colonial, a região ficou esquecida pelas autoridades, até que, no século XVII, começa uma série de invasões e se tem o início da chamada União Ibérica (1580-1640).

Referências Bibliográficas

BARÃO DO RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos. **Questões de Limites**: Guiana Francesa. Brasília, DF: Senado Federal, 2008.

CABRERO, Ferran. Omaguas, primer contacto. Una cultura amazónica elusiva y el misterio de la Aparia menor. **Mundo Amazónico**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 255-275, 2020.

CAMILO, Janaína V. Pinto. Em busca do país das Amazonas. *In*: AMARAL, Alexandre *et al.* (org.). **Do lado de cá**: fragmentos de história do Amapá. Belém: Açai, 2011. p. 10-24.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. **Américo**: o homem que deu seu nome ao continente.

Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LOPES, Rafael de Figueiredo. Impressões amazônicas: a relação comunicacional do imaginário romantizado com fragmentos da realidade. **Textos e Debates**, Boa Vista, n. 30, p. 95-108, jul./dez. 2016.

MICELI, Paulo. Prefácio da Quarta Edição. *In*: SILVA, Joaquim Caetano. **O Oiapoque e o Amazonas**: uma questão brasileira e francesa. Campinas: IFCH – UNICAMP, 2010. p. 7-10.

MOTT, Luiz. As Amazonas: um mito e algumas hipóteses. *In*: VAINFAS, Ronaldo (org.). **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. p. 34-61.

PICANÇO, Estácio Vidal. **Informações Sobre a História do Amapá**: 1500 – 1900. Macapá: Imprensa Oficial, 1981.

PINTO, Manoel de Jesus de Souza. **Conhecendo o Amapá**. 1. ed. Belém: Cultural Brasil, 2016.

PORRO, Antônio. **As crônicas do Rio Amazonas**: notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Record, 1968.

RIBEIRO, Darcy; MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **A fundação do Brasil**: testemunhos, 1500 – 1700. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História da Conquista do Amapá**. Fortaleza: Premius, 2013.

SOUZA, Márcio. **Breve história da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

UGARTE, Auxiliomar Silva. Margens místicas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI. *In*: DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Os senhores dos rios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 3-315.

VESPÚCIO, Américo. **Novo Mundo**: as cartas que batizaram a América. Introdução e notas de Eduardo Bueno. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

CAPITANIA DO CABO NORTE



(EF07HI-AP01) Identificar a ocupação portuguesa na Amazônia, especialmente na área do atual Amapá.

Após algumas tentativas frustradas de tomar posse da região amazônica por parte da coroa espanhola no século XVI, o território torna-se alvo de invasões por nações que não participaram do Tratado de Tordesilhas de 1494, utilizando-se da prática de pirataria para conseguir terras no Novo Mundo (América). O rei francês Francisco I, em 1540, declarou que somente a ocupação gerava o direito de posse e não apenas atravessar um território, indicando, ainda, que gostaria de ver no testamento de Adão a divisão do mundo, pois o sol brilhava para todos e não exclusivamente para alguns (Mousnier, 1957).

Pirataria

Na época das grandes navegações, eram ataques a navios para roubar as cargas.

O interesse de outras nações pela região de Nueva Andaluzia (vale amazônico) crescia cada vez mais no final do século XV, principalmente com o desinteresse espanhol, tanto que em 1546 o navegador Luís de Melo da Silva, a serviço da Coroa Portuguesa, explorou o rio das Amazonas, chegando a encontrar sobreviventes da segunda expedição de Francisco Orellana. Em 1553, o rei Dom João III de Portugal fez uma concessão da região

Sir Walter Raleigh



Fonte: Google (2024).

para Luís de Melo da Silva, que chegou à região para tomar posse, porém, em 11 de novembro de 1554, acabou falecendo na região do Pará (Barão do Rio Branco, 2008; Reis, 1949; Sarney; Costa, 1999).

Outro fator que fez o interesse dos europeus pela Amazônia aumentar foi os relatos de um corsário inglês chamado sir Walter Raleigh, que fazia uma expedição ao Orinoco no ano de 1595, não explorando, entretanto, o rio das Amazonas. Raleigh divulgou na Europa que tinha encontrado o Império das Guianas, que se localizava entre os rios Orinoco e das Amazonas, e que foi fundado pelo filho mais novo do inca Waima Cápac, após derrota para os espanhóis. A capital do império era denominada de Mamoá, que o

corsário inglês considerava a cidade mais rica do mundo, pois todos os objetos que se serviam eram de ouro ou de prata, levando novamente à crença do mito do El Dourado no Novo Mundo (América).

Além do mito do El Dourado que Raleigh denominou de Império das Guianas, o corsário inglês traz novamente o relato da existência das guerreiras amazonas, de seres com boca e olhos entre os peitos e antropofagia dos indígenas da região. Contudo, o inglês advertiu que a Inglaterra, tendo como monarca a rainha Elisabeth I, não deveria impor sua cultura aos povos indígenas da América e, sim, fazer amizade e oferecer aliança militar contra espanhóis e portugueses (Camilo, 2011; Ugarte, 2003).

Seres com Olhos e Boca entre os Peitos de Acordo com os Relatos de Sir Walter Raleigh



Fonte: Camilo (2011, p. 40).

É importante lembrar que, no período de 1580 a 1640, a Espanha administrou Portugal e suas colônias, época conhecida como União Ibérica. Foi exatamente nesse tempo que a região do vale amazônico começa a sofrer as chamadas “invasões estrangeiras”, pois a

Fortificação

Estrutura militar construída para defesa e intimidar um possível atacante.

coroa espanhola estava mais preocupada com o ouro no México e no Perú do que defender a região que teve dificuldades em tomar posse e explorar seus recursos. Assim, começa a formação de uma rede de fortificações na região entre os rios Oiapoque e Amazonas com intuito de defender plantações de tabaco, açúcar e armazenar as especiarias amazônicas comercializadas com os indígenas da região

através do escambo, bem como madeira, gomas, óleos etc. (Reis, 1949).

Em relação aos invasores, os franceses foram os primeiros a fazerem concessão da região amazônica e, em 1605, o rei da França Henrique IV doa as terras amazônicas e a ilha de Trindade a Daniel De La Touche, sieur de La Ravardière, que, no entanto, não toma posse das ditas terras. Aconselhado por seus amigos que tinham notícias da região, Daniel de La Touche enfim resolve montar um empreendimento colonial e mercantil, mas, ao norte da região do Maranhão, constrói o Forte de Saint-Louis (São Luís) e funda a cidade de São Luís, em 1612, no reinado da regente Maria de Medici. Assim, do Maranhão, passando pela

Amazônia até a Guiana, a região foi intitulada pelos franceses de França Equinocial, contudo, em 1615 os portugueses reintegram a região a suas terras e expulsaram os invasores que se fixaram na região da Guiana (Hollanda, 2004; Lacroix, 2004; Reis, 1949, 1968).

Já os holandeses foram os primeiros a montarem feitorias na região, ou seja, um entreposto comercial fortificado que tinha como objetivo, além de comercializar e armazenar produtos extraídos da floresta, servir como ponto de fixação para uma possível ocupação do território. Conhecidos como batavos, os holandeses construíram sua primeira fortificação no Rio Jari em 1610, além de feitorias pelas regiões do Macapá, Rio Araguari e no Cassiporé, com uma característica em comum: a amizade e troca cultural com os povos indígenas da localidade. No caso, os holandeses aprendiam os dialetos indígenas ao mesmo tempo em que ensinavam seu idioma aos povos originários, a fim de facilitar o contato comercial com os naturais da terra (Hulsman, 2011; Reis, 1968; Santos, 2013).

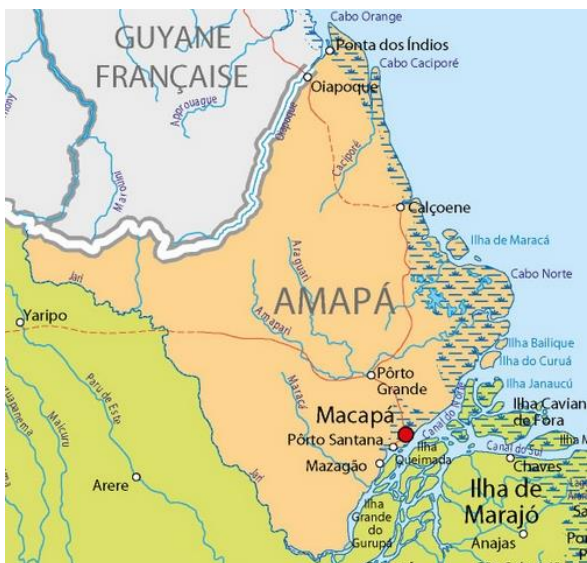
Já os ingleses, impulsionados pelos relatos de sir Walter Raleigh, começaram suas expedições ainda no final do século XVI, reconhecendo os rios Oiapoque e Amazonas e preparando suas bases mercantis e coloniais. A primeira fortificação inglesa que se tem registros foi construída em 1612 e denominada de Forte do Torrego I, em frente à Ilha de Santana, que tinha plantação de tabaco e cana. Os ingleses viram na região entre aqueles rios uma oportunidade de expansão territorial na América e de ganhos mercantis, tanto que no século XVII houve duas cartas patentes de concessão para explorar a localidade, dadas pelo rei Jaime I da Inglaterra; uma em 28 de agosto de 1613 a Roberto Harcourt, sir Thomas Challener e John Revenson, e a outra em 5 de setembro de 1619 ao capitão Roger North, irmão do Lorde de North (Reis, 1949, 1968; Santos, 2013; Sarney; Costa, 1999).

Esses empreendimentos, tanto ingleses como holandeses, além de terem ajuda dos irlandeses, não agiam de forma independente, mas sempre ligados aos seu governo, como, por exemplo, a West-Indische Compagnie (Companhia das Índias Ocidentais), que sempre auxiliava os holandeses, a monarquia inglesa e seus súditos. Com várias expedições à região, ela ficou conhecida como Terras do Cabo Norte em referência ao acidente geográfico Cabo

Feitoria

Armazéns fortificados que serviam para defesa, atividades mercantis e escambo com os indígenas.

Identificação do Cabo do Norte e do Cabo Orange



Fonte: Estados [...] (s.d.).

Presépio que originou a cidade de Belém na margem direita do rio das Amazonas, com o intuito de defender a região dos franceses. Porém, com as expedições pelo litoral das Terras do Cabo Norte, os portugueses começaram a observar as feitorias de holandeses e ingleses, começaram a expulsá-los e reportaram à coroa da união ibérica. Diante do quadro de invasão na região, o rei Filipe IV da Espanha e III de Portugal tomou duas medidas: 1º) criou em 13 de junho de 1621 o estado do Maranhão, que constituía o próprio Maranhão, Piauí, Grão-Pará (hoje Pará e Amapá) e Rio Negro (hoje Amazonas), e era independente do Estado do Brasil; e 2º) incumbiu no dia 4 de novembro de 1621 aos portugueses a tarefa de proteger a região amazônica dos invasores (Cruz, 1973; Reis, 1949).

Dessa forma, alguns capitães (sertanistas) portugueses se destacaram pela coragem e empenho em destruir as feitorias batavo-britânicas e expulsar os invasores das Terras do Cabo Norte, como: Bento Maciel Parente, Luís Aranha de Vasconcelos, Pedro Teixeira, Pedro da Costa Favela, Jácome Raimundo da Costa, Feliciano Coelho, Pedro Baião e Sebastião Lucena de Azevedo. Esses

do Norte, que a maioria dos navegadores utilizou para se orientar geograficamente em relação ao ponto de entrada do Rio Araguari e do Rio Oiapoque, já que alguns europeus confundiam o cabo orange com o cabo do norte. Outro fator interessante sobre essas fortificações batavo-britânicas é que elas mantinham comunicações e ajudavam umas as outras, principalmente quando alguma sofria ataques dos portugueses (Reis, 1949, 1968; Santos, 2013).

No ano de 1616, Francisco Caldeira de Castelo Branco ergue o Forte do

Divisão Entre os Estados do Maranhão e Brasil no Século XVII

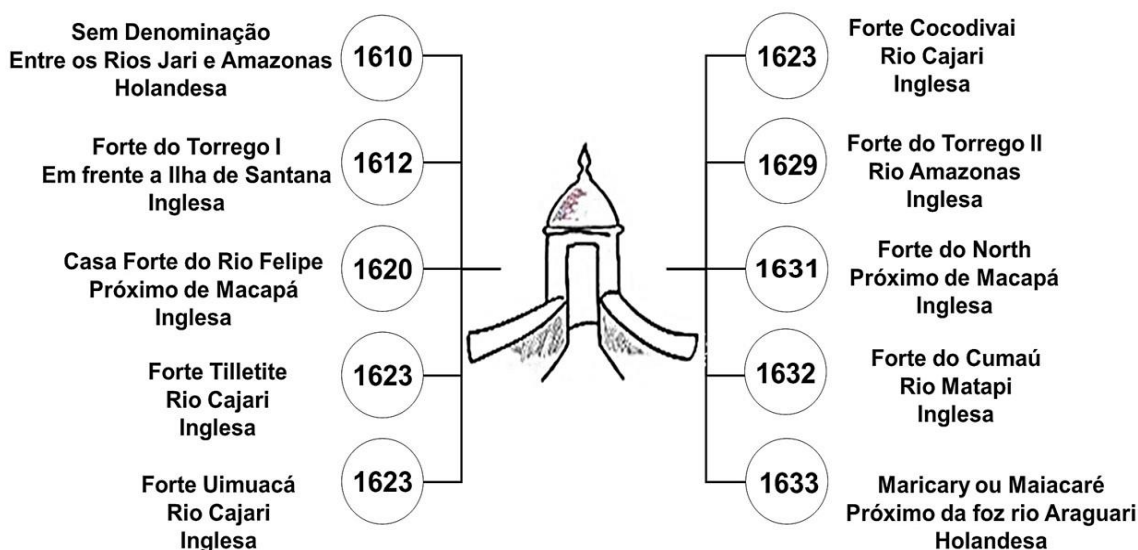


Fonte: A Época [...] (2021).

comandantes, liderando exércitos compostos por mestiços e indígenas flecheiros, espalharam-se do Rio Paru até as cabeceiras do Rio Oiapoque tentando evitar que outras nações ocupassem a região e, principalmente, chegassem até o rio das Amazonas.

Em 1623, Bento Maciel Parente, Luís Aranha Vasconcelos e Pedro Teixeira atacaram fortificações inglesas e holandesas do Rio Jari a Macapá, localidade conhecida como ilhado dos Tucujus. No ano de 1629, Pedro Teixeira e Pedro da Costa Favela voltaram à região da ilha dos Tucujus para destruir o Forte do Torrego, onde tinham ingleses e irlandeses. Em 1631, Pedro da Costa Favela e Jácome Raimundo apoderam-se do Forte do North em Macapá. No ano de 1632, Feliciano Coelho, Pedro Baião e Ayres Chichorro destruíram o Forte do Cumaú na região do Macapá (hoje Igarapé da Fortaleza em Santana), onde os ingleses, financiados pelo lorde de Buckingham e liderados por Roger Fry, tentavam firmar um empreendimento mercantil em um ponto estratégico (Cruz, 1973, Reis, 1949, 1968; Santos, 2013; Viana, 1905).

Fortificações Batavo-Britânicas na Região do Cabo Norte na Primeira Metade do Século XVII



Fonte: Silva (2025, p. 58).

As expedições para expulsar e destruir os redutos de invasores na região foram comandadas pelo capitão-mor do estado do Maranhão Bento Maciel Parente, que administrou o estado até a posse do governador-geral Antonio de Albuquerque, em setembro de 1626. O governador do Maranhão deu a Bento Maciel Parente a missão de construir um memorial com os resultados das campanhas de defesa da região amazônica e apresentá-lo ao rei Filipe IV da Espanha e III de Portugal. A apresentação ocorreu em 1627, na cidade de Madri, na

Espanha, onde Bento Maciel Parente propôs ao rei a criação de novas capitânias, inclusive a do Cabo Norte, para uma melhor defesa e ocupação da localidade.

Capitania

Divisão territorial e administrativa autônoma ou estatal, no objetivo de efetiva ocupação da região.

De volta ao estado do Maranhão, o comandante foi para Pernambuco lutar contra os holandeses, campanha que teve como premiação em 1634 terras em condição de sesmaria e, em 1636, o título de fidalgo com uma mesada de dois mil réis. O problema, então, passou a ser os franceses, pois em 27 de junho de 1633 o cardeal Richelieu criou a Compagnie du Cap Nord (Companhia do Cabo Norte) com limites referentes à Guiana, colocando em alerta os portugueses para uma possível invasão a região das Terras do Cabo Norte.

Contudo, apenas em 14 de junho de 1637 o rei Filipe IV da Espanha e III de Portugal cria a Capitania do Cabo Norte e doa a Bento Maciel Parente, sendo que no dia 27 do mesmo mês e ano ele é nomeado a governador do estado do Maranhão (Reis, 1949, 1968; Santos, 2013).

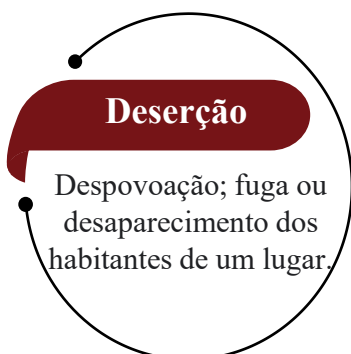
Na carta de doação da capitania, há alguns pontos importantes a se destacar, como: 1º) limite ao norte o Rio Oiapoque ou Vicente Pinzón e ao sul o Rio Paru; 2º) todos os herdeiros deveriam ser Maciel Parente; 3º) havia uma hierarquia de herdeiros, primeiros os filhos de sexo masculino. Não havendo, herdava os filhos de sexo feminino. Também não havendo, herdavam os filhos bastardos, obedecendo à ordem de masculino e feminino; 4º) se houvesse pau-brasil na região, essa madeira era exclusivamente do rei e de seus sucessores, e ninguém poderia vender. A carta de doação ainda declarava que o donatário se chamariam capitão-geral e governador do Cabo Norte. O restante dos privilégios, encargos e deveres são iguais aos das capitânias hereditárias criadas pelo rei Dom João III de Portugal no século XVI na colônia do Brasil (Silva, 2010).

Limites da Capitania do Cabo Norte criada em 1637



Fonte: Santos (2013, p. 89).

Bento Maciel Parente chegou a tomar posse da capitania no ano de 1639, visitando alguns povoados. Nesse momento, tentou transferir colonos de Gurupá para o vale do Jari, mas a população se recusou por motivos de más condições da região. Em 1640, mandou assentar 12 famílias com 60 soldados na região do Macapá, mas houve deserção e o



contingente de colonos foi parar nas Antilhas Espanholas. Na luta contra os holandeses no Nordeste, o donatário acabou sendo preso e morreu a caminho da cidade de Recife, com 75 anos de idade, deixando a capitania para seu filho mais velho, Bento Maciel Parente Junior, que era soldado e sertanista também (Reis, 1949, 1968; Santos, 2013).

Assim como o pai, Bento Maciel Parente Junior não consegue o povoamento e nenhum processo de empresa colonial, morrendo sem deixar herdeiros. Seu irmão Vital Maciel Parente assumiu a capitania também sem realizar alguma benfeitoria na região e, após sua morte ainda no século XVII, no ano de 1686, o rei Dom João IV anexa a Capitania do Cabo Norte ao estado do Maranhão e Grão-Pará, criado em 1654, como bem da Coroa Portuguesa e não mais como capitania autônoma. Ainda sob administração de Vital Maciel Parente, o governo português já intervia na capitania, principalmente no que diz respeito à defesa, mandando construir fortificações como a do Forte do Araguari, em 1660, que a pororoca destruiu. Destaca-se, ainda, a evangelização dos povos indígenas da localidade que eram considerados inimigos dos portugueses.

O século XVII na região do Cabo Norte (hoje o Amapá) foi marcado pelas invasões que acabaram impulsionando o processo de expansão territorial para a região e o conhecimento de vários acidentes geográficos, como os cabos do norte e orange, rios como Oiapoque, Araguari, Jari, Matapi etc. Mesmo a capitania com seus donatários falhando no processo de povoamento, elas tiveram o papel importante de delimitar oficialmente as fronteiras entre as possessões luso-hispânica e francesas no extremo norte. Ao ser incorporada ao estado do Maranhão e Grão-Pará, a mando da Coroa Portuguesa, os jesuítas se juntam aos franciscanos para a evangelização dos povos indígenas da região em uma tentativa de se fazer amizade e utilizá-los como mão de obra para o avanço da empresa colonial nas Terras do cabo Norte, afastando-os da amizade que tinham com os franceses.

Referências Bibliográficas

A ÉPOCA em que o Ceará não era parte do “Brasil”. **OPOVO+**, Fortaleza, 17 jan. 2021.

Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/etc/2021/01/17/dia-do-ceara.html>. Acesso em: 15 ago. 2024.

BARÃO DO RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos. **Questões de Limites**: Guiana Francesa. Brasília, DF: Senado Federal, 2008.

CAMILO, Janaína V. Pinto. Em busca do país das Amazonas. *In*: AMARAL, Alexandre *et al.* (org.). **Do lado de cá**: fragmentos de história do Amapá. Belém: Açai, 2011. p. 10-24.

CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Belém: EdUFPA, 1973. v. 1.

ESTADOS Brasileiros: Amapá. **Portal Brasil.net**, [s. l.], s.d. Disponível em: https://www.portalbrasil.net/estados_ap.htm. Acesso em: 15 ago. 2024.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Os Franceses no Maranhão. *In*: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a. t. 1, p. 204-234.

HULSMAN, Lodewijk. Swaerooch: o comércio holandês com Índios no Amapá (1600-1615). **Revista Estudos Amazônicos**, Belém, vol. 6, n. 1, p. 178-202, 2011.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A Fundação Francesa de São Luís e seus Mitos**. São Luís: UEMA, 2004.

MOUSNIER, Roland. **História geral das Civilizações** São Paulo: Difel, 1957. 2 v.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Território do Amapá**: perfil histórico. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça Internacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Record, 1968.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História da Conquista do Amapá**. Fortaleza: Premius, 2013.

SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá**: a terra onde o Brasil começa. Brasília, DF: Senado Federal, 1999.

SILVA, Diovani Furtado da. **Nas fronteiras do ensino de História**: a delimitação e formação da fronteira franco-brasileira em sala de aula. 2025. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2025.

SILVA, Joaquim Caetano. **O Oiapoque e o Amazonas**: uma questão brasileira e francesa. Campinas: IFCH – UNICAMP, 2010.

UGARTE, Auxiliomar Silva. Margens místicas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI. *In*: DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Os senhores dos rios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 3-315.

VIANA, Arthur. As fortificações da Amazônia. *In*: **Annaes da Bibliotheca e Archivo Público**. [S. l.: s.n.], 1905. t. 1.

OS FRANCISCANOS NAS TERRAS DO CABO NORTE



(EF07HI-AP01) Identificar a ocupação portuguesa na Amazônia, especialmente na área do atual Amapá.

A expansão portuguesa para o vale amazônico deu seu primeiro passo com o processo de expulsão dos invasores (holandeses, ingleses e irlandeses), a construção de alguns núcleos de povoamento e de algumas fortificações. Mas era preciso ter os indígenas da região como aliados, principalmente os povos das Terras do Cabo Norte que, em sua maior parte, principalmente os povos Aruãs, Aruaques e Tucujus, não gostavam dos portugueses e os tinham como inimigos. Nesse sentido, a coroa ibérica entendeu que não era necessário somente conquistar o território e demarcar o espaço através das fortificações, mas também importava a conquista dos povos indígenas.

Essa necessidade por parte das coroas ibéricas (Espanha e Portugal) de fazer amizade com os povos indígenas e evitar o contato deles com os invasores se deu pela razão de eles serem de religião protestante, denominados de hereges pelos portugueses, os quais, na região, eram um perigo não somente para a expansão territorial como também para os propósitos do catolicismo no Novo Mundo (América), pois eles poderiam converter os indígenas e os próprios colonos ao protestantismo, além, é claro, de se apossarem do território, dificultando a mercantilização da região por parte de Portugal. Nesse processo, é importante saber que os europeus assimilaram os povos indígenas em seu imaginário como selvagens e antropófagos, povos sem lei, sem fé e sem rei, que necessitavam de ajuda para se enquadrar na sociedade civilizada ocidental (Novaes, 1999; Reis, 1942, 1940a).

Herege

A pessoa que contradiz os dogmas concebidos pela Igreja Católica.

Porém, o primeiro meio de contato dos portugueses com os povos indígenas do Cabo Norte (hoje o Amapá) foi pautado pela violência, seja para forçá-los ao trabalho compulsório ou até mesmo para a formação de alianças contra os invasores. Dessa forma, os europeus incorporaram suas concepções mercantilistas e religiosas para o enquadramento do indígena no tripé da formação das fronteiras norte, que são: conquista territorial, conquista econômica e conquista espiritual. Contudo, os portugueses encontraram dificuldades na

captura dos naturais da terra que circulavam não apenas pelo litoral do Cabo Norte, mas também para além do Rio Oiapoque, ou seja, no território francês (Chambouleyron; Melo; Bombardi, 2009; Novaes, 1999; Reis, 1949).

Um dos objetivos da conquista espiritual e pacificação dos indígenas era exatamente de utilizá-los como mão de obra nas fazendas, na mineração e, principalmente, na coleta das “drogas do sertão”, que tinham alto valor econômico na Europa. As “drogas do sertão” eram especiarias encontradas na Amazônia, como salsa, pimenta, cravo, canela, urucum, guaraná, anil, gergelim, castanha, raízes aromáticas, entre outras. Nas fazendas reais ou nas dos missionários criou-se uma espécie de campesinato indígena, que, no primeiro momento da conquista tanto territorial como espiritual, servia para o consumo dos pequenos povoados e aldeamentos mantidos pelos religiosos. Contudo, a ideia era dinamizar esse processo para atender às necessidades da Coroa Portuguesa (Novaes, 1999; Raminelli, 1996).

Campeinato

Forma de organização da agricultura e do trabalho em grupos familiares ou em comunidades.

As “drogas do sertão” eram especiarias encontradas na Amazônia, como salsa, pimenta, cravo, canela, urucum, guaraná, anil, gergelim, castanha, raízes aromáticas, entre outras. Nas fazendas reais ou nas dos missionários criou-se uma espécie de campesinato indígena, que, no primeiro momento da conquista tanto territorial como espiritual, servia para o consumo dos pequenos povoados e aldeamentos mantidos

pelos religiosos. Contudo, a ideia era dinamizar esse processo para atender às necessidades da Coroa Portuguesa (Novaes, 1999; Raminelli, 1996).

Com isso, ainda no século XVII começa o empreendimento da conquista espiritual dos povos originários através da catequização realizada pelas ordens religiosas, as quais foram criadas para conter o avanço do protestantismo. No Cabo Norte, a primeira ordem religiosa a fazer a catequização dos indígenas foi a os franciscanos que se subdividiam em três províncias: Província de Santo Antônio (atuou nas Terras do Cabo Norte), Província da Piedade e Província da Imaculada Conceição, que eram conhecidos como frades da Conceição da Beira e Minho. Saindo de Belém e atravessando o rio das Amazonas, os Capuchos de Santo Antônio começaram a montar seus empreendimentos no vale do Jari para a catequização dos Aruãs, Aruaques e os Tucujus que não simpatizavam com os portugueses pelo modo violento de agir, gerando relações conflituosa entre eles (Chambouleyron; Melo; Bombardi, 2009; Matos, 2021; Reis, 1940b).

Selo da Província de Santo Antônio



Fonte: Amorim (2005, p. 196).

Mesmo após a expulsão de holandeses, ingleses e irlandeses, os indígenas se espalhavam pelo litoral do Cabo Norte e mantinham relações comerciais com os franceses; amizade essa que era um risco à soberania da região e sobre a qual os franciscanos de Santo

Antônio começaram a intervir, tentando ganhar cada vez mais amizade dos povos indígenas. Os religiosos intensificaram os descimentos de forma pacífica para núcleos na ilha do Marajó, afastando o indígena dos franceses e convertendo-os à fé cristã de acordo com os princípios da religião católica. Assim, os franciscanos cooperavam tanto para consolidação dos domínios portugueses no extremo norte como facilitavam a mão de obra para os projetos mercantilistas (Amorim, 2005; Reis, 1940b; 1949).

Em uma carta ao rei de Portugal Dom Pedro II, o frei José de Santa Maria Presidente das Missões de Santo Antônio relata que franceses estavam adentrando na região pelo Rio Oiapoque até o Jari para negociar “drogas do sertão”, com destaque para o comércio era o urucum e a pimenta. O frei relata que acompanhou a retomada da Fortaleza de Santo



Antônio (ou Forte do Cumáú) na região do Macapá e que mandou para lá indígenas Aruãs que se rebelaram contra os portugueses, ajudando os franceses para a região do Maranhão. A cada campanha militar na região do Cabo Norte durante o século XVII e início do XVIII, os franciscanos se fizeram presentes em muitas ocasiões, arregimentando e catequizando os indígenas. No horror da

guerra, esses povos acabavam aceitando a catequese como forma de sobrevivência e fuga da escravidão (Amorim, 2005, Nascimento, 2021; Reis, 1940a).

Os franceses demonstravam ter uma visão diferente dos portugueses em relação ao indígena, pois, para eles, os nativos da terra eram ingênuos e os portugueses eram gananciosos que se aproveitavam dessa ingenuidade para escravizá-los (porém, os franceses também escravizaram indígenas da região do Cabo Norte). O certo é que, nesse processo de destribalização, o papel dos franciscanos em arregimentar os indígenas era crucial, assim como das outras ordens religiosas pelo vale amazônico, pois sem o indígena não haveria fortificações, povoados, plantações e especiarias amazônicas. O indígena era a força motriz para a mercantilização da região e expansão territorial, porém, acabaram sendo introduzidos na cultura europeia, seja pela violência física, seja pela violência cultural (Novaes, 1999; Raminelli, 1996).

Os franciscanos tinham cerca de 14 missões entre a ilha do Marajó (10 missões) e o Cabo Norte (4 missões) e definiam as do Cabo Norte como as mais “doentias”, pois chegaram a falecer nove frades até o fim do século XVII na região. Os trabalhos desses religiosos iam além da religiosidade, haja vista que, quando necessitavam, os freis da ordem trabalhavam como médicos para tentar sanar problemas de saúde de que sofriam os soldados

e colonos da localidade. Outro fator de destaque na evangelização dos franciscanos na região é a troca cultural, pois, além de ensinarem uma profissão (carpintaria, agricultura etc.) aos indígenas, os capuchos estavam aprendendo os dialetos e escrevendo tanto sobre a língua dos povos como suas participações em conflitos armados contra os hereges invasores na região amazônica (holandeses, ingleses e irlandeses) (Amorim, 2005; Reis, 1942).

Em seu processo de ocupação, as Terras do Cabo Norte demonstraram ser uma

Campo de Atuação das Ordens Religiosas no Vale Amazônico nos Séculos XVII e XVIII



Fonte: Pio e Torres (2020).

zona de interação comercial, religiosa e cultural, sobretudo a partir do momento em que os portugueses reconhecem que o nativo da terra era necessário para a delimitação da fronteira. Porém, mesmo com trocas culturais, a violência era parte do dia a dia de religiosos, indígenas, soldados e colonos na região, como, por exemplo, o ataque à tribo dos Anibás em setembro de 1654, quando cerca de 70 soldados e aproximadamente 400 indígenas – a maioria Aruaques, que eram inimigos dos Anibás – incendiaram e mataram seus inimigos ancestrais. Essa tática portuguesa de jogar dois grupos inimigos contra si foi muito utilizada nos conflitos, ou seja, com os invasores ou com grupos indígenas que resistiam tanto à escravidão como à catequização (Chambouleyron; Melo; Bombardi, 2009; Reis, 1949; Santos, 2013).

Frei Franciscano em Oração



Fonte: Franciscano [...] (2024).

Ao passo em que os portugueses iam defendendo a região, os frades franciscanos iam pacificando alguns povos indígenas, montando os primeiros povoados, denunciando a entrada e estabelecimentos de franceses na região e fazendo parte das expedições guarda-costa pelo litoral. Apesar dos trabalhos dos franciscanos serem elogiados pela Coroa Portuguesa, dois fatores ocorreram para que a ordem aos poucos se retirasse do Cabo Norte. O primeiro foi a provisão de repartimento de 1º de abril de 1680, que dividia o território entre as ordens dos franciscanos e a companhia de Jesus (jesuítas). Essa divisão gerou rivalidade e conflitos de interesses entre as duas ordens religiosas, ao ponto de os franciscanos denunciarem os jesuítas à Coroa Portuguesa por serem complacentes com as invasões francesas na região.

O segundo foi o Tratado Provisional de 1700 que neutralizou a região, oficializando o litígio pelas terras que hoje são o Amapá e que proibia a utilização dos indígenas na e da região. Além do mais, apesar de os jesuítas continuarem na localidade, os franciscanos foram abandonando seus postos aos poucos. Embora se tenha poucos documentos sobre a ação dos franciscanos na região do Cabo Norte, eles contribuíram para o processo de formação da fronteira em suas trocas culturais e comerciais com os indígenas e na delimitação dos limites, de modo que seus postos e participação nas fortificações iam avançando pela costa do Cabo Norte (Amorim, 2005; Provisão [...], s.d.; Reis, 1940a; 1949, Santos 2013).

Referências Bibliográficas

AMORIM, Maria Adelina. **Os Franciscanos no Maranhão e Grão-Pará: missão e cultura na primeira metade de seiscentos**. Lisboa: CLEPUL, 2005.

CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vaníce S; BOMBARDI, Fernanda Aires. O “estrongo das armas”: violência, guerra e trabalho indígena na Amazônia (séculos XVII e XVIII). **Projeto História**, São Paulo, n. 39, p. 115-137, jul./dez. 2009.

FRANCISCANO em Oração. **Getty Images**, [s. l.], s.d. Disponível em: <https://www.gettyimages.com.br/search/2/image?mediatype=illustration&phrase=images+f+franciscan>. Acesso em: 21 ago. 2024.

MATOS, Frederik Luiz de. Fortalezas e missões: os capuchos de Piedade em espaços de fronteira na Amazônia (primeira metade do século XVIII). **Outros Tempos**, [s. l.], vol. 18,

n. 32, p. 41-61, 2021.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. **Entre matas, rios e igarapés: a história colonial do Amapá**. Rio Branco: Nepan, 2021.

NOVAES, Adauto. **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PIO, A.; TORRES, V. **História: 8º ano ensino fundamental**. Manaus: Centro de Mídias de Educação do Amazonas, 2020. Disponível em: <https://centrodemidias.am.gov.br/storage/dmdocuments/18F8HIS003P1.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2021.

PROVISÃO de 1 de abril de 1680. **Transcrições de Fontes**, [s. l.], s.d. Disponível em: transfontes.blogspot.com/2010/02/provisao-de-1-de-abril-de-1680.html. Acesso em: 28 fev. 2023.

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

REIS, Arthur Cézár Ferreira. **A política de Portugal no vale amazônico**. Belém: Revista Novidade, 1940a.

REIS, Arthur Cézár Ferreira. **Franciscanos de Santo Antônio na Conquista da Amazônia**. Comunicação ao I Congresso Luso-Brasileiro de História: Belém do Pará, 1940b.

REIS, Arthur Cézár Ferreira. **A conquista espiritual da Amazônia**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1942.

REIS, Arthur Cézár Ferreira. **Território do Amapá: perfil histórico**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História da Conquista do Amapá**. Fortaleza: Premium, 2013.

OS JESUÍTAS NAS TERRAS DO CABO NORTE



(EF07HI-AP01) Identificar a ocupação portuguesa na Amazônia, especialmente na área do atual Amapá.

A companhia de Jesus, ordem religiosa fundada por Inácio de Loyola ainda no século XVI, foi uma das mais atuante no processo de colonização e educação na América portuguesa. Cercada de autorizações reais, os jesuítas, como ficaram conhecidos os padres, estiveram evangelizando e ensinando na Amazônia tanto a serviço da Espanha quanto de Portugal, desempenhando diversas funções para além dos assuntos de religião em seus aldeamentos, vilas e povoados, como, por exemplo, enquanto juristas, administradores e professores. Por terem sua disciplina e organização baseada no militarismo, os jesuítas acreditavam serem capazes de cumprir missões em territórios desconhecidos e inóspitos para salvar as almas indígenas que se tinham perdidos em uma vida degenerada (Raminelli, 1996; Reis, 1942).

Com um pensamento eurocêntrico, os jesuítas julgaram a cultura e a religiosidade dos povos indígenas amazônicos como consequências de práticas de satanismo e de feiticeiros que lhes jogavam em um mundo de perdição. Os religiosos acreditavam que a catequese e a conversão ao catolicismo poderiam reverter esse quadro de penúria em que se encontrava os povos originários. Dessa forma, a imagem dos indígenas era construída a partir da visão cultural europeia, colocando-os em um posicionamento na sociedade colonial oposto aos europeus, principalmente aos portugueses. Assim, a conquista da Amazônia ou expansão territorial para o oeste foi se fundamentando em duas frentes: o direito divino do rei e a conversão de novos cristãos para a Igreja Católica (Novaes, 1999; Raminelli, 1996; Souza, 2009).

Eurocêntrico

Quem se centra na Europa e nos europeus para interpretar o mundo e a realidade.

Contudo, os jesuítas (que em muitas narrativas históricas são chamados também de inacianos e soldados de Cristo) começaram seu processo de evangelização no Cabo Norte por volta de 1653 e, no ano seguinte, instalaram um aldeamento no Rio Jari, o qual, no fim do século XVII, foi repassado para os franciscanos. No ano de 1655, enviado pelo padre

Antônio Vieira, o inaciano Manuel de Sousa foi expulso da região pelos indígenas, demonstrando que o contato com os povos do Cabo Norte seria marcado por conflitos.

Além de autorizar a entrada da Companhia de Jesus, a Provisão do dia 1º de abril de 1680, do rei Dom Pedro II de Portugal, dividiu a região entre os franciscanos e os jesuítas. Essa autorização e divisão foi fruto da ameaça francesa à soberania portuguesa, já que eles estavam construindo aldeamentos religiosos na região entre os rios Oiapoque e Araguari, principalmente na região de Cunani. No século XVII, a região entre esses rios foi porta de entrada e saída não somente para franceses, mas também para holandeses, ingleses e irlandeses e, por esse motivo, os portugueses entraram em guerra com muitos indígenas dessa região, diminuindo drasticamente o contingente populacional desses povos na localidade (Cardoso, 2008; Provisão [...], s.d.; Nascimento, 2018).

A região acabou se tornando contestada e neutra por França e Portugal e, assim, para muitos povos indígenas, servia como um “esconderijo social”, pois esses indígenas



faziam amizades com os franceses ou portugueses de acordo com suas necessidades e estratégias de sobrevivência. Os jesuítas franceses Gilbert e Bechamel entraram na região em 1674 e mapearam o território produzindo um mapa. A partir de então, os inacianos franceses foram montando suas missões religiosas ao longo do Rio Oiapoque, primeiramente no lado esquerdo, com o objetivo de fazer amizade e catequizar os povos que migravam e ocupavam o território

que, desde 1700, passou a ser denominado de Contestado Franco-Português, uma região neutra (Barão do Rio Branco, 2008; Reis, 1968; Sarney; Costa, 1999).

Diante do processo de litígio, os jesuítas franceses tentaram a ocupação do território, pois os objetivos deles, além da catequização, era montar plantações de cacau, café e urucum utilizando-se dos indígenas, e principalmente chegar ao rio das Amazonas. Porém, essas missões jesuíticas francesas na região do Cabo Norte não tiveram vida longa, pois não se sabe ao certo o porquê do fracasso delas, ainda que os jesuítas franceses tivessem seus modos próprios de montar suas missões ou aldeamentos religiosos. Destaca-se ainda que os franceses denominavam suas missões de “abertas”, ou seja, o indígena poderia sair delas a qualquer momento, uma vez que se procurava qualidade e não quantidade, tampouco uma “uniformização”. Dessa forma, os indígenas que procuravam se aldear deviam ter uma relação de compromisso com os missionários (Cardoso, 2008; Nascimento, 2018, 2020).

parte dos jesuítas na localidade se deu pela prática dos descimentos, que era o ato de deslocamentos de povos ou famílias inteiras para os aldeamentos religiosos através da persuasão, sem qualquer tipo de violência, somente o convencimento e a descida do indígena de forma espontânea (Nascimento, 2021; Perrone-Moisés, 1992; Provisão [...], s.d.).

No início da ocupação e defesa, os descimentos eram feitos exclusivamente pelos religiosos das ordens religiosas (franciscanos ou jesuítas no Cabo Norte), porém, com o surgimento de conflitos entre esses religiosos e colonos pela utilização e escravização dos indígenas, aos pouco esse modelo de recrutamento passou a ser feito em conjunto, às vezes com colonos, às vezes com soldados, porém a figura do missionário era exigida. No dia 23

Principais

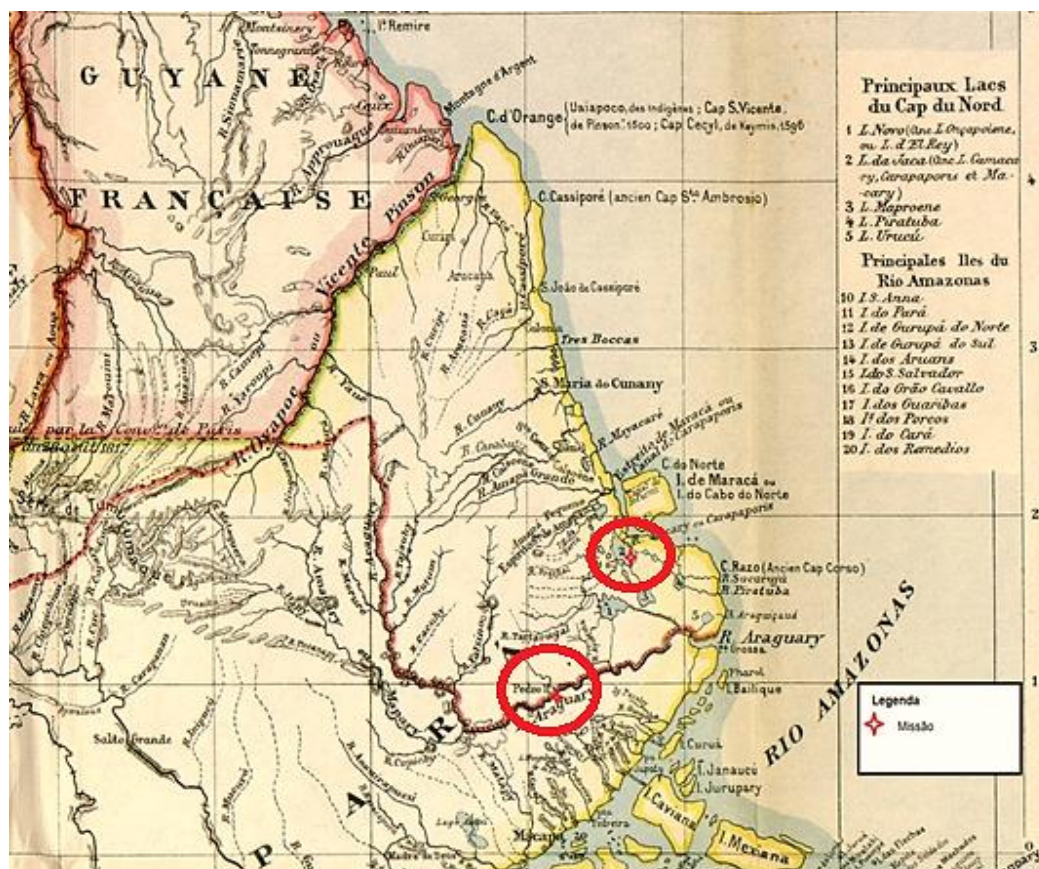
Eram os chefes indígenas, encarregados da administração temporal nos aldeamentos religiosos.

de agosto de 1686, o rei Dom Pedro II escreveu ao governador e general Gomes Freire de Andrade para que os jesuítas construíssem mais uma missão no Cabo Norte, sendo que os religiosos já tinham uma no Rio Araguari, com a denominação de Tabarapixi, a qual era composta pelos indígenas Maraúnas (Maraunuz). Em obediência às ordens no ano de 1687, o capitão-mor Antônio Alburquerque,

acompanhado de missionários e do padre Aloísio Conrado Pfeil, convenceu os indígenas através de seus principais a viverem no aldeamento (Nascimento, 2021; Reis, 1949; Perrone-Moisés, 1992).

O local em que o aldeamento religioso foi montado tinha a denominação de Camonixari (ou Camaraxiri), mesmo local onde franceses foram flagrados comercializando com os indígenas. Esse empreendimento ficou sob o encargo dos padres Bernardo Gomes e Antônio Teixeira, que, em seus planos, almejavam construir uma igreja na localidade. Porém, em uma insurreição dos indígenas da região, os jesuítas foram mortos a tacape. Os Aruaques e Maracune acabaram fugindo para o lado francês do Rio Oiapoque, ou seja, para a Guiana Francesa. Contudo, com o passar do tempo, as tropas portuguesas atacaram suas aldeias, onde alguns envolvidos foram executados e outros levados para Belém. Os jesuítas resolveram montar outra missão, agora na região do Macapá, de modo que o aldeamento ficava a 12 horas da Fortaleza de Santo Antônio (Forte do Cumaú) (Nascimento, 2021; Reis, 1949; Santos, 2013).

Mapa com a localização das Missões Jesuíticas nas Regiões de Tabarapixi e Camonixari no Cabo Norte



Fonte: Nascimento (2018, p. 81).

Em 21 de dezembro de 1686, o rei D. Pedro II decretou o Regimento das Missões que deu a tutela dos indígenas aos missionários. A partir dessa lei, os religiosos passavam a ter poder espiritual e temporal sob os povos originários, aumentando o conflito com os colonos que queriam a utilização deles como mão de obra escrava. A ideia era que os indígenas constituíssem não somente o desenvolvimento econômico, mas também a defesa, principalmente das áreas de fronteiras, como a do Cabo Norte (hoje Amapá). Os religiosos eram encarregados de repartir os indígenas aldeados da seguinte forma: uma parte trabalhava para o sustento do aldeamento, um terço servia a coroa (guerra, descimentos, resgates) e o restante era repartido para os colonos, sendo que todo o trabalho tinha que se pago ao indígena e duração entre 2 e 6 meses para que eles conseguissem se sustentar também (Perrone-Moisés, 1992).

Nesse contexto, os jesuítas acabaram sendo criticados por muitos terem vastas fazendas com criação de gados, com plantações de algodão, além de comercializarem “drogas do sertão”, obtendo grandes lucros e sempre monopolizando a mão de obra indígena. No território do Cabo Norte, os inicianos ainda fizeram mais duas missões no vale do Jari durante

os anos de 1709 e 1710, repassando a administração novamente aos franciscanos. No entanto, com a subida ao poder do rei Dom José I e o seu primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, os jesuítas perderam o prestígio na Coroa Portuguesa e, no ano de 1759, foram expulsos de Portugal e de suas colônias, tendo o confisco dos seus bens e a passagem do poder temporal para o estado português (Fausto, 2009; Nascimento, 2021; Perrone-Moises, 1992; Sarney; Costa, 1999).

Desse modo, os jesuítas juntamente com franciscanos, soldados e indígenas contribuíram para a ocupação e formação da fronteira no extremo norte, transformando em uma zona de inteiração não somente econômica, mas igualmente cultural e religiosa. É necessário ter o entendimento que as missões ou aldeamentos religiosos não serviram apenas para o propósito da catequese, mas a muitos outros propósitos da Coroa Portuguesa, como a própria ocupação do lugar e a transformação dos indígenas em vassallos do rei, algo que dificultou as relações entre os povos originários e os que migraram para com os franceses, que eram inimigos iminentes da soberania portuguesa no Cabo Norte.

Referências Bibliográficas

BARÃO DO RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos. **Questões de Limites**: Guiana Francesa. Brasília, DF: Senado Federal, 2008.

CARDOSO, Francinete do Socorro Santos. **Entre conflitos, negociações e representações**: o contestado franco-brasileiro na última década do século XIX. Belém: Unamaz/NAEA, 2008.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

GRENAND, Pierre; GRENAND, Françoise. L'occupation Amérindienne: ethnoarchéologie, ethnohistoire. *In*: APPAAG. (ed.). **L'archéologie en Guyane**. Guyane: APPAAG, 1997. p. 57-71.

HISTÓRIA do Brasil: catequese dos selvagens, 2018. **Poeteiro.Com**, [s. l.], 2018. Disponível em: <http://www.poeteiro.com/2018/03/historia-do-brasil-catequese-dos.html>. Acesso em: 27 ago. 2024.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. **Ad Majorem dei Gloriam**: missões jesuíticas setecentistas no Oiapoque e os usos de documentos históricos para ensino de história do Amapá. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. As Fronteiras da Fé: missões jesuíticas no Oiapoque e ensino de História. *In*: LOBATO, Sidney (org.). **Vivendo na beira**: teoria e prática pedagógica no ensino de história no Amapá. Rio de Janeiro: Autografia, 2020. p. 45-79.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. **Entre matas, rios e igarapés: a história colonial do Amapá**. Rio Branco: Nepan, 2021.

NOVAES, Adauto. **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PERRONE-MOÍSES, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). *In*: CUNHA, Manuela Carneiro (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 115-132.

PROVISÃO de 1 de abril de 1680. **Transcrições de Fontes**, [s. l.], s.d. Disponível em: transfontes.blogspot.com/2010/02/provisao-de-1-de-abril-de-1680.html. Acesso em: 28 fev. 2023.

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. **A conquista espiritual da Amazônia**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1942.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. **Território do Amapá: perfil histórico**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Record, 1968.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História da Conquista do Amapá**. Fortaleza: Premium, 2013.

SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá: a terra onde o Brasil começa**. Brasília, DF: Senado Federal, 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OS PRIMEIROS TRATADOS



(EF07HI-AP01) Identificar a ocupação portuguesa na Amazônia, especialmente na área do atual Amapá.

Os franceses não respeitavam os tratados de partilha, inclusive o de Tordesilhas de 1494, e praticavam o ato da pirataria, além de tentarem ocupar terras na América portuguesa por várias vezes, como no Rio de Janeiro, onde fora estabelecida a França Antártica (1555-1560) no século XVI, e a França Equinocial (1612-1615) no Maranhão, no século XVII. Durante o século XVII, os franceses lançaram-se no objetivo de conquistar o rio das Amazonas a partir das Terras do Cabo Norte, tanto que o rei francês Henrique IV fez uma concessão a Daniel de La Touche, o sieur de La Ravardière, da região entre Amazônia e a ilha de Trindade, em 1605. O cardinal Richelieu criou a Companhia do Cabo Norte em 1638, a qual correspondia ao território entre a Amazônia e o rio Orinoco (Fausto, 2009; Hollanda, 2004).

Essas duas concessões francesas no século XVII, que incluíam a região entre os rios Oiapoque e Amazonas, podem ser consideradas como o início das disputas territoriais pela região que hoje corresponde ao Amapá. Disputas essas que foram marcadas por acusações por parte das coroas tanto francesa como portuguesa, embate bélico entre franceses e portugueses que gerava a expulsão dos primeiros, além de tratados para consolidar uma demarcação de limites entre os territórios das duas coroas na América, já que a França tinha se apossado da região que compreende a Guiana Francesa. Também, foram criadas mais duas companhias pelos franceses, uma em 1640 e a outra em 1651, porém, houve a unificação delas com o nome de Companhia das Índias Ocidentais, pelo rei sol da França Luís XIV (Silva, 2010).

Luís XIV o Rei Sol da França, Pretendia anexar a Região do Cabo Norte



Fonte: Bezerra (2024).

No final do século XVII, as tensões em relação à posse da região entre os rios Oiapoque e Amazonas aumentaram. Chega ao poder François Lefebvre de La Barre, que, obedecendo às ordens de Luís XIV, enviou Pierre De Ferrolles para identificar a costa do Cabo Norte saindo de Caiena e passando pelos rios Oiapoque, Caciporé, Araguari até Macapá. Dessa forma, em 1688, obedecendo às ordens do rei sol Luís XIV, ele tomou, ocupou e expulsou soldados, colonos e religiosos portugueses da Casa Forte do Rio Araguari e da Fortaleza de Santo Antônio (Forte do Cumaú), que, na época, estava praticamente abandonada. Os franceses cada vez mais focavam em seus objetivos ocupar o Cabo Norte e chegar ao rio das Amazonas, até que, em 1691, o agora governador de Caiena e marquês De Ferrolles mandou uma carta ao governador do Maranhão e Grão-Pará Antônio de Albuquerque pedindo que desocupasse o território e fixasse o limite no rio das Amazonas (Sarney; Costa, 1999; Reis, 1968).

O marquês De Ferrolles incentivou e autorizou os colonos franceses a comercializar com indígenas até a boca do rio das Amazonas, atribuindo à ilha do Marajó a condição de território pertencente à França. Como resposta, o governador Antônio Albuquerque enviou uma tropa liderada pelo cabo Francisco de Sousa Fundão e por João de



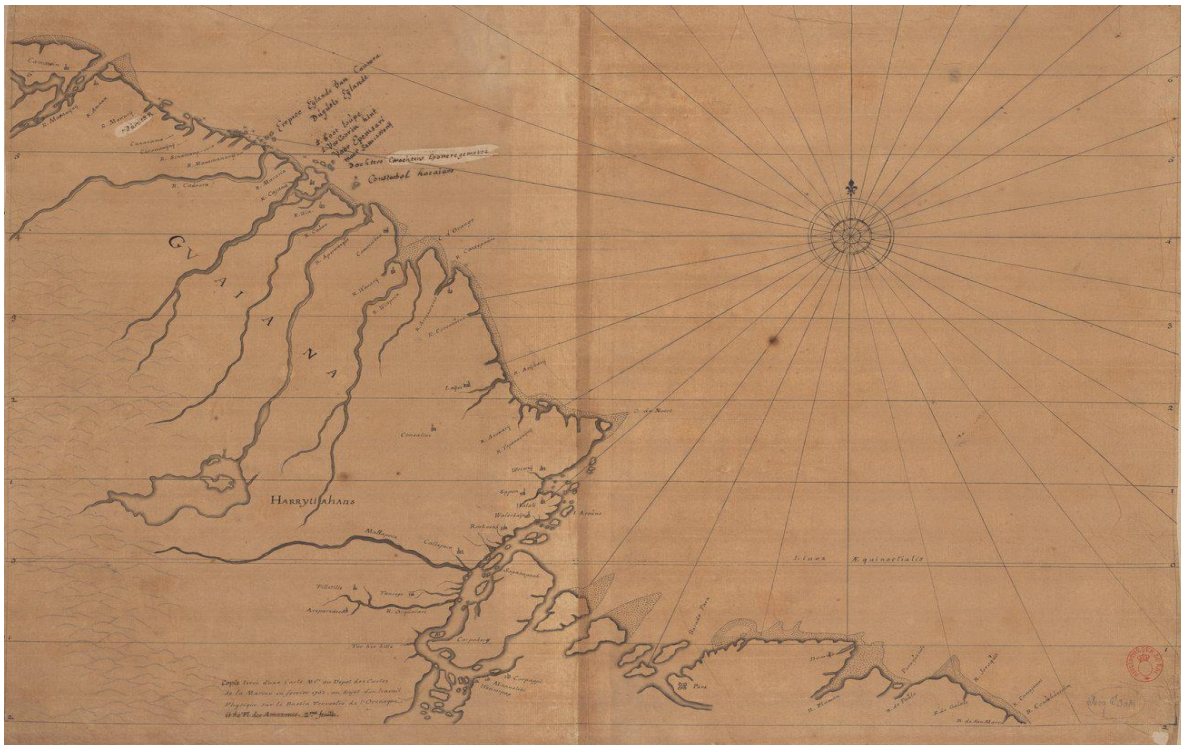
Bittencourt para retomar as fortificações e expulsar os franceses do local, movimento que aconteceu no dia 28 de junho de 1697. Porém, acontecimentos políticos na Europa mudaram o rumo do litígio pelas Terras do Cabo Norte e, antes de morrer, o rei espanhol Carlos II declarou Filipe de Boubon, duque de Anjou e neto de Luís XIV, como seu herdeiro direto ao trono espanhol; situação essa que não foi

bem recebida por potências como a Inglaterra e a Holanda, que viram uma oportunidade de união entre a Espanha e a França e um desequilíbrio de poder no continente europeu. Era a gênese da Guerra de Sucessão Espanhola (1702-1714) (Gomes, 2014; Reis, 1968; Sarney; Costa, 1999).

A Coroa Portuguesa resolveu ficar ao lado de Luís XIV no primeiro momento das negociações e as relações entre as duas coroas acabou resultando em um tratado para tentar resolver o impasse litigioso em relação à fronteira entre a Guiana Francesa e o Cabo Norte. Após estudos e debates por técnicos portugueses e franceses, chegou-se à assinatura do Tratado Provisório (ou Provisional) em 4 de março de 1700, que foi o primeiro tratado a tentar resolver o impasse em relação à região. O Tratado Provisório (ou Provisional) de 1700 determinou que todas as fortificações fossem destruídas e os povoados desocupados tanto por

franceses quanto por portugueses entre a extensão dos rios Oiapoque e Amazonas, neutralizando o território. Ou seja, nem Portugal e nem França poderia tomar posse da região, surgindo, assim, o Contestado Franco-Português no período colonial (Barão do Rio Branco, 2008; Silva, 2010).

Região do Cabo Norte que os Franceses Argumentavam Pertencer à Guiana Francesa



Fonte: Réponse [...] (2023).

Contudo, mesmo neutralizada a região, o Tratado permitia a franceses e portugueses entrarem na região para comércio, mas com proibição tanto da escravização como da evangelização dos indígenas da localidade. A coroa francesa começou a usar o Tratado de 1700 como comprovação da delimitação da fronteira no rio das Amazonas, mesmo se queixando da não utilização do princípio romano de “*utis possidetis*”. Em 18 de junho de 1701, o Tratado Provisório (ou Provisional) foi ratificado como Perpétuo e, mesmo o rei Dom Pedro II assinando o tratado, os portugueses não obedeceram, pois estavam convictos que a região lhes pertencia, já que em 1637 a Espanha transformou o território na Capitania do Cabo Norte e doou a um português, porém, como os donatários não conseguiram fazer

Utis Possidetis

Princípio do direito que reconhece a legitimidade do Estado que ocupa e que tem o controle político e militar de uma região em disputa.

benfeitorias, a Coroa Portuguesa anexou o território em comento ao estado do Maranhão (Reis, 1949; Silva, 2010; Santos, 2013).

Mas, a guerra de sucessão espanhola toma outros rumos e Portugal acaba deixando a aliança com a França para se aliar com Inglaterra e Holanda em 1703, na chamada Grande Aliança, momento em que é assinando o Tratado da Triplo de 1703 em Lisboa. Nesse



tratado, havia um artigo que dizia que não poderia ter paz com o rei sol Luís XIV se ele não renunciasse as Terras do Cabo Norte localizadas entre os rios Oiapoque (ou Vicente Pinzón) e o Amazonas e que pertenciam ao Estado do Maranhão. Com o fim da guerra de sucessão, a França juntamente com os países envolvidos entraram em negociações para que houvesse paz e devoluções de

territórios aos vencedores. Assim, em 11 de abril de 1713 foi assinado o Tratado de Utrecht entre França e Portugal, que definiu os limites fronteiriços entre a Guiana Francesa e o Cabo Norte (Amapá) pelo Rio Oiapoque e a abdicação francesa sob o território, de acordo com o artigo VIII (Barão do Rio Branco, 2008; Reis, 1949; Silva, 2010).

O artigo IX anulou o Tratado Provisório (ou Provisional) de 1700 e mandou reerguer as fortificações portuguesas na localidade, já no artigo X a coroa francesa reconheceu as duas margens do rio das Amazonas sendo pertencentes a Portugal, enquanto no artigo XI a França desistiu da navegação no dito rio. Além disso, no artigo XII proibiu o comércio dos franceses com os indígenas da região e no XIII vedou a catequização na região por padres franceses, de modo que apenas os missionários portugueses estariam autorizados a realizar o serviço. O Tratado de Utrecht de 1713 é visto como o primeiro documento oficial em que França e Portugal reconhecem a demarcação de seus limites na América do Sul, no caso o rio Oiapoque (Barão do Rio Branco, 2008; Traite [...], 1713). Porém, os problemas não acabaram, pois, primeiro, mesmo assinando o tratado, os franceses não o aceitaram e continuaram invadindo a região, e segundo, a Espanha reivindica suas terras de acordo com o Tratado de Tordesilhas, de 1494.

Limite Fronteiriço Traçado pelo Tratado de Utrecht em 1713



Fonte: Tratado [...] (2024).

A reivindicação espanhola está ligada ao segundo Tratado de Paz de Utrecht, assinado no dia 6 de fevereiro de 1715, e que dava a Portugal o direito de navegação no Rio da Prata. Com isso, os espanhóis viram o aumento da pirataria no território e a presença de ingleses que tinham fortes relações comerciais e diplomáticas com Portugal, ocasionando um mal-estar entre os dois países ibéricos. Assim, o diplomata Alexandre Gusmão sugeriu a construção de um mapa com as regiões ocupadas por portugueses e espanhóis e que fossem traçadas novas fronteiras a partir do princípio de *utis possidetis*. Acatada a sugestão, Espanha e Portugal assinam em 13 de janeiro de 1750 o Tratado de Madri, que define o vale amazônico, inclusive o Cabo Norte, como pertencente a Portugal de fato e de direito.

O Tratado de Madri de 1750 gerou muita discórdia entre espanhóis e portugueses e acabou por ser anulado pelo Tratado de El Pardo, em 12 de fevereiro de 1761. Mas, ao assumir o poder real, Dona Maria I assina com a Espanha o Tratado de Santo Ildefonso, em 1º de outubro de 1777, que tinha em sua base as demarcações do Tratado de Madri de 1750. A diplomacia portuguesa foi fundamental tanto para evitar conflitos bélicos entre os Estados nacionais como para a definição de fronteiras e territórios, como o da região do Cabo Norte que, cada vez mais, tornava-se português. A França na chamada Época Napoleônica ainda tentou outros tratados para definir um limite que não fosse o Rio Oiapoque. A argumentação dos franceses estava focada em qual era o Rio Vicente Pinzón, com o objetivo de aproximar o limite fronteiro do Rio Amazonas.

Território de Portugal Após os Tratados de Utrecht 1713; Madri 1750; Santo Ildefonso 1777



Fonte: Terra, Araújo e Guimarães (2009, p. 19).

Os tratados foram considerados nulos e sem efeito em relação às Terras do Cabo Norte, ou por Portugal não aceitar o limite imposto ou por Portugal nem ter sido convocado para debater sobre os limites destes. O primeiro, de 10 de agosto de 1797, é o Tratado de Paris, que definia o Rio Calçoene como o Vicente Pinzón e limite; o segundo, de 6 de junho de 1801, é o Tratado de Badajoz, que determinava o Rio Araguari como limite; o terceiro, de 29 de setembro de 1801, apontava o Rio Carapanatuba com marco fronteiro; e o quarto, assinado em 27 de março de 1802, o Tratado de Amiens, estabelecia o Rio Araguari novamente como limite.

Tentativas de Fixação de Limites na região do Cabo Norte



Fonte: Rosty (2009, p. 66).

Em 2 de maio e 10 de junho de 1808, o príncipe regente Dom João VI reiterou que os quatro tratados eram nulos através do manifesto de guerra à França, deixando claro que o limite entre as possessões francesa e portuguesa na América do Sul era o Rio Oyapoque, o mesmo do Tratado de Utrecht de 1713. Se no século XVIII a diplomacia conseguiu resolver parte dos problemas de fronteira, já no início do século XIX não obteve o mesmo resultado, pois os franceses não aceitavam o Tratado de Utrecht de 1713 e continuavam adentrando na região do Cabo Norte.

Entretanto, juridicamente, Portugal conseguiu traçar seus limites para além do Tratado de Tordesilhas, anexando em seus territórios as Terras do Cabo Norte (Amapá) e o Rio Amazonas, bem como a navegação das duas margens do rio pelo vale amazônico. Com os tratados, a ocupação da região por parte dos portugueses foi além da defesa através das fortificações, dos aldeamentos religiosos e de povoados e vilas, pois ganhou o campo do direito internacional, transformando Portugal dona das terras de fato e de direito.

Referências Bibliográficas

BARÃO DO RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos. **Questões de Limites: Guiana Francesa**. Brasília, DF: Senado Federal, 2008.

BEZERRA, Juliana. Luís XIV (Rei Sol): Rei da França. **Toda Matéria**, [s. l.], s.d. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/luis-xiv-rei-sol-rei-da-franca/>. Acesso em: 03 set. 2024.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

GOMES, Cassiana Maria M. Gabrielli. **Diplomacia e concorrência: Portugal e França 1640 – 1715**. 2014. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em

História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Os Franceses no Maranhão. *In*: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a. t. 1, p. 204-234.

REIS, Arthur César Ferreira. **Território do Amapá**: perfil histórico. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Gráfica Record, 1968.

REPONSE du gouvernement de la République française au Mémoire des Etats-Unis du Brésil sur la question de frontière, soumise à l'arbitrage du gouvernement de la Confédération suisse. **Gallica**, Paris, 2023. Disponível em:
<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k57498040.r=carte%20du%20XVIIe%20si%C3%A8cle%20contest%C3%A9%20franco-br%C3%A9silien?rk=42918;4#>. Acesso em: 13 jan. 2023.

ROSTY, Cláudio Skôra. Invasão da Guiana Francesa em 1809: Tomada de Caiena pelos luso-brasileiros. **Revistas Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:
<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/6246>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SANTOS, Fernando Rodrigues. **História da conquista do Amapá**. Fortaleza: Premiuns, 2013.

SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá**: a terra onde o Brasil começa. Brasília, DF: Senado Federal, 1999.

SILVA, Joaquim Caetano. **O Oiapoque e o Amazonas**: uma questão brasileira e francesa. Campinas: IFCH – UNICAMP, 2010.

TERRA, Lygia; ARAUJO, Regina; GUIMARÃES, Raul Borges. **Conexões**: estudos de geografia do Brasil. São Paulo: Moderna, 2009.

TRAITE de Paix (11 de abril de 1713). Utrecht: [s.n.], 1713. Disponível em:
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7d/Tratado_de_paz_de_Utrecht_entre_Fran%C3%A7a_e_Portugal.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

TRATADOS e Fronteiras. **Quizlet.Com**, [s. l.], 2024. Disponível em:
<https://quizlet.com/br/860183978/tratados-e-fronteiras-flash-cards/>. Acesso em: 03 set. 2024.

VILA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ



(EF08HI-AP01) Identificar a política pombalina na Amazônia e seu reflexo no Amapá.

Vassalo

aquele que é súdito de um soberano e era obrigado a se submeter às ordens ou aos tributos dele.

Durante o século XVII (1601-1700), até meados do Século XVIII, por volta de 1750, a colonização da região do Cabo Norte foi pautada diretamente na defesa para expulsar holandeses, ingleses, irlandeses e afastar o francês tanto do Rio Amazonas como dos povos indígenas que faziam escambo com eles. Nesse processo de militarização, surgiram os missionários com seus aldeamentos para tentar “civilizar” o indígena e, assim, fazer paz, amizade e transformá-los em vassallos do rei de Portugal. A “civilização” dos indígenas, de acordo com a cultura europeia, foi objetivo traçado para o projeto mercantil e colonizador da Coroa Portuguesa tanto na Amazônia como nas Terras do Cabo Norte, haja vista que incorporar o indígena na fé e no trabalho era primordial para o sucesso da defesa e da ocupação do território (Almeida, 1997, Reis, 1949).

Nesse período, o Cabo Norte (que em várias narrativas aparece como Costa do Macapá) não foi explorado economicamente pela Coroa Portuguesa de forma intensa, como outras regiões do vale Amazônico. Isso se deu pela presença constante de franceses pelo litoral e rios, bem como suas contestações referentes à demarcação da fronteira. Outro fator foi o poder temporal sob os indígenas e o monopólio da mão de obra que os missionários tinham em seus aldeamentos, que se fundamentava no Regimento das Missões de 1686, e as epidemias constantes que matavam tanto indígenas como colonos. No intuito de um povoamento e defesa da região, o rei Dom João V na década de 1740 implantou a

Dom João V



Fonte: Maxwell (1997, p. 18).

política de transferência de colonos das ilhas de Açores e Canárias para o povoado de Macapá e, no ano de 1748, transformou o território na Província dos Tucujus ou Tucujulândia, mas não houve alteração administrativa (Costa, 2022; Maxwell, 1996; Santos, 2013).

Porém, com a morte do rei Dom João V em 31 de julho de 1750, Portugal e suas colônias vão experimentar formas administrativas diferentes, com o Estado mais presente e centralizador nas políticas de exploração colonial. Assim, assume o trono português Dom

Despotismo Esclarecido

Forma de governo que alinhou a centralização do poder com as ideias liberais, que estavam em popularização no séc. XVIII.

José I e seu primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, personagens esse que, em seus planos e políticas autoritárias, reajustaram os povos indígenas e a anexação das terras a novos padrões de exploração mercantil. Como ministro, marquês de Pombal administrou Portugal e suas colônias entre os anos de 1750 a 1777, transformando-se em um ícone do despotismo esclarecido que, ao mesmo tempo, difundia a ciência

filosófica e elevava o poder real de forma absolutista. De imediato, Dom José I e marquês de Pombal tiveram de lidar com as demarcações das fronteiras, de acordo com o Tratado de Madri de 1750 (Almeida, 1997; Maxwell, 1996; Santos, 2013).

Desta maneira, pelo ato régio de 5 de junho de 1751, o primeiro-ministro extinguiu o estado do Maranhão e Grão-Pará e criou o estado do Grão-Pará e Maranhão, com a capital na cidade de Belém, nomeando seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado como governador e capitão-geral. Ao chegar em Belém ainda no ano de 1751, Mendonça Furtado continuou a transferir colonos açorianos para Macapá. Precisando de auxílio dos indígenas para o serviço, o governador teve o primeiro embate com os religiosos que se negaram a fornecer a mão de obra, só obtendo ajuda através de ameaças. No entanto, entre o final de 1751 e o começo de 1752 o povoado de Macapá passou por um surto de diarreia e febre que vitimou muitos colonos recém-chegados. Nesse período, houve o segundo embate com os jesuítas, pois começou a faltar alimentos e os cerca de 60 indígenas mandados por Mendonça Furtado para ajudar nas plantações foram convencidos pelos religiosos a se rebelarem e voltarem aos seus

Sebastião José de Carvalho e Melo – o Marquês de Pombal



Fonte: Maxwell (1996, p. 2).

povoados de origem (Costa, 2022; Reis, 2004; Santos, 2013).

No ano de 1751, em carta ao ministro marquês de Pombal, Mendonça Furtado caracterizou os serviços das ordens religiosas, principalmente da companhia de Jesus (Jesuítas). O governador e capitão-geral descreve o Grão-Pará como uma república a serviço da religião; os religiosos eram senhores das “drogas do sertão”, tendo os padres o monopólio



do comércio e da mão de obra indígena, atrapalhando o comércio feito pelos colonos que ele chama de “particulares”. A caça, a pesca (peixe e tartarugas) e a produção de alimentos eram feitas em grandes currais de administração das ordens religiosas, transformando-as em senhoras absolutas do comércio. Mendonça Furtado acusa os jesuítas de não estarem convertendo os indígenas de forma correta para o Estado português e de criarem uma gíria

denominada de língua geral (nheengatu), que somente eles e os indígenas entendiam, lembrando ao primeiro-ministro que os religiosos tinham o poder espiritual sob os indígenas e não poderiam ter o temporal.

Em 1752, o governador e capitão-geral Francisco Xavier de Mendonça Furtado se dirigiu para o povoado de Macapá levando o único médico do Grão-Pará para cuidar dos doentes e percebeu a insalubridade do local, a falta tanto de alimentos como de trabalhadores e a indiferença que os jesuítas tinham em ajudar a população. Ao passar o problema do surto de diarreia e febre, Macapá retomou a produção de alimentos e teve grande sucesso na produção de mandioca, a qual ainda não era o suficiente para atender à demanda do povoado. Assim, as autoridades do povoado tentaram comprar alimentos das aldeias da circunvizinhança, porém, mais uma vez os padres jesuítas colocaram pressão nos indígenas para não realizarem comércio com os colonos de Macapá (Santos, 2013).

Francisco Xavier de Mendonça Furtado



Fonte: Maxwell (1996, p. 80).

A forte oposição dos jesuítas, aliada ao processo de serem cúmplices da família Távora em Lisboa, que foram acusados e condenados à morte na tentativa de assassinato do rei Dom José I, fez com que a Coroa Portuguesa decretasse alguns alvarás e leis para diminuir

a influência dos jesuítas tanto em Portugal quanto na colônia em geral. Portanto, em 4 de abril de 1755 foi aprovado o alvará que permitia o casamento entre brancos e índias. Meses mais tarde, em 6 de junho de 1755, houve a aprovação da lei de liberdade, que dava aos indígenas a liberdade de suas pessoas, bens e comércio e, em 7 de junho de 1755, decretou a retirada do poder temporal das ordens religiosas e o confisco de seus bens, momento em que o Estado assumiu a tutela dos povos indígenas (Andrade, 2000; Maxwell, 1996).

Macapá nasceu como povoado na foz do rio das Macabas. Era um igarapé denominado assim pelos povos Tucujus da região, sendo que ao lado direito os portugueses construíram o Forte de Macapá (depois a Fortaleza de São José) e, na margem esquerda, o povoado. Os franceses, em suas variadas excursões pela região ainda no século XVII, já descreviam um rio com a denominação de Macabas e um povo indígena de Macapa, que,



inclusive, aparece nas narrativas de jesuítas franceses com a grafia Macapas. Os portugueses em suas cartas também citam um povo indígena, mas com a grafia Makapa.

Contudo, através da militarização da região e de aldeamentos religiosos, a localidade foi se constituindo sob a forma de pequenas unidades de produção agrícola para a sobrevivência dos colonos-soldados, religiosos e indígenas.

Com a contestação das terras por parte dos franceses e a retirada do poder temporal dos religiosos sob os povos indígenas, a ideia de Mendonça Furtado era inserir Macapá em uma estrutura agrária que gerasse lucros econômicos e, ao mesmo tempo, atraísse colonos para a ocupação. Dessa forma, no dia 4 de fevereiro de 1758 o governador Mendonça Furtado reuniu os colonos no Largo São Sebastião e elevou o povoado à categoria de vila, com a denominação de Vila de São José de Macapá (Marin, 1999; Nascimento, 2021; Santos, 2013).

Planta da Vila de São José de Macapá



Fonte: Planta da [...] (2021).

No que se refere à planta da Vila de São José de Macapá, temos a praça São Sebastião – M (atual praça Veiga Cabral), onde foi realizada a cerimônia de elevação do povoado à vila. Ao fundo, temos a imagem da nova igreja de São José, inaugurada em 6 de março de 1761, e a rua em frente à igreja, já com a denominação Rua de São José. A praça

São João – N (atual praça do Barão do Rio Branco) é onde o governador e capitão-geral Mendonça Furtado elevou um pelourinho. Outro aspecto a ser observado é o Forte da Faxina (ou de Macapá), localizado no mesmo lugar onde será construída a Fortaleza de São José. Referente à Igreja Matriz de São José de Macapá, suas obras começaram antes da fundação da vila, no ano de 1752, sendo a igreja o prédio

Pelourinho

Coluna de madeira ou de pedra erguida em praça pública para castigar criminosos e escravos.

mais antigo de Macapá, tanto que pela Lei nº 1.870, de 17 de março de 2015, foi considerada bem integrante do patrimônio histórico e cultural do estado do Amapá (Amapá, 2015; Nascimento, 2021).

Com a composição de colonos-soldados, colonos vindos das ilhas portuguesas (Açores e Canárias) e indígenas ex-aldeados, os moradores de Macapá foram estimulados a cultivar a terra, principalmente a plantação de “arroz carolina”, proveniente da Carolina do

Sul, e o arroz miúdo e de algodão, sem se esquecer do seu papel estratégico militar de defesa. A Vila de São José de Macapá conseguiu até um certo ponto aumentar seu contingente populacional e de alimentos, contudo, com o patrulhamento do litoral e o início das obras da Fortaleza de São José, em 1764, os moradores acabaram recebendo interferência do Estado em seus bens, colheitas, animais e, principalmente, escravos, que eram direcionados para trabalhar nas obras da fortificação. Como consequência, os moradores tiveram dificuldades em obter alimentos (Costa, 2022; Marin, 1999).

Para tentar acabar com a constante falta de alimentos na Vila de São José de Macapá, as autoridades praticaram algumas políticas, como: proibiram a saída de arroz e de outros produtos alimentícios (mandioca, farinha etc.) e a permissão para burlar a lei real de proibição de açougues na região. Com o passar do tempo, a administração da vila foi conseguindo contornar os problemas, tanto que em 1765 a vila já contava com 802 habitantes e, em 1778, 1.760 moradores, momento em que a produção do arroz se tornou cinco vezes maior. Com a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, e com o Diretório dos Índios, em 1757, a mão de obra de africanos escravizados foi introduzida na vila gerando um pequeno grupo de senhores de escravos, porém, a maior parte dos trabalhadores ainda eram indígenas destribalizados (Costa, 2022; Marin, 1999).

Diretório dos Índios

Documento jurídico que regulamentou as políticas portuguesas nas povoações indígenas na Amazônia entre os anos de 1757 a 1798.

A produção de arroz era direcionada uma parte para o abastecimento da própria vila e das vilas vizinhas e outra parte para a exportação para Lisboa. Contudo, mesmo em alta produção, os colonos de Macapá no final do século XVIII tiveram dificuldades no cultivo. As dificuldades eram: demora na chegada das sementes; parte da safra tinha de ser levada para Belém, pois a vila não tinha descasque suficiente; precariedade no transporte e armazenamento do arroz; e fugas de africanos escravizados e indígenas. Com todas as dificuldades encontradas pelos moradores de Macapá, os administradores do Grão-Pará exaltavam o empenho deles tanto no cultivo quanto na comercialização do arroz (Costa, 2022; Marin, 1999).

Assim, com um projeto de caráter ambíguo, de um lado colônia agrícola e do outro guarnição militar, Macapá durante os séculos XVIII e XIX foi se destacando nas malhas mercantis e se consolidando como principal reduto português na parte setentrional da Amazônia. Constituiu-se como ponto estratégico para a defesa do Cabo Norte, de modo que a consolidação da ocupação portuguesa na parte setentrional da Amazônia foi um laboratório

em relação às políticas pombalinas, as quais foram materializadas nas ações e na figura de Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII**. Brasília, DF: Editora UnB, 1997.

AMAPÁ. **Lei nº 1.870, de 17 de março de 2015**. Considera bem integrante do patrimônio histórico e cultural do Estado do Amapá [...]. Macapá: Assembleia Legislativa, [2015]. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2021/03/ipatrimonio-Macapá-Igreja-Matriz-de-Sao-Jose-Fonte-Governo-do-Estado.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2021.

ANDRADE, Luís. **Tópicos de História do Amapá**. Macapá: Gráfica São José, 2000.

COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. **Em verdes labirintos: a construção social da fronteira franco-portuguesa (1760 – 1803)**. Belém: Paka-Tatu, 2022.

MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo. Prosperidade e estagnação de Macapá colonial: as experiências dos colonos. *In*: GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII – XIX)**. Belém: Editora Universitária da UFPA, 1999. p. 33-62.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. **Entre matas, rios e igarapés: a história colonial do Amapá**. Rio Branco: Nepan, 2021.

PLANTA DA Vila de São José de Macapá. **Objeto Digital – Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/rede_memoria/projeto_resgate/iconografia_AHU/ahu-pa_798/ahu-pa_798.html. Acesso em: 05 fev. 2021.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. **Território do Amapá: perfil histórico**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. A Ocupação Portuguesa do Vale Amazônico. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: Época Colonial**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

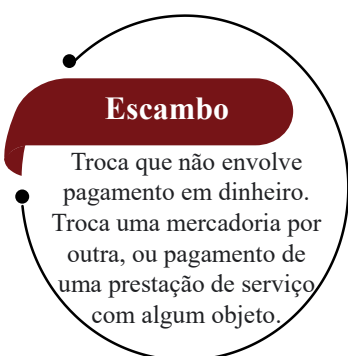
SANTOS, Fernando Rodrigues. **História da Conquista do Amapá**. Fortaleza: Premiuns, 2013.

FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ



(EF08HI-AP01) Identificar a política pombalina na Amazônia e seu reflexo no Amapá.

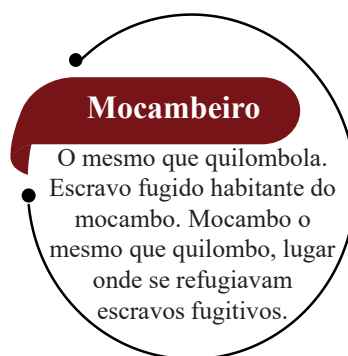
Durante os séculos XVII e XVIII na região do Cabo Norte (atual Amapá), formou-se uma rede de fortificações tanto por parte de nacionais invasores (franceses, holandeses, ingleses e irlandeses) quanto por parte dos portugueses. Essa rede de fortificações



trouxe ao território uma intensa movimentação de pessoas e um intenso comércio a partir do escambo entre europeus e indígenas, fato que ameaçou a soberania primeiro da Espanha e, depois, de Portugal na região. É comum entendermos o objetivo das fortificações como defesa militar, porém, elas possuem outros papéis de grande importância, como potencializar o processo de ocupação (povoamento) e como marco de fronteira, simbolizando o

expansionismo territorial na localidade.

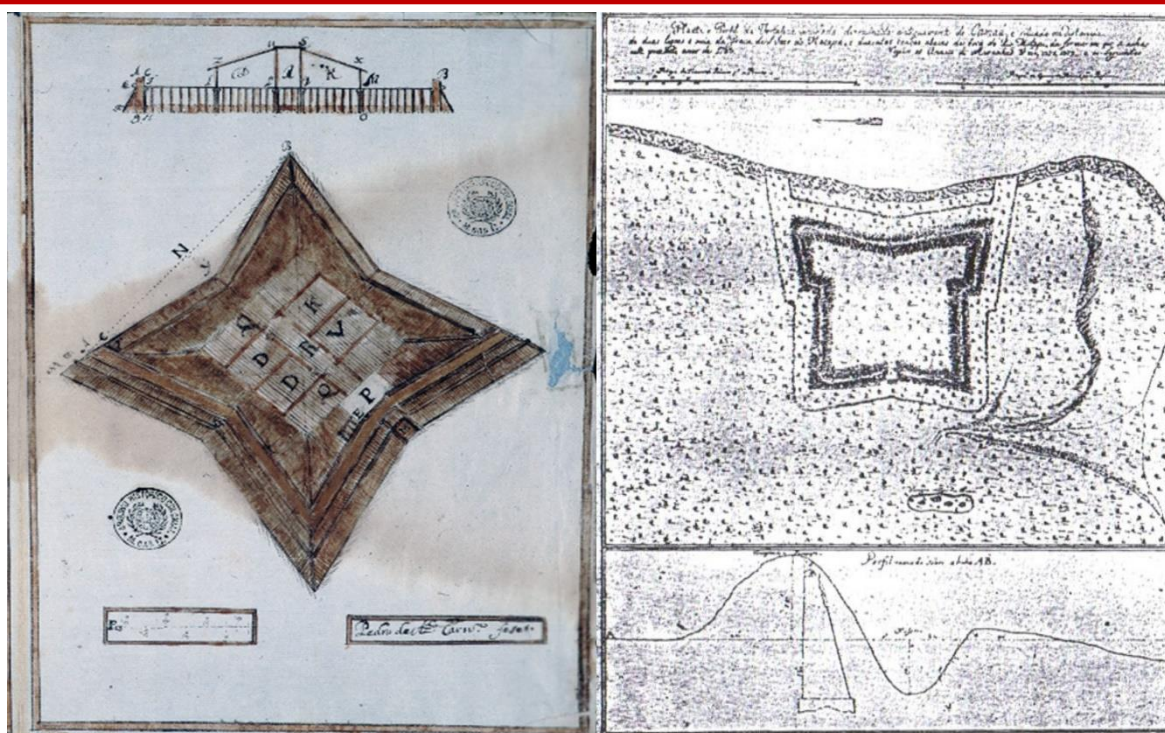
Com esses objetivos, os portugueses ergueram suas fortificações pelo Cabo Norte, confirmando-o como seu território colonial e, ao mesmo tempo, as suas fronteiras na Amazônia setentrional. Nesse processo, a Vila de São José de Macapá se tornou o ponto principal de defesa e expansão territorial lusitana, pois os planos da Coroa Portuguesa era construir uma fortaleza de grande porte para evitar expedições de franceses que aportavam nos rios da região fazendo comércio com os indígenas e levando “drogas do sertão”, como urucum e cacau. É bom lembrar que, a partir da neutralização da região pelo Tratado Provisional (ou Provisório) de 1700, o Cabo Norte se tornou uma zona de liberdade e interações entre escravos fugitivos (mocambeiros), desertores e indígenas (Gomes, 1999; Machado, 2000; Raiol Junior, 2024).



O rei de Portugal Dom Pedro II autorizou o governador Gomes Freire de Andrade a construir duas fortificações no Cabo Norte no século XVII, utilizando como pontos

estratégicos os rios Araguari e Amazonas, já que o Araguari era ponto de preferência dos franceses para chegar até o Amazonas. Assim, em 1687 foi construída a Casa Forte do Rio Araguari que sofreu com a pororoca e o descaso do governo português, e em 1688 foi construída a Fortaleza de Santo Antônio de Macapá (ou Forte do Cumaú), no Rio Matapi, afluente do Rio Amazonas, mesmo lugar da fortificação inglesa de 1631. A Fortaleza de Santo Antônio de Macapá (ou Forte do Cumaú), após a tomada pelos franceses e a expulsão deles, foi praticamente abandonada e voltou a funcionar no século XVIII – porém, de forma muito precária – para a construção do Forte de Faxina de Macapá e da Fortaleza de São José de Macapá (Santos, 2013; Sarney; Costa, 1999; Viana, 1905).

Casa Forte do Rio Araguari (1687) e a Fortaleza de Santo Antônio de Macapá ou Forte do Cumaú (1688)

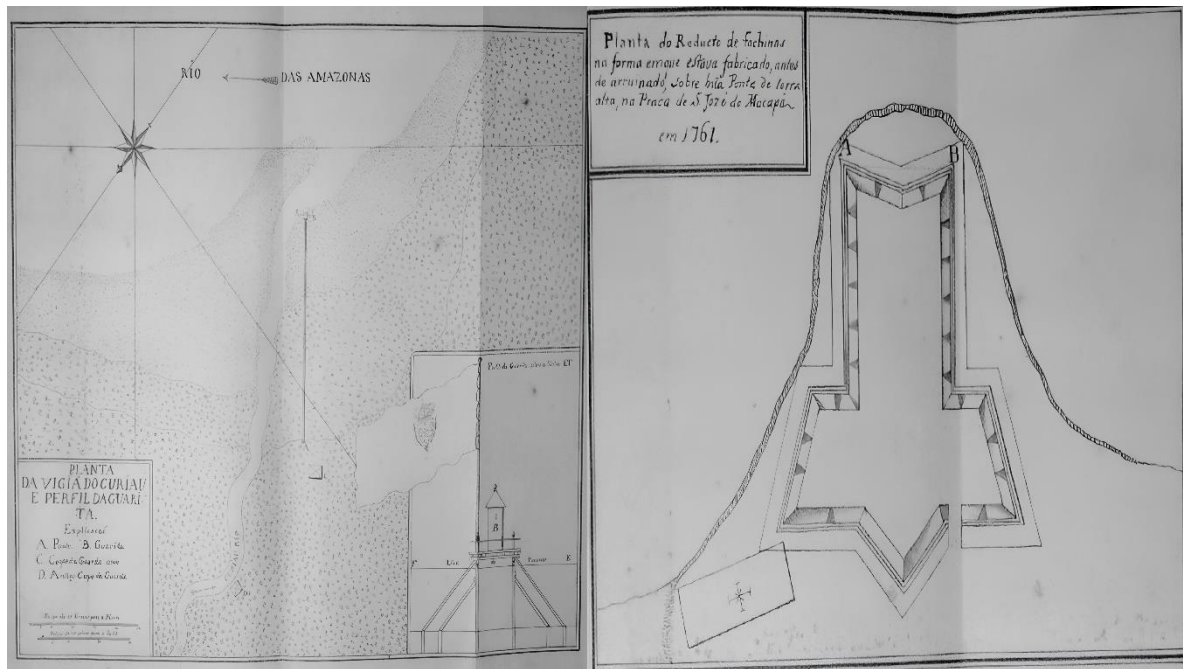


Fonte: Planta [...] (2021) e Viana (1905).

A preocupação em defender a região era grande, assim como afastar os franceses da região. Governadores, soldados, padres e colonos sempre lembravam da importância de resguardar o território e que as fortificações existentes estavam em ruínas, não tendo condições de suportar uma invasão. Dessa forma, em 1761 foram construídas mais duas fortificações, o Reduto da Faxina (ou Forte do Macapá), para a proteção da Vila de São José de Macapá, construída ao lado esquerdo do Rio Amazonas, e a Vigia do Curiaú, que foi erguida no Rio Curiaú como estratégia para o patrulhamento e vigilância de regiões que não

se podia observar do Reduto da Faxina (ou Forte do Macapá). Contudo, os franceses ainda faziam suas expedições para realizar comércios na região e resgatar escravos fugitivos da Guiana Francesa. Dessa forma, o governo pombalino, através do governador e capitão-geral do estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, planejou a construção da Fortaleza de São José de Macapá (Viana, 1905; Raiol Junior, 2024).

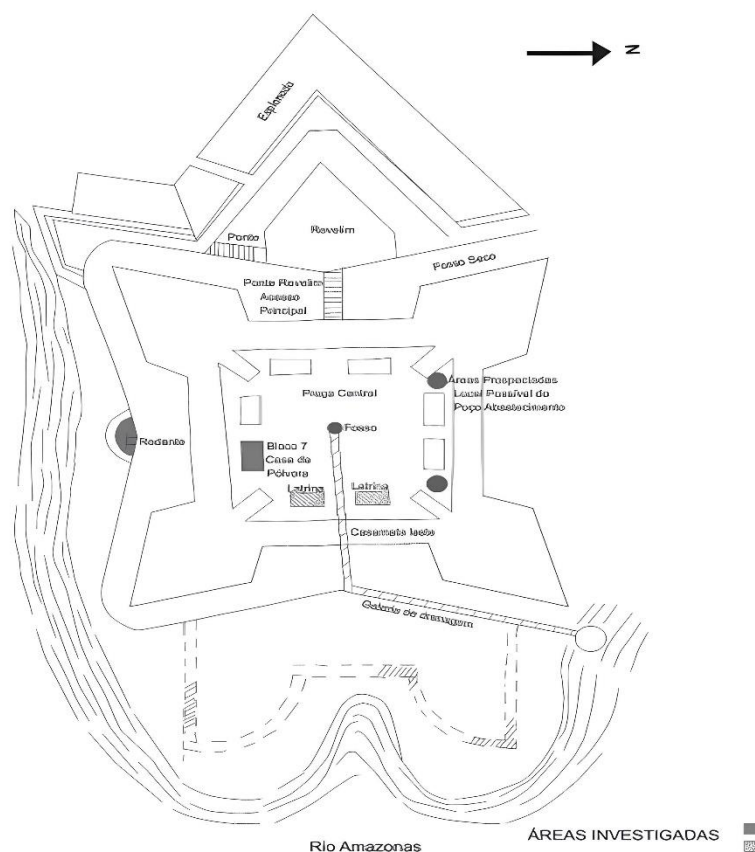
Vigia do Curiaú (lado esquerdo) e o Reduto da faxina (ou Forte do Macapá)



Fonte: Viana (1905, p. 275 e p. 283).

Assim, a planta da fortaleza foi projetada pelo arquiteto João Geraldo Grafelts e pelo engenheiro Henrique Antônio Galúcio, o qual já estava em Macapá desde o ano de 1762 e acabou falecendo em decorrência de malária durante as obras de construção no ano de 1769. As obras deveriam começar no ano de 1761, contudo, o governador do estado do Grão-Pará Fernando da Costa de Ataíde Teive decidiu adiá-las por falta de recursos financeiros, só autorizando a construção em 2 de janeiro de 1764. Em junho do mesmo ano foi lançada a primeira pedra do baluarte com o nome de São Pedro, em homenagem ao considerado primeiro papa da Igreja Católica. No ano de 1765, Ataíde Teive envia ao rei Dom José I e ao marquês de Pombal a planta da fortaleza com o início das obras, com o demonstrativo do complexo que tinha, além do baluarte de São Pedro, outros três com denominações de Nossa Senhora da Conceição, Madre de Deus e São José, com quartel, ambulatório, paiol de pólvoras, arsenal de munições, celas, casa do comandante, guaritas e fosso (Canto, 2021; Picanço, 1981; Raiol Junior, 2024; Sarney; Costa, 1999).

Planta Geral da Fortaleza de São José de Macapá



Fonte: Magalhães (2006, p. 37).

Com o início das obras, teve-se o aumento do trânsito de pessoas na região, pois foram deslocados trabalhadores das vilas vizinhas, como Almeirim, Porto de Moz, Portel, Monte Alegre, Melgaço, Santarém, além de Belém e do Nordeste do país. Os trabalhadores eram de diferentes origens, sendo que os indígenas constituíram a maior parte da mão de obra da fortaleza, que era composta também por africanos escravizados traficados em maior parte de Guiné (Cacheu e Bissau), Cabo Verde, Luanda, Mombaça (hoje Quênia), Tanzânia, Moçambique e de Angola. Fizeram também parte da mão de obra engenheiros, soldados, desertores e degredados (Canto, 2021; Nascimento, 2021; Picanço, 1981; Raiol Junior, 2024).

O grande fluxo de trabalhadores que chegou à Macapá fez que o governo do Grão-Pará organizasse tanto o espaço da vila como sua estrutura, pois começou a chegar pessoas de várias regiões para assumirem cargos e soldados para fortalecer a praça militar de Macapá, com objetivo de evitar fugas de indígenas e de escravos, além, é claro, do aumento da defesa da localidade. É bom lembrar que, pela lei de 6 de junho de 1755, o indígena era considerado livre e, a partir do diretório dos índios de 1757, os trabalhos feitos por eles deveriam ser pagos. Muitos indígenas que trabalharam na construção da fortaleza receberiam salários,

porém, eram salários pequenos em relação aos trabalhos que eles eram designados. Outro fator sobre a mão de obra indígena era que, além de serem aldeados, era necessário que fossem solicitados por meio de portarias que designavam a tarefa a ser cumprida na Vila de São José de Macapá.

Já os africanos escravizados eram obtidos por aluguéis no Senado da Câmara de Belém, através de ofício, e também eram solicitados os escravos particulares de moradores tanto da Vila de São José de Macapá, como da Vistosa de Madre de Deus e de Mazagão.

Escravo Boçal

Escravo recém-chegado da África e que não sabia outra língua não se a sua. Ladino era o escravo que sabia o português e tinha alguma especialização.

Nesse contexto, africanos escravizados e indígenas eram repartidos para vários serviços, como: transporte das pedras, olaria, serrarias, fornos de cal, roças, hospital etc. Com o trabalho compulsório, a violência acompanhou indígenas e escravos durante os anos de construção da fortificação, sendo a fuga uma das formas de resistência muito utilizadas no período, tanto por indígenas como por africanos. As autoridades recorriam a escravos ladinos para a captura dos

fugitivos que, em grande parcela, eram boçais que se embrenhavam na floresta e tinham como destino o Rio Araguari para constituírem seus mocambos.

Durante a construção da fortaleza, os trabalhadores enfrentaram várias dificuldades, como a insalubridade da Vila de São José de Macapá e epidemias de sarampo e malária, responsáveis por vitimar desde trabalhadores a colonos. Com o aumento da população, houve o aumento do consumo de alimentos que, com efeito, gerou a falta dos principais produtos da região, como, por exemplo, peixe, farinha e caça. Destaca-se que a língua era uma grande fronteira entre os indígenas e as autoridades que chefiavam a construção. Os indígenas ainda falavam o nheengatu (língua geral setentrional ou da Amazônia) e os dialetos de suas nações, dificultando o diálogo entre as partes. Nesse processo, as autoridades não se entendiam enquanto hierarquia da construção, tendo conflitos de interesses entre o engenheiro Henrique Antônio Galúcio e o comandante da praça militar de Macapá Athayde Verona. Como consequência, Galúcio escondeu os projetos da fortaleza para que ninguém tivesse acesso, além dele (Canto, 2021; Nascimento, 2021; Raiol Junior, 2024).

Com a morte de Henrique Antônio Galúcio, assumiu as obras da fortaleza provisoriamente o capitão Henrique João Wikens e, depois, o engenheiro sargento-mor Gaspar João Geraldo de Gronfeld. A partir de 1771, as obras seguem com um ritmo mais lento, pois a fortaleza já estava praticamente pronta, precisando de alguns reparos que

preocupavam as autoridades, como a falta de fosso de água potável e, principalmente, a situação do baluarte São José, que foi construído em uma parte pantanosa e estava sofrendo rachaduras. O engenheiro Gronfeld, juntamente com o governador do Grão-Pará João Pereira Caldas, solicitou ao rei Dom José I e ao marquês de Pombal autorização para fazer os devidos reparos ou paralisar as obras, mas não obteve resposta. Porém, em 24 de fevereiro de 1777 o rei Dom José I morre e assume o poder sua filha, Dona Maria I (que ficou conhecida como a louca), que, de imediato, afastou Sebastião de Carvalho e Melo – o marquês de Pombal (Castro, 1999; Picanço, 1981; Sarney; Costa, 1999).

A rainha Dona Maria I, por sua vez, logo iniciou o projeto que se chamou de *viradeira*, que consistiu em abandonar todas as políticas pombalinas, principalmente para a região amazônica, que estavam sendo implementadas desde Pombal, como as demarcações de limites, a defesa a partir das fortificações e a agricultura para uma produção industrial. Contudo, mesmo sem a autorização real, foram feitos os devidos reparos na fortaleza e no dia 19 de março de 1782, dia de São José, padroeiro de Macapá (hoje também do estado do Amapá), ele foi inaugurada, mas que logo caiu no abandono, já que a rainha não se interessou pelo empreendimento e muito menos pelos projetos de marquês de Pombal.

No entanto, com o passar do tempo a Fortaleza de São José de Macapá foi restaurada e, em 22 de março de 1950, a imponente fortaleza foi tombada como patrimônio histórico pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Acrescenta-se que, no século XXI, o governo do estado do Amapá realizou a construção do Parque do Forte, no entorno da fortificação, e inaugurou uma nova estátua de São José no referido parque (Castro, 1999; Picanço, 1981).

Referências Bibliográficas

CANTO, Fernando. **Fortaleza de São José de Macapá**: vertentes discursivas e as cartas dos construtores. Brasília, DF: Senado Federal, 2021.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. O fecho do Império: história das fortificações do cabo Norte ao Amapá de hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Nas Terras do Cabo Norte**: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII – XIX). Belém: Editora Universitária da UFPA, 1999. p. 129-194.

GOMES, Flávio dos Santos. Fronteiras e Mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Nas Terras do Cabo Norte**: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII – XIX). Belém: Editora Universitária da UFPA, 1999. p. 225-317.

- MACHADO, Lia Osório. Limites e Fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Território**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 9-29, 2000.
- MAGALHÃES, Marcos Pereira. Arqueologia na Fortaleza de São José de Macapá. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Ciências Humanas**, Belém, v. 1, n. 3, p. 33-59, set./dez. 2006.
- NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. **Entre matas, rios e igarapés: a história colonial do Amapá**. Rio Branco: Nepan, 2021.
- PICANÇO, Estácio Vidal. **Informações Sobre a História do Amapá (1500 – 1900)**. Macapá: Imprensa Oficial, 1981.
- PLANTA da Casa Forte do Rio Araguari. **Objeto Digital – Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: objdigital.bn.br/acervo_digital/rede_memoria/projeto_resgate/iconografia_AHU/ahu-pa_788/ahu-pa_788.html. Acesso em: 01 fev. 2021.
- RAIOL JUNIOR, Leonardo. **O mundo do trabalho colonial e a construção da Fortaleza de São José de Macapá**. Brasília, DF: Senado Federal, 2024.
- SANTOS, Fernando Rodrigues. **História da Conquista do Amapá**. Fortaleza: Premiuns, 2013.
- SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá: a terra onde o Brasil começa**. Brasília, DF: Senado Federal, 1999.
- VIANA, Arthur. As fortificações da Amazônia. *In: Annaes da Bibliotheca e Archivo Público*. [S. l.: s.n.], 1905. t. 1.

O MARABAIXO E O BATUQUE



(EF08HI-AP01) Identificar a política pombalina na Amazônia e seu reflexo no Amapá.

As políticas pombalinas (1750-1777) na região do Cabo Norte (atual Amapá), como as de defesa com construções de fortificações, transferências de colonos (das ilhas de Açores, Madeira, Canárias e da África) para o povoamento intensivo e a diversificação econômica a partir da agricultura, introduziram a mão de obra de africanos escravizados na região. Conseqüentemente, houve contatos interétnicos que ocasionaram o processo do sincretismo religioso e cultural como estratégia para evitar e reduzir conflitos com os colonos portugueses e membros da Igreja Católica. Além das fugas, a adoção de práticas religiosas do catolicismo foi um ato de sobrevivência e adaptação que africanos utilizaram em meio a escravização que sofriam.

Sincretismo

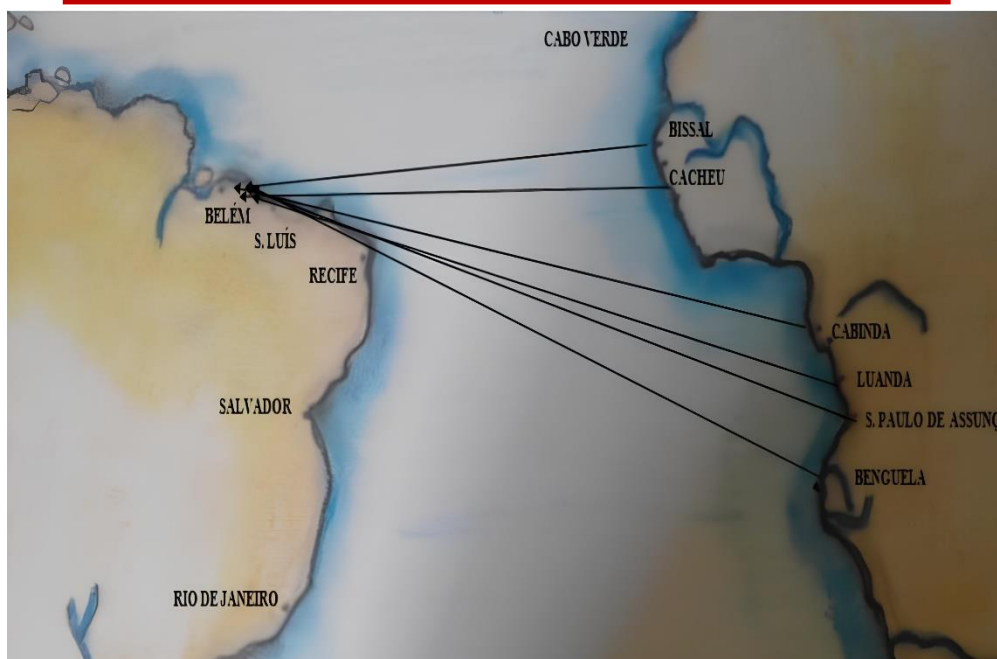
Fusão de elementos religiosos, culturais ou ideológicos distintos que formarão uma nova cultura, religião ou sociedade.

Malês

Nome atribuído aos escravos islamizados trazidos do Norte de África.

É importante ter em mente que os escravos eram considerados mercadorias por seus donos. Dessa forma, sofriam com o controle de suas ações e, portanto, com a violência física, espiritual e cultural. A maioria dos africanos trazida para trabalhar como escravos tanto na construção da Fortaleza de São José quanto nas lavouras de arroz, algodão, feijão etc., foi oriunda da Guiné Portuguesa, Bissau, Cacheu e do reino de Angola, que tinham cultura de origem Banto. Os que chegaram à Vila de Mazagão, alguns eram de religião islã (os malês). A partir da introdução desses elementos culturais e a mistura religiosa com o catolicismo, originou-se no Cabo Norte (atual Amapá), no século XVIII, manifestações populares sincréticas como o marabaixo e o batuque que perpetuam a resistência e a estratégia de sobrevivência do povo africano na região, as quais se passam de geração em geração através da oralidade (Canto, 1998; Ferretti, 1998; Martins, 2016; Nascimento, 2021; Videira, 2009, 2014).

Itinerário do Tráfico de Escravos da Costa Ocidental da África para Amazônia Colonial (1732-1807)



Fonte: IPHAN (2018, p. 61).

Os festejos do Marabaixo estão ligados diretamente às políticas do século XVIII executadas por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, com a transferência de açorianos para Macapá, a construção da Fortaleza de São José de Macapá com a introdução de africanos escravizados e a fundação da Vila de Mazagão, que transferiu cerca de 136 famílias da Mazagão Africana que, em sua composição, havia tanto açorianos como africanos escravizados. As festas em honra ao Divino Espírito Santo eram uma prática religiosa nas ilhas de Açores (São Miguel, Faial e Graciosa) que foram introduzidas pela ordem dos franciscanos. Ao chegarem na região, a tradição religiosa continuou sendo realizada pelo incentivo dos jesuítas. Assim, aos poucos, os elementos culturais africanos foram se misturando em um processo de fusão com o referido festejo religioso, sendo praticado também pelos escravos em meio a alianças e resistências ao trabalho compulsório e à negação de suas práticas religiosas e culturais (Canto, 1998; Ferretti, 2007; Martins, 2016; Motinha, 2008; Videira, 2009).

Não se sabe ao certo o ano que começou a prática do Marabaixo e nem o significado exato da palavra. Pesquisas apontam que a palavra “marabaixo” relaciona-se à difícil e forçada travessia nos navios negreiros pelo Atlântico, quando jogavam os corpos dos africanos mortos “mar abaixo”; ideia essa bastante difundida, até mesmo pela oralidade dos mais antigos. Porém, estudos revelam que a palavra “mar abaixo” na época não existia na

língua portuguesa, logo, o mais provável é que o significado da palavra “marabaixo” seja uma variação equivocada das palavras “marabuto” ou “marabut”, do árabe, que quer dizer sacerdote dos malês (Canto, 1998, 2017; Jackson, 2023; Videira, 2009).

O Marabaixo é uma festa em honra aos santos Divino Espírito Santo e a Santíssima Trindade que ocorre nas áreas urbanas e rurais do Amapá, diferenciando-se em poucos aspectos entre si. Nos séculos XVIII, XIX e início do XX, a festa era composta por folias, oferendas, bandeiras dos santos, coroas, mastros enfeitados e aspectos da cultura negra que, comumente, são chamados de profanos, como o batuque de tambores, a murta, a mucura (bebida que misturava cachaça, ovo batido, açúcar e limão) e a carioca (espécie de capoeira), sendo realizada em frente à igreja matriz de São José.

Contudo, a partir da relação conflituosa com a Igreja Católica, alguns aspectos foram modificados e outros foram se perdendo ao longo dos anos, como a não realização da carioca e da festa em frente à Igreja de São José, a escolha de um festeiro a cada ano para realização do evento em sua casa e a incorporação da gengibirra (bebida que mistura cachaça com gengibre) para aliviar as cordas vocais dos cantadores (Canto, 1998, 2017; Martins, 2016; Videira, 2009).

A Carioca no Ano de 1949 em Frente à Igreja São José em Macapá



Fonte: IPHAN (2018, p. 54).

Entre os conflitos dos escravos e afrodescendentes com a Igreja Católica, destacam-se a não aparição de padres para a realização de missas, a proibição dos negros de entrarem nas igrejas com bandeiras, as coroas e as caixas de marabaixo. Um dos episódios

mais tensos desse conflito foi a quebra da coroa de prata do Espírito Santo pelo padre belga e missionário da Sagrada Família Júlio Maria de Lombaerd, que ainda mandou entregar os pedaços aos festeiros. O religioso combatia a manifestação com o discurso pejorativo, segundo o qual o Marabaixo era só batuque e bebedeira; ocasião em que os marabaixeiros ameaçaram invadir a casa do padre, porém, foram contidos pelo intendente coronel Teodoro Manuel Mendes. Com a transformação da região em Território Federal do Amapá no dia 13 de setembro de 1943 e a chegada do seu primeiro governador em janeiro de 1944, o capitão Janary Gentil Nunes, com seu plano de governo “sanear, educar e povoar”, retirou as famílias negras e afrodescendente do centro da cidade de Macapá e as transferiu para o Laguinho, Favela e Igarapé das Mulheres (atualmente os bairros Laguinho, Santa Rita e Perpétuo Socorro respectivamente).

Padre Júlio Maria de Lombaerd



Fonte: Canto, 1998, p. 43.

Assim, o Marabaixo passou a ser realizado em vários locais de Macapá, chegando a ter algumas rupturas entre os grupos realizadores da manifestação religiosa e cultural popular. Com a chegada dos padres italianos do Pontifício Instituto da Missões Estrangeiras

Macumba

Instrumento musical utilizado em cerimônias de religiões afro-brasileiras como o candomblé e a Umbanda. Termo, pejorativa de se referir a essas religiões.

(PIME) em 1948, os conflitos continuaram. Agora, tinha-se a igreja e os Estados Unidos em um discurso hegemônico que tratava a festa como mero folclore e macumba, tentando enfraquecer o movimento negro no Amapá com a proibição do Marabaixo novamente na Igreja de São José. Contudo, os afrodescendentes resistiram não só ao tempo como à tentativa de anulação dos festejos que misturam o sagrado com o profano, utilizando-se de estratégias como a

escolha de um festeiro para organizar e recepcionar os marabaixeiros, a qual passou a ser feita anualmente depois de cada ciclo (Canto, 1998, 2017; Lobato, 2019, Martins, 2016; Videira, 2009).

É bom lembrar que o Marabaixo obedece ao calendário litúrgico da Igreja Católica que se inicia logo após a Semana Santa. É um ciclo que dura, aproximadamente, dois meses de adoração e folias ao som do batuque de tambores e danças com coreografias circulares, ou seja, em círculo e roupas bastantes coloridas. O Marabaixo tem em sua

composição o sagrado a partir das ladainhas (nove para o Divino Espírito Santo e nove para a Santíssima Trindade), missas, oferendas e promessas. Na parte profana, a partir da dança com uma musicalidade entoada pelas caixas de marabaixo (os tambores), são embaladas músicas chamadas de “ladrões de marabaixo”, que são versos que contam histórias dos antepassados e do cotidiano do afrodescendente, gengibirra (mistura de cachaça e gengibre) e cozidão de carne. O ciclo do Marabaixo, portanto, tem início no Sábado de Aleluia, nas comunidades da Favela (hoje bairro Santa Rita) e Campina Grande, e no Domingo de Páscoa no bairro do Laguinho, com alvorada de fogos. Termina no Domingo do Senhor, com a derrubada do mastro e a escolha do festeiro para o próximo ano (Canto, 2017; Jackson, 2023; Martins, 2016; Videira, 2009).

Festa do Marabaixo na Associação Cultural Raimundo Ladislau



Fonte: IPHAN (2018, p. 36).

A seguir, são destacados alguns pontos importantes no ciclo do Marabaixo:

1. Cortação do mastro: cinco semanas após a Páscoa, o mastro é cortado para ser enfeitado com murta (planta que, na crença popular, espanta os maus olhados);
2. Domingo do mastro: após a missa, os marabaixeiros se deslocam para a casa do festeiro com o mastro e o Marabaixo, dançando do meio-dia até a meia-noite;
3. Quarta da murta: a primeira quarta-feira após o domingo do mastro, os marabaixeiros vão “quebrar a murta”, cantando e dançando pelas ruas da cidade com a bandeira do Espírito Santo. Em seguida, voltam pelo mesmo caminho e guardam a murta para enfeitar o mastro

- no dia seguinte;
4. Quinta-feira da hora: é o dia de enfeitar o mastro do Divino Espírito Santo com a murta em toda a sua extensão (o mastro mede, aproximadamente, cinco metros), depois realiza-se a levantação do mastro e se dança Marabaixo até às 18 horas. A partir desse dia, começam as novenas com ladainhas em homenagem aos santos em frente a um altar ornamentado com fitas na casa do festeiro. À noite, tem o baile com a dança do Marabaixo;
 5. Sábado da Trindade: baile dançante;
 6. Domingo do Espírito Santo e murta da Trindade: após a missa, tem-se a “quebra da murta”, cantando e dançando pelas ruas empunhando a bandeira da Santíssima Trindade. À noite, ocorre novena à Santíssima Trindade;
 7. Segunda-feira do Mastro: a partir das 6h ocorre o enfeite e o levantamento do mastro em honra à Santíssima Trindade, com a dança do Marabaixo até às 12h;
 8. Domingo do Senhor: último dia do ciclo com dança até às 18h, com um intervalo para derrubada do mastro (os dois). Retorna-se com a dança do Marabaixo até o outro dia (Canto, 1998; Jackson, 2023).

Derrubada do Mastro na Favela (bairro Santa Rita) na AZEBIC



Fonte: Jackson (2023, p. 125).

Sem dúvida, o Marabaixo é umas das principais manifestações religiosas e culturais afro-amapaense com ritmo contagiante, próprio e com muita alegria. Por meio dela, as comunidades afrodescendentes perpetuam a história e cultura de seu povo sempre

resistindo ao tempo e aos discursos hegemônicos que tentam diminuir a sua complexidade e beleza. O ciclo Marabaixo inseriu-se no calendário cultural do estado do Amapá pela Lei nº 845, de 13 de julho de 2004 (autoria do ex-deputado estadual Alexandre Barcellos), tendo sido considerada como um bem histórico e cultural do estado pela Lei nº 1.263, de 2 de outubro de 2008 (autoria do ex-deputado estadual Roberto Góes) e pela Lei nº 1.521, de 29 de novembro de 2010, de modo que o dia 16 de junho foi declarado “Dia do Marabaixo” (autoria do ex-deputado Dalton Martins). No dia 8 de novembro de 2018, o Marabaixo foi reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil pelo IPHAN, por ser uma manifestação religiosa e cultural de afirmação de memória e identidade negra brasileira (Amapá, 2004, 2008, 2010, IPHAN, 2018).

Diferente do Marabaixo, a manifestação religiosa e cultural do Batuque é mais praticada nas zonas rurais de Macapá e no interior do estado do Amapá, como Curiaú, Curralinho, Mazagão, Igarapé do Lago, Ilha Redonda, São Pedro dos Bois dentre outras comunidades quilombolas. O termo Batuque é mais genérico que o de Marabaixo, sendo utilizado há bastante tempo na Amazônia em relação com o processo de ocupação, defesa e a entrada de africanos escravizados e fugitivos. Tem como noção a dança de negros ou dança de tambor, sendo uma variação da palavra africana “bater”, talvez “batchuque” ou “baçuque”, das regiões do Congo ou de Angola. Em sua composição, também se tem a conjuntura do sagrado e do profano, associando a crença e o culto a santos católicos com práticas influenciadas pela cultura africana, sendo assim, fazendo parte do catolicismo popular amazônico (Bentes, 2020; Coelho; Diniz, 2016).

Pesquisas apontam que o Batuque surgiu em forma de agradecimentos às boas colheitas e à fertilidade, tendo uma relação entre patrões e trabalhadores. Dessa forma, a festividade começa com missa e ladainhas em honra ao santo católico que a comunidade tem como padroeiro protetor, como, por exemplo, a da comunidade do Igarapé do Lago em que sua festividade é em honra à Nossa Senhora da Piedade, e do Curiaú a São Joaquim. As festas em honra a santos nas comunidades quilombolas, seguidas do Batuque, são a representatividade e afirmação de suas identidades afro-religiosas amapaense. As missas e ladainhas são realizadas na maioria das comunidades quilombolas em capelas, nos chamados

Imagem de São Joaquim na Festa do Batuque, no Curiaú



Fonte: Videira (2010, p. 122).

barracões ou próximos a eles, onde, além da imagem do santo, tem-se um altar enfeitado com fitas coloridas e, em frente, o mastro enfeitado com a bandeira do referido santo (Coelho; Diniz, 2016; Jackson, 2023; Videira, 2010).

Após o evento religioso, os tocadores acendem uma fogueira (ele é mantida pela noite toda acesa) perto do barracão, que também é conhecido como sede social, para afinação dos instrumentos que serão utilizados durante o baile. O Batuque se destaca pela intensidade de sua musicalidade e na dança, que são produzidas pelos instrumentos que compõem a manifestação religiosa e cultural: dois tambores chamados de “macacos” – um dobrador (com som mais agudo) e outro amassador, que são feitos de forma artesanal da madeira macacaueira e de couro de animais; e dois pandeiros, podendo ser três ou quatro, feitos de couro de carneiro ou de sucuriju (serpente); reco-reco; xeque-xeque; e violas. No passado usava-se clarinete, banjo e um bumbo (Jackson, 2023; Videira, 2010).

Afinação dos Instrumentos para na Festa do Batuque



Fonte: Jackson (2023, p. 127).

Após os tocadores colocarem os macacos no par de tesouras, que são apoios para os tambores, esses instrumentos ajudam os solistas (que são chamados de cantadores) a entoar as bandaias (cantigas de batuque) que são os versos cantados, cujos refrões são respondidos pelo público presente no festejo. Ao ritmo do Batuque, todos (homens, mulheres e crianças) vão formando um círculo, dançando e respondendo às bandaias durante a noite toda, mas também fazendo algumas pausas para afinação dos instrumentos musicais. Próximo ao

amanhecer, tem-se a *aurora*, momento em que os festeiros contemplam e valorizam o amanhecer de um novo dia. Começa-se a entoar bandaias em agradecimentos a essa dádiva, quando, ao raiar o dia, é servida uma sopa com muitos legumes e carne para retornarem para suas residências. A festa termina com o baile dançante com estilos musicais variados, como zouk, kassicó, bolero entre outros, já fugindo um pouco da tradição afro-amapaense das comunidades (Videira, 2010).

Aurora

Momento em que o sol nasce no horizonte; nascente. No figurado: Os primeiros indícios de alguma coisa; começo.

Dessa maneira, tanto o Marabaixo como o Batuque são símbolos de resistência, adaptação e continuidade de tradições seculares que configuram a cultura da região. Mesmo com a criação de fronteiras que as discriminam, essas práticas religiosas e culturais permanecem vivas e fortes a cada ano. É relevante pensarmos essas manifestações religiosas e culturais como um sistema social em que são produzidos valores e sentidos para a formação identitária do afrodescendente, mas também da cultura do estado do Amapá, funcionando, assim, como catalisadores de mudança e reconhecimento da história, cultura, religião de nossos antepassados que contribuíram para a formação da nossa região em todos os segmentos.

Referências Bibliográficas

AMAPÁ. **Lei nº 845, de 13 de julho de 2004**. Cria e insere no calendário cultural o CICLO DOMARABAIXO E BATUQUE no âmbito do Estado do Amapá e dá outras providências. Macapá – AP, ALAP. Macapá: Assembleia Legislativa, [2004]. Disponível em: www.al.ap.gov.br/ver_texto.php?iddocumento=19732&op=imprimir. Acesso em: 23 jan. 2021.

AMAPÁ. **Lei nº 1.263, de 02 de outubro de 2008**. Considera bem histórico e cultural do Estado do Amapá, para fins de tombamento de natureza imaterial, a manifestação folclórica do Marabaixo, que ocorre no Estado do Amapá. Macapá – AP, ALAP. Macapá: Assembleia Legislativa, [2008]. Disponível em: www.al.ap.gov.br/ver_texto.php?iddocumento=24821&op=imprimir. Acesso em: 23 jan. 2021.

AMAPÁ. **Lei nº 1.521, de 29 de novembro de 2010**. Declara o dia 16 de junho, Dia Estadual do Marabaixo Amapaense, como data comemorativa no âmbito do Estado do Amapá e dá outras providências. Macapá – AP, ALAP. Macapá: Assembleia Legislativa, [2010]. Disponível em: http://www.al.ap.leg.br/ver_texto_consolidado.php?iddocumento=27969#:~:text=107. Acesso em: 23 jan. 2021.

BENTES, Sabrina Natali Silva. “Aonde tu vai, rapaz, por esses caminhos sozinho?”: histórias e caminhos do Marabaixo pelas ruas de Macapá –AP. **Revista Em Perspetiva**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 154-175, 2020.

CANTO, Fernando. **A água Benta e o Diabo**. 2. ed. Macapá: FUNDECAP, 1998.

CANTO, Fernando. **O Marabaixo através da história**. Macapá: Printgraf, 2017.

COELHO, Clícia Tatiana Alberto; DINIZ, Raimundo Erundino Santos. Batuque, arte e educação na comunidade quilombola São Pedro dos Bois. **Margens: revista interdisciplinar**, [s. l.], v.10, n. 15, p. 133-149, dez. 2016.

FERRETTI, Sérgio E. Sincretismo Afro-Brasileiro e Resistência Cultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 182-198, jun. 1998.

FERRETTI, Sérgio E. **Sincretismo e Religião na Festa do Divino**. Comunicação originalmente apresentada em mesa redonda no Encontro Internacional sobre o Divino, organizado pelo SESC em S. Luís de 16 a 20/05/2007.

IPHAN. **Dossiê de Registro: marabaixo**. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2018.

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/DOSSIE_MARABAIXO.pdf. Acesso em: 23 jan. 2021.

JACKSON, Alci. **A cultura negra no Amapá: história, tradição e políticas públicas**. Macapá: Cromoset, 2023.

LOBATO, Sidney. **A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944 – 1964)**. Belém: Paka-Tatu, 2019.

MARTINS, Rostan. **Aonde tu vai, rapaz, por esses caminhos sozinho?: comunicação e semiótica do marabaixo**. São Paulo: Scortecci, 2016.

MOTINHA, Katy Eliana Ferreira. Vila Nova de Mazagão: espelho de cultura e de sociabilidade portuguesas no vale amazônico. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME, 2008, Lisboa. **Actas [...]**. Lisboa: CIEARE, 2008. p.1-27. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/katy_motinha.pdf. Acesso em: 19 set. 2024.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. **Entre matas, rios e igarapés: a história colonial do Amapá**. Rio Branco: Nepan, 2021.

VIDEIRA, Piedade Lino. **Marabaixo, dança afrodescendente: significando a identidade étnica do negro amapaense**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

VIDEIRA, Piedade Lino. **Batuques, Folias e Ladainhas: a cultura do quilombo do Cria-ú em Macapá e sua educação**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

VIDEIRA, Piedade Lino. O Marabaixo do Amapá: encontro de saberes, histórias e memórias afro-amapaenses. **Revista Palmares**, [s. l.], Ano X, n. 8, p. 38-55, nov. 2014.

VILA VISTOSA DE MADRE DE DEUS



(EF08HI-AP01) Identificar a política pombalina na Amazônia e seu reflexo no Amapá.

As chamadas políticas pombalinas para a Amazônia estavam bem claras: defender a região, ocupá-la com a transferência de colonos e transformar o indígena local em vassalo da Coroa Portuguesa. Porém, no campo econômico, Marquês de Pombal quis diversificar a economia da região implementando agricultura. Nas terras do Cabo Norte (atual Amapá), as fundações de vilas e povoados foram acompanhadas do extrativismo das “drogas do sertão”, com a introdução da cultura do arroz, do algodão, feijão, milho, mandioca, farinha etc. Nesse processo, além da estrutura de fortificações, a ideia era inserir o Cabo Norte nas malhas mercantilistas, a fim de gerar lucros ao sistema colonial português.

Mercantilismo

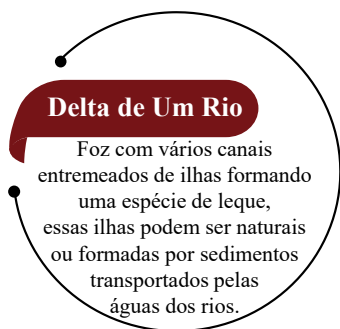
Conjunto de ideias e práticas de intervenções na econômica executadas pelos Estados absolutistas europeus durante a idade moderna.

Assim, no dia 4 de fevereiro de 1758 o governador e capitão-geral do estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, responsável para pôr em prática as diretrizes traçadas por seu irmão, o Marquês de Pombal, elevou Macapá à categoria de Vila de São José de Macapá e, no mesmo dia, fundou o povoado de Sant’Ana. A ocupação do novo povoado ficou a cargo de açorianos, mestiços vindos do Pará e do sertanista Francisco Portilho de Melo, que, fugindo da Coroa Portuguesa, embrenhava-se nas florestas amazônicas, escravizando indígenas. Desse modo, ele teve seus crimes perdoados em 21 de março de 1755 e, assim, pôde se estabelecer em Santana. A fundação do povoado obedecia a três objetivos bem definidos, que eram: dar suporte à Vila de São José de Macapá, fornecer indígenas como mão de obra tanto para Macapá como para regiões vizinhas e destruir um mocambo que existia na região (Marin, 2005; Picanço, 1981; Raiol Júnior, 2024).

Sertanista

Indivíduo que no Brasil fazia expedições destinadas a explorar a colônia para capturar indígenas, escravos furtivos e procurar metais preciosos.

Mas, o povoado de Sant'Ana teve dificuldades em cumprir seus objetivos, principalmente pela morte de muitos indígenas por doenças tropicais como a malária e o descaso por parte do governo. Ao assumir o governo do estado do Grão-Pará e Maranhão em



14 de setembro de 1763, Fernando da Costa de Ataíde e Teive deu prosseguimento às diretrizes pombalinas no processo de defesa e ocupação da região amazônica e planejou a fundação de mais uma vila no Cabo Norte, com o objetivo de dar um melhor suporte a Macapá e criar um sistema eficaz de defesa das fronteiras com conexões entre vilas no Delta do Amazonas. Dessa forma, encarregou o desembargador Feliciano Ramos Nobre Gusmão das obras das casas da nova

vila que passou a ser chamada de Vistosa de Madre de Deus, bem como de fazer a cerimônia de fundação da vila, que ocorreu em setembro de 1767.

O lugar escolhido pelo governo colonial foi a margem esquerda do Rio Anaeurapucu (hoje Vila Nova), a sete léguas de sua foz e que deságua no Rio Amazonas, ficando distante da Vila de São José de Macapá, a 24 horas de barco (na época colonial), lugar considerado propício à agricultura igual a Macapá. A princípio, foram construídas cerca de 112 casas de madeira cobertas de palha para os colonos que foram transferidos da região de Funchal (ilha da Madeira), algo em torno de 40 degredados do reino de Portugal e alguns estrangeiros, mais uma igreja e a casa do pároco. Ao longo do processo de colonização da vila, foi se criando a ideia de se construir uma passagem que ligasse Vistosa de Madre de Deus a Macapá por terra, para facilitar a comunicação e o comércio entre as duas vilas. As casas foram custeadas pela fazenda real e com poucas despesas dos novos moradores, contudo, as moradias não chegaram a ser todas habitadas e algumas, na época da fundação da vila, já se encontrava em ruínas (Andrade; Albuquerque, 2006; Costa, 2022; Santos, 2013).

Entrada do Rio Amazonas na Costa de Macapá e da Vistosa Madre de Deus



➡ Vila de São José de Macapá (1758)

➡ Vila Vistosa de Madre de Deus (1767)

Fonte: Costa (2022, p. 249).

O povoamento da nova vila foi marcado por muito desequilíbrio e intranquilidade, pois havia uma separação preconceituosa entre os colonos que se dividiam em filhos das ilhas e filhos do reino (degredados), os quais se encontravam em constantes relações conflituosas, principalmente quando os filhos das ilhas excluía os do reino em decisões administrativas da vila. Foi necessário o governador Ataíde e Teive baixar uma ordem ameaçando de prisão no calabouço da fortaleza de Macapá quem cometesse injúrias aos filhos do reino.

Em relação ao processo econômico a Vila Vistosa de Madre de Deus produziu pequenas roças de arroz, milho, algodão e urucum, apenas para o sustento próprio dos moradores, não conseguindo entrar no comércio agrícola. Além dos conflitos entre os moradores, outros fatores dificultaram a vila prosperar, como: as constantes fugas de indígenas e escravos, a epidemia de malária que assolou a vila matando a metade da população e a insalubridade do local com o esquecimento do governo do Grão-Pará (Costa, 2022; Marin, 2005; Santos, 2013).

Levantamento dos Casais da Vila Vistosa Madre de Deus, em 1772

Mapa dos Casais da V ^a . Vistosa N. Sr. ^a Madre de Deus, que se acham ausentes e presentes, 5 de dezembro de 1772	Existente	Ausente	Soma
Povoadores filhos do Reino	76	19	95
Povoadores filhos das Ilhas	33	10	43
Povoadores Estrangeiros	16	35	51
Soma Total	125	64	189

Fonte: Costa (2022, p. 258).

Em 21 de novembro de 1772, assume o governo do estado do Grão-Pará João Pereira Caldas, que, ao visitar a vila, deparou-se com a calamidade em que viviam os moradores, as dificuldades na produção agrícola e na arrecadação para a fazenda real. Aos poucos, a população que sobrevivia às doenças tropicais e à falta de incentivo por parte do governo colonial foi migrando para outras regiões, como Macapá, ilha de Sant'Ana e até mesmo para Belém. A partir da década de 1780 a vila já se encontrava em um vazio demográfico elevado, demonstrando a falha no objetivo de povoamento e defesa a partir da Vila Vistosa de Madre de Deus, tanto que em 1785 não havia nem padre no lugar.

Aos pouco a vila desapareceu, sendo mencionada em alguns documentos. Porém, no século XXI, a pedido do governo do estado do Amapá, foi feito um estudo arqueológico na região e, em meio à mata fechada, foram encontradas ruínas de uma construção em pedras que supostamente era a igreja da vila (Albuquerque, 2007; Santos, 2013).

Ruínas da Igreja da Vila Vistosa de Madre de Deus



Fonte: Albuquerque (2007, p. 319).

Abandonada a Vila Vistosa de Madre de Deus, o tempo e a floresta amazônica foram tomando conta e desfazendo um dos pontos da política pombalina de defesa e ocupação no Cabo Norte, não sobrevivendo nem as tradições orais que se transmite de geração a geração, ficando a memória apenas de documentos oficiais do governo colonial português e algumas ruínas. Vistosa foi a materialização da preocupação da defesa da região, ao mesmo tempo em que demonstrava que a prioridade da política portuguesa no território fronteiriço era a Vila de São José de Macapá, com sua imponente fortaleza que se transformava no maior símbolo expansionista português no norte da América portuguesa.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Marcos. Remanescentes materiais do período pombalino no Amapá. **Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação**, Olinda, v. 1, n. 6, p. 313-319, 2007.

ANDRADE, Rúbia Nogueira de; ALBUQUERQUE, Marcos. A Defesa do Amazonas no Período Pombalino: uma visão arqueológica. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 6., 2006, Recife. **Anais [...]**. Recife: UFRPE, 2006. p. 1-19.

COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. **Em verdes labirintos: a construção social da fronteira franco-portuguesa (1760 – 1803)**. Belém: Paka-Tatu, 2022.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Agricultura no delta do Rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 1, p. 73-114, jun. 2005.

PICANÇO, Estácio Vidal. **Informações Sobre a História do Amapá (1500 – 1900)**. Macapá: Imprensa Oficial, 1981.

RAIOL JUNIOR, Leonardo. **O Mundo do trabalho colonial e a construção da Fortaleza de São José de Macapá**. Brasília, DF: Senado Federal, 2024.

SANTOS, Fernando Rodrigues. **História da Conquista do Amapá**. Fortaleza: Premiuns, 2013.

VILA DE MAZAGÃO E A FESTA DE SÃO TIAGO



(EF08HI-AP01) Identificar a política pombalina na Amazônia e seu reflexo no Amapá.

A história da Vila de Mazagão começa ainda no século XVI, no processo de expansão ultramarina portuguesa pelo litoral africano com o intuito de encontrar um novo caminho para as Índias e obter as famosas especiarias e artigos de luxo que tinham grande valor econômico na Europa. O início se dá a partir da tomada de Ceuta em 1415, momento a partir do qual, aos poucos, os portugueses vão criando uma rede de feitorias pelo litoral africano, como Alcácer-Quiber (1458), Tânger e Arzila (1471) e Azamor (1513). Ainda no ano de 1509, o rei Dom João III de Portugal manda construir uma fortificação com quatro torres no ponto mais seguro para as embarcações no litoral da África, no território que hoje compreende Marrocos. Em 1514, os portugueses decidem reforçar a fortificação e ocupar o ponto como feitoria, com a denominação de Mazagão.

Planta de Mazagão na África



Fonte: Paula (2025).

Essa rede de feitorias na África foi composta por dois elementos: o espiritual e o comercial. Espiritual, pois os portugueses estavam tentando expandir o cristianismo pela África. Contudo, a maior parte da região era de religião islã, constituída por mouros, e a estadia dos portugueses na Mazagão africana foi repleta de conflitos com os árabes. A região garantiria a Portugal um intercâmbio comercial com rotas onde se tinham negociações de ouro, escravos e especiarias. Mazagão é uma palavra derivada do berbere Mazighan, que tem em seu significado “água do céu”, que denominava os poços que serviam para o recolhimento da água da chuva (Assunção, 2009; Vidal, 2008).

Mouro

Indivíduo árabe-berbere que invadiram a Península Ibérica e habitavam no Norte de África.

Fortaleza de Mazagão na África



Fonte: Paula (2025).

A fortaleza ou Praça de Mazagão era composta por casas para os colonos, presídio e igreja com a denominação de Nossa Senhora de Assunção. Era isolada por profundos fossos que contornavam a fortificação e que continham um formato em estrela, com quatro pontos. O dia a dia dos moradores era difícil, pois tinham de viver com as hostilidades dos mouros, com poços envenenados e contaminados por animais mortos que eram jogados, além dos ataques às plantações que destruíam os campos cultiváveis. A vigilância da fortaleza cristã era feita diariamente por cerca de 80 soldados se revezando durante o dia e continha 6 sentinelas denominados de atalaias, que ficavam em observação e, se algo acontecesse, eles relatavam para o restante do grupo, logo sendo montado um plano de resistência.

A história da Mazagão africana é cercada pelo mito do heroísmo, como a resistência ao ataque de 1561, do sultão Mulá Abdallah e seu filho Mulá Mohamed, que, durante o cerco os mouros, tiveram cerca de 25 mil mortos e os portugueses em torno 117; para se ter ideia, Mazagão tinha cerca de 2.600 habitantes na época e recebeu um reforço de 20 mil soldados para o combate contra os mouros. Mazagão, no continente africano, tinha um duplo simbolismo: para os portugueses, era o orgulho da resistência cristã contra o expansionismo do islã, que seus praticantes eram considerados hereges e infiéis pelos europeus; já para os mouros, era um território que insultava a religião e a cultura islâmicas.

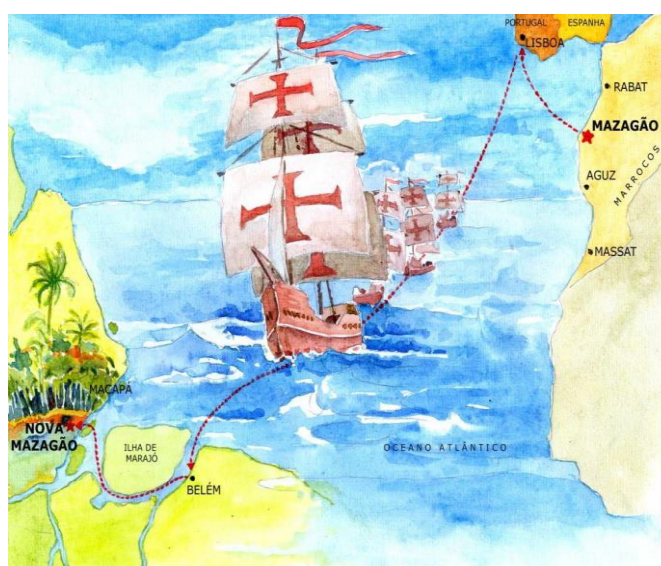
Aos poucos Mazagão vai perdendo sua importância para a Coroa Portuguesa, principalmente após dois episódios: o primeiro foi o terremoto que assolou Lisboa em 1º de novembro de 1755 e que a reconstrução da cidade custou caro aos cofres portugueses; e o segundo, a extração do ouro na América portuguesa. Dessa forma, Portugal considerava abandonar a Praça de Mazagão, na África, pois já não podia custear o território.

Assim, a Coroa Portuguesa começa a planejar o abandono de Mazagão na África e relocar os moradores para a Amazônia, já que era necessário uma efetiva colonização na região, principalmente na parte setentrional, onde os franceses invadiam e praticavam comércio com os indígenas da localidade. Outro fator era o isolamento em que vivia a Vila de São José de Macapá e sua dificuldade em obter alimentos, pois a maioria dos indígenas e africanos escravizados foi deslocada para as obras da construção da fortaleza de São José de Macapá.

O marquês de Pombal com seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em março de 1769, dão ordens ao governador Fernando da Costa de Ataíde Teive para construção de uma nova vila nas margens do Rio Mutuacá, ao mesmo tempo em que ocorria a transferência de cerca de 2.092 colonos portugueses (425 famílias) para a cidade de Lisboa, em Portugal, antes de serem enviados para a Amazônia (Santos, 2013; Silva; Tavim, 2004; Vidal, 2008).

Em relação ao lugar, no caso o Rio Mutuacá, já havia um assentamento de colonos de origem indígena. Após a morte de Francisco Portilho (vendedor de indígenas/capitão do mato), o povoado de Santa Ana foi transferido para a referida localidade, sendo que no ano de 1769 havia cerca de 383 moradores de ascendência indígena. A construção de uma vila na localidade já era pretendida por Mendonça Furtado desde a fundação de Macapá em 1758, bem com a própria fundação da Vila Vistosa de Madre de Deus, em 1766, com a ideia que essas vilas se “dessem as mãos” em suporte militar, alimentar e de trabalhadores na defesa do Rio Amazonas. No final

Rota do traslado das famílias da Mazagão africana para a Nova Mazagão

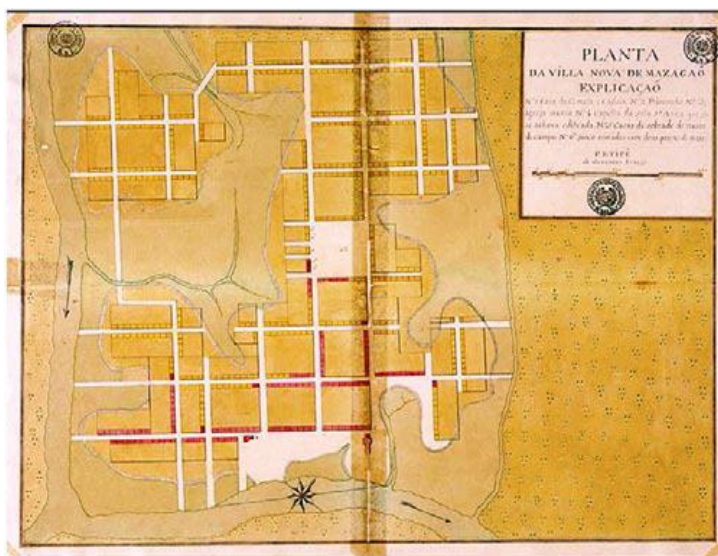


Fonte: Barbosa (2018).

do ano de 1769, cerca de 340 famílias mazaganistas (1.000 pessoas) foram enviadas para Belém, capital do estado do Grão-Pará e Maranhão, nos navios da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e da Coroa Portuguesa (Costa, 2022; Santos, 2013).

Para a instalação da nova vila, Ataíde Teive designou o genovês Domingos Sambucetti, que foi o responsável pelos primeiros estudos e plantas da região do Mutuacá, e o capitão Ignácio de Castro de Moraes Sarmento, dois experientes engenheiros militares que

Planta de Mazagão (hoje Mazagão Velho)



Fonte: Assunção (2009, p. 42).

delinearam os traçados urbanos da Vila de Mazagão. O projeto inicial era de se construir 552 casas, uma igreja em honra à Nossa Senhora de Assunção, convento, cadeia e prédios públicos, como intendência e um pelourinho que foi erguido somente no dia 14 de maio de 1777. É importante lembrar que as construções tiveram indígenas como mão de obra inicial e Nova Mazagão apresentava todas as características das vilas coloniais pombalinas (1750-1777). A movimentação de indígenas para a construção das casas em Nova Mazagão (hoje Mazagão Velho) foi maior que em Macapá e Vistosa Madre de Deus, cuja soma das duas teve o total de 100 indígenas, enquanto em Mazagão foi no total de 200 indígenas de 19 vilas amazônicas diferentes.

Os mazaganistas partiram de Lisboa em 15 de setembro de 1769 e, além dos novos colonos, os navios trouxeram para Amazônia um carregamento de martelos, facões, folhas de serra, limas, fechaduras, enxadas, tesouras, pólvora, espingardas, artigos religiosos, dentre outros utensílios, chegando a Belém no mês de janeiro de 1770. No dia 23 de janeiro de 1770, o governador Ataíde Teive oficializou a fundação da Vila de Mazagão, que, em alguns documentos, aparece como Nova Mazagão ou Mazagão Amazônica (Assunção, 2009; Boyer, 2008; Santos, 2013).

Contudo, os mazaganistas tiveram de esperar

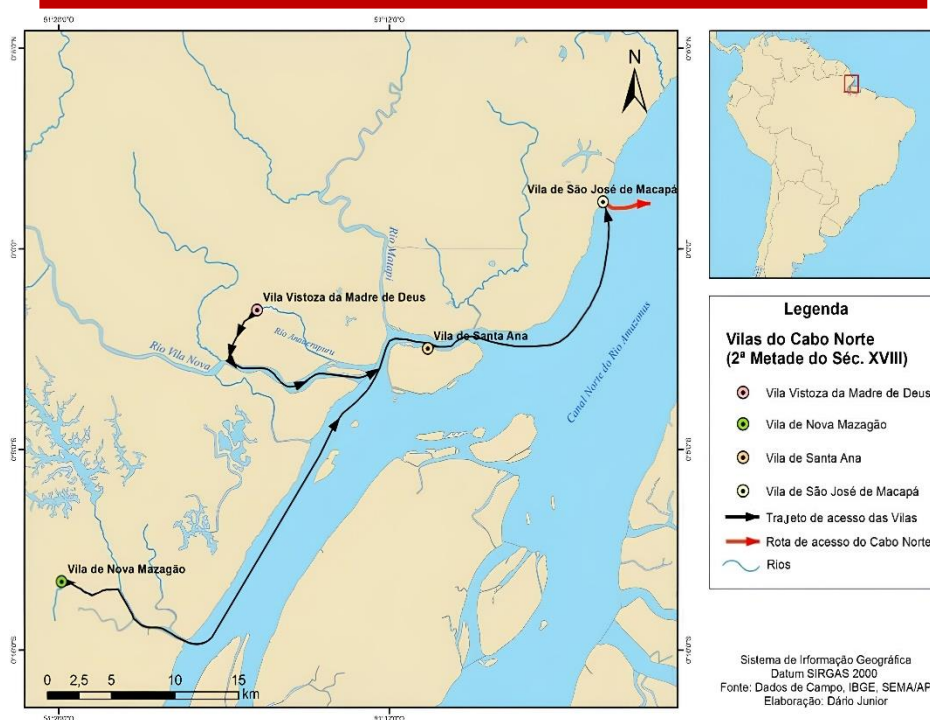
delinearam os traçados urbanos da Vila de Mazagão. O projeto inicial era de se construir 552 casas, uma igreja em honra à Nossa Senhora de Assunção, convento, cadeia e prédios públicos, como intendência e um pelourinho que foi erguido somente no dia 14 de maio de 1777. É importante lembrar que as construções tiveram indígenas como mão de obra inicial e Nova Mazagão

Mazaganista

Denominação dada aos portugueses que foram transferidos da África para Amazônia no século XVIII.

um pouco para serem transportados para Mazagão, pois a transferência foi lenta e gradual, sendo que os primeiros a serem transferidos foram da família do ferreiro Lourenço Loureiro Rodrigues, com seis pessoas no total, no dia 4 de abril de 1770. Somente no dia 23 de maio de 1771 as transferências em grupos maiores aconteceram e, no fim do mesmo ano, já residiam em Mazagão cerca de 52 famílias, em um total de 206 colonos, com 46 escravos, sendo 31 do sexo masculino e 15 do feminino. Além de ser inserida na malha militar, Mazagão também foi inserida na malha mercantil a partir da produção agrícola do arroz, algodão, tabaco, milho, mandioca, farinha, urucum e outros gêneros alimentícios e uma incipiente criação de gado, gerando assim uma promessa de vida melhor e uma estratégia econômica em torno da exploração colonial.

Malha de Defesa e Circulação entre as Vilas das Terras do Cabo Norte no Século XVIII



Fonte: Santos e Sousa (2022, p. 5).

Durante o primeiro ano de instalação na Nova Mazagão, os colonos recebiam uma ajuda de custo. Aos poucos a Nova Mazagão (hoje Mazagão Velho) ia se estruturando, contudo, o povoamento sofreu algumas instabilidades e, no ano de 1778, a vila contava com cerca de 706 habitantes, sendo que 310 eram chamados de “cabeças de famílias” (brancos e livres) e 396 escravos. É exatamente nesse momento de instabilidade que a fé e a religiosidade do povo agora mazaganense entra em cena, pois é no ano de 1777 que se realiza pela primeira vez em Nova Mazagão a Festa de São Tiago. De acordo com a tradição, São Tiago, apóstolo

de Cristo após Ascensão de Jesus, foi evangelizar na região da Galícia, na Península Ibérica, que estava sendo invadida pelos mouros. Depois de alguns anos ele retornou para a região de Jerusalém, onde foi preso e morto a mando do rei Herodes Agrippa I e seu corpo foi transladado por dois discípulos seus para a região da Península Ibérica, local em que pregou o cristianismo antes de morrer (Assunção, 2009; Costa, 2015; Rui, 2012).

Durante as batalhas de reconquista para expulsar os mouros da Península Ibérica, principalmente na batalha de Clavijo, em 844, São Tiago teria aparecido em um cavalo branco e lutado ao lado dos cristãos, sendo apelidado de Santiago “mata-mouros”. A aparição do

São Tiago Defensor da Fé Cristã



Fonte: São [...] (2024).

apóstolo de Cristo foi considerada um milagre, pois os cristãos conseguiram reverter a situação e vencer a batalha. A partir desse episódio, São Tiago virou o protetor do exército português e começaram a ser realizadas homenagens ao santo com missas, ladainhas e com som de caixas e tiros para o alto. Outro momento histórico em que São Tiago teria ajudado os cristãos foi no “Grande Assalto e Batalha que os Mouros deram à Praça de Mazagam de 1756”, quando o santo novamente apareceu para ajudar os portugueses, mas agora na África, criando-se no reduto Mazagão africana a tradição de celebrar honras ao apóstolo de Cristo considerado “matador de mouros” pelos europeus (Costa, 2015; Gonçalves e Pereira, 2016; Rui, 2012; Silva; Tavim, 2004).

A tradição começou com os portugueses, porém, a partir de 1780, a Nova Mazagão (hoje Mazagão velho) enfrentou fortes epidemias, como malária e cólera, que mataram muitos moradores e forçaram aqueles que tinham condições a irem para outras vilas, como São José de Macapá e Gurupá, ficando na vila, em sua maioria, negros, indígenas e mestiços. Mesmo com as dificuldades, os que permaneceram na vila continuaram a realização da Festa de São Tiago, a qual, entretanto, foi ganhando aspectos culturais diversos, como do povo negro, que até os dias atuais vem perpetuando a festa. Os festejos são realizados entre os dias 16 e 27 de julho de cada ano, tendo seu auge nos dias 24 e 25 (Dia de São Tiago),

Tradição

Costume transmitido de geração a geração ou aquilo que se faz por hábito; costume.

baseando na teatralização da batalha entre cristãos e mouros (islâmicos) que ocorreu na África na Praça de Mazagão, no ano de 1756 (Santos, 2013; Silva; Tavim, 2004; Vidal, 2008).

É importante lembrar que São Tiago, é considerado o defensor da fé cristã e era invocado pelos soldados tanto portugueses como espanhóis em suas batalhas contra os mouros, seja na Península Ibérica ou mesmo no continente africano. Contudo, nos festejos

Teatralização da batalha entre cristãos e mouros pelas ruas de Mazagão Velho



Fonte: Torrinha (2019).

tem-se a homenagem a São Jorge, considerado protetor da cavalaria e responsável pelo estandarte dos cruzados, o qual foi introduzido a partir das influências inglesas. Referente à festa, ela pode ser caracterizada através dos seguintes momentos: alvoradas festivas, procissões, novenas, bailes, cirio, a dança do Vominê e a encenação da batalha entre cristãos e mouros ao som do arauto. Já a batalha é dividida em atos, sendo principais: entrega

dos presentes, a confissão, o baile das máscaras, a passagem do bobo, a passagem do bobo velho, o arauto anunciando o início da batalha, a descoberta do atalaia, a morte do atalaia, armadilha dos cristãos, captura e venda das crianças cristãs, a troca do corpo do atalaia pela bandeira moura, a batalha final com a dança do vominê (Gonçalves; Pereira, 2016; Vidal, 2008).

As epidemias e mortes também afetaram as estruturas econômica e política, pois as produções de arroz e algodão caíram, ao passo em que o contingente populacional ia diminuindo. Com poucas pessoas para assumirem cargos, chegou ao ponto de a vila ser rebaixada para povoado no século XIX, no ano de 1833, com a denominação de Regeneração e sendo anexado à Vila de Macapá. A Câmara de Mazagão tentou reverter a situação junto ao governo do Grão-Pará, mas sem sucesso, pois os argumentos do governo paraense eram que Mazagão estava em decadência e o ambiente natural não estava propício a uma melhora das condições de vida e de progresso.

Entretanto, com a eclosão da Revolta da Cabanagem (1835-1840) e a invasão cabana na região, os mazaganenses, juntamente com os macapaenses, fizeram uma frente de reação contra o movimento, expulsando-os da localidade e, com o fim da revolta, no dia 30

de abril de 1841, a região restaura seu status de vila e seu nome Mazagão (Costa, 2022; Santos, 2006; Reis, 1949).

Referências Bibliográficas

ASSUNÇÃO, Paulo. Mazagão: cidades em dois continentes. **arq.urb**, São Paulo, n. 2, p. 22-55, 2009.

BARBOSA, C. Memória: Amapá quer revitalizar centro histórico de Mazagão. **CleberBarbosa.net**, Macapá, 11 nov. 2018. Turismo. Disponível em: <https://www.cleberbarbosa.net/memoria-amapa-quer-revitalizar-centro-historico-de-mazagao>. Acesso em: 23 jan. 2021.

BOYER, Véronique. Passado português, presente negro e indizibilidade ameríndia: o caso de Mazagão Velho. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 11-29, 2008.

COSTA, Eleilson Santos. **Santiago de Compostela: um caminho de sonhos**. 1. ed. Rio de Janeiro: PoD, 2015.

COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. **Em verdes labirintos: a construção social da fronteira franco-portuguesa (1760 – 1803)**. Belém: Paka-Tatu, 2022.

GONÇALVES, Luís Jorge; PEREIRA, Cláudia Matos. Mazagão Velho, Santuário de Santiago na Amazônia (Macapá – Brasil). **Revista Santuários, Cultura, Arte, Romarias, Peregrinações, Paisagens e Pessoas**, [s. l.], p. 1-6, 2016.

PAULA, Frederico Mendes. Mazagão, de castelo a cidadela. **Histórias de Portugal em Marrocos**, [s. l.], 4 mar. 2025. Disponível em: <https://historiasdeportugalemarrocos.com/mazagao/>. Acesso em: 5 out. 2024.

REIS, Arthur César Ferreira. **Território do Amapá: perfil histórico**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

RUI, Adailson José. O culto a São Tiago e a legitimação da reconquista espanhola. **História Revista**, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 105-120, 2012.

SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa; SOUSA, Diego Augusto Sousa de. Vilas, Circulação e Espaços Produtivos Nas Terras do Cabo Norte. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 40, e64995, 2022.

SANTOS, Fernando Rodrigues. **História do Amapá**. 7. ed. Belém: Grafinoorte, 2006.

SANTOS, Fernando Rodrigues. **História da conquista do Amapá**. Fortaleza: Premiuns, 2013.

SÃO Tiago Maior, primeiro apóstolo mártir. **Apostolado do Oratório**, [s. l.], 24 jul. 2024. Disponível em: <https://oratorio.blog.arautos.org/2024/07/sao-tiago-maior-primeiro-apostolo-martir>. Acesso em: 25 nov. 2024.

SILVA, Maria Carneira; TAVIM, José Alberto R. Silva. Marracos no Brasil: Mazagão (Velho) do Amapá em festa – a festa de São Tiago. **Instituto Camões**, [s. l.], 2004. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/jose_alberto_tavim.pdf. Acesso em: 26 out. 2024.

TORRINHA, Rita. Festa de São Tiago completa 242 anos na Vila de Mazagão Velho, no AP. **G1 AP**, Macapá, 11 jul. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2019/07/11/festa-de-sao-tiago-completa-242-anos-na-vila-de-mazagao-velho-no-ap-veja-a-programacao.ghtml>. Acesso em: 30 jan. 2021.

VIDAL, Laurent. **Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico**: do Marrocos à Amazônia (1769 – 1783). Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins, 2008.

A TOMADA DE CAIENA



(EF08HI12) Caracterizar a organização política e social no Brasil desde a chegada da Corte portuguesa, em 1808, até 1822 e seus desdobramentos para a história política brasileira.

Com ascensão de Napoleão Bonaparte na França a partir do Golpe 18 Brumário (9 de novembro de 1799), as negociações para a delimitação da fronteira entre a Guiana Francesa e o Cabo Norte (hoje o Amapá) ficaram tensas em razão da política expansionista de Napoleão tanto na Europa como na América do Sul. Em relação ao continente americano, Portugal não aceitou 3 tratados para a definição da fronteira com a Guiana Francesa – o Tratado de Badajoz, de 1801 (limite Rio Araguari), de Madri, de 1801 (limite Rio Carapanatuba) e o de Amiens, de 1802 (limite Rio Araguari). Na Europa, as tensões aumentaram a partir de quando Napoleão se torna imperador da França, como Napoleão I, em 2 de dezembro de 1804, e começa uma política econômica contra a Inglaterra em 1806, denominada de bloqueio continental.

Essa política teve como base a ameaça de invasão dos países que fizessem transações comerciais e alianças com o país inglês, que Napoleão I considerava o maior inimigo da França. Contudo, Portugal, através do príncipe regente Dom João VI, que administrava o reino de Portugal desde 1792 quando sua mãe Maria I foi declarada com problemas mentais e incapacitada de administrar, mantinha boas relações com a Inglaterra e negou-se a obedecer ao bloqueio imposto pela França. Assim, as tropas francesas invadiram Portugal em novembro de 1807, mas a família real e praticamente toda a corte portuguesa estavam em deslocamento para o Brasil, onde chegou em 1808 com o objetivo de fugir da guerra contra Napoleão e tentar reestruturar e fortalecer o reino de Portugal (Barão do Rio Branco, 2008; Fausto, 2009; Mesgravis, 2021).

**Napoleão Bonaparte
Napoleão I**



Fonte: Boiteux (2017, p. 8).

Havia algumas preocupações pelo governo português em relação à fronteira desguarnecida entre Portugal e França no Rio Oiapoque: 1) as constantes fugas de escravos para a região considerada contestada pelos dois países, transformando-a em um grande centro de mocambos; e o 2) receio de as ideias liberais e revolucionárias da Revolução Francesa (1789) e da corrente filosófica do iluminismo utilizassem a fronteira como porta de entrada e se espalhassem por toda colônia. Ao chegar ao Brasil em 1808, Dom João VI assinou alguns decretos e manifestos, como em 28 de janeiro de 1808, o “Abertura dos Portos as Nações Amigas”, acabando com a exclusividade portuguesa em relação ao comércio na colônia e o “Manifesto de Guerra à França”, no dia 1º de maio de 1808. No dia 22 de julho do mesmo ano foi dada uma ordem régia ao governo do Pará para fixação de um destacamento militar na margem direita do Rio Oiapoque para defesa da fronteira (Rêgo; Schneider, 2022; Silva, 2010).

Com isso, o general e governador do Pará na época, José Narciso de Magalhães Menezes, começou a se preparar para uma possível invasão à colônia francesa na América do Sul e para a defesa da fronteira, de acordo com o Tratado de Utrecht de 1713, ou seja, no Rio Oiapoque. Ele libertou, armou e treinou escravos capturados na região contestada que pertenciam aos franceses e que não foram entregues às autoridades da Guiana Francesa, mesmo com os episódios ocorridos durante a revolução no Haiti (1791-1804). As tropas luso-brasileiras receberam apoio da Inglaterra, que enviou soldados e navios sob o comando do capitão de mar e guerra James Lucas Yeo, o qual passou a arregimentar e treinar escravos para o combate.

Ao longo da disputa territorial pela região do Cabo Norte (hoje o Amapá), criou-se no Pará o pensamento de que o inimigo era Caiena, pois vinham ordens constantes do governo dessa cidade para que seus moradores se fixassem além do Rio Oiapoque ou Vicente

Pinzón, sendo que as relações comerciais entre as colônias jamais foram intensas e prosperas. A Vila de Macapá tornou-se o principal ponto de destacamento militar para evitar que os franceses atravessassem o Rio Oiapoque. Dela saíam destacamentos militares tanto em pontos fixos como guarnições que faziam vigilância em constante movimentação, como, por exemplo, as flotilhas guarda-

Espionagem

Ação ou prática de espionar, de vigiar secretamente algo ou alguém, buscando informações.

Revolução do Haiti

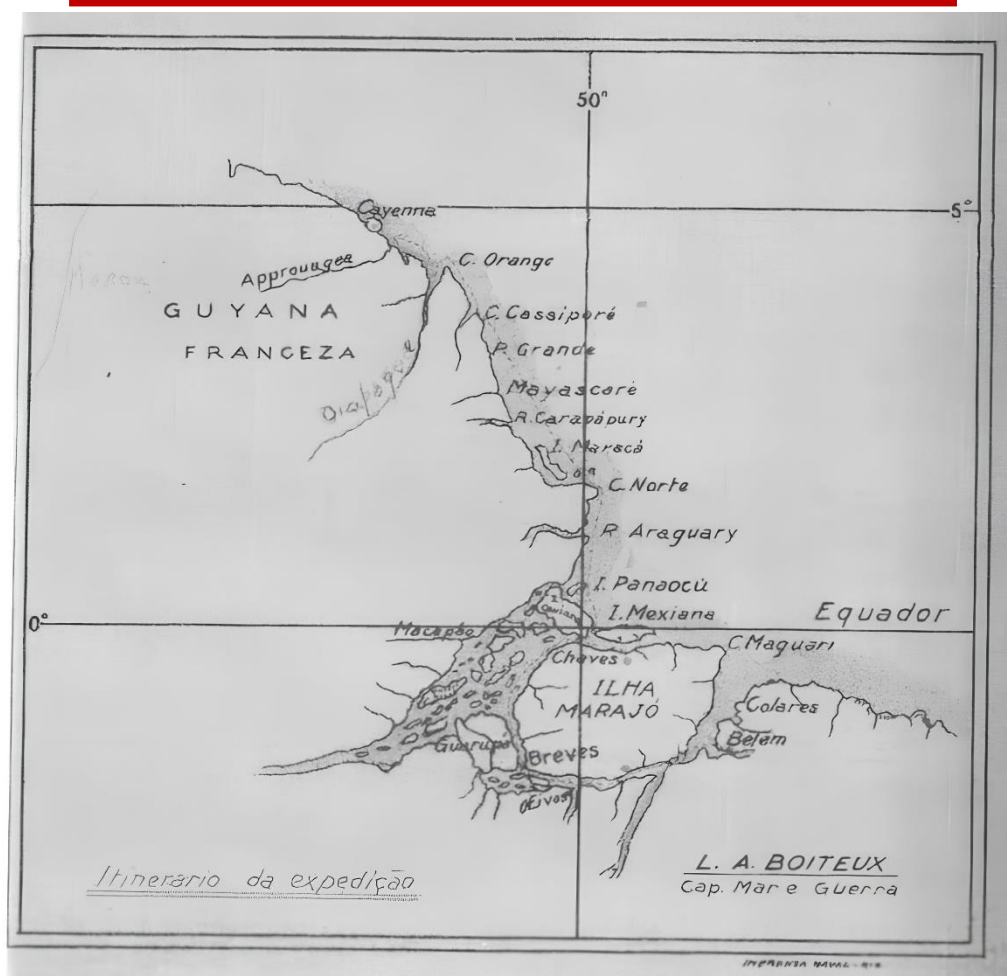
Foi uma insurreição de escravos em São Domingos entre 1791 a 1804 que levou a independência do Haiti. Houve muita violência e morte de senhores de escravos.

costas. De Macapá saem o tenente Valério José Gonçalves e o aspirante Florentino José da Costa para uma operação de espionagem em Caiena. Assim, disfarçados de pescadores e acompanhados de indígenas remadores, relataram a movimentação na principal cidade da colônia francesa (Cardoso, 2010; Reis, 2003; Silva, 2010).

A campanha militar exigiu muitos esforços do governo do Pará, pois não havia tantos recursos financeiros para constituir e manter as tropas, razão pela qual o governador Magalhães Menezes estabeleceu alianças com comerciantes locais para tentar custear o empreendimento militar. É necessário lembrar que, além das regiões da Guiana Francesa e do Pará serem áreas periféricas de suas metrópoles, são regiões com clima equatorial com grandes quantidades de chuva e com um emaranhado de rios dificultando a mobilidade de tropas militares, e na época com algumas fortificações para a defesa das regiões. Cerca de 600 soldados das tropas luso-brasileiras, entre eles portugueses, nascidos no Brasil, mestiços, ex-escravos e indígenas, utilizaram uniformes confeccionados pelas chamadas “senhoras do Pará”, mulheres que eram mães, esposas ou que tinham algum grau de parentesco com os combatentes.

Após o ato de espionagem, as tropas luso-brasileira e britânica saem de Belém em direção ao Rio Oiapoque no dia 27 de outubro de 1808, passando pelo litoral de Macapá, contornando o Cabo do Norte e desembarcando na região entre os dias 4 e 7 de novembro do mesmo ano, sendo que no dia 5 de dezembro o comandante tenente-coronel Manuel Marques d’Elvas Portugal enviou ao governador de Caiena Victor Hugues, através de indígenas, um comunicado que chegou ao francês no dia 12 de dezembro daquele ano e que justificava a posição militar das tropas apenas e unicamente para resguardar a fronteira. Porém, Victor Hugues sabia que haveria uma possível invasão a Caiena através de um fugitivo francês que comandava um barco denominado de Joséphine e que tinha sido preso pelas tropas luso-brasileiras, tendo ouvido os planos do destacamento militar e da presença de ingleses nas tropas (Cardoso, 2010; Melo, 2010; Silva, 2010).

Itinerário da Campanha Militar para Restabelecer a Fronteira no Rio Oiapoque e Conquistar Caiena



Fonte: Boiteux (2017, p. 7).

Do dia 1º ao dia 13 de dezembro de 1808, as tropas conquistaram as duas margens do Rio Oiapoque e, entre os dias 14 de dezembro de 1808 e 5 de janeiro de 1809, conquistaram o Rio Arouague. Nesse período, o governador de Caiena Victor Hugues pede reforços ao governo da França, em Paris. Sem reforços, os franceses na Guiana Francesa não conseguiram evitar a tomada de fortificações, pilhagem e incêndios de fazendas. Entre os dias 6 e 9 de janeiro, os lusobrasileiros com os britânicos chegam ao Mahury e, comandados por Sir James Lucas Yeo, destruíram e saquearam a fazenda de Victor Hugues que continha cerca de 60 soldados que não conseguiram fazer a defesa do lugar. Os franceses não conseguiam defender suas posições e aos

Pilhagem

Roubo, saque, principalmente feito por tropas conquistadoras.

poucos as tropas luso-portuguesa e britânica iam se aproximando de Caiena, tanto que no dia 9 de janeiro de 1809 foram tomadas as duas últimas fortificações que impediam o desembarque na capital da Guiana Francesa. No dia 10 de janeiro de 1809, cercado em Caiena e estimulado por um abaixo-assinado da população, o governador e comandante Victor Hugues, que incentivou assinatura do referido documento, rendeu-se com a justificativa de que os invasores estavam destruindo as propriedades (Cardoso, 2010; Rêgo; Schneider, 2022; Reis, 2003; Rosty, 2009, 2010).

Victor Hugues assinou a capitulação de rendição no dia 12 de janeiro de 1809 e a tomada de Caiena e sua anexação aos territórios portugueses se deu oficialmente no dia 14 de janeiro, em plena praça pública. A capitulação tinha 16 cláusulas, das quais se destacam:

Representação do Desembarque das Tropas Luso-Brasileiras em Caiena no Ano de 1809



Fonte: Rêgo e Schneider (2022, p. 21).

como Código Napoleônico, serão seguidas e executadas até a paz entre as duas nações (11^a); desejando conservar a plantação de especiarias, chamada de La Gabrielle não será destruída (14^a).

O príncipe regente Dom João VI mandou fabricar medalhas com seu rosto e, no anverso, louros e a data 14 de janeiro de 1809, com os dizeres: “Caiena tomada aos franceses”, em comemoração à conquista e para entregar aos combatentes. A tomada de Caiena no campo político contribuiu para a efetivação da fronteira no Rio Oiapoque, como estava explícito no Tratado de Utrecht de 1713, e a defesa do Rio Amazonas. Já no campo econômico, com a preservação da Fazenda Real La Gabrielle, muitas espécies foram introduzidas no Brasil, como a fruta do conde, carambola entre outras, totalizando cerca de 82 espécies, com as devidas instruções para plantio. Essas espécies se espalharam pelo Brasil, alcançando o Horto

a guarnição sairá da praça com as armas e todas as honras de guerra (1^a); dar-se-ão embarcações à custa do Príncipe Regente para o transporte até à França (2^a); os negros franceses que foram admitidos ao serviço durante a guerra, e a deram liberdade, serão mandados embora da colônia para não serem objetos de perturbação e discórdia (6^a); os habitantes da colônia conservarão as suas propriedades e poderão residir nelas (10^a); as leis civis, conhecidas

Real, no Rio de Janeiro, hortos das cidades de Recife e Olinda e, claro, o horto botânico do Pará, em Belém. Para os colonos da Guiana Francesa, a melhora significativa envolveu o comércio de carne bovina, que passou a ser desenvolvido a partir de Belém e não mais da França.

Medalha de Prata em Comemoração à Tomada de Caiena



Fonte: Boiteux (2017, p. 9).

Durante o período em que Guiana Francesa esteve sob a administração de Portugal, houve 3 administradores, a saber: Manuel Marques (1809 e 1812), Pedro Alexandrino Pinto de Souza (1809-1812) e Maciel da Costa (1812-1817). Suas administrações basearam-se na defesa da posse do lugar, que significava manter longe do império francês o Rio Amazonas e a região do Cabo do Norte (hoje o Amapá), na tentativa de manter a ordem e proporcionar uma economia rentável a partir da produção agrícola.

Com a queda de Napoleão e com os acordos do Congresso de Viena (1814-1815), Portugal aceita devolver Caiena aos franceses em 21 de novembro de 1817, mas assegurando-se o direito dado pelo Tratado de Utrecht de 1713, ou seja, que a fronteira entre Brasil e Guiana Francesa seja sustentada pelo Rio Oiapoque. A tomada de Caiena pelos luso-brasileiros e britânicos foi uma retaliação às políticas de Napoleão Bonaparte (Napoleão I) e, ao mesmo tempo, uma expansão territorial que teve como objetivo a fixação da fronteira para resguardar a bacia amazônica (Boiteux, 2017; Cardoso, 2010; Rêgo; Schneider, 2022; Reis, 2003; Rosty, 2009, 2010).

Referências Bibliográficas

BARÃO DO RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos. **Questões de Limites**: Guiana Francesa. Brasília, DF: Senado Federal, 2008.

BOITEUX, Nylson Reis. A Conquista de Caiena: heroico episódio militar brasileiro, esquecido. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 153, n. 1, p. 6-10, 2017.

CARDOSO, Ciro Flamarion. A Tomada de Caiena vista do lado francês. **Navigator**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 13-23, 2010. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/319/297>. Acesso em: 19 jan. 2023.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

MELO, Ronaldo Lopes de. Tomada de Caiena: seu significado para a história do corpo de fuzileiros navais. **Navigator**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 61-69, 2010.

MESGRAVIS, Laima. **História do Brasil Colônia**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

RÊGO, Valdir Gouvêa; SCHNEIDER, Rodrigo de Oliveira. Caiena: batismo de fogo. **Revista do Clube Naval**, Rio de Janeiro, n. 401, p. 21-24, 2022.

REIS, Arthur César Ferreira. A Ocupação de Caiena. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**: Brasil Monárquico: o processo de emancipação. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ROSTY, Cláudio Skôra. Invasão da Guiana Francesa em 1809: tomada de Caiena pelos luso-brasileiros. **A Defesa Nacional**, [s. l.], 2009. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/6246>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ROSTY, Cláudio Skôra. Campanha da Guiana Francesa: Caiena tomada aos franceses. **Navigator**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 43-51, 2010.

SILVA, Joaquim Caetano. **O Oiapoque e o Amazonas**: uma questão brasileira e francesa. Campinas: IFCH – UNICAMP, 2010.

A CABANAGEM NA REGIÃO DO AMAPÁ



(EF08HI16) Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado.

Com a devolução da Guiana Francesa em 1817 e com afirmação da fronteira no Rio Oiapoque, a Coroa Portuguesa acreditou que a questão da disputa territorial estava encerrada. Contudo, com as agitações políticas que aconteceram após a proclamação da independência do Brasil em 1822, os franceses tornam a reivindicar a região entre os rios Oiapoque e Araguari. Em 7 de setembro de 1822, o Brasil rompeu os laços que tinham com Portugal, porém, a estrutura que a nova nação adotou foi a mesma estrutura colonial: economia agrária, latifúndios e escravidão como mão de obra. Nem todas as províncias aderiram ao novo império por terem laços comerciais fortes com Portugal ou por que queriam a instalação de uma república com o fim da escravidão. Dessa forma, Dom Pedro I, imperador do Brasil, precisou usar a força para que as províncias “rebeldes” reconhecessem a emancipação do Brasil e colaborassem para o engrandecimento da nova nação (Fausto, 2009).

Província

Eram as antigas capitânias, que passaram a ser chamadas de províncias a partir de 1815. Com a república passaram a ser Estados.

Blefe

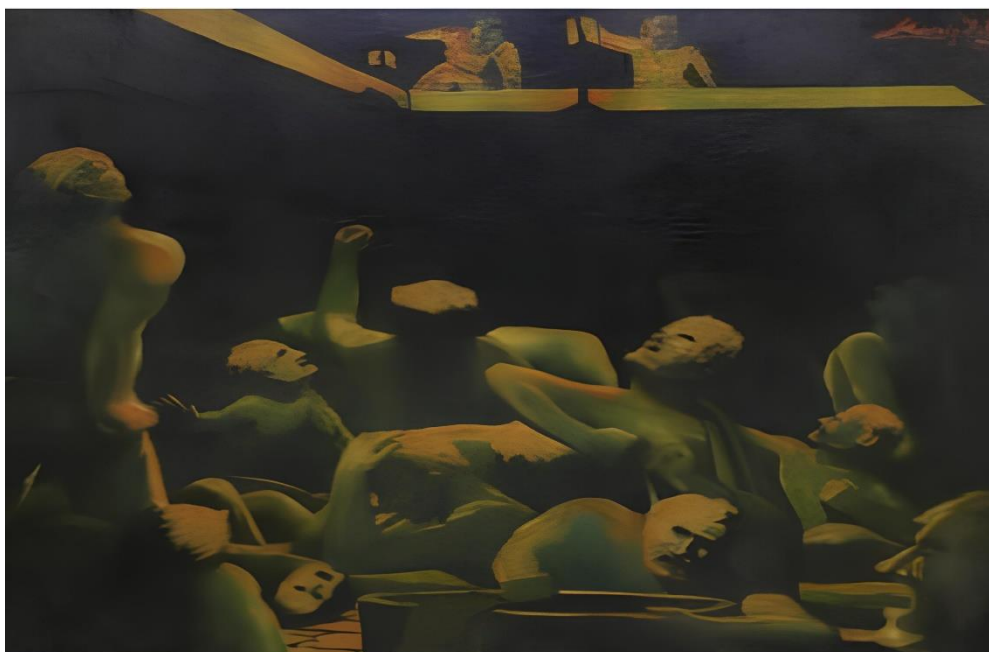
Ação de blefar, de enganar, de iludir; engano, logro, tapeação.

Uma das províncias que não aceitavam a nova ordem no Brasil era a do Grão-Pará, tendo, como consequência, tensão, conflitos e mortes, pois a elite local paraense que estava emergindo queria para a província um governo popular e com bases liberais e o mesmo tratamento que a elite portuguesa tinha na região. Assim, Dom Pedro I enviou tropas comandada pelo almirante John Pascoe Grenfell – que era inglês, mas prestava serviços ao Império do Brasil – para conter as agitações e garantir que o Grão-Pará continuasse fazendo parte do Brasil. Grenfell falou que a cidade de Belém estava cercada por navios e ameaçou bombardeá-la se as autoridades paraenses não aceitassem a adesão à independência brasileira. Dessa

forma, no dia 15 de agosto de 1823 é assinado o documento de adesão, no entanto, após a assinatura, os políticos paraenses descobriram que a ameaça não passava de um blefe de Grenfell, que tinha apenas um navio. De todo modo, o dia 15 de agosto tornou-se feriado no Pará, como dia da Adesão (Augusto, 2011; Raiol, 1865).

Salienta-se que pouco mudou na vida dos paraenses após a adesão, principalmente nas camadas populares, como ribeirinhos, mestiços, tapuias, artesãos, escravos, que continuaram em situação de miséria enquanto a elite portuguesa que comandava a vida política e econômica da Província enriquecia cada vez mais e mantinha seus privilégios. Logo, novas agitações se iniciaram em Belém com invasões a residências e estabelecimentos comerciais de portugueses, sendo os manifestantes reprimidos com muita violência. Na ocasião, o Cônego Batista Campos foi acusado por John Grenfell e considerado como o mentor da rebelião liberal, chegando a amarrar o padre na boca de um canhão, mas soltando-o logo em seguida. O comandante inglês ordenou a prisão de algo em torno de 256 pessoas no porão de um navio conhecido com Brigue Palhaço e, em uma noite, os soldados jogaram cal nos prisioneiros, matando-os asfixiados e aumentando o ódio aos portugueses na Província (Figueiredo, 2009; Harris, 2017; Ricci, 2006).

Representação do Episódio do Brigue Palhaço em Belém no ano de 1823



Fonte: Somos [...] (2019).

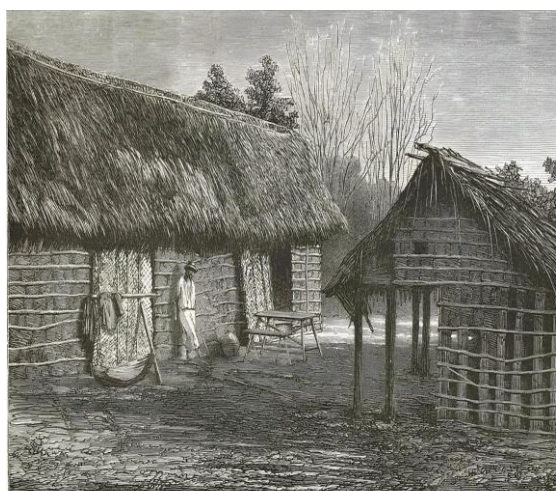
Com isso, a elite paraense já estava se organizando para uma revolta para tomar o poder na província do Pará. Os episódios da adesão forçada e do Brigue Palhaço, juntamente

com a nomeação de Bernardo Lobo de Souza como governador da província, que era português e a oposição o apelidava de “o malhado”, começou uma caça aos seus opositores; momento esse em que a prisão do fazendeiro Félix Malcher e a morte do Cônego Batista Campos foram o estopim para a eclosão do Movimento da Cabanagem (1835-1840). Movimento social que agregou elite paraense, indígenas, tapuias, escravos, ex-escravos, vaqueiros, ribeirinhos e caboclos, a Cabanagem teve como principais objetivos: melhores condições de vida, liberdade, além do fato de a elite paraense querer privilégios na época em que o Império do Brasil vivia o período regencial (1831-1840), pois Pedro de Alcântara, futuro Dom Pedro II, estava impossibilitado de assumir o trono, por ser menor de idade (Fausto, 2009; Harris, 2017; Hurley, 1936; Ricci, 2003).

A Cabanagem teve início no dia 7 de janeiro de 1835, com a tomada da sede do governo provincial pelos revoltosos e dos assassinatos do tenente-coronel Joaquim José da Silva Santiago por Felipe Mãe-da-Chuva, e do governador Bernardo Lobo de Souza por Domingos Onça. Assim, o povo e a elite paraense tomam o poder e instalam o governo cabano. A revolta tinha o nome de Cabanagem em referência ao tipo de moradia da maioria dos participantes, que moravam em habitações precárias com poucas estruturas para uma moradia digna, chamadas de cabanas. Os cabanos tiveram 3 presidentes: o primeiro, Félix Malcher, que foi morto pelos próprios cabanos sob a acusação de trair o movimento; o segundo Francisco Vinagre, que fez acordos com o governo regencial e facilitou a entrada das tropas imperiais-regenciais na cidade de Belém, foi preso e mandado para o Rio de Janeiro; e o terceiro foi Eduardo Angelim, que, sem forças para combater as tropas do brigadeiro Francisco José de Souza Soares de Andréa, retirou-se para o interior, iniciando, assim, a fase de interiorização da Cabanagem, que fez com que os cabanos invadissem Macapá e Mazagão (Harris, 2017; Hurley, 1936; Ricci, 2006).

Com a interiorização da Cabanagem no fim de 1835, os franceses ficaram em alerta por dois motivos: primeiro, tinham medo de que as ideias e a própria revolta chegassem à Guiana Francesa; e o segundo era em torno da posse da região contestada entre os rios

Tipo de Moradia da Maioria dos Participantes da Cabanagem.



Fonte: Biard (1862).

Oiapoque e Araguari, pois eles temiam que a região fosse tomada pelos revoltosos. Portanto, os franceses resolveram invadir a região e construir guarnições militares, uma na margem direta do Rio Oiapoque e duas na região do lago do Amapá, ao tempo em que macapaenses e mazaganense lutavam para defender as suas terras de saques e pilhagem dos revoltosos cabanos.

É bom lembrar que a Vila de Mazagão foi rebaixada em 1833 para povoado com o nome de Regeneração e os soldados da praça de Macapá não recebiam seus salários há alguns meses, comprovando que a região entre os rios Oiapoque e Jari (região que, atualmente, é o Amapá) estava passando por uma crise tanto territorial como econômica e social (Alves, 2016; Reis, 1949; Santos, 2006).

Mapa do Posto Provisório Francês no Lado do Amapá

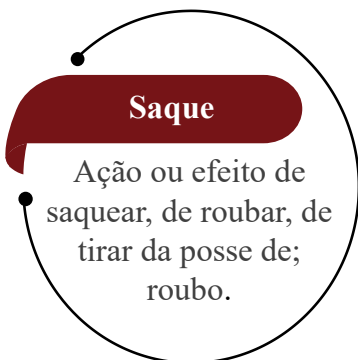


Fonte: Alves (2016, p. 177).

Ainda no ano de 1835 chega a Macapá um enviado do governo cabano de Belém, com moedas cunhada pelo governo revolucionário para o pagamento dos soldados e o pedido para que a localidade aderisse ao novo governo. Contudo, o assassinato do governador Lobo de Souza não foi bem recebido na região do Cabo Norte (hoje o Amapá), uma vez que a maioria dos fazendeiros e comerciantes de Macapá e Regeneração (Mazagão) era de portugueses ou descendentes de portugueses e a Cabanagem tinha como bandeira a ideia de morte aos portugueses, espalhando-se uma série de assassinatos e terror aos lusos. Nesse processo, financiados pelos fazendeiros e comerciantes, soldados de Macapá e Regeneração

(Mazagão) não aderiram ao movimento e fizeram uma frente de reação contra os cabanos, transformando a localidade em ponto de resistência legalista (forças imperiais-regenciais).

O financiamento foi através de doações de barcos e donativos que pudessem ajudar na defesa contra a invasão nas localidades de Macapá, Ilha de Santana e Regeneração (Mazagão), ocasião em que moradores e soldados fecharam a entrada dos principais rios com barcos enfileirados, cheios de algodão para a defesa. O ataque cabano ocorreu primeiro no



povoado de Regeneração, no fim de 1835, onde foram realizados alguns saques, mas a resistência conseguiu vencê-los e os sobreviventes foram expulsos, sendo que alguns se refugiaram nas Ilha de Santana, Vieirinha e no furo do Beija-Flor. Além de Macapá e Regeneração, a Comarca do Baixo-Amazonas era composta por Cametá, Monte Alegre, Gurupá e Santarém (que era a sede da comarca) e se uniu em uma frente de reação para evitar que os cabanos

conseguissem ocupar a região do Cabo Norte. Em uma operação de guerra, os soldados comandados pelo major Francisco de Siqueira Monterrozo cercaram a Ilha de Santana, entrando novamente em combate com os revoltosos, tomando uma bandeira do movimento e expulsando-os da localidade. Nesse processo, Macapá tornou-se o núcleo no canal norte de combate aos cabanos (Hurley, 1936; Picanço, 1981; Reis, 1949).

Mapa da Expansão do Movimento Social da Cabanagem (1835-1840) pela Amazônia



Fonte: Atlas Histórico do Brasil (2016).

O comandante Soares de Andréa, ao saber de alguns planos dos cabanos na região do Bailique, enviou um comunicado à Macapá para prepararem uma ofensiva aos revoltosos, e, em mais um combate, os macapaenses conseguem derrotar os revoltosos e evitar a fixação deles na região. Enquanto isso, além de os franceses montarem guarnições militares na região

**Francisco José de Souza
Soares de Andréa**



Fonte: Francisco [...] (s.d.).

contestada, o governador de Caiena Laurens de Choisy autorizou a distribuição de alimentos aos revoltosos que estavam procurando abrigo na região, com o intuito de ganhar a confiança deles e transformá-los em colonos em uma possível anexação da região aos domínios franceses. Em 29 de agosto de 1836, o governador comunicou ao comandante Soares de Andréa, que assumiu o governo do Pará, que ele estava tomando posse da região fronteira de acordo com o Tratado de Amiens, de 1802. Em resposta, Soares de Andréa pede que tais fortificações fossem desativadas por infringir o que foi acordado no Congresso de Viena, em 1815, e no Tratado de Lisboa, em 1817 (Alves, 2016; Brasil, 1838; Paz, 2017; Reis, 1949).

A partir de 1836, o movimento cabano vai aos poucos perdendo força política e vira um movimento em prol da vida de que participava, pois, mesmo com a pacificação de Belém, Soares de Andréa fez por toda a região uma caça aos cabanos, fazendo que alguns fugitivos se refugassem na área entre os rios Oiapoque e Araguari. Em 1840, os focos do movimento acabaram e os franceses aceitaram desativar suas guarnições militares na localidade do Lago do Amapá, porém, a que se localizava no Rio Oiapoque ficou ativada por algum tempo.

Como a cabanagem demonstrou ao governo imperial que a região do Cabo Norte era um caminho de fuga, de contrabando e comércio intenso de franceses com indígenas e mocambeiros, o regente Pedro de Araújo Lima resolveu erguer a Colônia Dom Pedro II na margem direita do Rio Araguari, objetivando evitar um possível avanço dos franceses na região, ocupar de fato a região e vigiar os cabanos que se instalavam na região para que não houvesse nenhum foco de revolta contra o império brasileiro.

Vista Geral do Espaço da Colônia Militar Dom Pedro II



Fonte: Silva (2013, p. 48).

Os soldados que chegaram com suas famílias para o projeto da Colônia Militar Dom Pedro II ficaram abandonados à própria sorte, já que as promessas do governo imperial, de distribuição de lotes para cultivar, ferramentas e vestuário, não foram cumpridas deixando os novos colonos em péssimas condições de vida. Com o fim do movimento cabano, estima-se que cerca de 30% a 40% da população do Pará perdeu suas vidas em combates contra as forças imperiais-regenciais legalistas, em sua maioria negros, indígenas e pessoas em situação precária de vida, como ribeirinhos, caboclos e tapuias, que tinham na luta revolucionária a esperança de dias melhores.

Mazagão, em 1841, consegue novamente seu status de vila como recompensa pelo ato de resistência de seus moradores contra o movimento da Cabanagem. Contudo, os franceses tornam a reivindicar a região entre os rios Oiapoque e Araguari, abrindo negociações para uma possível resolução da situação. Não chegando a uma decisão definitiva, Brasil e França então decidiram fazer um acordo de neutralização da região no ano de 1841, em que nenhum dos dois Estados nacionais tivesse jurisdição, mas com um representante político de cada país na região. Assim, nasce oficialmente o Contestado Franco-Brasileiro (Alves, 2016; Picanço, 1981; Reis, 1949; Santos, 2006; Sarney; Costa, 1999).

Referências Bibliográficas

ALVES, Débora Bendocchi. Reação francesa às ameaças de Cabanos e Bonis no território litigioso entre o Brasil e a Guiana Francesa (1836-1841). **Almanack**, Guarulhos, n. 14, p.160-195, 2016.

ATLAS HISTÓRICO DO BRASIL. Período das regências e revoltas. **Atlas Histórico do Brasil**, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/o-imperador-menino-e-os-regentes/mapas/cabanagem-extensao-do-movimento>. Acesso em: 11 dez. 2024.

AUGUSTO, Jarlison. Adesão do Pará à Independência do Brasil -Tragédia do Brigue Palhaço. **HISTÓRIAVEST**, Macapá, 2011. Disponível em: <https://historiacsd.blogspot.com/2011/09/adesao-do-para-independencia-do-brasil.html>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BIARD, François-Auguste. **Deux années Au Brésil**. Paris: Librairie De L. Hachette, 1862.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (Ministro Antonio Peregrino Maciel Monteiro). Relatório... Do anno de 1837 apresentado a Assembléa Geral Legislativa na Sessão Ordinaria de 1838 (publicado em 1838). **Fundação Alexandre de Gusmão**, Brasília, DF, 1838. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/colecoes-historicas/relatorios-do-ministerio>. Acesso em: 25 jan. 2023.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Memórias cartaginesas: modernismo, Antiguidade clássica e a historiografia da Independência do Brasil na Amazônia, 1823-1923. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 176 -195, 2009.

FRANCISCO José de Souza Soares de Andréa. **Integra JMU**, [s. l.], s.d. Disponível em: <https://dspace.stm.jus.br/xmlui/handle/123456789/50537>. Acesso em: 12 dez. 2024.

HARRIS, Mark. **Rebelião na Amazônia: cabanagem, raça e cultura popular no norte do Brasil, 1798 – 1840**. Tradução: Gabriel Cambraia Neiva e Lisa Katharina Grund. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

HURLEY, Jorge. **A Cabanagem**. Belém: Clássica, 1936.

PAZ, Adalberto. **Repúblicas contestadas: liberdade, trabalho e disputas políticas na Amazônia do século XIX**. 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

PICANÇO, Estácio Vidal. **Informações Sobre a História do Amapá: 1500 – 1900**. Macapá: Imprensa Oficial, 1981.

RAIOL, Domingos Antônio. **Motins políticos ou história das principaes acontecimentos políticos da Província do Pará**. Rio de Janeiro: Tipographia do Imperial Instituto Artístico, 1865.

REIS, Arthur César Ferreira. **Território do Amapá: perfil histórico**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

RICCI, Magda. O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do novo império (1808- 1840). *In*: DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Os Senhores dos rios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 165-193.

RICCI, Magda. Um morto, muitas mortes: a imolação de Lobo de Souza e as narrativas da eclosão cabana. *In*: NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane Pinto (org.). **Faces da História da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2006. p. 519-544.

SANTOS, Fernando Rodrigues. **História do Amapá**. 7. ed. Belém: Grafnorte, 2006.

SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá: a terra onde o Brasil começa**. Brasília, DF: Senado Federal, 1999.

SILVA, Rafael Amaro. **Colônia Militar Pedro II: nação e civilização na fronteira norte do Brasil (século XIX)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

SOMOS todos cabanos. [S. l.], 2019. Disponível em:
<https://somostodoscabanos.blogspot.com/p/registros.html>. Acesso em: 27 jan. 2021.

O ACORDO DE NEUTRALIZAÇÃO ENTRE BRASIL E FRANÇA



(EF08HI-AP02) Estudar as disputas territoriais na região do atual Amapá.

Após a Revolta da Cabanagem (1835-1840), os franceses voltam a reivindicar a região entre os rios Oiapoque e Araguari com a afirmação de que o Rio Vicente Pinzón era o Rio Araguari. Por sua vez, o governo brasileiro sustentava que o Rio Vicente Pinzón era o Rio Oiapoque, o mesmo que estava definido como limite fronteiriço pelo Tratado de Utrecht de 1713. Assim, a questão de limites entre a região do Amapá e a Guiana Francesa no século XIX centrou-se na discussão de qual rio era o rio de Vicente Pinzón e a consequente delimitação entre Brasil e França. Enquanto o governo brasileiro (até o português na época colonial) sempre afirmou que o rio limite era o Oiapoque, o governo francês sempre mostrou dificuldades e confusão em afirmar qual seria o rio, tendo eles apontado o Calçoene (1797), o Araguari (1801), o Carapanatuba (1801) e, em 1802, retornando para o Araguari.

Brasil e França não chegaram a um consenso em relação à fronteira. Já que os representantes franceses não compareceram em reuniões para deliberar e tentar solucionar o litígio, decidiram celebrar um acordo em 5 de julho de 1841 que neutralizou a região ao norte entre os rios Oiapoque e Araguari até que o impasse fosse resolvido definitivamente. Dessa forma, a região seguia sem uma jurisdição de uma soberania, pois o acordo dizia que nem Brasil e nem França poderia tomar posse da região. Nesse período, foi crescente na localidade o surgimento de vilas, povoados e mocambos por sujeitos históricos que se aventuravam atrás de ouro ou da liberdade e que, em algum momento, tentaram dar autonomia à região por meio de seus governos locais. Salienta-se que as primeiras negociações para resolver o impasse não deram muito certo, ficando por algum tempo paralisadas (Barão do Rio Branco, 2008; Cardoso, 2008; Paz, 2021; Sarney; Costa, 1999; Silva, 2010).

Jurisdição

Poder do Estado que, resultante de sua soberania, lhe confere competência para editar leis ou fazer justiça.

Região Neutralizada em 1841 entre Brasil e França



Fonte: Região [...] (s.d).

A região neutra indicada no mapa acima pela linha vermelha em direção ao norte, até o Rio Oiapoque, ficou no imaginário de indígenas, escravos fugitivos e desertores como uma região de liberdade que acabou por dinamizar o espaço com as chamadas microssociedades, como vilas, povoados e mocambos que tinham governos escolhidos pela sua própria população e com certa autonomia na localidade. Esses líderes políticos que eram denominados de “principal” no Contestado Franco-Brasileiro tinha, em sua maior parte, relações políticas e econômicas tanto com o governo do Pará quanto com o da Guiana Francesa e tentavam manter a ordem e conter crimes na área fronteira. Dessa forma, os governos francês e brasileiro em conjunto delegaram a vários “principais” o poder de polícia para prender os criminosos e levá-los à justiça francesa ou brasileira.

A integração dos sujeitos históricos como indígenas, escravos fugitivos, soldados desertores, franceses, brasileiros e portugueses se deu por meio das rotas de fugas que os escravos transformaram em rotas de comércio, as quais se estendiam do Rio Araguari até a cidade de Caiena, na Guiana Francesa, dinamizando a zona de fronteira. Essas rotas de fuga eram em sua maioria os rios, pois os fugitivos evitavam rotas pela floresta, onde eles poderiam ser capturados pelas patrulhas e ser vítimas de

Contestado

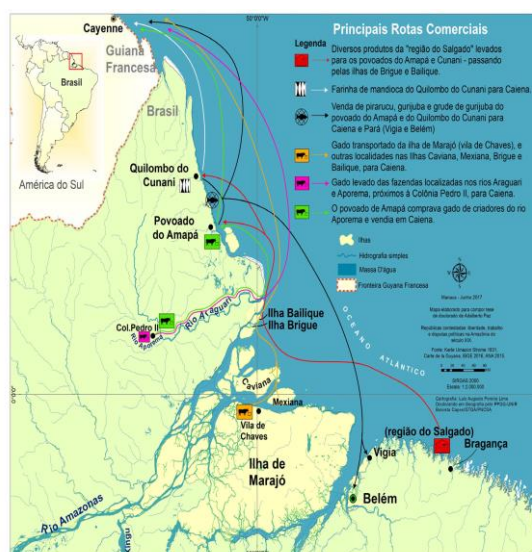
Território de domínio
controvertido.
Duvidoso, litigioso.

animais e doenças características da Amazônia, assim como da própria fome. Aos poucos o Contestado Franco-Brasileiro foi se organizando através de sujeitos que procuram meios de sociabilidade longe da escravidão e que conviveram com variados grupos indígenas. Ademais, em algum momento da disputa territorial, ora eram usados pela França, ora eram usados pelo Brasil para tentar tomar posse do território (Cardoso, 2008; Gomes, 1999; Marin; Gomes, 2003; Paz, 2023).

Além de certa autonomia, os mocambos, vilas e povoados da região contestada por França e Brasil tinham como características a realização de atividades camponesas, pois plantavam milho, mandioca, feijão, pacova e outros gêneros. Algumas criavam gado para seu sustento e para venda, inserindo-se na malha comercial da região que incluía franceses e comerciantes brasileiros e de outras nacionalidades que aportavam no Rio Araguari. É bom lembrar que a zona neutra se tornava atrativa para escravos fugitivos também pelo fim da escravidão na França desde 27 de abril de 1848. Apesar da liberdade no lado francês, muitos escravos fugitivos preferiam permanecer em suas comunidades entre os rios Oiapoque e Araguari do que na própria Guiana Francesa, dado o medo da escravidão voltar. Os fugitivos atravessavam o Rio Oiapoque em direção às fazendas que ficavam no lado francês para trabalhar e à noite regressavam para seus mocambos; dinâmica essa que colocava o governo do Pará em alerta para uma possível invasão francesa, com ajuda dos mocambeiros (Alves, 2021; Gomes, 1997; Paz, 2023).

A malha comercial dos mocambeiros na área contestada não era somente para a Guiana Francesa, pois muitos escravos fugitivos comercializavam seus produtos em Macapá e Mazagão e participavam de festejos religiosos, como o Natal e festas de honra a santos nessas localidades. Os mocambeiros utilizavam estratégias como “assobiar” ou “chupar os beijos” para que outros escravos soubessem da presença dos fugitivos, que aproveitavam a sociabilidade nas festas para obter informações sobre as patrulhas que ocorriam para capturar escravos no contestado. Porém, nem todos os escravos fugitivos iam para comercializar e para se divertir nas festas, haja vista que tinham grupos

Rotas Comerciais do Contestado Franco-Brasileiro



Fonte: Paz (2021, p. 24).

que faziam assaltos e pilhagem em fazendas, armados com arco e flecha, facões e espingardas e, quando era oportuno, libertavam companheiros, levando-os para a região de seus mocambos. Era comum os fugitivos roubarem barcos e mercadorias de seus senhores para chegar ao Rio Araguari ou até mesmo à Guiana Francesa. Em algumas ocasiões, tanto o governo da França quanto o do Brasil foram acionados na tentativa de reaver as embarcações e os escravos, contudo, o emaranhado de rios e a falta de jurisdição dificultavam essas ações (Gomes, 1997; Paz, 2023; Vergolino-Henry; Figueiredo, 1999).

Os mocambos no lado brasileiro, as fazendas no lado francês e até mesmo dentro do contestado, além de africanos escravizados, indígenas e tapuias, recebiam em suas estruturas soldados desertores tanto da praça de Macapá, como da colônia militar Dom Pedro II e de várias regiões da Amazônia, aumentando o fluxo de pessoas na área fronteira. Inclusive, os participantes da insurreição no ano de 1855, que resultou no assassinato do comandante Joaquim de Amorim Bezerra na colônia militar Dom Pedro II, espalharam-se pelo contestado e fazendas na Guiana Francesa, sendo necessária uma força tarefa entre Brasil e França para prendê-los e evitar que eles voltassem a cometer crimes no território em disputa. Como se pode perceber, essas comunidades não eram isoladas e, em suas estratégias de sobrevivência, mantinham contatos interétnicos e com autoridades dos governos em litígio. Quando pertinente, as autoridades de Caiena e do Pará trabalhavam juntas para coibir crimes na região (Alves, 2017; Paz, 2023).

**Paulino José Soares de Souza,
o Visconde de Uruguai**



Fonte: Castro (2020).

Em relação à resolução da disputa diplomática no ano de 1853, enfim as negociações voltam a acontecer. O governo brasileiro designa Paulino José Soares de Souza, o Visconde de Uruguai, para defender e negociar definitivamente o marco fronteiro com a França na América do Sul. O governo francês escolhe o Barão His de Butenval, que em sua primeira fala nas negociações deixou claro que a França só demarcaria sua fronteira no Rio Araguari, já que eles acreditavam fielmente que esse rio era o Vicente Pinzón. Foram realizadas cerca de 15 conferências para tratar do assunto entre os dias 30 de agosto de 1855 e 1º de julho de 1856, sem ter uma conclusão efetiva sobre qual rio era o limite entre os dois países. Para tentar resolver de vez a questão, o Visconde de Uruguai propôs ao governo francês três limites além do Rio Oiapoque e, em 22 de janeiro de 1856, recuou o limite ao

Rio Cassiporé, porém, esse limite foi recusado pelos franceses. Já em 27 de maio de 1856, ele propôs os rios Cunani e Calçoene, o mesmo do Tratado de Paris (1797). Contudo, as duas propostas também foram recusadas (Barão do Rio Branco, 2008; Silva, 2010).

A ideia francesa era fazer uma exploração e uma navegação rentáveis economicamente e chegar ao Rio Amazonas, porém, eles não queriam alargar a Guiana Francesa com um pantanal insalubre, como foram denominadas as localidades sugeridas por Visconde de Uruguai. Assim, as negociações nos meados do século XIX falharam e só aumentaram as tensões na região. Contudo, ao tempo em que as conferências para resolver a questão de limite iam acontecendo, políticos brasileiros liderados pelo deputado Cândido Mendes tentaram dar autonomia política à região, com o projeto de criação da Província de Oyapockia com capital em Macapá, no dia 1º de julho de 1853. A Província teria em sua composição, além de Macapá e Mazagão, as cidades de Almeirim, Alenquer, Óbidos, Monte Alegre, Faro e, claro, a região neutralizada, ou seja, o Contestado Franco-Brasileiro (Brasil, 1873; Lobato, 2014).

O projeto foi rejeitado com vários argumentos. Dentre os principais, destacam-se: Macapá era um cidade insalubre para se viver; era uma cidade “doente”, pois apresentava constantes epidemias de malária; e a cidade era um verdadeiro matadouro, que possuía águas envenenadas, além de muitos pântanos, dificultando a agricultura. Assim, os chamados “homens da capital” (deputados de Belém) conseguiram engavetar o projeto que foi levado à pauta novamente em 1873, com um abaixo-assinado com 387 assinaturas e um relatório detalhado das condições sanitárias e geográficas de Macapá; o que, entretanto, não foi suficiente para convencer os deputados paraenses e, mais uma vez, o projeto foi engavetado. Os macapaenses acusaram os deputados paraenses de espalhar mentiras e de desprezo por Macapá, já que o Estado não recebia nenhuma ajuda do governo da Província do Pará e, mesmo assim, destacava-se na produção agrícola com produtos de qualidade, como arroz, milho, feijão, melancias, entre outras culturas.

Pântano

Terreno alagado de água estagnada. Lamaçal formado numa pequena depressão de terreno barrento.

Mapa dos Limites da Província Oyapockia do Século XIX



Fonte: Carta [...] ([1853]).

Enquanto Brasil e França não se entendiam na delimitação da fronteira, a região de Cunani, localizada dentro do perímetro neutralizado pelo acordo de 1841 e que, no passado, foi uma missão religiosa, foi transformada em mocambo por mocambeiros, indígenas, tapuias, soldados desertores e franceses que, em sua maior parte, eram criminosos. Com a descoberta do ouro em 1854 na região do Arouague, Cunani tornou-se um ponto de suporte comercial para garimpeiros que se aventuravam atrás do metal precioso. Assim, por volta de 1858, um francês chamado Prosper Chaton fundou a Vila de Cunani e, em 1875, declarou-a como Estado Livre de Cunani. A vila que tinha sua população em maioria crioula e de escravos fugitivos que praticavam a salga de peixe e a plantação de mandioca, agora tinha uma legislação específica chamada de “Constituição Chaton” e seu “principal”, igualmente a Vila de Amapá (Alves, 2021; Paz, 2023).

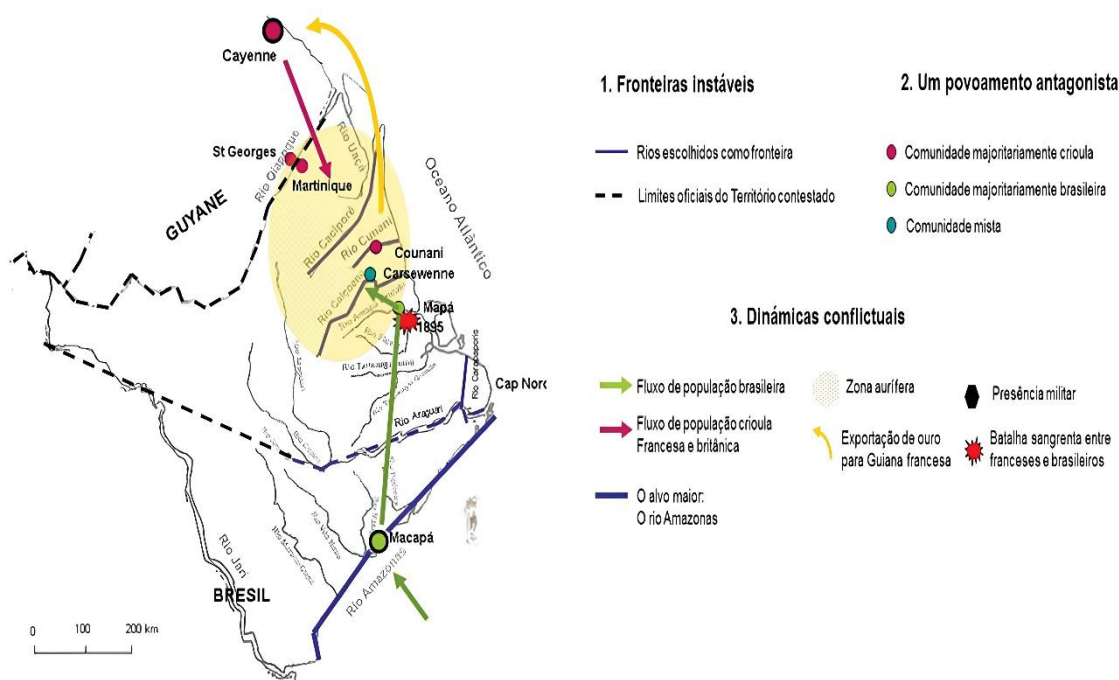
Cunani

Na língua indígena local significa Tucunaré uma espécie de peixe de escama (*Cichla ocellaris*) de água doce.

O “principal” da Vila de Cunani desde 1874 era o capitão Trajano Bentes, que era brasileiro, nasceu escravo, fugiu de seu senhor da Vila de Curuçá, no Pará, e se juntou a vários mocambeiros na margem do rio Cunani por volta de 1864. Declarando-se francês de

coração, casou-se com uma francesa e se manteve no cargo de capitão (“principal”) até 1895. Em 23 de julho de 1886, proclamou a República Independente de Cunani e aclamou como presidente o francês Jules Gros, que era geógrafo e escritor e jamais esteve em Cunani. Nesse contexto, mandou fabricar moedas, bandeira, selos, títulos de honra, como a ordem da Estrela de Cunani, e utilizou como lema “Liberdade e Justiça”, além de o idioma a ser adotado ser o francês. A República do Cunani tinha alguns problemas em seu em torno, pois ficava no centro da região contestada entre dois impérios – o francês (Guiana Francesa) e o brasileiro – e seu “principal” não era reconhecido por nenhum Estado nacional, tanto que o governo da França, em 2 de fevereiro de 1887, terminou com ela (Alves, 2021; Cardoso, 2008, Picanço, 1981; Reis, 1949; Sarney; Costa, 1999).

Mapa da Dinâmica do Contestado Franco-Brasileiro



Fonte: Granger (2012, p. 38).

A região do Contestado Franco-Brasileiro obteve uma forte onda de migração, pois em dezembro de 1893 foi descoberto ouro no Rio Calçoene, que, além de atrair mais pessoas, aumentou os conflitos entre nacionais franceses e brasileiros tanto pela posse da terra quanto pelo ouro, dividindo o contestado em duas regiões de influência: ao norte, os franceses com Cunani sendo a principal vila, e ao sul, os brasileiros, concentrando-se na Vila do Espírito Santo do Amapá (atual município de Amapá). Por se tratar de uma região em disputa territorial, a descoberta do ouro tem duas versões: a francesa, que conta que foi o garimpeiro

Clement Tamba, personagem que tem sua história contada em forma de romance por José Sarney no livro *Saraminda*, e a brasileira, segundo a qual foram dois paraenses Germano e Firmino, que, depois de escutarem do pai de Firmino um sonho que ele teve com Santo Antônio, no qual o santo teria falado onde havia ouro. Não se sabe qual delas é a certa, contudo, as duas versões da descoberta do ouro se deram no mesmo ano, em 1893, e no mesmo local, o Rio Calçoene, além de despertar a cobiça por não haver jurisdição de um Estado nacional e, conseqüentemente, taxaço de impostos (Romani, 2010; Sarney; Costa, 1999).

A região entre os rios Oiapoque e Araguari pouco a pouco foi sendo ocupada tanto por franceses como por brasileiros que buscavam no território realizar os sonhos de liberdade e de riqueza “fácil”. Com a descoberta do ouro, os sujeitos históricos acreditaram que tais sonhos eram possíveis de serem realizados, tanto que fora estimado que cerca de 6.000 garimpeiros viveram o período auge da exploração do ouro no contestado, fazendo surgir mais vilas e povoados.

Muitas dessas localidades acabaram ganhando nomes de aventureiros, como a Vila Firmino, em homenagem ao garimpeiro brasileiro que teria descoberto o ouro em Calçoene, e Lourenço, o descobridor do ouro na região do Cassiporé. Ao norte, com influência de crioulos da Guiana Francesa, os nomes passaram a ser franceses, como Carnot, situação em que o ouro era denominado de “La Couleur”. A zona fronteira acabou se tornando um barril de pólvora prestes a explodir em razão das práticas que os habitantes, tanto franceses como brasileiros, adotaram para limitar a movimentação de um ou de outro nas regiões auríferas, criando seus próprios governos que geraram desconfianças, conflitos e resistências, já que não havia jurisdição da França e nem do Brasil (Romani, 2010; Sarney; Costa, 1999).

Referências Bibliográficas

ALVES, Débora Bendocchi. O Paradeiro dos soldados desertores da Colônia Militar Pedro II: Contestado Franco-Brasileiro, 1840-1864. *Nuevo Mundo*, [s. l.], 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/70478>. Acesso em: 25 jan. 2023.

ALVES, Débora Bendocchi. Prosper Chaton e a Fundação da Paróquia e do Distrito de Cunani no Contestado Franco-Brasileiro. In: LOBATO, Sidney. **Fronteirizações: experiências fronteiriças na Amazônia setentrional (séculos XVIII e XIX)**. 1. ed. Belém: Paka-Tatu, 2021. p. 175-195.

BARÃO DO RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos. **Questões de Limites: Guiana Francesa**. Brasília, DF: Senado Federal, 2008.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Pinsonia ou a Elevação do território Septentrional da Província do Grão-Pará à categoria de Província com essa denominação**. Rio de Janeiro: Nova Typographia de João Paulo Hildebrandt, 1873.

CARDOSO, Francinete do Socorro Santos. **Entre conflitos, negociações e representações: o contestado franco-brasileiro na última década do século XIX**. Belém: Unamaz/NAEA, 2008.

CARTA Topographica da Província de Oyapockia. [1853]. 1 imagem, color. Disponível em: objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart529803/cart529803.jpg. Acesso em: 03 fev. 2023.

CASTRO, Gabriel de Arruda. O esquecido Visconde do Uruguai, o principal nome do único Partido Conservador do Brasil. **Gazeta do Povo**, São Paulo, 27 dez. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/o-esquecido-visconde-do-uruguai-o-principal-nome-do-unico-partido-conservador-do-brasil>. Acesso em: 18 dez. 2024.

GOMES, Flávio dos Santos. **A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII – XIX)**. 1997. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

GOMES, Flávio dos Santos. Descobertas & Experiências. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII – XIX)**. Belém: Editora Universitária da UFPA, 1999. p. 11-16.

GRANGER, Stéphane. O Contestado Franco-Brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. **Revista Cantareira**, Niterói, v. 17, p. 21-39, jul./dez. 2012.

LOBATO, Sidney. Federalização da fronteira: a criação e o primeiro governo do Amapá (1930-1956). **Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 7, n. 1, p. 272-286, jan./jun. 2014.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; GOMES, Flávio dos Santos. Reconfigurações Coloniais: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (Séculos XVII e XVIII). **Revista de História**, Goiânia, v. 149, p. 69-107, 2003.

PAZ, Adalberto. Comércio e Contrabando Entre o Pará, o Contestado Franco-brasileiro e a Guiana Francesa na Década de 1870. **Rev. Hist.**, São Paulo, n. 180, a07820, 2021.

PAZ, Adalberto. Mobilidades clandestinas em rotas contestadas: escravos fugidos, desertores e criminosos entre o Pará, o Contestado Franco-Brasileiro e a Guiana Francesa na década de 1860. In: CANCELA, Cristina Donza; CASTRO, Lara (org.). **Norte migrantes: deslocamentos, trajetórias e ocupação na Amazônia Brasileira**. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. p. 167-197.

PICANÇO, Estácio Vidal. **Informações Sobre a História do Amapá: 1500 – 1900**. Macapá: Imprensa Oficial, 1981.

REGIÃO neutralizada em 1841 entre Brasil e França. **Manioc**, [s. l.], s.d. Disponível em: www.manioc.org. Acesso em: 03 fev. 2023.

REIS, Arthur César Ferreira. **Território do Amapá**: perfil histórico. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

ROMANI, Carlo. O Massacre de Amapá: a guerra imperialista que não houve. **C.M.H.L.B Caravelle**, Toulouse, n. 95, p. 85-118, 2010.

SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá**: a terra onde o Brasil começa. Brasília, DF: Senado Federal, 1999.

SILVA, Joaquim Caetano. **O Oiapoque e o Amazonas**: uma questão brasileira e francesa. Campinas: IFCH – UNICAMP, 2010.

VERGOLINO-HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. A Presença Africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990. *In*: GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal; COELHO, Mauro Cezar (org.). **Relatos de fronteiras**: fontes para a História da Amazônia, séculos XVIII e XIX. Belém: Editora UFPA, 1999. p. 112-114.

VILA DO ESPÍRITO SANTO DO AMAPÁ



(EF08HI-AP02) Estudar as disputas territoriais na região do atual Amapá.

A grande extensão de terras contestada por francês e brasileiros e que estava sem uma jurisdição de um Estado nacional, além de Contestado Franco-Brasileiro, era também conhecida e denominada por brasileiros de Guiana Brasileira, que, em seu auge aurífero, ou seja, da exploração do ouro no século XIX, atraiu uma intensa migração para a região, principalmente do Caribe, da Europa e da própria Amazônia, que aumentaram consideravelmente o contingente populacional da localidade. O problema na definição da

Autonomia

Direito dado a uma nação ou região de se governar de acordo com seus próprios regimentos ou leis; autarquia.

fronteira fez com que a população se organizasse em vilas com seus governos próprios, às vezes distantes de França e Brasil, às vezes próximo um ou de outro, de acordo com os interesses tanto da população como dos próprios governos de França e Brasil. Assim, surgiu a Vila do Cunani tentando uma autonomia, mas com ligações com o governo de Caiena. Do lado brasileiro, surgiu a Vila do Espírito Santo do Amapá (atual município de Amapá), em que a maior parte

da população era brasileira (Cardoso, 2008; Paz, 2021; Romani, 2010; Silva, 2012).

Dois meses após a Proclamação da República, o presidente marechal Deodoro da Fonseca, por meio do Decreto nº 163, de 16 de janeiro de 1890, autorizou a criação de colônias na região com o intuito de povoá-la de brasileiros para depois assegurar a posse do território para o Brasil. É importante lembrar que no período Imperial o governo brasileiro tentou ocupar a região através da Colônia Militar Dom Pedro II, no Rio Araguari, contudo, a manutenção do empreendimento sempre foi difícil por falta de apoio, doenças, levantes dos soldados etc., e a colônia não conseguiu se transformar em um núcleo efetivo de ocupação na região. Durante o processo de extração do ouro, houve várias cartas e abaixo-assinados denunciando uma possível invasão de trabalhadores crioulos franceses que exploravam as minas da região, em uma tentativa de pedir interferência do governo brasileiro e uma possível solução (Paz, 2021; Romani, 2010).

Dessa forma, na segunda metade do século XIX foram autorizadas algumas

expedições para relatar a situação da área contestada, como as expedições do político e escritor paraense Joaquim Francisco de Mendonça Junior e do engenheiro civil Antonio Manoel Gonçalves Dias, juntamente com o Cônego Domingos Maltês. Essas expedições apresentaram em seus relatórios a descrição do Contestado Franco-Brasileiro como uma região com uma diversidade grande de pessoas de vários países, sendo a região de Calçoene o centro da ocupação desses garimpeiros que migraram em busca do ouro. Domingos Maltês tinha a tarefa de fundar uma paróquia na localidade e, para isso, escolheu a Vila do Amapá para a instalação, logo se envolvendo nas questões políticas da vila, principalmente delegando as questões que eram consideradas invasões de territórios feitas por estrangeiros que procuravam garimpar pelas cabeceiras dos rios da localidade.

Paróquia

delimitação territorial de uma diocese sobre a qual prevalece a jurisdição espiritual de um pároco; padre.

Após a chegada do Cônego Domingos Maltês, foi a vez de outro personagem emblemático da História do Amapá chegar à região da Vila do Espírito Santo do Amapá, o

Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho



Fonte: Meira (1975, p. 75).

senhor Francisco Xavier da Veiga Cabral, conhecido pelos populares da vila como Cabralzinho, por ter uma estatura baixa, e pelos franceses como Veiga Cabral. Cabralzinho era paraense e ligado a grupos políticos de oposição ao governador do Pará Lauro Sodré. Em 1891, antes da posse do governador, Cabralzinho, juntamente, com seus partidários tentaram dar um golpe para impedir a posse de Lauro Sodré, porém, seus planos foram descobertos, desencadeando um evento conhecido como a Revolta 11 de julho ou Revolta do Cacaquinho, ocasião em que alguns participantes foram deportados para Europa e Cabralzinho partiu para os Estados Unidos da América (EUA). Dois meses depois, o governador declarou anistia aos envolvidos na revolta, contudo, com temor de represálias, Veiga Cabral decidiu se instalar na Vila do Espírito Santo do Amapá, com o objetivo de participar da extração do ouro na região do Contestado (Meira, 1975; Paz, 2021, Romani, 2010, Silva, 2012; Viana; Silva, 2012).

Cabralzinho chegou à Vila do Amapá durante o processo de deposição do “principal” da vila, chamado de comandante-capitão Eugène Voisin, que era um indígena que não sabia escrever e ler e era acusado de cometer abusos contra a população de Amapá. Ao

decidirem pelo afastamento do capitão Voisin, os moradores da vila aclamaram seu novo “principal”, que foi Desidério Antônio Coelho, o qual sugeriu um governo de três pessoas denominado de triunvirato. Dessa forma, foi realizada uma assembleia para aclamação dos participantes do triunvirato realizada no dia 26 de dezembro de 1894, um dia após a celebração do Natal e no auge da exploração do ouro no Contestado Franco-Brasileiro que, segundo as estimativas da época, já havia cerca de 6.000 garimpeiros na localidade, tendo as vilas de Cunani e do Espírito Santo do Amapá como principais polos habitacionais. Foram aclamados Cônego Domingos Maltês como primeiro presidente, Desidério Antônio Coelho enquanto primeiro vice-presidente e Francisco Xavier da Veiga Cabral como segundo vice-presidente (Meira, 1975; Paz, 2021; Raiol, 1992; Viana; Silva, 2012).

Formado o novo governo na Vila do Espírito Santo do Amapá, os integrantes começaram a criar leis em uma tentativa de fiscalizar a saída do ouro dos garimpos com uma taxa de imposto elevada para quem não era brasileiro. Além disso, criou o Exército Defensor do Amapá e proibiu franceses de terem acesso às regiões auríferas. Em pouco tempo, no fim de fevereiro de 1895, Cabralzinho não era mais o segundo vice-presidente do triunvirato e sim o presidente, logo reconhecido como o governador do Amapá que entrou em rota de colisão com o capitão Trajano Bentes, da Vila de Cunani, e com os demais franceses, principalmente os crioulos e negros bosques na área contestada. O ápice dessa colisão pode ser dividido em

Negros Bosques

Refere-se aos chamados *Bush Negroes*, que eram escravos fugitivos integrantes de quilombos do Suriname.

Capitão de Cunani Trajano Bentes



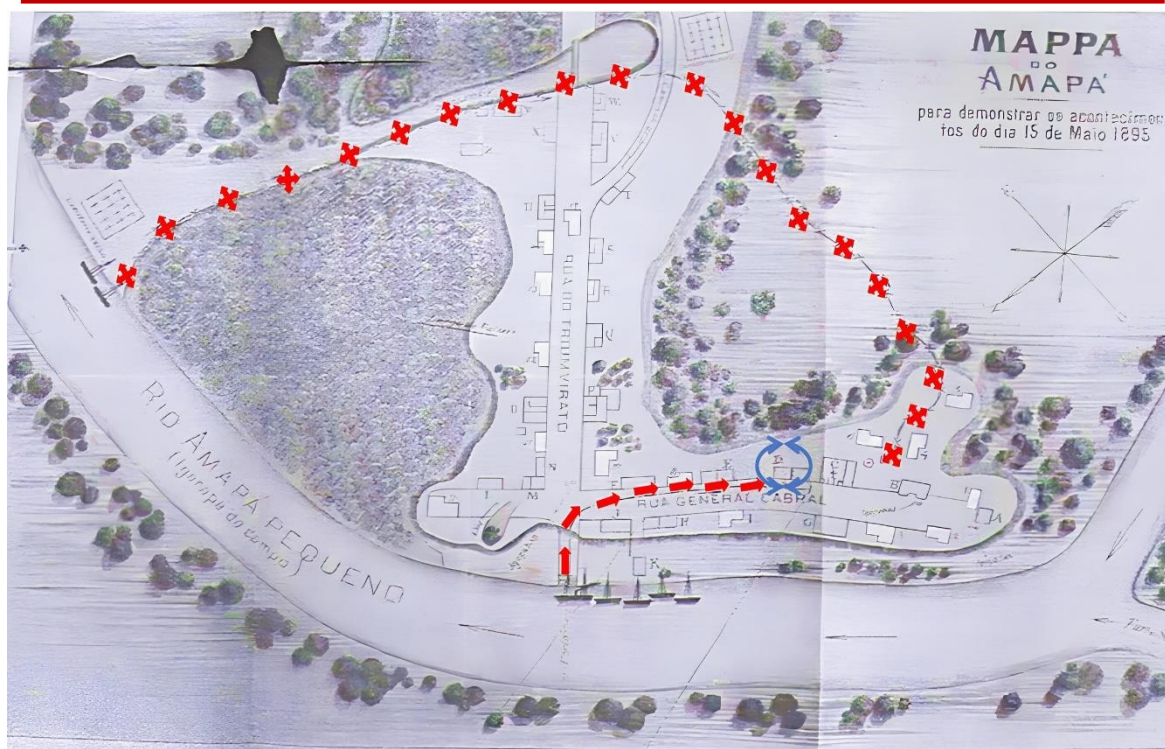
Fonte: Santos (2017, p. 201).

dois momentos: o primeiro foi a prisão de Trajano a mando de Cabralzinho, sob acusação de maus-tratos aos brasileiros que residiam (e aos que chegavam) em Cunani e de ter pisado e rasgado uma bandeira do Brasil (Meira, 1975; Paz, 2021; Viana; Silva, 2012).




O segundo momento foi a expedição organizada e autorizada pelo governador da Guiana Francesa Camile Charvein, que tinha como objetivo libertar Trajano e prender Veiga Cabral para levá-lo a Caiena. Caso não fosse possível, as tropas francesas de Caiena deveriam levar moradores da vila como reféns. Assim, a expedição francesa que chegou à Vila do Espírito Santo do Amapá no dia 15 de maio de 1895 era dividida em dois grupos, um liderados pelo tenente

Destoup e o outro pelo suboficial Saffroy, além do capitão Lunier, comandante da expedição em terra, e do piloto da canhoneira Bengali Evaristo Raymundo, que era brasileiro e interprete dos franceses. Ao chegarem, a expedição francesa cercou a vila, com uma tropa entrando por uma região denominada Cemitério Velho e a outra, comandada pelo capitão Lunier, desceu no porto em frente à vila, indo em direção à casa de Cabralzinho.

Mapa da Vila do Espírito Santo do Amapá, Demonstrando o Ataque Francês do dia 15 de maio de 1895



Legenda

-  Casa de Cabralzinho.
-  Rota do Destacamento do Cap. Lunier.
-  Rota do Segundo Destacamento Francês do Cemitério Velho.

Fonte: Adaptado de Paz (2021, p. 177).

Ao chegar na casa de Veiga Cabral e ficando frente a frente com ele, o capitão Lunier deu voz de prisão ao brasileiro, que resistiu, entrou em luta corporal e derrubou ao chão o francês, o qual logo foi morto por um tiro, desencadeando um tiroteio e um cenário de guerra e massacre na Vila de Amapá. A expedição francesa do dia 15 de maio de 1895 gerou controvérsias, oportunismo e morte de 14 franceses e cerca de 39 brasileiros que tiveram suas casas incendiadas pelo avanço da tropa que entrou pelo Cemitério velho. Ao perceber que a

tropa e os moradores da vila não tinham condições de continuar resistindo por falta de armamentos e munições, Cabralzinho ordena que todos se refugiem em uma área de mata para ser protegidos; episódio esse que ficou conhecido por uma anedota: “mato ou morro, como não tinha morro, Cabralzinho correu para o mato”. Essa brincadeira surgiu a partir do momento em que Cabralzinho foi considerado herói pelo seu ato de resistência à expedição francesa e pela morte de Lunier. Contudo, de acordo com depoimentos de alguns sobreviventes do conflito, quem matou o capitão francês foi um senhor chamado Félix e que os moradores da Vila do Espírito Santo do Amapá – ao perceberem que estavam sofrendo um ataque – se uniram para defender seus lares e familiares.

Porém, as notícias dos principais jornais paraenses narravam o episódio de forma heroica, ao noticiarem que Cabralzinho derrubou Lunier com um golpe de capoeira, tomando o revólver do francês e matando-o com sua própria arma, assim como, em seguida, um tenente, um corneteiro e um porta-bandeira da expedição. Em seu relatório enviado ao ministro das relações exteriores do Brasil, relatando o ocorrido durante o dia 15 de maio de 1895, Cabralzinho não descreve que matou Lunier, apenas que lutou e tirou o revólver de sua mão e que o francês levou tiros de rifles. Para alguns estudiosos, a elite com políticos paraenses montou o episódio de bravura para se construir na figura de Cabralzinho o mito do herói e, assim, criar um símbolo brasileiro na região contestada que ajudasse na anexação do território ao Brasil; situação essa aproveitada pelo próprio Veiga Cabral. Dessa forma, Cabralzinho foi homenageado em algumas cidades, como Belém, Recife e Rio de Janeiro, condecorado pelo presidente da República Prudente de Moraes como general honorário do Exército brasileiro e herói do Amapá (Cardoso, 2008; Meira, 1975; Raiol, 1992; Viana; Silva, 2012; Silva, 2012, 2021).

A criação o mito do herói em trono da figura de Cabralzinho rendeu homenagens também no Amapá, como nome de ruas, praças, escolas, farmácias, bairros, Grupo de Escoteiros Veiga Cabral, 34º Batalhão de Infantaria de Selva Veiga Cabral, além de duas estátuas, uma no município de Amapá e outra em Macapá, na praça que leva seu nome, no centro da cidade. O dia 15 de maio tornou-se feriado estadual pela Lei nº 2.213, de 11 de julho de 2017, sendo denominado como “Dia de Cabralzinho”, de modo a, segundo as autoridades amapaenses, manter viva a memória da luta dos brasileiros pela posse da região da fronteira que, por direito, era dada tanto pelo Tratado de Utrecht de 1713 como pelo

Herói

Aquele que se distingue por seu valor ou por suas ações extraordinárias, principalmente por feitos brilhantes durante a guerra.

Tratado de Madri de 1750. Um fato importante que precisa ser lembrando é que, aproveitando-se ou não da situação, ao relatar os acontecimentos da invasão francesa à Vila do Espírito Santo do Amapá, Cabralzinho além de promover sua imagem também causou comoção pelos relatos das mortes e o incêndio da vila e, dessa forma, Brasil e França decidem resolver definitivamente a questão fronteira em um tribunal neutro (Amapá, 2017; Barão do Rio Branco, 2008; Viana; Silva, 2012).

Em uma perspectiva histórico-social, os sujeitos históricos que chegaram à região do Contestado Franco-Brasileiro como garimpeiros, soldados desertores, viajantes, indígenas, mocambeiros e pequenos comerciantes foram marginalizados tanto pelo Brasil quanto pela França, mas utilizados por esses dois Estados nacionais para tentar garantir sua posse sem lhes dar quaisquer condições mínimas de vida. As representações que se criaram na fronteira litigiosa contribuíram para se dar certa autonomia às populações que chegavam ao território em busca do ouro e de oportunidades de uma vida melhor. Nesse processo, esses sujeitos histórico construíram ao longo do problema da fronteira as bases de uma fronteira como zona de atravessamentos de fluxos e da própria delimitação do limite pelo Rio Oiapoque.

Referências Bibliográficas

AMAPÁ. **Lei nº 2.213, de 11 de julho de 2017**. Institui Feriado Estadual o dia 15 de maio "Dia de Cabralzinho". Macapá: Assembleia Legislativa, [2017]. Disponível em: https://www.tjap.jus.br/portal/images/stories/documentos/CHECKLIST/ASCOM/2020/mayo/Lei_n_2213-2017_-_Feriado_Estadual_-_Dia_de_Cabralzinho.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

BARÃO DO RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos. **Questões de Limites: Guiana Francesa**. Brasília, DF: Senado Federal, 2008.

CARDOSO, Francinete do Socorro Santos. **Entre conflitos, negociações e representações: o contestado franco-brasileiro na última década do século XIX**. Belém: Unamaz/NAEA, 2008.

MEIRA, Silvio Augusto de Bastos. **Fronteiras sangrentas: heróis do Amapá**. Rio de Janeiro: Gráfica Luna, 1975.

PAZ, Adalberto. A República de Cabralzinho e o Conflito do Amapá: disputas políticas e territoriais no Contestado Franco-Brasileiro (1891 – 1895). *In*: LOBATO, Sidney. (org.). **Fronteirizações: experiências fronteiriças na Amazônia setentrional (séculos XVIII e XIX)**. 1 ed. Belém (PA): Paka-Tatu, 2021. p. 155-191.

RAIOL, Osvaldino. **A utopia da terra na fronteira da Amazônia: a geopolítica e o conflito pela posse da terra no Amapá**. Macapá: Gráfica O DIA Ltda., 1992.

ROMANI, Carlo. O Massacre de Amapá: a guerra imperialista que não houve. **C.M.H.L.B Caravelle**, Toulouse, n. 95, p. 85-118, 2010.

SANTOS, Affonso José. **Barão do Rio-Branco**: cadernos de notas: a questão entre o Brasil e a França (maio de 1895 a abril de 1901). Brasília, DF: Funag, 2017.

SILVA, Diovani Furtado da. **Cabralzinho**: como um baixinho foragido e astuto virou herói. 2012. Artigo (Especialização História do Amapá) – Centro Universitário UNINTER, Macapá – AP, 2012.

SILVA, Diovani Furtado da. Reflexões Sobre a Figura Heroica de Cabralzinho no Ensino de História. In: SILVA, Thiago Cedrez; SIMÕES, Elvis Silveira. (org.). **Perspectivas históricas**: múltiplas abordagens historiográficas. Porto Alegre: Mundo Acadêmico, 2021.

VIANA, Jonathan; SILVA, Diovani. **Cabralzinho**: a construção do mito do herói inventado na sociedade amapaense. 1. ed. Salto, SP: Schoba, 2012.

O ARBITRARIAMENTE SUÍÇO



(EF08HI-AP02) Estudar as disputas territoriais na região do atual Amapá.

Com a divulgação e repercussão dos acontecimentos dignos de guerra na Vila do Espírito Santo do Amapá, tanto por relatos de jornais franceses e brasileiros quanto pelo relatório de Francisco Xavier da Veiga Cabral, criou-se um receio em que episódios de conflitos armados voltassem a acontecer na região do contestado. Por parte dos brasileiros que residiam na região e no Pará, foi feito o pedido ao governo brasileiro de uma intervenção imediata com o objetivo de se definir a questão da disputa territorial em definitivo e expulsar os crioulos franceses do território. Do lado francês, as autoridades se defendiam da invasão e das mortes de brasileiros como legítima defesa, em razão do assassinato de um oficial do exército francês em combate e dos abusos de poder cometidos, segundo eles, por Veiga Cabral, o Cabralzinho, no território litigioso (Picanço, 1981; Romani, 2010; Sarney; Costa, 1999).

O governo brasileiro enviou à região do Contestado Franco-Brasileiro o renomado zoólogo e naturalista Emílio Goeldi para a construção de um relatório sobre o

Emílio Goeldi



Fonte: Emílio [...] (2010).

episódio da invasão francesa do dia 15 de maio de 1895 e da situação atual da localidade. Goeldi visitou as vilas de Cunani e do Espírito Santo do Amapá (atual município de Amapá), observando e descrevendo os relatos dos moradores e sua compreensão em relação aos habitantes, franceses, estrangeiros, de Veiga Cabral e seu exército, ao qual ele denominou de capangas. Seu relatório é acompanhado de uma carta-resumo dos fatos ocorrido na região do Contestado Franco-Brasileiro, que começa argumentando que o Brasil não deveria ter deixado a região ser conhecida com esse nome, já que ela foi herdada do império português após a independência, além

de que a maior parte das localidades que compõem o contestado são habitadas por brasileiros que falam o português, possuem o modo de vida, costumes e educação igual ao Pará. A única

região dentro da área neutralizada por Brasil e França que tem costumes franceses, de acordo com Emílio Goeldi, é a região do Rio Calçoene, que é composta por crioulos de Caiena, Martinica e Guadalupe, mas também por estrangeiros, como ingleses, norte-americanos e holandeses, constituindo uma grande rede de comércio liderada pelos franceses que não aceitavam dinheiro brasileiro, apenas ouro e prata (Goeldi, 1895; Romani, 2010).

Ainda em relação às localidades, o zoólogo e naturalista faz uma distinção das terras do sul (Cabo Norte e Amapá) que, em seu pensamento, “não prestam para nada por enquanto”, uma região insalubre e assolada por doenças e sem assistência médica alguma. Já em relação às do norte (Cunani até o Rio Oiapoque), ele alerta que são bonitas, ricas tanto de ouro como de árvores frutíferas, e com um comércio pequeno para atender à população da região. Goeldi alerta que a Vila do Espírito Santo do Amapá (atual município de Amapá) vivia um estado de guerra após os acontecidos de 15 de maio de 1895, momento em que ninguém entrava e saía sem autorização por escrito de Veiga Cabral ou de seus capangas. No que se refere ao grupo que cercava Cabralzinho, o relatório aponta que eles eram uma verdadeira oligarquia composta por pessoas originárias do Ceará e do Pará que abusavam de seus poderes para praticar tirania, opressão, represálias e vinganças pessoais.

Insalubre

Que não faz bem à saúde; diz-se do local cujas condições são prejudiciais à saúde.

Deportado

Aquele que foi afastado, banido de seu país ou de sua pátria; retirado de uma sociedade; degredado: o preso político foi deportado.

Enquanto a Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho, o relatório aponta que no momento da excursão ele se encontrava doente de febre e com viagem marcada para Belém do Pará e não podia descrever suas ações a partir de seus próprios depoimentos, apenas dos relatos dos moradores da Vila do Amapá. Ao entrevistar os moradores da localidade,

Emílio Goeldi se deparou com três deportados: uma mulher francesa, segundo ela de origem da cidade de Nantes; Evaristo, o piloto da Canhoneira Bengali, que transportou os franceses no episódio da invasão do dia 15 de maio; e de Trajano Bentes, o capitão de Cunani mais conhecido, trabalhando em seu próprio rancho na Vila do Amapá e cuja libertação da prisão, de acordo com os argumentos franceses, foi objetivo da expedição que vitimou o capitão francês

Lunier. Sobre a alegação dos franceses, o relatório confrontou os depoimentos de Cabralzinho, Evaristo, Trajano e dos moradores do Amapá, que em nenhum momento Lunier falou em libertação de Trajano, bem como os próprios soldados na viagem em direção à vila.

Em seu depoimento, Trajano ainda relatou que foi maltratado pelos marinheiros franceses, sendo obrigado a fugir para o mato no momento da carnificina e incêndio da vila, e que isso trouxe um sentimento de arrependimento de ter se aproximado dos franceses enquanto era capitão de Cunani. Goeldi faz duras críticas a Henri Coudreau, que, em sua expedição pelo Contestado Franco-Brasileiro, descreveu que a população tinha uma grande simpatia aos franceses e ao governo da França, chamando de uma “grossa mentira” tal fato. No encerramento de seu relatório, Goeldi ainda expõe que a região está em clima de paz, contudo, estava sendo comum assassinatos de garimpeiros de várias nacionalidades atribuídos aos franceses e que isso poderia a qualquer momento levar a outro choque entre os moradores da Vila do Amapá com os crioulos de Caiena, por estarem muitos próximos e circularem praticamente pelos mesmo locais diariamente. Após a entrega da carta e do relatório, os governos do Brasil e da França decidem em comum acordo em 10 de abril de 1897 terminar o litígio através de uma decisão arbitral neutra que ficou a cargo da Suíça, que foi convidada a decidir qual rio era o Vicente Pinzón, o Oiapoque, que foi a sustentação brasileira, ou o Araguari, argumentado na sustentação francesa (Goeldi, 1895).

No final do século XVII (1700), a indefinição era por parte de qual acidente geográfico (ou seja, o rio) se delimitava a fronteira entre Portugal e França no extremo norte, já no início do século XVIII (1713) ficou definido que o Rio Oiapoque, conhecido como rio de Vicente Pinzón, era o marco da fronteira. Entretanto, em meados do século XIX (1856), surgiu a discussão sobre qual seria esse rio; indefinição essa que permaneceu até o arbitramento internacional que, avaliando as argumentações e documentações de brasileiros e franceses, deveria apontar o real rio limite entre Amapá e Guiana Francesa (Barão do Rio Branco, 2008; Meira, 1975; Picanço, 1981; Sarney; Costa, 1999; Viana; Silva, 2012).

O tratado de arbitramento deixou claro que a decisão seria definitiva e sem direito apelação por parte dos dois países litigantes, ou seja, qualquer decisão do tribunal era soberana, colocando Brasil e França na posição de apenas aceitar a decisão. Após assinatura do tratado em 1897, os dois países tinham em torno de oito meses para apresentar suas teses de defesas em Berna (Suíça) e a sentença tinha que ser proferida um ano após as seções

Evaristo, o Piloto da Canhoneira Francesa Bengali.



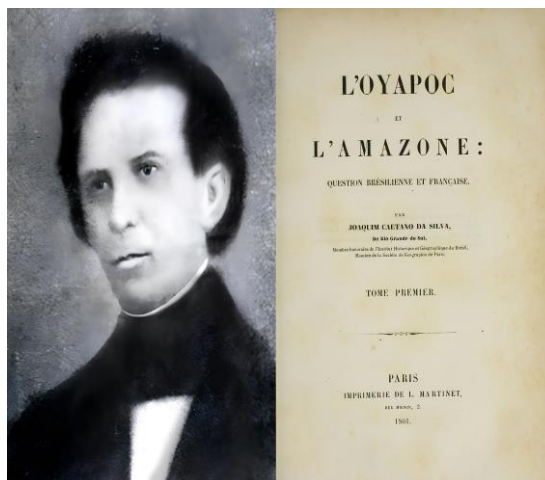
Fonte: Santos (2017, p. 201).

solenes de apresentação das Memórias. Para defender o Brasil, foi escolhido José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, que, em sua tese, apresentou uma memória farta de documentação e mapas históricos acompanhada de uma edição do livro *L' Oyapock et L' Amazone* (O Oiapoque o Amazonas), do autor Joaquim Caetano da Silva, que contém estudos geográficos e diplomáticos em relação ao processo de disputa territorial desde a época colonial.

O trabalho no tribunal suíço demandou muitos esforços por parte do Barão do Rio Branco, o qual chegou a se mudar com a família para a cidade de Berna e acabou entrando em acaloradas discussões sobre as memórias francesas apresentadas, anexando-as em sua defesa com notas explicativas referentes à exposição geográfica e ao desrespeito que os franceses estavam tendo com o Tratado de Utrecht de 1713.

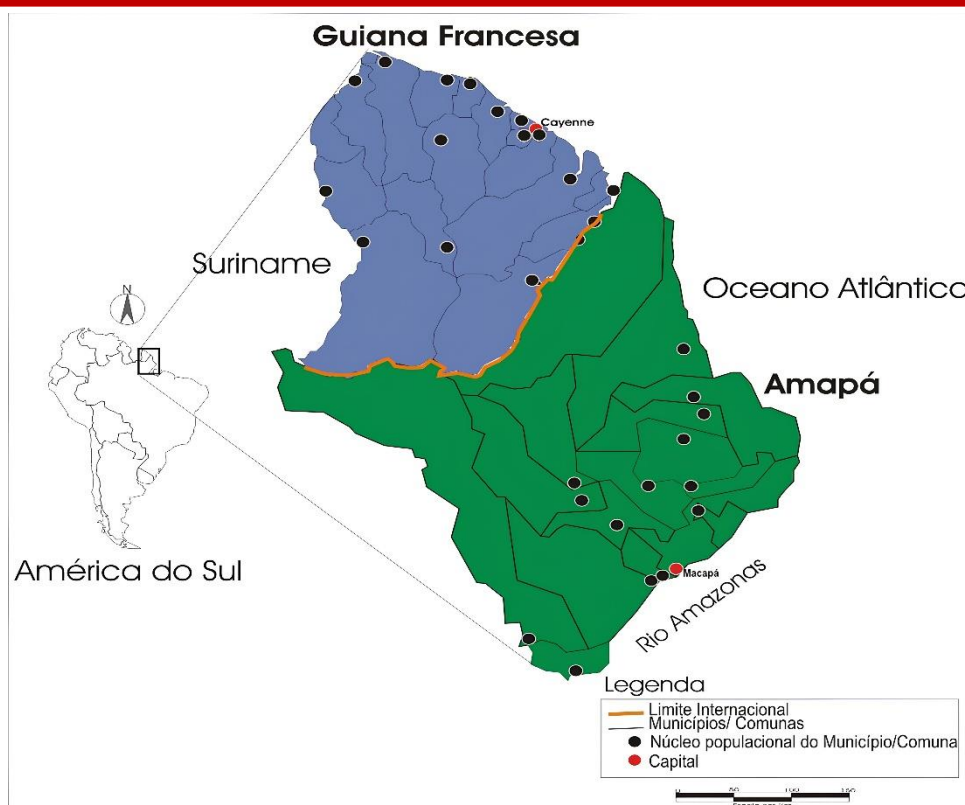
Um ano após a apresentação da memória francesa em dezembro de 1899, o presidente da confederação Suíça, o senhor Walter Hauser, divulgou no dia 1º de dezembro de 1900 o Laudo Arbitral Suíço favorável ao Brasil, confirmando o Rio Oiapoque como o de Vicente Pinzón e o mesmo citado no artigo 8º do Tratado de Utrecht, de 1713, entre Portugal e França. Assim, termina uma disputa territorial que se originou ainda na época colonial, aproximadamente no início do século XVII e ocasionou uma forte imigração para a localidade, transformando-a em uma zona de contato tanto interétnica quanto econômica, cultural e religiosa com objetivos mercantis e de posse da terra considerada como estratégica para ocupação e defesa.

Joaquim Caetano da Silva e seu Livro *L' Oyapoc et L' Amazone*



Fonte: ABL (s.d.) e BBM (s.d.).

Mapa da Fronteira entre o Amapá (Brasil) e a Guiana Francesa (França)



Fonte: Silva e Rückert (2009).

É interessante ressaltar que os franceses consideravam a região do Contestado Franco-Brasileiro como parte de seus domínios coloniais, tanto que na historiografia francesa o Laudo de Berna ou Suíço de 1900 é considerado como Tratado de Berna (Traité de Berne). Após a decisão, a região passou por uma reorganização político-administrativa, sendo incorporada pelo Decreto nº 938, de 21 de janeiro de 1901, na gestão do governador José Paes de Carvalho, anexando o antigo Contestado Franco-Brasileiro ao estado do Pará e transformando-o em três municípios: Macapá e Mazagão, que já existiam, e a região entre os rios Oiapoque e Araguari denominada como Aricari, município esse dividido em dois distritos: Amapá e Cassiporé.

Além do mais, foi nomeado delegado Egydio Leão de Salles com o objetivo de começar a administração da região e proclamar aos habitantes de Cunani, Calçoene e Cassiporé a incorporação dessa área de acordo com o Laudo Suíço de 1900 e suas funções. Já a República do Brasil incorpora somente no dia 25 de fevereiro de 1901, pelo então presidente na época Campos Sales. O território do ex-contestado só passaria por outra transformação político-administrativa somente com sua federalização em 13 de setembro de

1943, pelo Decreto-Lei nº 5.812, na ditadura do Estado Novo, com Getúlio Vargas.

Referências Bibliográficas.

ABL. João Caetano da Silva: biografia. **Academia Brasileira de Letras**, Rio de Janeiro, s.d. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/joaquim-caetano-da-silva/biografia>. Acesso em: 13 out. 2024.

BARÃO DO RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos. **Questões de Limites: Guiana Francesa**. Brasília, DF: Senado Federal, 2008.

BBM. L'Oyapoc et l'Amazone: question brésilienne et française (t.1). **Biblioteca Brasileira Guita e Jose Mindin**, São Paulo, s.d. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7681>. Acesso em: 13 out. 2024.

EMÍLIO Goeldi. **Ciência na Mídia**, [s. l.], 10 jan. 2010. Disponível em: ciencianamidia.wordpress.com. Acesso em: 25 fev. 2025.

GRANGER, Stéphane. O Contestado Franco-Brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. **Revista Cantareira**, Niterói, v. 17, p. 21-39, jul./dez. 2012.

MEIRA, Silvio Augusto de Bastos. **Fronteiras sangrentas: heróis do Amapá**. Rio de Janeiro: Gráfica Luna, 1975.

PICANÇO, Estácio Vidal. **Informações Sobre a História do Amapá: 1500 – 1900**. Macapá: Imprensa Oficial, 1981.

REIS, Arthur César Ferreira. **Território do Amapá: perfil histórico**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

ROMANI, Carlo. O Massacre de Amapá: a guerra imperialista que não houve. **C.M.H.L.B Caravelle**, Toulouse, n. 95, p. 85-118, 2010.

SANTOS, Affonso José. **Barão do Rio-Branco: cadernos de notas: a questão entre o Brasil e a França (maio de 1895 a abril de 1901)**. Brasília, DF: Funag, 2017.

SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá: a terra onde o Brasil começa**. Brasília, DF: Senado Federal, 1999.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; RÜCKERT, Aldomar A. A fronteira Brasil-França: mudança de usos político-territoriais na fronteira entre Amapá (BR) e Guiana Francesa (FR). **Confins**, Paris, n. 7, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/6040?file=1>. Acesso em: 17 abr. 2025.

VIANA, Jonathan; SILVA, Diovani. **Cabralzinho: a construção do mito do herói inventado na sociedade amapaense**. 1. ed. Salto, SP: Schoba, 2012.

ANEXO DE DOCUMENTOS

**Doação de Bento Maciel Parente
14 de junho de 1637**

Dom Phelippe &c. faso saber Aos que esta minha carta de doação virem que tendo consideracao aos servicos que o conde do Basto sendo governador deste Reino me representou em hua consulta o ano de seiscentos e trinta e hũ que hauia feito Bento Maciel Parente fidalgo de minha casa e aos mais que ate o ano de seiscentos e trinta e quatro fez em Pernanbuco cujos papeis presentou na corte de Madrid, o que por bem por cartas minhas de dezoito de Mayo de seiscentos e trinta e quatro e treze de agosto de seiscentos e trinta e seis de lhe fazer merce de algumas terras no Rio de amazonas alem do foro de fidalgo com dous mil reis de moradia de que se lhe passou portaria na corte de Madrid. tudo com obrigacao de hir servir a Pernanbuco tres anos por quanto seria ali de proueito pella muita pratica que tinha daquela guerra E que a senhora princeza Margarida minha m.to amada e prezada senhora prima remeteu⁷ ao Consso da faz.a com ordem que se lhe nomeace a dita capitania nao sendo nenhũa das que tenho escolhido para minha coroa ne das terras que estao dadas as terceiros e porq no consso da faz.a tomadas as informacoes necessarias sendo ouuido o procurador della *se lhe nomeou ao dito Bento Maciel a capitania do Cabo do Norte que tem pella costa do mar trinta e quarenta legoas de distrito que se contão do dito cabo ate o Rio de vicente pincon onde entra a repartição das jndias do Reino de castella e pella terra dentro Rio das amasonas ariba da parte do canal que vai sair ao mar oitenta e cem legoas ate o Rio dos tapujusus* E nao he nenhũa das que tenho⁸ dado a terceiro ej por bem de lhe fazer merce da dita capitania do Cabo do Norte na maneira referida e que se lhe passe carta della como ultimamte se passou a Aluaro de Souza de outra capitania de que lhe fiz m.ce no mesmo estado E com a mesma jurisdicao e pagou de mea anata desta capitania sincoenta mil sete centos e vinte rs ao Thr.o dela Joao Pais de Matos que he o mesmo que della se paga na Chr.a que lhe forao caregados em R.ta a folhas cento e dez do 1o 3o de seu recebim.to \$. pedimdome o dito Bento Maciel Parente que visto ter eu ja escolhido conforme a minhas ordens sitio das capitancias que ao de ser cabeça daquele estado do maranhao e para como se via da certidao do sacratario Fran.CO de Lucena que presentaua pella qual consta hauer eu por bem de resolver por carta minha de treze de abril do ano de mil e seiscentos e trinta e três que ficasem reservadas pera minha coroa as duas capitancias do maranhao e para demarcandose a do maranhao com suas jlhas desde o Rio para osu ate a ponta de tapuitapera em que se entende ha de costa sincoenta legoas E que se deuida esta capitania das mais por a boca do Rio meary e por o pinary ariba E a capitania do para se comece no Rio maracana cortando pella ponta delle pella boca do para ariba E que pello primr.o braco do mesmo Rio

de parte delleste va cortando ate o pr.o salto do Rio e prouincia dos to continentes que se diz dista do mar sento e sincoenta legoas e tem por costa ate a ponta do separara trinta legoas e jnclue nella a cidade de Bethlem e pella dita declaracao nomeou Alvaro de Sousa que elle escolhia pera sua capitania as terras que jacem desde os tury ate o Rio caite com os mesmos rios que dentro nellas esteuerem entrando juntam.te nesta nomeacao E escolha os ditos Rios tury e caite que ficarao ambos dentro da demarcação por onde ha de demarcar a dita capitania que poderao ser quarenta e sinco te sincoenta legoas de distrito por costa e conforme a dita declaracao se lhe pasou ao dito Alvaro de Sousa carta de doacao da dita capitania se lhe mandasse passar a elle dito Bento Maciel sua carta de doacao da dita capitania do Cabo do Norte de que eu tambem lhe tenho feito merce E v.to por mi seu requerim.to e a forma da portaria relatada porque lhe fiz esta m.ce ao dito Bento Maciel com a mesma qualidade jurisdicao et obrigacao com que foi concedida a outra capitania ao dito Alvaro de Sousa E as mais do estado do Brazil, E conciderando eu quanto seruiso de deus e meu e bem comũ de meus Reinos e senhorios dos naturais subditos delles e (é) ser a minha costa e terra do brazil maranhao e para mais pouuada do que ate agora foi assi p.a nella se hauer de celebrar o culto divino e se exaltar a nossa sancta fee catolica com trazer e provocar a ella os naturais da dita terra jnfieis e jdoltras como pello muito proveito que se siguira a meus Reinos e senhorios E aos naturais e subditos delles em viajemse a dita terra pouoar e aproueitar ouve por bem de mandar repartir e ordenar as capitancias de certas em sertas legoas pera dellas prouer as p.as que bem me parecese pello qual havendo respeito aos seruisos que me fez e espero me faca o dito Bento Maciel Parente e por folgar de lhe fazer merce em satisfacao delles usando de meu poder real e absoluto certa sciencia *ej por bem e me praz de lhe fazer merce como em effeito faco por esta carta jnreuogauel doação entre uiuos valedoura deste dia pera todo sempre de juro e erdade para elle e todos seus filhos netos e erdeiros e subcesores que após elle vierem assim descendentes como transversais e colateraõs segundo ao diante era (ira) declarado das terras que jazem no Cabo do Norte cõ os Rios que dentro que nellas estiverem que tem pella costa do mar trinta te quarenta legoas de distrito que se contão do dito cabo ate o Rio de vicente picon aonde entra a repartição das jndias do Reino de castella e pella terra dentro Rio das amazonas ariba da parte do canal que vai sair ao mar oitenta para sem legoas ate o Rio dos tapujusos, condeclaracão que nas partes referidas por onde acabarem as trinta e sinco te quarenta legoas de costa de sua capitania se porão marcos de pedra, E estes marcos correrão via recta pello sertao dentro. §. E bem asim mais sera do dito Bento Maciel Parente e seus sucesores as jlhas que ouuer ate dez legoas ao mar na fronteira e demarcação das ditas trinta e sinco te quarenta legoas de costa de sua capitania as quaes se*

*entederão medidas via Recta e entrarão pello sertão e terra firme adentro pella manr.^a referida ate o Rio tapujosus e dahi perdiante tanto quanto poderem entrar e for de minha conquista da qual terra jlhas e Rios pelas sobreditas demarcacoes lhe faco doação e merce de juro e erdade pera todo sempre como dito he. E quero e me praz que o dito Bento Maciel e todos seus erdeiros e sucesores que as ditas terras erdarem e nellas sucederem se posao chamar e se chame capitaes geraes e governadores dellas. §. Outro ssi lhe faco doacao e merce de juro e erdade p.a todo sempre pera elle e seus descendentes e sucesores no modo sobredito de jurisdicao ciuel e crime da dita capitania da qual elle dito Bento Maciel Parente e seus erdeiros e subcesores uzarao na forma e manr.a seg.te SS. podera per ssi e per seu ouuidor estar a eleicao dos juizes e officiaes e alimpar e apurar as pautas pasar cartas de confirmacao aos ditos juizes e officiaes os quais se chamarao pello dito capitao governador E elle prouera o ouuidor que podera conhecer de aucoes nouas dez legoas ao Redor donde estiver e de apelacoes e agravos conhecera em toda a dita capitania e governanca, e os ditos juizes darão apelacao pera o dito seu ouuidor nas cousas que mandao minhas ordenacoes e do que o dito seu ouuidor julgar assi por ausao noua como por apelacao e aggravo sendo em cousas sives nao haverá apelacao nem agravo ate contia de cem mil rs. E dahi pera sima dara apelacao a parte que quiser apelar e nos casos crimes ej por bem que o dito capitao e governador e seu ouuidor tenham jurisdicao e alcada de morte natural jnclusive em escravos e gentios E assi mesmo em piaes cristaos homens liures em todos os casos assi para os asolver como p.a condenar sem auer apelacao nem agravo. E porem nos quatro casos seguintes ss. Erezia quando o heretico lhe for entregue pello eclesiastico e treicao e sodomia e moeda falsa terao alcada em toda pessoa de qualquer qualidade que seja para condenar os culpados a morte e dar suas snças (*sentenças*) a execucao sem apelacao nem aggravo E porem nos ditos quatro casos para asolver da morte posto que outra pena lhe queira dar menos da morte darao apelacao e aggravo e apelarao por parte da justica e nas pessoas de mor qualidade terao alcada de dez annos de degredo e ate cem cruzados de pena sem apelacao nem agravo. §§. E outro ssi me praz que o dito seu ouuidor posa conhecer das apelacoes e agravos que a elle ouuerem de ir em qualquer villa ou lugar da dita capitania em que estiuer posto que seja m.to apartado desse lugar onde assi estiver com tanto que seja na propia capitania e o dito capitao e governador podera por meirinho deante o dito seu ouuidor E escravaes e outros quaesquer officiaes necesarios e costumados nestes Reinos assim na correicao da ouvidoria como em todas as villas e lugares da dita capitania e governanca E serao o dito capitao e governador e seus sucesores obrigados quando a dita terra for povoada em tanto cricim.to que seja necessario outro ouuidor de o por onde por mi ou por meus subcesores for ordenado. §. E outro ssi me*

praz que o dito capitao e gouernador e todos seus sucesores posao por ssi fazer villas e todas e quaisquer pouacoes que se na dita terra fizerem e lhes a eles parecer que o deuem ser as quaes se chamarao villas e terao termo e jurisdicção liberdade e insinias de villas segundo foro e costume de meus Reinos. E isto porem se entendera que poderao fazer todas as villas que quizerem das povoacoes que estiverem ao longo da costa da dita terra e dos Rios que se navegarem porque por dentro da terra firme pollo sertao as nao poderão fazer menos espaco de seis legoas de hũa a outra para que possam ficar ao menos tres legoas de terra de termo a cada hũa das ditas villas E ao tempo que assi fizerem as ditas villas ou cada hũa dellas lhe limitarao e assinarão logo termo para ellas e depois nao poderao da terra que assi tiverem dado por termo fazer outra villa sem minha licenca. §. E outro ssi me praz que o dito Capitao e governador e todos seus sucessores a que esta capitania vier posao novamente criar e prover por suas cartas os tabelliaes de publico e judicial que lhe parecer necesarios nas villas e povoacoes das ditas terras assi agora como pello tempo endiante e lhe darao suas cartas asinadas por elles E seladas com seus sellos e lhe tomarao juramento que serviraos seus officios bem e verdadeiramente e os ditos tabeliaes serviraos pellas ditas suas cartas sem mais tomarem outras de minha chancellaria. E quando os ditos officios vagarem por morte ou por renunciacao ou por erros se assi he os poderao por isso mesmo dar e lhes darao os Regimentos por onde hao de servir conforme aos de minha Chancellaria. §. E hey por bem que os ditos tabeliaes e possam chamar e chamem pello dito capitao e governador e lhe pagarao suas pensoes e segundo forma do foral do estado do brasil das quaes pencoes lhe faco assi mesmo doacao e merce de juro e erdade para todo sempre. §. Jtem outro ssi lhe faco doacao e merce de juro e erdade para todo sempre das alcaidarias mores de todas as ditas villas e povoações da dita terra com todas rendas e direitos foros e tributos que a elles pertencem segundo he declarado no dito foral do estado do brasil as quaes o dito capitao e governador e seus sucesores haverao e arrendarao para ssi no modo e maneira no dito foral conteudo e segundo forma delle e as pessoas que as ditas alcaidarias mores forem entregues da mao do dito capitao e governador E elles lhes tomarao a menagem dellas segundo forma das minhas ordenacoes. §. Jtem outro ssi me praz por fazer merce ao dito Bento Maciel e a todos seus sucesores a que esta capitania vier de juro e erdade para sempre que elles tenham e ajao todas as moendas de agoa marinhas de sal e quaesquer outros engenhos de qualquer qualidade que sejam que na dita capitania e governanca se poderem fazer E ey por bem que pessoa algũa não posa fazer as ditas moendas marinhas nem engenhos senao o dito capitão e governador ou aquelles a que elle para isso der licenca de que lhe pagarão aquelle foro ou tributo que se com elles concertar. §. Outro ssi lhe faco doacao e merce de juro e erdade para sempre de desaseis legoas de terra

de longo da costa da dita capitania que entrarao pello certao dentro tanto quanto poderem entrar e forem de minha conquista a qual terra sera sua livre e izenta sem della pagar direito foro nem tributo algũ somente o dizimo a ordem do mestrado de nosso S.r Jesus Xpto. E dentro de vinte anos de dia que o dito capitao e governador tomar posse da dita terra poderá escolher e tomar as ditas dezaseis legoas de terra em qualquer parte que mais quizer nao as tomando porem juntas senao repartidas em quatro ou sinco partes e nao sendo de hũa a outra menos de duas leguas as quaes terras o dito capitao e governador e seus sucesores poderao arrendar e aforar em fatiota ou em pessoas ou como quizerem e lhes bem vier e pelos foros e tributos que quizerem e as ditas terras nao sendo aforadas e as rendas dellas quando o forem virao sempre a quem suceder a dita capitania e governanca pello modo nesta doacao conteudo E das novidades que Deus nas ditas terras der nao sera o dito capitao nem as pessoas que de sua mao as tiverem ou trouxerem obrigados a me pagar foro ou direito algũ somente o dizimo de Deus a ordem que geralmente se ha de pagar em todas as outras terras da dita capitania como abaixo hira declarado. §. E o dito capitao e governador nem os que apos elle vierem nao poderao tomar terra algũa de sesmaria na dita capitania pera ssi nem pera sua mulher nem pera fiho e erdeiro della antes darao e poderao dar e repartir todas as ditas terras de sesmaria a quaesquer p.as de qualquer calidade e condicao que sejao e lhes bem parecer livremente sem foro nem direito algũ somente o dizimo de Deus que serao obrigados a pagar a ordem de tudo o que nas ditas terras ouverem segundo he declarado no dito foral e pella mesma maneira as poderao dar e repartir por seus filhos fora do morgado e assi por seus parentes e porem aos ditos seus filhos e parentes nao poderao dar mais terra da que derem, ou tiverem dado a qualquer outra pessoa estranha e todas as ditas terras que assi der de sesmaria a hũs e aos outros sera conforme a ordenacao das sesmarias e com a obrigacao dellas as quais terras o dito capitão e governador nem seus sucesores nao poderao em tempo algum tomar pera ssi nem pera sua mulher nem f.o herdeiro como dito he e pollas em outrem para depois virem a elles por modo algum que seja somente as poderao haver por titulo de compra verdadeira das p.as que lhas quizerem vender pasados oito anos depois das ditas terras serem aproveitadas e em outra maneir a nao. § Outro ssi lhe faco doacao e merce de juro e erdade pera sempre de mea dizima do pescado da dita capitania que he de vinte peixes hũ que tenho ordenado que se pague alem da dizima inteira que pertence a ordem segundo no dito foral he declarado a qual meia dizima se entendera do pescado que se matar em tota a dita capitania fora das desaseis legoas do dito Capitao e governador porquanto as ditas desasseis legoas he terra sua livre e izenta segundo atras he declarado. § Outro si lhe faco doacao de juro e erdade pera sempre da redizima de todas as Rendas e direitos que a dita ordem e a mi de direito na dita

capitania pertencerem. SS. que de todo o rendimento que a dita ordem e a mi couber assi dos dízimos como de quaesquer outras rendas ou direitos de qualquer calidade que sejao haja o dito capitao e seus sucesores hũa dizima que he de dez partes hũa. §§. Outro ssi me praz por respeito do cuidado que o dito capitao e governador e seus sucesores hao de ter de guardar e conservar o pao brazil que na dita terra ouver de lhe fazer doacao e merce de juro e erdade pera sempre da vintena parte do que liquidamente render pera mi forro de todos os custos o dito pao brasil que se da dita capitania trouver a estes Reinos e a conta do tal rendimento se fara na casa da mina desta cidade de lisboa, aonde o dito pao brasil ade vir e da dita casa tanto que o dito brazil for vendido e arrecadado o dinheiro delle lhe sera logo pago e entregue o dinheiro contado pello provedor e officiais della aquilo que per boa conta na dita vintena montar E isto porquanto todo o dito pao Brazil que na dita capitania ouver ha de ser sempre meu e de meus sucesores sem o dito capitão e governador nem outra algũa pessoa poder tratar nelle nem vendello pera fora somente podera o dito capitao e assi os moradores da dita capitania aproveitarsse do dito pao brazil na terra no que lhe for necesario segundo he declarado no foral do estado do brazil e tratando nelle ou vendendo pera fora encorrerao nas penas conteudas no dito foral. §. E outro ssi me praz por fazer merce ao dito Bento Maciel e a seus sucesores de juro e erdade pera sempre que dos escravos que elles resgatarem e ouverem na dita capitania possam mandar a estes Reinos trinta e nove pesas cada ano pera fazer dellas o que lhe bem vier os quaes escravos virao ao porto desta cidade de Lisboa e nao a outro algũ porto e m andara com elles certidao dos officiaes da dita capitania de como sao seus pella qual certidao lhe serão despachados os ditos escravos forros sem delles pagar direitos algũs ne sinco por cento e alem destas trinta e nove pesas que assi cada anno poderá mandar forros, ey por bem que posa trazer por marinheiros e gurumetes em seus navios todos os escravos que quizerem e lhe forem necesarios. §. Outro ssi me praz de fazer m.ce ao dito Bento Maciel e seus sucesores e assi aos vizinhos e moradores da dita capitania que nella nao possam em tempo algũ haver direitos de cizas nem imposicoes saboarias tributos de sal ne outros algũs direitos ne tributos de qualquer calidade que seja salvo aquelles que por bem desta doacao e do foral ao presente sao ordenados que haja. §. Esta capitania e governanca e rendas e bens della ej por bem e me praz que se herdem e sucedao de juro e erdade pera todo o sempre pello dito capitao e governador e seus descendentes filhos e filhas legitimis com tal declaracao que em quanto ouver filho legitimo barao no mesmo grão nao sucedera filha posto que seja de major idade que o f.o e nao avendo filho macho ou avendo e nao sendo em tao propinco grao ao ultimo possuidor como a femea que entao suceda a femea E em quanto ouver desendentes legitimis machos ou femeas que nao suceda na dita capitania bastardo

algũ e nao havendo desendentes machos ne femeas legitimos antao sucederão os bastardos machos e femeas nao sendo porem de danado couto e sucederao pella mesma ordem dos legitimos pr.o os machos e despois as femeas em jgual grao com tal condicao que se o possuidor de tal capitania a quizer antes de deixar a hũ seu parente transversal que aos descendentes bastardos quando nao tiver legitimos o possa fazer e nao avendo desendentes machos ne femeas legitimos ne bastardos de maneira que o dito he. Em tal caso socederao aos desendentes (*os ascendentes*) machos e femeas pr.o os machos e em defeito delles as femeas e nao avendo desendentes nem asendentes socederao os transversais pello modo sobredito sempre pr.o os machos que forem em igual grao e depois as femeas e no caso dos bastardos o possuidor podera se quizer deixar a dita capitania a hũ transversal legitimo e tirala aos bastardos posto que sejao desendentes em muito mais propinco grao. E isto ej assi por bem sem embargo da lej mental que dis que não sucederao femeas nem bastardos nem transversais nem asendentes porque sem embargo de tudo me praz que nesta capitania sucedao femeas e bastardos nao sendo de couto danado e transversais E asendentes do modo que ja he declarado. §. Outro ssi quero e me praz que em tempo algũ se não possa a dita capitania e governanca e todas as cousas que por esta doação dou ao dito Bento Maciel Parente partir ne descambar espedacar ne em outro modo alhear ne em cazam.to a filho ou filha ne a outra pesoa dar ne para tirar paj ou filho ou outra algũa pesoa de cativeiro ne para outra cousa ajinda que seja mais poderosa porque minha tencao e vontade he que a dita capitania e governanca e cousas ao dito capitao e governador nesta doacao dadas andem sempre juntas e se nao partao nem alienem em tempo algũ E aquelle que a partir ou alienar ou espedacar ou der em cazam. to ou pera outra cousa por onde aja de ser partida ajnda que seja mais poderosa por esse mesmo effeito perca a dita capitania e governanca e passe diretamente aquelle a que ouvera de hir pella ordem de suceder sobredito se o tal que isto assi nao cumprio fosse morto. § . Outro ssi me praz que per cazo algũ de qualquer qualidade que seja o dito capitao e governador cometa por que segundo direito e lej destes Reinos merecao perder a dita capitania e governanca jurisdicao e rendas e bens della a nao perca seu sucessor salvo se for por tredo a coroa destes Reinos E em todos os outros casos que cometer sera punido quanto o crime obrigar e porem o seu sucessor nao perdera a dita capitania governanca jurisdicao rendas e bens dela como dito he. §. Outro ssi me praz e ej por bem que o dito Bento Maciel Parente e todos seus sucesores a que esta capitania e governanca vier husem inteiramente de toda jurisdicao poder e alcada nesta doacao conteuda assi e da maneira que nella he declarado et pella confianca que delle tenho que guardarao nisso tudo o que cumprir ao seruico de deus e meu e bem do pouo e o direito das partes. §. Outro ssi ej por

bem e me praz que nas terras da dita capitania nao entrem ne possam entrar em tempo algũ corregedores ne alcada ne outras algũas justicas pera nellas ahuzarem de jurisdicao algũa por nenhũa via ne modo que seja ne menos seja o dito capitao e governador suspenso da dita capitania e governanca e jurisdicao della e porem quando o dito capitão cair em algũ erro ou fizer cousa por que mereca e deva ser castigado eu ou os meus sucesores os mandaremos vir a nos pera ser ouvido de sua justica e lhe sera dada toda aquela pena e castigo que de direito por tal caso merecer. §. Outro ssi quero e mando que todos os herdeiros e subcesores do dito Bento Maciel que esta capitania erdarem e nella sucederem por qualquer via que se chame Maciel Parente e tragao as Armas dos Macieis Parentes e se algũs deles isto assi nao cumprirem ej por bem que esse mesmo effeito percao a dita capitania e sucesao della e passe logo diretamente a quem direito devia de hir se este tal que isto assi nao cumprir fosse morto. §. Item esta merce lhe faco como Rej e destes Reinos e asim como governador e perpetuo administrador que sou da ordem e cavalaria do mestrado do nosso Sr. Jesus Xpto, E por esta presente carta dou poder e autoridade ao dito Bento Maciel que elle por ssi e por quem lhe aprpouver possa tomar e tome a posse Real corporal e autual das tarras da dita capitania e governanca e das Rendas e bens della e de todas as mais cousas conteudas nesta doacao E use de tudo inteiramente como se nella contem a qual doacao ej por bem quero e mando que se cumpra e guarde em todo e por todo com todas as clausulas e condicoes e declaracoes nella conteudas e declaradas sem mingoa ne desfalecimento algũ E para tudo o que dito he derogo a lej mental e quaesquer autos lejs e ordenacoes direitos grosas e custumes que em contrario disto aja ou posa haver por qualquer via ou modo que seja posto que sejam taes que fosse necesario serem aqui expresas e declaradas de verbum ad verbum sem embargo da ordenacao do 2o Lo titt. 44 que dispoem que quando se estas leis e direitos derogarem se faca expressa mencao dellas e da sustancia dellas e por esta prometo ao dito Bento Maciel E a todos seus sucesores que nunca em tempo algũ va nem consinta hir contra esta minha doacao em parte ne em todo E rogo e encomendo a todos meus sucesores que lha cumpra e mandem cumprir. §. pello que mando ao meu governador das conquistas do maranhao e grao para provedor de minha fazenda em ellas E aos meus desembargadores corregedores ouvidores juizes justicas officiaes e pessoas de meus Reinos e senhorios aos juizes vereadoes e officiaes da camara pessoas de governanca e povo das terras povoacoes e lugares que nas ditas trinta te quarenta legoas de terra ouver que dem a posse dellas ao dito Bento Maciel Parente ou a seu certo procurador e lha deixem lograr e posuir e o ajao por capitao geral e governador das ditas trinta te quarenta legoas de terra e lhe cumpra e guardem e facao muj jnteiramente cumprir e guardar esta minha carta como se nella contem que se registrara nos 1.os das contas da dita

conquista do maranhao e grao para sendo pro. assentada nos l.os das merces que faco a meus vasalos a qual carta por firmeza de tudo mandej dar ao dito Bento Maciel Parente por mi acinada e celada com o cello de chumbo pendente e vaj escrita em quatro meas folhas E Rubricada ao pe de cada lauda pello conde de Miranda do meu conss.o destado presidente de minha faz.a e governador (da) casa do porto Dada nesta cidade de Lisboa aos catorze dias do mes de junho Bertolameu Daraujo a fez anno de mil e seiscentos e trinta e sete. E esta se passou por duas vias comprida hũa a outra não avera effeito Afonso de Barros Caminha a fez escrever.

Fonte: SILVA, Joaquim Caetano. **O Oiapoque e o Amazonas:** uma questão brasileira e francesa. Campinas: IFCH – UNICAMP, 2010.

**Texto português do Tratado de Lisboa
de 4 de março de 1700**

Tratado Prouisional entre os Serenissimos e Potentissimos principes Luis XIV. Christianissimo Rey de Franca e Nauarra &.a e Dom Pedro Ilo Rey de Portugal e dos Algarues &.a Em nome da Santissima Trindade. Mouendose no estado do Maranhao de alguns annos a esta parte algumas Duuidas e differencas entre os vassallos de el Rey Christianissimo E del Rey de Portugal sobre o vzo e posse *das terras do Cabo do Norte sitas entre Cayena e o Rio das Amazonas*, e hauendose Representado nesta Materia varias Queixas tambem pelos Ministros de ambas as Mag.es e não bastando as hordems que reciprocamente se passarao para que os vassallos de hũa e outra coroa, se tratassem com a boa paz e amizade que sempre se conseruou entre as coroas de Franca e Portugal, e repetindose nouos motiuos de perturbacao com a occasiao dos *fortes de Araguari e de Comaui ou Massapa* que nas ditas terras formarao e reedificarao os Portugueses; e deseandose por ambas as Mag.des que estes se euitassem se intentou pelos seus Ministros mostrar com papeis q fizerao de facto e de direito as rasoos que tinham sobre a posse e propriedade das ditas terras, e continuandose o dezeio de se remouer toda aquella causa que podia alterar a boa Inteligencia, e correspondencia que sempre se conseruou entre os vassallos das duas Coroas, pedindo Conferencias o Snor de Roulhe Prezidente do grande Conselho de Sua Mag.de Christianissima e seu Embaixador nesta Corte, e sendolhe concedidas Nellas se discutirao e examinarao os fundam.tos que podia hauer de Iustica por hua e outra parte vendose os auctores mapas e cartas que tratauao da adquisicao e diuisao das ditas terras, e entendendo-se que para se chegar ao fim da conclusao de tao graue e Importante Negocio se Necessitaua de Poderes especiaes de hũa e outra Mag.de, El Rey Christianissimo pela sua parte os mandou passar ao Sobred.o Seu Embaixador o S.or de Rouilhe e S. Mag.de de Portugal pela sua parte a dom Nuno Alz Pereira Seu muito amado e presado Sobrinho, dos Seus Conselhos de Estado e Guerra Mestre de Campo da prouincia da Estremadura juncto a pessoa de S Mag.de general de Caualaria da Corte e Prezidente da Menza do Dezembargo do Passo, &. Roque Monteiro Paim do Conselho de S. Mag.de e seu Secretario &.a Gomes Freire de Andrade do Conselho do mesmo Snor e General da Artelharia do Reino do algarues &.a e a Mendo de Foyos Pereira outro sim do Conselho de Sua Mag.de e seu Secret.o de Estado &.a e apresentandose por hua e outra parte os ditos poderes, e hauendose por bastantes firmes e valiosos p.a se poder conferir, e ajustar hum Tratado *sobre a posse das ditas terras do Cabo do Norte sitas entre Caiena e o Rio das Amazonas*, se Continuarao as Conferencias sem que se chegasse a vltima determinacao pella firmeza com que por parte dos Commissarios se estaua

a fauor de sua Coroa E porque se entendeu que era ainda necessário buscaremse e veremse nouas Informacoens, e documentos alem dos que se tinhao allegado e discutido, se passou a hum projecto de Tratado Prouizional e Suspensiuo para que em quanto se nao determinaua decisivamente o Direito das ditas Coroas, se pudessem euitar todos os Motiuos que podia causar aquella discordia e perturbacao entre os vassallos, o qual sendo conferido e ajustado Com as declaracoens Necessarias p.a a mayor Seguranca e firmesa do dito Tratado Com maduro acordo e sincero animo e conhecendose que asim por parte de S. Mag.de Xpma. Como de S. Mag. de de Portugal se obrara de boa fe e se desejaua Igoalmente a Paz, amizade e allianca que sempre houue entre os S.res Reys de hua e outra Coroa se conuierao e ajustarao nos artigos seguintes.

Artigo 1º

Que se mandarao desemparar e demolir Por El Rey de Portugal os *Fortes de Araguay e de Comaü ou Massapa* e retirar a gente e tudo o mais que nelles houuer e as Aldeias de Indios que os acompanhao e se formarao p.a o seru.o e vso dos ditos fortes no termo de seis meses depois de se permutarem as ratificacoens deste Tratado, e achandose mais alguns fortes no districto das *terras que correm dos ditos fortes pela margem do rio das amazonas p.ª o Cabo do Norte e costa do mar athé a fôs do rio Ojapoc ou de Viçente Pinson* se demolerao com os de *Araguarj e de Comaü ou Massapa* que por seus nomes proprios se mandao demolir.

Artigo 2º

Que os Francezes ou Portugueses nao poderao ocupar as ditas terras nem os ditos fortes.nem faser outros de nouo no sitio delles, nem em outro algum das ditas terras referidas no art.o precedente as quaes ficao em suspensao. da posse de ambas as coroas, nem poderao. tambem fazer nelas algumas habitacoens ou feitorias de qualquer qualidade que seiao em quanto se nao determina entre ambos os Reys a duuida sobre a Iustica e Direito da verdadeira e actual posse dellas.

Artigo 3º

Que todas as aldeas e Nacoens de Indios que houuer dentro dos Limites das ditas terras ficarao no mesmo estado em que se achao ao presente durante o tempo desta suspensao sem poderem ser pretendidas, Nem dominadas por alguma das partes; e sem que nellas tambem por alguma das partes se possam fazer Resgates de Escrauos, podendo so assistirlhe os missionários que as tiverem assistido, e quando elles faltem, outros em seu lugar para os doutrinarem e

conseruarem na fe, sendo os Missionarios que assim se subsistuiem da mesma nacao de que erao, os outros que faltarao, e hauendose tirado algumas missoens de Aldeias aos missionarios Franceses que fossem estabelecidas e curadas por elles, deitandoos fora dellas se lhe Restituiraao no estado em que se acharem.

Artigo 4º

Que os Franceses poderao entrar pelas ditas terras que nos artigos primeiro e segundo deste Tratado ficao em suspensao da posse de ambas as Coroas athe a margem do *Rio das Amazonas*, que corre do sitio dos ditos fortes de *Araguarj* e de *Comaü ou Massapá* para o *cabo do Norte* e Costa do mar, e os Portugueses poderao entrar nas mesmas terras athe a margem do *Rio de Ojapoc ou Viçente pinson* que corre para a fos, do mesmo Rio e costa do Mar, sendo a entrada dos Franceses pellas ditas terras que ficao para a parte de Caiena e nao por outra e a dos Portugueses pela parte que fica para as terras do Rio das Amazonas e nao por outra; e tanto hums como outros assim Franceses como Purtugueses, nao poderao passar respectiuamente das margens dos ditos Rios asima limitadas, e declaradas, que fasem o termo, raia, e limite das terras, que ficao na dita suspensao da posse de ambas as Coroas.

Artigo 5º

Que todos os Franceses que se acharem detidos, da parte de Portugal, serao plenamente Restituídos a Caiena com os seus Indios bems e fasendas; e que o mesmo se fara aos Portugueses que se acharem detidos da parte de Franca p.a serem Igoalmente restituídos a cidade de Belem do Para. E estando presos alguns Indios e Portugueses por hauerem favorecido aos Franceses, ou alguns Indios e Franceses por hauerem favorecido aos Portugueses serao soltos da prisao em que se acharem, nem por esta Causa poderao receber algum Castigo.

Artigo 6º

Que os Vassallos de hua e outra Coroa nao podeao innouar Cousa alugua do Contheudo neste Tratado Prouisional, mas antes procurarão por meyo delle conseruar a boa pas. Correspondencia e amisade que houue sempre entre ambas as Coroas.

Artigo 7º

Que se nao poderao desforsar por accao propria nem por autoridade dos Gouvernadores sem primeiro darem conta aos Reis os quaes determinarao entre si amigauelmente quaesquer

Duuidas que ao diante se possam offerecer sobre a jntelligencia dos artigos deste Tratado, ou sobre outras que de nouo possam acontecer.

Artigo 8º

Que succedendo de facto alguma differença entre os ditos vassallos por accao sua ou dos Governadores (o que lhes he prohibido) nem por isso se podera entender quebrado, ou violado este Tratado que se fas para segurança da Pas e amisade de ambas as Coroas, e cada hum dos Reis neste Caso pelo que lhe toca, mandara logo que for imformado castigar os Culpados e prouer de remedio a qaesquer damnos, conforme o pedir a justica das partes.

Artigo 9º

Que por parte de hua e outra Coroa se procurarao e mandarao vir athe o fim do anno futuro de mil e settecentos e hum todas as jnformacoens e documentos de que se tem Tratado nas Conferencias pa melhor e mais exa ta instruccao do Direito das ditas posses que ficao pelos artigos deste Tratado nos termos da suspensao da posse de ambas as Coroas ficando em seu vigor os Poderes passados por ambos os Reys. p.a dentro do referido tempo athe o fim do ano de mil e setecentos e hum, se puder tomar final determinação nesta materia.

Artigo 10º

Que por quanto este Tratado he somente Prouisional e suspensiuo, senao adquirira por vertude delle ou de alguma das suas Clausulas, Condiçoens e declaracoens, direito algum nem a hua nem a outra parte em ordem a posse e propriedade das ditas terras que por elle se mandao ficar em suspensao, e assim nao podera valer em tempo algum, nenhuma das partes do contheudo nelle para quando esta materia se houuer de determinar decisiuamente.

Artigo 11º

Prometem e se obrigaos os ditos Commissarios debaixo da fe e palavra Real dos ditos senhores Reys de Franca e Portugal que S. Mag.des não farao Cousa alguma contra, nem em prejuiso do contheudo neste Tratado Prouisional, nem Consentirao se fasa directa nem jndirectamente, e se a Caso se fiser, de o repararem sem alguma dilacao, e para a obseruancia e firmeza de tudo, o expressado e referido. se obrigaos em deuida forma renunciando todas as leys, estilos, Custumes, e outros quaesquer direitos que possam ser a seu fauor, e procedao em contrario.

Artigo 12º

Os sobreditos Comissarios se obrigao outro sim respectivamente a que os senhores Reis seus Soberanos ratificarao este Tratado em legitima, e deuida forma e que as ditas ratificacoens se permutarao dentro de dous meses depois de asinados, e que dentro de outros dous meses depois de feita a permutacao se entregarao as ordems necessárias duplicadas par (*para*) cumprimento do Conteudo nos artigos asima e atras escritos.

Todas as quaes Cousas contheudas nos doze artigos deste Tratado Prouisional forao acordadas, e concluidas por nos os sobreditos Comissarios de Suas Mag.des Christianissima e de Portugal, em virtude dos Poderes a nos Concedidos, Cuias copias vao juntas, em Cuya fe, firmesa, e testemunho de verdade assinamos e firmamos o presente de nosas mãos e sellos de nosas armas. Em Lisboa aos quatro dias do mes de Marco do anno de mil e setecentos. Lugar do sello. Rouille. L. do S. Duque Marqs de Ferra.

L. do S Roque Monteiro Paim

L. do S. Gomes Freire de Andrada

L. do S. Mendo de Foios Pereira.

Fonte: SILVA, Joaquim Caetano. **O Oiapoque e o Amazonas:** uma questão brasileira e francesa. Campinas: IFCH – UNICAMP, 2010.

Texto português do Tratado de Utrecht.

Tratado de Paz, entre Sua Magestade Christianissima e Sua Magestade Portuguesa, concluido em Utrecht a 11. de abril de 1713.

Em nome da Santissima Trindade.

Havendo a Providencia Divina disposto os animos do muyto Alto & muyto Poderoso Principe Luis XIV, pela gracia de Deos Rey Christianissimo de Franca, & de Navarra, & do muyto Alto, & muyto Poderoso Principe Dom Joao o V. pela gracia de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, a contribuir para o sossego de Europa, fazendo cessar a guerra entre os seus vassallos; & desejando Suas Magestades nao somente estabelecer, mas estreitar ainda mais a antiga Paz, & amizade que sempre houve entre a Coroa de Franca, & a Coroa de Portugal, a este fim derao plenos poderes aos seus Embaixadores Extraordinarios, & Plenipotenciarios; a saber S. Magestade Christianissima ao Senhor Nicolao Marquez de Huxelles, Marichal de Franca, Cavalleyro das Ordens del Rey, Lugartenente General no Governo de Borgonha e ao Senhor Nicolao Mesnager, Cavalleyro da Ordem de S. Miguel: & Sua Magestade Portugueza ao Senhor Joao Gomes da Sylva, conde de Tarouca, Senhor das Villas de Tarouca, Lalim, Lazarim, Penalva, Gulfar e suas dependencias, Commendador de Villa Cova, do Conselho de Sua Magestade, & Mestre de Campo General dos seus Exercitos; & ao Senhor D. Luis da Cunha, Commendador de S. Maria de Almendra, e do Conselho de S. Magestade; os quaes concorrendo no Congresso de Utrecht, depois de implorarem a assistencia Divina, e examinarem reciprocamente os ditos plenos poderes, de que se ajuntarao copias no fim deste Tratado, convierao nos Artigos seguintes.

I

Havera huma Paz perpetua, hũa verdadeira amizade, & huma firme & boa correspondencia entre S. Magestade Christianissima, seus Descendentes, Successores, & Herdeiros, todos seus Estados, & vassallos de hũa parte, & S. Magestade Portugueza, seus Descendentes, Successores, & Herdeiros, todos seus Estados, & vassallos da outra, a qual se observara sincera, & inviolavelmente, sem permitir que de huma ou outra parte se cometa alguma hostilidade em qualquer lugar, & debaixo de qualquer pretexto que for. E succedendo ainda por caso nao previsto, fazer-se a menor cotravencao a este Tratado, esta se reparara de huma & outra parte de boa fe, sem dilacao, nem difficuldade, & os agressores serao castigados, ficando o presente Tratado em toda a sua forza.

II

Havera de huma, & outra parte hum inteiro esquecimento de todas as hostilidades, que ate aqui se fizerao, de sorte, que todos, & cada um dos vassallos da Coroa de Franca, & da Coroa de Portugal, nao possam allegar reciprocamente as perdas & danos recebidos nesta guerra, nem pedir satisfacao delles por via de justica, ou por outro qualquer modo.

III

Todos os prisioneiros de guerra, feytos por huma, & outra parte, se restituiraõ promptamente, & se poraõ em liberdade sem exceicao, & sem que se peca cousa alguma pelo seu troco, ou despezas.

IV

Se succedesse que nas Colonias, ou outros Dominios das sobreditas Magestades fora de Europa, se houvesse tomado de huma ou outra parte algũa Praca, occupado algum Posto, ou levantado algum Forte, de que presentemente nao pode haver noticia por causa da grande distacia, as ditas Pracas, ou Postos serao restituídos promptamente nas maos do primeiro possuidor, no estado em que se acharem ao tempo da publicacao da Paz; & os ditos Fortes novamente edificadoss serao demolidos, de sorte que as cousas fique na mesma forma em que se achavaõ antes do principio desta guerra.

V

Farseha o Commercio no continente de Franca, & de Portugal, da mesma maneira que se fazia antes da presente guerra; bem entendido, que por este Artigo se reserva cada huma das partes liberdade de regrar as Condições do dito Commercio por hum Tratado particular, que se poderá fazer nesta materia.

VI

Os mesmos Privilegios, & Izencoes que lograrem os vassallos de S. Magestade Christianissima em Portugal, se darao aos vassallos de S. Magestade Portugueza em Fraca: & a fim de contribuir mais para o adiantamento, & seguranca dos Mercadores das duas Nacoes, se lhes acordarão Consules reciprocamente, com os mesmos Privilegios, e Izencoens que os Consules de Franca costumavaõ ter em Portugal.

VII

Sera permitido reciprocamente assim aos Navios de guerra, como Mercantis, entrar livremente nos Portos da Coroa de Franca, & naquelles da Coroa de Portugal, onde costumavao entrar d'antes, com tanto que os de guerra nao excedao o numero de seis ao mesmo tempo nos Portos mayores, & de tres nos menores: & se acaso chegarem Navios de guerra de huma das duas Nacoes em mayor numero a algum Porto da outra, nao poderao entrar nelle, sem pedir licenca ao Governador, ou ao Magistrado; & succedendo, que levados de algũa tormenta, ou constringidos de outra algũa necessidade, venhao a entrar no dito Porto, sem pedir liceca, serao obrigados a dar logo aviso ao Governador, ou Magistrado da sua chegada: & se nao poderao dilatar mais que o tempo que lhes for permittido, abstendose entre tanto de fazer cousa alguma, que redunde em dano do dito Porto.

VIII

A fim de prevenir toda a occasiao de discordia, que poderia haver entre os vassallos da Coroa de Franca, & os da Coroa de Portugal, Sua Magestade Christianissima desistira para sempre, como presentemente desiste por este Tratado pelos termos mais fortes, & mais autêticos, & com todas as clausulas que se requerem, como se ellas aqui fossem declaradas, assim em seu nome, como de seus Descendentes, Successores, & Herdeiros, de todo & qualquer direito & pertencao que pode ou podera ter sobre a propriedade das *Terras chamadas do Cabo do Norte, & situadas entre o Rio das Amazonas, & o de Japoc ou de Vicente Pinsaõ*, sem reservar, ou reter porcao alguma das ditas Terras, para que ellas sejam possuidas daqui em diante por Sua Magestade Portugueza, seus Descendentes, Successores, & Herdeiros, com todos os direitos de Soberania, Poder absoluto, & inteiro

Dominio, como parte de seus Estados, & lhe fiquem perpetuamente, sem que Sua Magestade Portugueza, seus Descendentes, Successores, & Herdeiros possam jamais ser perturbados na dita posse por Sua Magestade Christianissima, seus Descendentes, Successores, & Herdeiros.

IX

Em consequencia do Artigo precedente, podera Sua Magestade Portugueza fazer reedificar os *Fortes de Araguari, & Camaú, ou Massapà*, & os mais que forao demolidos em execucao do Tratado Provisional feyto em Lisboa aos 4. de Marco de 1700, entre Sua Magestade Christianissima, & Sua Magestade Portugueza El Rey D. Pedro o II. de gloriosa memoria: o qual Tratado Provisional em virtude deste fica nullo, & de nenhũ vigor. Como tambem sera livre a S. Magestade Portugueza fazer levantar de novo nas Terras de que se faz mencao no

Artigo precedente, os mais Fortes que lhe parecer, & provellos de tudo o necessario para a defesa das ditas Terras.

X

S. Magestade Christianissima reconhece pelo presente Tratado, que as duas margens do *Rio das Amazonas*, assim *Meridional* como *Septentrional*, pertencem em toda a Propriedade, Dominio, & Soberania a Sua Magestade Portugueza, & promete que nem elle, nem seus Descendentes, Successores, & Herdeiros farao jamais algũa pertencao sobre a Navegacao, & uso do dito Rio, co qualquer pretexto que seja.

XI

Da mesma maneira que S. Magestade Christianissima desiste em seu nome, & de seus Descendentes, Successores, & Herdeiros, de toda pertencao sobre Navegacao, & uso do *Rio das Amazonas*, cede de todo o direito que pudesse ter sobre algum outro Dominio de S. Magestade Portugueza, tanto na America, como em outra qualquer parte do mundo.

XII

E como he para recear que haja novas dissensoes entre os Vassallos da Coroa de Franca, & os da Coroa de Portugal, com a occasiao do Commercio, que os moradores de *Cayena* podem intentar no *Maranhão* & na entrada do *Rio das Amazonas*, Sua Magestade Christianissima promete por si, seus Descendentes, Successores, & Herdeiros, que nam consentira que os ditos moradores de *Cayena*, nem quaesquer outros seus Vassallos vao commerciar nos lugares acima nomeados, & que lhe sera absolutamente prohibido passar o *Rio de Vicente Pinsaõ*, para fazer commercio, e resgatar Escravos nas *Terras do Cabo do Norte*; como tambem promete Sua Magestade Portugueza, por si, seus Descendentes, Successores, & Herdeiros, que nenhuns dos seus Vassallos irao commerciar a *Cayena*.

XIII

Tambem Sua Magestade Christianissima em seu nome, & de seus Descendentes, Successores, & Herdeiros, promete impedir que em todas as ditas Terras, q' por este Tratado ficao julgadas pertencer incontestavelmente a Coroa de Portugal, entrem Missionarios Francezes, ou quaesquer outros debaixo da sua proteccao, ficando inteiramente a direccao espiritual daqueles Povos aos Missionarios Portuguezes, ou mandados de Portugal.

XIV

Desejando sobre tudo S. Magestade Christianissima a (&) S. Magestade Portugueza a prompta execucao deste Tratado, de que se segue o descanso de seus Vassallos, ajustouse, que elle tenha toda a sua forca, & vigor immediatamente depois da publicacao da Paz.

XV

Se succeder por algum acontecimento (o que Deos nao permitta) que haja algũa interrupcao de amizade, ou rompimento entre a Coroa de Franca, & a Coroa de Portugal, acordarseha sempre o termo de 6. Mezes depois do dito rompimento aos Vassallos de ambas as partes, para que vendao, ou transportem os seus effeytos, & outros bens, & retirem as suas pessoas onde melhor lhes parecer.

XVI

E porque a muyto Alta, & muyto Poderosa Princesa a Rainha da Grande-Bretanha offerece ser garante da inteira execucao deste Tratado, & de sua validade, & duracao, S. Magestade Christianissima, & S. Magestade Portugueza aceitao a sobredita garantia em toda sua forca, & vigor, para todos, & cada hũ dos presentes Artigos.

XVII

Os ditos senhores Reys de Franca, & de Portugal, consentem tambem, que todos os Reys, Principes, & Respublicas, que quizerem entrar na mesma garantia, possam fazer promessa, & obrigacao a Suas Magestades, em ordem a execucao de tudo o conteudo neste Tratado.

XVIII

Todos os Artigos acima escritos, & o conteudo em cada hum delles, forao Tratados, acordados, passados, & estipulados entre os sobreditos Embayxadores Extraordinarios, & Plenipotenciarios dos senhores Reys Christianissimo, & de Portugal, em nome de Suas Magestades; & eles promettem em virtude dos seus plenos poderes que os ditos Artigos em geral, & cada hum em particular serao observados, & cumpridos inviolavelmente pelos sobreditos senhores Reys seus Amos.

XIX

As Ratificacoens do presente Tratado, dadas em boa, & devida forma, se trocarao de ambas as partes dentro do termo de 50. dias a contar do dia da assignatura, ou mais cedo se for

possível.

Em fe do que, & em virtude das Ordens, & Plenos poderes que nos abaixo assinados recebemos de nossos Amos El Rey Christianissimo, & El Rey de Portugal, assinamos o presente Tratado, & lhe fizemos por os sellos de nossas Armas. Feito em Utrecht a 11 de Abril de 1713.

(L. S.) Huxelles. (L. S.) Conde de Tarouca

(L. S.) Mesnager. (L. S.) Dom Luis da Cunha

Fonte: SILVA, Joaquim Caetano. **O Oiapoque e o Amazonas:** uma questão brasileira e francesa. Campinas: IFCH – UNICAMP, 2010.

Cópia do Relatório de Francisco Xavier da Veiga Cabral detalhando os Acontecimentos do dia 15 de maio de 1895 na Invasão Francesa a Vila do espírito santo do Amapá.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
DEPARTAMENTO DE CULTURA
MUSEU HISTÓRICO DO AMAPÁ “JOAQUIM CAETANO DA SILVA”

AMAPÁ

No Diário de Notícias do Pará, encontrámos o seguinte relatório com que Veiga Cabral deu conta ao Sr. Ministro do Exterior do morticínio e incedio da povoação do Amapá, por forças regulares francesas, em 15 de Maio d’este anno:

“Tendo chegado ao meu conhecimento, em Agosto de 1894, que, no rio Calsuene, alguns brasileiros haviam descoberto minas de ouro e que n’ellas estavam trabalhando, e recebendo eu diversos convites para ir fazer-lhes companhia, resolvi seguir d’esta capital, em novembro do dito anno, no vapor brasileiro Viseu, da companhia Lloyd Brasileiro, levando quatorze (14) amigos e cerca de vinte contos de réis, em mercadorias, dinheiro e ferramentas próprias para o trabalho das minas.

Chegando ao Amapá encontrei o povo amapaense dividido em dois grupos e em Hostilidades: um grupo pertencia ao ex-capitão Eugenio Voisin, brasileiro, homem analfabeto que havia saído deposto pela melhor gente do logar, que formava o outro grupo: este havia clamado capitão e digno brasileiro Deziderio Antonio Coelho, que exercia esse cargo com toda a prudência e dedicação em prol dos interesses e direitos de todos os brasileiros, pugnando sempre pela prosperidade de nossa cara Patria.

Em 27 de Dezembro, em grande reunião popular por mim convocada, o Sr. Deziderio Coelho propôs que o governo do capitão fosse substituído pelo de três membros e três suplentes, que se denominaria – Triumvirato –.

Essa proposta foi unanimemente aprovada, convindo notar que, tanto o ex’capitão Eugenio Voisin, como os seus partidários, compareceram á reunião e na melhor harmonia concordaram com a proposta e por ella votaram entusiasticamente.

Pedi a palavra e propuz para o novo governo os seguintes cidadãos: - Dr. Antonio Manoel Gonçalves Tocantins, conego Domingos Maltez e Deziderio Antonio Coelho, e para suplentes José Lopes Pereira, Raymundo Antonio Gomes e Manoel Joaquim Ferreira.

O Sr. Dr. Tocantins, que presidia a reunião por convite do capitão Deziderio Coelho, em eloquente discurso expôz as razões que impediam de aceitar esse cargo, que, aliás, muito o honraria, porém prometia prestar sempre e com a melhor boa vontade os seus

serviços á causa justa e santa que abraçávamos, como bons filhos da Patria Brasileira.

Devo, antes de continuar a narração do que seguiu-se na reunião, abrir um parenthesis, afim de declarar bem alto, para que toda a Nação o saiba, que o patriotismo do Dr. Antonio Manoel Gonçalves Tocantins está acima de tida a expectativa, com grande modesta que o caracteriza.

Os serviços prestados pelo Dr. Tocantins aos martyres dosangrento e traiçoeiro ataque de 15 de maio, no Amapá, e á Nação inteira, são bem conhecidos de todos, porém eu cumpro a'este momento, em meu nome e em nome do povo brasileiro do Território Contestado, o dever sagrado da gratidão.

Fecho o parenthesis.

Não estando presente áreunião o conego Maltez, foi nomeada uma comissão de três cidadãos para que lhe fossem comunicar que havia sido escolhido para fazer parte do governo, como um dos membros e que a sua presença tornava-se necessaria.

O conego, accedendo o convite da comissão, compareceu á reunião e, tomando a palavra declarou aceitar o cargo para que havia sido eleito e prometeu desempenhal-o com toda humanidade e patriotismo.

Pedindo a palavra o Sr. Raymundo Marcellino do Amaral, propôs o meu humilde nome para substituir o do Dr. Antonio Manoel Gonçalves Tocantins, visto este digno cidadão haver apresentado razões justas de não poder aceitar essa honrosa missão.

Esta proposta foi aprovada unanimemente, assim como, a do nome Deziderio Antonio Coelho e dos suplentes.

Prometti n'essa ocasião desempenhar fielmente o mandato, que me era confiado a fazer valer em qualquer terreno os nossos direitos n'aquella região, que nos pertence.

Trabalhamos d'ahi em diante na melhor ordem, com todo o critério e prudência.

O povo exigiu de nós a proibição da entrada de creoulos francezes e negros nos bosques para exploração de mineraes no Amapá, pois que os precedentes, d'elles no Calsuene era negros pavorosos: eles matavam, roubavam e praticavam toda a sorte de perversidade: por isso decretámos essa proibição, e a alguns que tentavam entrar, nós, com boas palavras os fizemos voltar. Grande foi o ódio, que contra nós despertou essa resolução, necessaria para o socego e tranquilidade dos Amapaenses.

Em abril, regressando d'esta capital, encontrei na boca do Amapá de uma e outra margem, diversas arvores assinaladas pelos francezes, que, três, dias antes da minha chegada, haviam sondado o rio até á povoação.

Fiz derrubar essas arvores assinaladas pelos francezes, para poderem entrar no

Amapá, mesmo sem pratica.

Depois que cheguei á povoação foi que soube terem os franceses ido lá no aviso de guerra Bengalli, chegando ao povoado em uma lancha a vapor rebocando um lanchão carregado de creoulos mineiros e ferramentas para exploração de minas, etc, exigindo subir para exploração de ouro. O povo não consentiu semelhante pretensão.

Depois de tomarem diversas notas, os officiaes do Bengalli percorreram todo povoado e levaram planta do terreno, retiraram-se, ameaçando que voltariam e que haviam de mostrar aos brasileiros que um soldado francez era bastante para liquidar dez brasileiros e assim outras fanfarronadas.

Não tomei a serio aquellas ameaças; julguei mesmo que o governo francez não se rebaixaria a mandar força armada atacar brasileiros laboriosos e pacíficos que empregavam-se honradamente em trabalhar e tratar de suas famílias, ainda que fosse bastante extranhavel que um navio de guerra como o Bengalli se convertesse em transporte de trabalhadores mineiros, si bem que associados ao governador de Cayenna, Charvein.

Recebi um officio da Intendencia de Counani, no qual pedia-se-me a retirada de Trajano; mandei uns amigos com o'rtas a amigos de lá e outras a Trajano, ex-capitão de Counani, convidando-o a vir residir no Amapá, em minha companhia e dizendo-lhe que se lembrasse sempre que era brasileiro e que o motivo que o fez retirar-se para o Contestado, havia desaparecido há muito tempo, que era a escravidão; que hoje podia considerar-se um homem livre, com todas as regalias, como se de ventre livre houvesse nascido; que não era razão para ele estar prestando, serviços aos creoulos de Cayenna quando via todos os moradores de Counani, que não legítimos brasileiros; e que só ele vivia illudido pelos francos francezes. Trajano acedeu ao meu convite e, trazendo sua mulher e seu companheiro Christino, vieram para o Amapá onde vivem satisfeitíssimos.

Cito dias eram passados, depois da estada do Bengalli no Amapá, quando eu e meu pessoal seguimos para o centro, empregando uns em tiragem de madeira, outros na exploração das minas, serviços dirigidos por mim.

Approximando-se o dia da chegada do vapor brasileiro, desci com oito amigos deixando o pessoal no trabalho, e cheguei ao povoado a 14 de Maio pelas cinco horas da tarde. Passei a noite a cabeceira de uma inocente creança, filha do meu idioso amigo Manoel Joaquim Ferreira, a dar-lhe remédio de querto em quarto de horas; seriam 5 horas da manhã, quando retirei-me para minha residência por conhecer que estava livre de perigo a creança.

A's 8 horas da manhã levantei-me; as 9 horas sou prevenido por um amigo que estavam no porto soldados francezes como formiga, que fazia medo; respondi-lhe que

deixasse os vir: seria o que Deus quizesse.

Mandei hastear 2 pavilhões brasileiros, um na casa em que eu morava outro na escola publica, e dei ordens para que no porto levantassem a bandeira de quarentena; tudo foi feito com presteza.

Soldados e marinheiros, porém, a nada atenderam; desbaracaram, precipitadamente e puseram-se em linha de atiradores desde o porto ao boulevard Conego Maltez, em um grupo composto do capitão Lunier, porta-bandeira, 19 soldados, 1 sargento e um corneta, dirigiam-se para minha residência em marche-marche, trazendo um pobre velho maior de 75 annos que haviam prendido (?) na boca do rio quando pescava, e o trasiam com o fim de mostrar que eu era pois não me conheciam.

Quando vi essa resolução dos soldados e marinheiros francezes, dirigi a cinco amigos que estavam em minha companhia, as seguintes palavras:

Si esses homesns vierem exigiro pavilhão francez que o Trajano trouxe quando veiu, lhes entraguarei da melhor boa vontade; e abrindo a minha mala mostrei que o tinha muito bem guardado; si, porém, eles vierem exigir a entrega de Trajano segundo referiu-me o Baptista que elles haviam dito no porto, - não entrego, pois Trajano é brasileiro, e queer aqui residir e os francezes não tem que vêr com ele; si insistirem, prefiro morrer com honra, a sujeitar me a caprichos sem nome. Sahi imediatamente para a rua e fui ao encontro d'esses francezes que já estavam a uma vinte passos apenas distantes da minha rsidencia; oscincos amigos acompanharam-me; eu e eles estávamos desarmados e o capitão Lunier e seus soldados bem equipados.

Eu trajava calça e paletot de brim azul de linho e chapéu da massa molle preto. Logo que cheguei junto d'lles, o capitão Lunier interpelou-me por trez vezes, cada qual mais grosseiramente, - si eu era Cabral, governador do Amapá; - respondi-lhe três vezes afirmativamente.

O capitão não falou siquer em nome de Trajano, segurou-me no braço esquerdo, dizendo: - esteja preso.

Respondi-lhe naturalmente com ar mesmo de quem faz poucos: - sou brasileiro, não devo, não temo e não me entrego.

O capitão empurra-me para o lado e dá voz de fogo aos seus soldados, que não duvidaram em dar-se uma descarga á queima roupa. Felismente escapei sem nada sofrer. Avancei para o capitão Lunier, e disse-lhe com toda energia: - Um brasileiro como eu, prefere morrer pela Patria, a entregar-se a bandidos do jaez de vocês, cão! Levando-lhe a mão aos queixos, sem contudo tocar-lhes.

O capitão dá um pulo para trás, puchando pelo revolver, e eu um pulo para a frente sobre ele, arranco-lhe, e dou-lhe com a cabeça nos queixos, atiro-lhe por terra com os beiços arrebatados.

Levanta-se o capitão, dizendo – fogo” e fugindo: logo deream-me outra descarga que felizmente não me atingiu: então virei-me para os cinco amigos que estavam ao meu lado já armados de rifles e disse-lhes: - fogo n’esta canalha, e corri atraz do capitão Lunier, dei-lhe tres tiros com o seu próprio revolver que o protrei, levando ele mais duas balas de rifles. Corri á minha residência, deixei o revolver e tomei o meu rifle e balas, e tomando a frente dos meus amigos avançámos sobre os inimigos da nossa pátria; e foi bonito ver-se nós, então já eramos 15, pômos cento e tantos francezes em debandada; uns cahiam mortos, outros feridos e o resto cahia n’agua e tomava os escaleres e a lancha a vapor.

D’esses, garanto, poucos espacapram.

Isto durava uma meia hora, quando pela retarguarda somos surpreendidos, por outra força superior, talvez, a duzentos soldados emarinheiros comandados pelo tenente Destroup; o fogo então tornou-se medonho e durou até as 2 horas da tarde.

Cinco de meus companheiros e amigos estavam feridos gravemente, e outros haviam desaparecidos por falta de munições; eu vi-me perdido, cercado por todos os lados e só entre assaltantes, seguramente um quarto de hora, não pensei escapar com vida e principalmente sem sofrer um simples arranhão, tendo eles dado sobre mim cargas de baionetas!

E’ tão fiel a minha narração, que os próprios meus amigos, que se escaparam, deram noticias á outros amigos que tratassem de seguir para o Pará, pois que eu tinha sido morto pelos soldados francezes; e estes em telegramas fizeram constar ao mundo inteiro que eu tinha sido morto.

A’s 2 horas da tarde, depois de ter luctado só e restando-me apenas seis balas ganhei o mato próximo, d’onde ainda dei dois tiros, derrubando dois francezes.

Conhecida a minha retirada ou tendose-me por morto, os bandidos, não temendo mais resistência, começaram a arrombar as casas e a matar mulheres, creanças, velhos, bons e doentes que foram encontrados nos quartos em que se tinham fechados durante o combate, saquearam e tocaram fogo em todas as casas, porém, apenas 17 ficaram em cimas.

O numero dos assassinos, depois do combate, foi de 35 pessoas e dos feridos vinte e seis, falecendo d’estes quatro por causa dos ferimentos recebidos.

O mais que se passou consta do meu e de outros depoimentos.

Com os documentos juntos provo que, em Março, recebi carta de pessoas do

interior avisando-me que os francezes pretendiam atacr-nos; que 39 foi o numero dos nossos mortos; que o povo dirigiu-me um abaixo assinado, pedindo que eu exija do governo francês a indemnização de 50 milhões de francos pelas peras de vidas e prejuízos comerciais que sofremos no Amapá.

Opovo elegeu-me seu governador por 4 annos; a eleição teve lugar na Matris do Amapá, em 22 de junho do corrente anno e julgo desempenhar-me de um dever sagrado pedindo a V. Ex., que pelos meios que julgar mais acertado exija do governo francês a indemnização dos danos causados na villa do Amapá em vidas e propriedades de brasileiros ahi domiciliados por tropas regulares francezas, vindas de Cayenna, no navio Bengalli e que massacraram os seus habitantes e incendiaram-lhe as casas no memorável dia 15 de Maio d'este anno. – Rio, 5 de Setembro de 1895. – Francisco Xavier da Veiga Cabral.

CIDADE DO RIO – QUARTA – FEIRA.

Fonte: Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva.

Copia de um officio reservado enviado por Emilio A. Goeldi ao Ministro Carlos de Carvalho ,relatando a situação do contestado entre Brasil e Guiana Francesa doe.8,21 de novembro de 1985.Documento compilado do Arquivo da Secretaria do Governo do Estado do Pará.

Pará, 21 de novembro de 1985.Reservado.

Exmo. Senhor Doutor Carlos, de Carvalho,

Digníssimo Ministro das Relações Exteriores.

De volta a nossa expedição da Guyana Brasileira,que o Brasil nunca devia ter tolerado que se chamasse “Territoire contesté franco-brésilien”, redigi as pressas um relatório summario, que entreguei a Sua [Excelência] o Senhor Doutor Lauro Sodré e que muito provavelmente chegará as maos de [Vossa Excelência] .com o mesmo vapor,com esta carta.Nesta carta eu queria ainda concentrar de modo mais nítido outras impressões geraes como juntar algumas informações que podem ser uteis por sua actualidade.

O território contestado é folgo poder affirmalo do modo o mais positivo-habitado na sua maior superficie por brasileiros são sem excepção na sua maior superficie por brasileiros.Brasileiros são sem excepção a gente do Amapá pelo sul;brasileiros são moradores do Rio Counany, do Rio Vassá com o seu braço; o Caripi, portanto até ás margens do Oyapok.A língua usada é portugêz; o modo de vida, os costumes , a educação – tudo é tal como no Pará,porque são quase todos são Paraenses.Nas ditas localidades ha,quando muito,um total de meia dúzia de estrangeiros,sendo talvez uns três somente crioulos de Cayenna.O único ponto do Território Contestado, onde de facto há uma completa inversão é o Rio Calçoene,formando os crioulos de Cayenne,de Martinique e Guadeloupe,enfim súbditos francezes,decidida preponderância numérica.Com este rio a França entretem constantes relações ,directas e via Cayenne e Martinique.

Mas para o espirito de qualquer arbitro não é bastante saber, que os moradores do Território Contestado são de origem brasileira.Imposta tanto ou mais ainda,saber se enes quere m ser brasileiros.Pois posso affiançar,porque o vi e me convenci, que eles de facto querem pertencer ao Brasil e não a França.O que o Senhor Henri Coudrean escreveu acerca das sympathias para a França c grossa mentira; a gente de Counany ficou indignada quando li os respectivos trechos do livro de Coudrean! Não encontrei em parte alguma o que se poderia intitular um partido francez; ha no Counany um do outro(no máximo umas 8 pessoas) que são um tanto descontentes com a prisão de Trajano,mas estou por outro lado convencido ,que o próprio Trajano,voltando ao Counany ,deixará as suas antigas relações com Cayenne e tranquilizará seus compradres e parentes. Quer me parecer, que o Brasil faria um passo acertado,tratando

tanto o Trajano como o piloto Evaristo com **demência**,é melhor ter-os como amigos, de como inimigos rancorosos.

Quanto ao valor do Território Contestado,não quero dissimular a minha firme convicção ,que as regiões baixas do sula(cabo norte do Amapá),não prestam para nada ainda por muito tempo.Por outro lado são belas e dignas de discussão as regiões do norte , do Counany até o Oyapok.Não é por nada que a França se contentava com a parte septentrional ,do Rio Calçoene em diante:ella ficaria d'est'arte com o pedaço bom,ao passo que o Brazil ficaria com o ruim!

Cortar pelo meio o nó gordiano é cousa que não convem absolutamente ao Brazil.A divisa deve ser :o todo ou nada!- Se o Território Contestado se limitasse ao Amapá,Senhor Ministro,não valeria a pena o tempo de brigar .Um limite)mais natural e mais estratégico não poderia haver e eu aconselharia tanto ao Brazil,como a França ,de dar esta zona de presente; seria uma espécie de cavalo de Troiano !Mas como o norte do Contestado é tão bom,como o sul é ruim o litígio é plenamente justificado e o Brazil deve cuidar dos seus legítimos direitos. Soube pelo Senhor Governador Doutor Lauro Sodré de uma recente reclamação franceza concernente impedimento de subditos francezes no Contestado.Como enes torcem os factos!Tudo alteram,nunca vão com a verdade!O que ha é isto.No Counany,como no Amapá,o governo local proíbe,proprio motu,a invasão do curso superior dos rios por “aventureiros” de qualquer nação, e não só da Franceza .Dizem,que a consequencia destas invasões é necessariamente a desordem ,a falta de segurança individual ,o desasocego,e apontam,como exemplo papavel para o caso do Rio Calçoene.Aos aventureiros isto é mineiros dão sempre a mesma resposta ateretypica:”Aguardem a solução do litígio ,a arbitragem.Por ora vinguem sabe,-somos nós que não o permutem”.

Ora,acho este procedimento perfeitamente razoável;é o fructo da própria iniciativa do povo indígena e,a França tornaria-se summamente ridícula,se ella duvidasse de semelhante direito de vigiar cada um seu torrão contra desordeiros.Ella poderia queixa-se ,se houvesse exclusivismo relativo aos francezes; mas este não existe,sei que José da Luz intimou,no Counany por diversas vezes tanto ingleses,como francezes e **canoas** como mineiros de diversas nacionalidades ,a recuar.Esta táctica e de facto perfeitamente logica;esta gente as costas em paz ,e as costas são nesse caso as cabeceiras “dos rios,esta táctica,é filha da experiência pratica.É um veto de paisanos contra aventureiros, e não de brasileiros contra francezes!

Igualmente infundadas são as reclamações francezes relativas ao Evaristo,o piloto do Bengali.Evaristo é paraense, de Bemfica, perto do Pará onde ele ainda hoje tem

parentes, como ele mesmo me contou. É a Segunda vez que os Francezes cabem na asneira de reclamar como seu patricio um que o foi. Evaristo, de quem tirei a photographia (que quando desenvolvida e impressa mandarei a V.E), fez, a modo de muitos Vigieenses do Pará, por um bom numero de annos, como piloto e pescador, viagens para Cayenne, e conhece a costa desde o Pará até o Rio Maroni e Surinan; chegou a casar-se com uma crioula em Cayenna e residio lá como elle mesmo me contou. Ora, o “Code Napoléon” estabelece: “Lá femme suit la condition du mari”. Por consequencia a tal crioula tornou-se brasileira, segundo a própria lei franceza – e eu queria ver a cara perplexa do Senhor Ministro Francez, para provar o caso inverso! – O caso Evaristo é o “pendam” para o caso do Trajano.

A navegação para o contestado não é muito boa durante o verão, e é decididamente má no inverno (Janeiro e Maio). O mar entre Macapá e o Cabo Norte tem fama. Devido que o vapor “Ajudante” aguenta as viagens durante o inverno, parece que a Companhia do Amazonas encomendou um novo vapor apropriado merece menção especial o facto, que os mappas de Mouchez, relativos a costa da Guyana – apesar de terem sido feitos no seu tempo – hoje quase não servem mais para a navegação. As sondagens de hoje não correspondem mais com as indicadas no Mouchez; desaparecerem ilhas que ele indica, tem novas não mencionadas, os canaes mudaram e muitos bancos cresceram e apresentam outro aspecto. O mappa hydfographico da Costa precisava ser renovado pelo menos de 5 em 5 annos, tão grandes as modificações que lá se realisam.

A pergunta, o que corviria fazer actualmente em relação ao Território Constestado, direi: prestar mais atenção ao Norte do Contestado, animar os moradores do Counany, do Cassiporé e do Vassá e cuidar que estas grandes avançadas fiquem em contacto entre enes e com o sul. Prendendo assim no meio o Rio Calçoene, a influencia franceza achasse, por assim dizer n’um “cul-de sac”, e o Brazil pode esperar tranquilamente o dia da liquidação final.

Reina paz no Contestado neste momento, mas devo confessar que e estrudula[sic] visinhança dos crioulos no Calçoene com o Cabral no Amapá é uma fonte constante de perigo de novos encontros e novas complicações. Em linha recta a distancia que os separa, é de poucas horas; por terra, via Rio Amapá Grande a viagem do Calçoene até o Amapá Pequeno não é maior que um dia. Certo Lourenço Baixamar, de Marajo (Pará), individuo que muito sympathisa com os crioulos de Cayenna e constantemente reside em Cayenna e no Calçoene, abriu uma picada em Cayenna até o Amapá, com o fim evidente de preparar o caminho para uma expedição terrestre atacando o Cabral pelas costas.

Peço desculpas a [Vossa Excelência] da falta de coordenação de idéias nestas linhas escriptas

na ultima hora.

Com subida consideração estima de

V.E.Att criado Ob

Doutor Emílio A.Goeldi.[grifos do documento]

Fonte: ARQUIVO Histórico do Itamarati: Fundo: Documentação Rio Branco Parte III, Códice:340-2-13. *In:* ANDRADE, L. **Tópicos de História do Amapá**. Macapá: Gráfica São José, 2000.

Exposição sumária da viagem realista ao Território contestado franco-brasileiro pelo Muzeu paraense de História Natural e etnografia. Doc. 14, 7 de outubro a 14 de novembro de 1895, Documento compilado do Arquivo da Secretaria do Governo do Estado do Pará.

Levando em minha companhia o Senhro Doutor Jacques Huper, cidadão Suisso, chefe da secção botanica do Muzeu Paraense, o Senhor Max Tenner, cidadão Suisso, preparador e taxidermista da 1ª secção do mesmo muzeu; o servente do jardim zoológico, do mesmo muzeu, Manoel Paula (paraense) e mais dons auxiliares de minha confiança, encarregados de excavações archeologicas (Tenente Coronel Aureliano Pinto Lima Guedes) embarquei à bordo do vapor "Ajudante" da Companhia do Amazonas, na noite de 7 de outubro. Fizemos muito boa viagem, circumnavegando Marajó, tomando pratico para as costas do Cabo Norte na uha de Bragança (Sr. Trindade) avistando o Morro Mayé E Coynany entre e a costa 4 a 5 horas da manhã do dia 11 de Outubro - Rio Counany – Sendo hora de vazante e a entrada na barra difficil, cruzamos na dita barra, chegando ás na dita 9 3/a a menos, Igarape da Roga,) Rio Counany 4 e abaixo das primeiras, cachoeiras (que não são outra cousa senão corredeiras).

No correr da mesma tarde expedimos a nossa grande villa, rio acima, perto de 2 horas do ancoradouro vapores. O pessoal dos chegou a villa de Counany & noite, hospedando-se em casa do Senhor Ezequiel Constando de Souza, de Sio Gaetano (Pard) lavrador.

Estava ausente o Governador José da Luz Sereja, que tinha ido ao Rio Cassipore, por terra, em informações acerca do estado das cousas no extremo norte do Contestado, acompanhado de um pequeno numero de homens corajosos de Counany. Ficamos em Counany até 24 de Outubro, de tarde.

Trabalhou-se muito, e creio que os nossos resultados são muito mais completos que de qualquer comissão anterior - Populagéo de Counany - Conforme um recenseamento, que foi organizado durante a nossa estadia, a meu pedido, pelo Senhor Demetrio Nunes de Souza (natural do Piauí, negociante, presidente municipal) a população da Villa de Santa Maria, em Counany consiste de 284 pessoas. São brasileiros sem excepção alguma; a maioria é de diversas localidades do Estado do Pará (Curvá, Macapá, Cintra, Vigia, Curuçá, Pará, São Caetano, Gurujuba), bem 95% do total. De crioulos de Cayenna não encontrei senão um mulher velha, viuva de um brasileiro, e um rapaz (Adolfo Gimino) criado em Counany, que me disse não ter saudades de Cayenna, estrangeiros encontrei um único Jeronymo Xavier, de nacionalidade portuguesa. São, com poucas excepções, pretos e mulatos, os mais velhos evidentemente "mocambistas" (escravos fugidos), do tempo do Imperio, antes da escravidão ;

a geração nova consiste de paraense ,que livremente vieram das localidades supramencionadas .São brasileiros de coração ,que protestam contra as pretensões francezas e mostram-se bastante irritados contra Coudrean, Trajano e todos aquelles que maisintimas relações mantiveram com Cayenna. A língua usada é o portuguez, o idioma característico do Pará – não há uma excepção desta regra e affanço que em tudo em Counany não há actualmente uma única pessoa que use da língua franceza, pelo simples facto que ninguém a conhece bastante – Que prova finalmente se moradores de Counany sabem que “crique” é igarapé, “cri-cri” um paneiro, “chuse” [sic] farinha d’água, goilette uma igarité? Estameia dúzia de palavras, da gira dos crioulos não prova outra cousa, que as relações comerciais eram antigamente frequentes com Cayenna, circustancia fácil de comprehender-se, pois com bom vento, uma canoa pode alcançar Cayenna em 24 horas, ao passo que ao Pará, ella gastará perto de uma semana – O povo de Counany é sympathico, serviçal, alegre, leal, patriota, desejoso de melhores comunicações com o sul do Brazil. A asserção “si isto um dia chegar a pertencer aos francezes, prefiro de abandonar os meos bens, a minha casa, as minhas rezes no campo, que permacer” ouvi, dúzias de vezes, proferidas por homens respeitáveis de Counany. Faço deste povo o melhor conceito; governo e governados me agradam incomparavelmente mais do que no Amapá.

Escola – Demetrio Nunes de Souza mantem uma escola primaria, sem auxílio algum. Conta actualmente 16 alunos do sexo masculino. Visitei a escola, assisti à diversas lições, convencendo-me plenamente que não hávestigio algum de espirito francez. Igreja. Situada em lugar bonito, no topo do morro sobre o rio Counany, está em estado sofrível. O povo queixa-se que tão raras vezes o clro visita esta região. Até aqui de amo anno a anno um ou outro padre francez veio de Cayenna. Quer me parecer, que o Brazil fazia bem de neutralizar a influencia destes padres, da qual percebi symptomas bem claros. A mesma cousa convem acentuar em relação a escola – já houve tentativa de fundar uma escola franceza, auxiliada pela gente de Cayenna. A iniciativa partiu do Senhor H. Coudreau, - que foi um agente político, asserção que posso afirmar hoje com innumeradas provas coligidas no proprio contestado.

Dinheiro – Gira dinheiro brasileiro e francez, sendo desde ultimo principalmente o “soumaque” (sous – marque) e os bilhetes do Banco de Cayenna. Os negociantes do Counany são, todavia, bons patriotas, não querem saber do cambio e calculam o cambio em 400 reis! Troco miúdo de moeda brasileira não há – o “soumaque” de Cayenna substitue a falta de moedas de 100 e 200 Reis – o que é inconveniente que precisa sanar no interesse do Brazil.

Industria, Commercio e lavoura. Da indústria local não há que dizer, não existe; o commercio

ainda é muito pequeno e limita-se a uma exportação muito diminuta de peixe e farinha d'água para a circumvisinhança. Depois do acontecimento do dia 15 de Maio no Amapá afrouxaram as relações com Cayenna, crescendo por outro lado as com o Pará. Todavia há acerbas queixas contra as dificuldades de commercio com o Sul do Brazil. A lavoura é pequena, poucos precisam, digo, poucos chegam a produzir mais do que precisam para o seu próprio sustento. Entretanto estou convencido da fertilidade do terreno, especialmente no curso superior do rio. A mandioca dá muito bem; vi laranjeiras, bananeiras, mangas, cajueiros, carregados de fructas.

Doenças – Reinam febres no curso inferior do rio Counany até a vila, e o trecho que está debaixo da influencia das marés – Na villa lamentam uma grande mortandade nas crianças, escapando talvez apenas 20%. São, ao que pude verificar, perturbações gástricas e uma doença particular de olhos, que flagelam as famílias. Logo acima da villa, onde principiam as cachoeiras, o estado de saúde é melhor; julgo mesmo curso superior do rio Counany como perfeitamente saudável.

Excursões – Effectuamos, além de inúmeros passeios na vizinhança, 3 excursões maiores em Counany: uma na direção do rio Cassiporé, descobrindo-se nesta occasião um sistema de lagos novos para a geografia; uma segunda para as savanas (campos) do lado direito, na direção do rio Novo e uma terceira rio acima, explorando-se o curso superior do Counany até a Cachoeira Rasa. São muito satisfactorios os resultados scientificos obtidos; quanto a geografia estas excursões são não menos importantes, pois achamos numerosíssimos erros nos mapas actualmente existentes; assim por exemplo são muito defetuosas e levianas as cartas contidas na obra de H. Coudrean. As viagens ao lago Tialhote e ao Alto Counany destacam-se como pontos luminosos das recordações, em parte bem amargas, que levei desta expedição ao Contestado. A agua claro do rio, as numerosas e pitorescas cachoeiras, a pujante e majestosa vegetação, o mundo animal, que sem medo vem examinar, das arvaes seculares em ambas as margens, a canoa que suíça o rio repleto de peixes, de cores variadas, fazem compreender como do povo de Counany cada um trata de obter um “sitio” rio acima, passando lá em “villegiatura” uns mezes de verão. Que diferença de paisagem entre o Counany e o Amapá!!

Rio Cassiporé – Tendo voltado no dia 22 de outubro, a comissão dirigida pelo governador de Counany, José da Luz Sereja, do Rio Cassiporé, pode obter informações acerca do extremo norte do Contestado. As comunicações por terra entre Counany e Cassiporé tinham sido perdidas durante 7 annos; por mar não as havia também, de sorte que a comissão amigável da gente de Counany chegou justamente no momento critico, onde a população de Cassiporé

tratava de abandonar o rio, julgando-se esquecida e negligiada pelos brasileiros do Sul. Jose da Luz gastou 5 dias, abrindo uma nova picada; diz porem, que uma vez melhorada esta picada, a viagem pode ser feita em 2 dias no máximo. Trouxe em sua companhia o irmão do governador de Cassiporé, Manoel A. Feitosa, com o qual também conversei largamente. Pelo Recenseamento feito em 18 de outubro de 1895 vejo que existe 27 familias em São João do Cassiporé; a população toda é orçada em 120 almas. Todos estes moradores são brasileiros, com excepção de 3 crioulos de Cayenna, que vivem em boa harmonia com os outros. Os nomes de família mais frequentes são: Feitosa, Barboza, Rodrigues, Faria, da Costa, do Nascimento, Almeida, da Silva, Araujo. O governador é Antonio Alves de Almeida Feitosa, natural de Parahyba (Estado do Piahy); os outros moradores são paraenses ou descendentes de paraenses; vindos durante a guerra da “cabanagem”: É muito rasa a barra do rio Cassiporé; o vapor “Ajudante” comandante João Gilberto Cardozo (homem muto respeitável e marinheiro idoneo para esta navegação difficil), não conseguiu entrar no rio na ocasião da sua ultimaviagem no principio desse mez. Informam que são perigosas as “pororocas” do Cassiporé, a passo que não há pororoca no rio Counany.

Rio Vassá. Soube que neste rio existem aproximadamente uns 80 moradores, na maioria Indios indígenas do lugar, porem civilizados e de caracter brando. São capitaneados por um paraense, conhecido com o apelido de Manoel Macapá, e affectos ao povo brasileiro. – No afluente, Rio Caripi (Curipi) dizem-se, existiam uns 70 moradores capitaneados por Firmino dos Santos, paraense, natural de São caetano – No Affluente superior, Rio Urucarrá (Arucarrá), julgam ter uns 60 moradores. Informam-me, porem, que o respectivo “Tuxária” é inspirado pelos francezes, e que ele não procura relações amistosas com a gente do Vassá e do Caripi. Prometteram-me, todavia, tentar obter informações exactas acerca da população até o Rio Oyapok. Convem aos interesses brasileiros de examinar e auxiliar com todos os meios estas guardas avançadas no extremo norte do contestado, visto que a quase totalidade da população não só nestas regiões; como nas outras zonas do Contestado é brasileira, é preciso manter com a gente do Counany, do Vassá e do caripi constantes relações e julgo que o governador José da Luz e o Presidente Demetrio Nunes de Souza em Counany podem ser de muito mais utilidade que o aparatoso e indígena caricatura do governo amapaense. José da Luz é um preto alto, robusto, ainda moço, de fisionomia muito sympathica e maneiras agradáveis; é inteligente e trata bem a sua gente. Tenho toda confiança nelle e recomendo-o especialmente à atenção do governo. Com o fim de alargar e melhorar a nova picada ao Rio Cassiporé, entreguei a ele \$ H000 R’. da nossa caixa e animei-o de trocar constantemente relações com os governadores do Cassiporé, Vassá e Caripi. – Demetrio Nunes de Souza é

dotado de boa vontade; é porem de constituição fraca e bastante doentio. Serve muito bem para a propaganda local e a correspondencia; como homem de acção José da Luz tem mais importância. – Residimos no Counany até 24 de Outubro; partindo em 2 canoas às 3 da tarde, chegamos no “Igarapé da Roça” às 4 1/2 da tarde, onde o vapor Ajudante nos esperava para levar-mos ao Amapá. Levantou-se o ferro as 9 1/2 horas da noite, com a enchente. Passamos a foz do rio Calçoene na noite do dia 11 para 12 de Outubro na ocasião da vinda ao Counany, esta vez passamos quase a mesma hora (noite do dia 24 a 25 de Outubro), mais perto da Costa. Ambas as vezes passamos sem novidade, não encontrando vapor estrangeiro algum; estávamos à distancia de umas 12 a 15 mihas.

Amapá – Avistando a enseada do Mayacaré, já pelas 7 horas da manhã do dia 25 de Outubro, entramos no Amapá com a enchente, chegando ao lugar chamado “cruzeiro” pelas 10 horas. Durante a tarde do mesmo dia seguio o pessoal (ainda todo inclume) [sic] e a bagagem rio acima, no igarapé conhecido com a designação de “Rio Amapá pequeno”. Acompanhado do Senhor Deputado Adriano Miranda, ajudante Oficial de Gabinete do senhor Governador do Pará, apresentei-me em casa do Senhor F. Xavier da Veiga Cabral, Governador do Amapá. Achei-o acometido de febres, bastante doente e aprontando-se para uma viagem ao Pará. Installamos o nosso laboratório na escola publica; o nosso quartel-general era na casa e no quarto particular de Cabral. Cabral seguio na mesma noite, a bordo do “Ajudante”, ficando o governo entregue a gente de sua roda – que pouca ou nenhuma confiança me inspira. É uma oligarchia de capangas e aventureiros do Ceará, do rio capim etc os abusos, oppressões, vinganças pessoais e represálias cometidas por esta gente são sem numero. A população vive debaixo de uma tyrannia nojenta e percebi desde as primeiras horas symptomas senos de descontentamento, de opposição. Não há uma pessoa, fora do circulo da família e a roda de Cabral, que viva satisfeita e não se queixe de duras contribuições de guerra, que a toda hora são exigidas em forma de serviço manual gratuito expedição em canoa, rezes do campo? Pelos protegidos do General e os seus mandatários, como o Coronel Epiphanyo &. Estou firmemente convencido que os auxílios pecuniários prestados ao Amapá tomam rumo opposto aos interesses da nação brasileira, servem actualmente pelo menos a engordar as bolsas de uns aventureiros sem consciência e educação. Não quero e não posso acusar directamente o senhor Cabral da culpabilidade destes abusos sem conta, praticados tanto nos deportados como nas pessoas livres do lugar; não tive o tempo de estudar o seu character e comportamento nas poucas horas do nosso convívio. Mas que a roda d’elle é ruim, péssima, abjecta – não há duvida alguma e julgo ser o meu dever esclarecer o Governo Brasileiro acerca disto, enquanto que é tempo. Seria um erro conceder ao governo do Amapá meios maiores do que aquelles que

são estritamente precisos para manter o status quo, até a liquidação final da arbitragem.

População – Há mui poucos amapaenses legítimos na villa; quase todos são aventureiros do Pará, vindo do Pará como o Senhor Cabral, os outros são pobres deportados, também vindo do Pará (17 do sexo masculino, 7 do sexo feminino). Tanto uns como outros são de origem brasileira, entre os deportados há uma estrangeira, falando correctamente francez e que diz ser nascida em nantes. Entre os mesmos deportados vivem Trajano, o celebre chefe de Counany (tem seu rancho particular) e o piloto Evaristo, que trouxe o “Bengali” de Cayenna. Os moradores do Amapá calculo em 100 a 120 pessoas; a matriculla da Escola reza de 56 crianças de 4 a 13 annos, ranchos e palhoças existem uma 40. A villa é inferior a de Counany em muitos sentidos. A língua usada é oportuguez, ninguém sabe correctamente francez e os poucos moradores com nome francez (como Voisin e Belfort) são de homens que dizem ser cidadãos brasileiros. Não há dinheiro francez; a moeda que gira é o mil reis em papel, nikel quase não há, cobre pouco. Entretanto vi ainda uns “soumaques” de Cayenna. A villa do Amapá é hoje uma pequena praça de guerra. Ninguém entra e sahe sem licença para sahir é preciso requerimento escripto – formalidade a que em sujeitei também, para evitar boatos falsos. O Governo nominal é um triunvirato eleito “livremente” em dezembro do anno passado. De facto, porem o Senhor Cabral reúne em sua pessoas todas as rédeas do governo – faz o que entende e ninguém se entende senão com ele e os seus mandatários.

Situação da villa. É péssima. Antigamente talvez o Rio Amapá pequeno fosse mais saudável, quando tinha mais agua. Hoje o rio, que na préa-mar mede uns 40m de largura, reduz-se a fio d’agua lodoso de uns 2 m no máximo, na vasante, deixando exposto ao sol ardente, durante a maior parte do dia, as margens formadas de uma camada colossal de Tijuco pestilencial. Nem trapiche razoável tem, como no Counany; ninguém faz ideia do que é um desembarque no Amapá! São poucas horas durante as quaes a villa é comunicável com a costa e com a região dos lagos, fora destas o viajante não tem meios de locomoção nem por terra, nem pelo rio. A situação é verdadeiramente desgraçada!

Doenças – Lugar doentio como o Amapá ainda não encontrei. Reinam febres palustres de péssimo character, produzidas pelo crescente dessecamento do rio, a agua má, e a falta absoluta de hygiene como talvez também pela alimentação insufficiente e impropria. É incrível o numero dos doentes neste lugar! Commove a miséria que se depara por toda parte. O pé de guerra, incomprehensivel ao observador, e o constante constrangimento do povo livre para o serviço do Governo não, deixão os pequenos proprietários cuidar das suas roças e assim vejo aproximar-se um anno de fome e de grande mortandade para o Amapá.

Clima. Embora que as máximas absolutas de temperatura não sejam mais altas do que no Pará

fiz 3 observações diárias tanto no Counany como no Amapá – o calor é extraordinário no Amapá elevando-se a 30 graus e mais já entre 8 e 9 horas da manhã. As folhas das arvores fructíferas, como laranjeiras, limoeiros conservam-se quase sempre enroscadas. É insuportável a quantidade colossal dos mosquitos no rio, nos lagos e nas próximas mattas de siruiba (avicennia); nunca visitei região tão flagelada por estes importunos insectos. A pesca no rio, a caça na matta são verdadeiros suplícios.

Excursões. Adoecendo desde os primeiros dias um dos meus companheiros depois do outro, pude realizar uma única viagem maior ao Lago Grande, subindo pelo Rio dos Bagres. Por toda a parte notei o mesmo fenómeno geológico – a obstrucção dos igarapés e o dessecamento dos lagos que tem agua salubre. Encontrei lugares onde a difrença do nível entre a preá-mar e abaixa-mar é superior a 4 metros. No Lago Grande os nossos remoscurtos tocaram constantemente no fundo, quando uns 20 annos atraz grandes barcos de vela cruzavam livremente n'aquellas aguas. Mais 20 annos e a obstrucção será (suposto que o fenómeno conserve a mesma marcha) um facto consumado, e a villa de Amapá deixará de ser porto. Approxima-se assim um período de crescente insalubridade por esta zona do Cabo Norte.

Acontecimento do dia 15 de Maio. Informe-me cabalmente e minuciosamente acerca da invasão francesa no dito dia. Levantei o mapa da villa do Amapá, notando a situação das casas queimadas e os episódios relativos a cada casa. Confrotei as narrações de todas as testemunhas oculares e conversei com os brasileiros que os francezes levaram como presos para Cayenna. Muitos importantes pormenores soube por Cabral e dous deportados Trajano e Evaristo. Parece-me antes de tudo interessante, que a libertação de Trajano, indicada pelo Governador Charrein de Cayenna como causa da expedição, não passa de um pretexto e tenho para este interpretação 3 provas:

- 1ª) Cabral sustenta (e as outras testemunhas afirmam) que o Capitão Lunier não falou uma palavra de Trajano;
- 2ª) Evaristo, o piloto do “Bengali” não ouviu nada, antes, nem depois, a bordo que a libertação de Trajano era o fim a expedição;
- 3ª) finalmente o próprio Trajano foi maltratado e ameaçado pelos marinheiros francezes, e a muito custo poude salvar-se, fugindo para o siruibal próximo. E isto depois que conheceram a pessoa do celebre preto!

Evaristo comunica que o comandante do “Bengali” criticou acerbamente os officiaes depois da volta para bordo, afastando de si a solidariedade com o hediondo massacre.

Deportados no Amapá – Indaguei do crime de cada um. Há entre eles vagabundos e ladrões notoveis. De diversos, entre eles, tenho porem realmente pena; antes de tudo de 2: de Trajano

e de Evaristo, os presos políticos. Quanto a Trajano, que está seriamente arrependido de ter deixado illurduirse tantos anos pela gente de Cayenna, quer me parecer que mereceria proximamente a sua completa liberdade e volta ao Counany.

De Evaristo, que igualmente afirma ser inocente e repele a qualificação de traidor de sua terra natal, tenho também a impressão muito melhor d'aquella que circula a seo respeito. Ele poderia prestar bons serviços a bordo de vapores brasileiros, que tem de ir ao extremo Norte do Contestado, tanto mais que além do senhor Trindade (que actualmente seve) não há pratico tão experimentado d'aquella costa. Aconselho para Evaristo, desta arte, uma forma de prisão mais branda e mais clemente.

Photographias. Tiramamos durante a nossa expedição perto de 100 photographias do Territorio Contestado, que uma vez desenvolvidas e impressas, darão perfeita ideia do paiz, da vegetação, dos habitantes e servir

Ao, estamos certos, bastante para tomar mais interessante e comprehensivel o estudo tão complicado desta zona em litigio. A elaboração desse material scientifico nos dará mezes de trabalho; todos os nossos resultados, com as illustrações, dão para encher um livro e formaria uma publicação, que pelo seco calado scientifico e sua absoluta seriedade, aniquilariam, para sempre, os efeitos tão nocivos da obra muito leviana do senhor Henri Coudrean.

Aggravando-se de dia em dia mais ou mau estado de saúde do meu pessoal, esperei já com bem comprehensivel inquietação, a chegada do vapor "Ajudante" em qual tínhamos de voltar. De facto veio na manhã do dia 10. Infelizmente não me foi dado trazer todos ao Pará; o desditosopreparador Max Tenner expirou na manhã do dia 14 já a vista de Belém. Dos outros companheiros, o Doutor J. Huber e o servente Manoel Paula, estão nesta hora ainda no hospital, reconvalescendo das perigosas febres palustres do Amapá. Eu Fui o único, entre 6, que sahi incolume desta dura campanha.

Informações obtidas acerca do Rio Calsoene. Tanto no Counany, como no Amapá tive ocasião de encontrar e conversar com muitas pessoas, que conhecem de próprio visu o Rio Calsoene. Todos estão de acordo que o Rio Calsoene é actualmente o ponto do Contestado, onde o elemento estrangeiro, sobretudo o francez, conserva decidida prepoderancia numérica. Os crioulos de Cayenna, de Martinique e de Guadalupe contam por milhares; todo o commercio está em suas mãos; a moeda que gera é o ouro e prata e não se aceita dinheiro brasileiro em parte alguma. Além dos muitos francezes, tem ingleses, Norte-Americanos, Chins, Holandeses de surinam formando os indivíduos da cada nacionalidade uma corporação independente. O commercio se faz em grande escala; tudo vem via Cayennna, com vapores que vem 1 a 2 vezes por mez, trazem e levam aventureiros de diversas nacionalidades em

avultado numero. Os brasileiros estão em minoria; ultimamente (durante a nossa estadia no Contestado) entraram 1 vapor de cayenna, 2 golettes francezes da mesma procedência e 8 cannoas da Vigia e outros pontos da costa paraense, com perto de 200 pessoas brasileiras, Cabral mandou recentemente tambemuma canoa para lá, afim de juntarem-se umas 20 pessoas aos outros brasileiros; constou-me que um preto da tripulação de nome “Gordolino” produziu desordem na “Village da Cachoeira”, provocando, em estado ébrio, os crioulos de Cayenna e causando quase um encontro fatal. Consta-me igualmente os crioulos deixaram um tanto o comportamento ameaçador, em consequencia de uma advertência especial do governo francez. É voz unanime que é péssima a segurança individual no Rio Calsoene. Dizem que no districto das minas de ouro, é rara a noite onde não se dão 2, 3, 4 assassinatos praticados em mineiros, que voltam rio abaixo e attribidos aos crioulos de cayenna, Martinique e Guadeloupe. Dizem que o Rio Calsoene é cheio de cachoeiras e de penosa navegação. As melhores informações sobre a situação exacta das minas auríferas obtive do velho Trajano, coincidem com as que tenho de outras pessoas. Segundo estas informações estão estas minas na linha divisória d’agua de um braço do rio Cachipour (Cassiporé), conhecido com o nome de Acapuzal e um braço do Rio Calsoene, designado com o nome de “Canabulli” conforme o esboço junto.

Informam que é de 5 dias de viagem ao lugar chamado “Grant Saint”, mais 2 ao “Degral Grande”, 1 dia ao “Degralzinho” e mais 2 ao districto aurífero, nas cabeceiras do “Acapuzal” e “Canabili”. Trajano diz que as cabeceiras, digo, Trajano diz que as minas do lado das cabeceiras do Calsoene são quase duplamente mais rica do que aquellas do braço direito de Cassiporé.

Todo ouro vae para Cayenna, pagando lá impostos remurativos de exportação. Citaram ums diversos indivíduos que no fim de um anno ficaram milionários. Parece que ingleses e Norte-Americanos Tentam mineração mais methodica, trabalhando já com machinas a vapor; e estes também os brasileiros atribuem character e índole mais pacifieos. Pará, 19 de Outubro de 1895 – Doutor Emilio A. Goeldi, director do Museu Paraense.

Fonte: Arquivo Histórico do Itamarati: Fundo: Documentação Rio Branco Parte III, Códice:340-2-13. *In:* ANDRADE, L. **Tópicos de História do Amapá**. Macapá: Gráfica São José, 2000.

**LAUDO ARBITRAL BRASIL-FRANÇA (Assinado em Berna, em
01/12/1900 e transcrito conforme redação original.)**

O Conselho Federal Suisso Chamado pelos Estados Unidos do Brazil e a França
A resolver como Arbitro o litigio que divide os dous Estados por causa das fronteiras do
Brazil e da Guyana Franceza, proferiu a sentença do teor seguinte:

O Tratado de Arbitramento

A 10 de abril de 1897 foi assignado no Rio de Janeiro entre o Governo da Republica Franceza e o Governo da Republica dos Estados Unidos do Brazil um tratado pelo qual os dous Estados encarregaram o Conselho Federal Suisso de fixar definitivamente, por decisão arbitral, as fronteiras do Brazil e da Guyana Franceza.

Nesse Tratado as partes definirão como se segue as questões que teem de ser resolvidas, assim como a natureza e a extensão da missão do Arbitro.

Artigo 1

A Republica dos Estados Unidos do Brazil pretende que conforme o sentido preciso do art. 8 do Tratado de Utrecht, o rio Yapoc ou Vicente Pinsão é o Oyapoc, que desagua no Oceano a oeste do cabo de Orange e que pelo seu thalweg deve ser traçada a linha de limites.

A Republica Franceza pretende que, conforme o sentido preciso do art. 8 do Tratado de Utrecht, o rio Yapoc ou Vicente Pinsão é o rio Araguay (Arawary), que desagua no Oceano ao sul do cabo do Norte e que pelo seu thalweg deve ser traçada a linha de limites.

O Arbitro resolverá definitivamente sobre as pretensões das duas Partes, adoptando em sua sentença, que será obrigatoria e sem appellação, um dos dous rios pretendidos ou, se assim entender, algum dos rios comprehendidos entre elles.

Artigo 2

A Republica dos Estados Unidos do Brazil pretende que o limite interior, parte do qual foi reconhecido provisoriamente pela Convenção de Pariz, de 28 de agosto de 1817, é o paralelo de 2° 24' que, partindo do Oyapoc vá terminar na fronteira da Guyana Hollandeza.

A França pretende que o limite interior é a linha que partindo da cabeceira principal do braço principal do Araguay, siga para oeste parallelamente ao rio Amazonas até encontrar a margem esquerda do rio Branco e continue por esta margem até encontrar o paralelo que passe pelo ponto extremo da serra de Acarahy.

O Arbitro resolverá definitivamente qual é o limite interior, adoptando em sua sentença, que

será obrigatória e sem appellação, uma das linhas pretendidas pelas duas Partes, ou escolhendo como solução intermedia, a partir da cabeceira principal do rio adoptado como sendo o Oyapoc ou Vicente Pinsão até a fronteira da Guyana Hollandeza, divisão de aguas da bacia do Amazonas que nesta região é constituída em quasi sua totalidade pelas cumiadas da serra Tumucumaque.

(Seguem as considerações, argumentações das partes e histórico das intervenções)

Sentença

Vistos os factos e os motivos acima expostos, o Conselho Federal Suisso, na sua qualidade de Arbitro chamado pelo Governo da Republica Franceza e pelo Governo dos Estados Unidos do Brazil, segundo o tratado de arbitramento de 10 de abril de 1897, a fixar a fronteira da Guyana Franceza e do Brazil, certifica, decide e pronuncia:

I

Conforme o sentido preciso do artigo 8 do Tratado de Utrecht, o rio Yapoc ou Vicente Pinsão é o Oyapoc, que le lança no oceano immediatamente ao oeste do cabo Orange e que por seu thalweg forma a linha de fronteira.

II

A partir da nascente principal deste rio Oyapoc até a fronteira hollandeza, a linha de divisão das aguas da bacia do Amazonas que, nessa região, é constituída, na sua quasi totalidade, pela linha da cumiada da serra Tumucumaque, forma o limite interior.

Decidido em Berna, na nossa sessão de 1 de dezembro de 1900.

A presente sentença, revestida do sello da Confederação Suissa, será expedida em três exemplares francezes e tres exemplares allemães.

Um exemplar francez e um exemplar alemão serão communicados a cada uma das duas partes pela nossa Repartição Política; o terceiro exemplar francez e o terceiro exemplar alemão serão depositados nos archivos da Confederação Suissa.

Em nome do Conselho Federal Suisso

O Presidente da Confederação
HAUSER
O Chanceller da Confederação
RINGIER.

Fonte: SUISSA. Laudo Arbitral Brasil-França. *In:* BRASIL, CÓPIAS DE TRATADOS E LIMITES. Ministério das Relações Exteriores, 1900.

Decreto nº 938, 21 de janeiro de 1901, publicado no Diário Oficial de 23 do mesmo mês, nos seguintes termos:

DECRETO Nº 938 O Governador do Estado, tendo em vista a deliberação pela qual o Governo Federal o autoriza a tomar posse do Território que se achava em litígio entre o Brasil e a França, de acordo com a solução dada pelo laudo do Conselho Federal Suíço, a cujo arbitramento havia sido submetida a questão, em virtude de comum acordo dos países, firmado no tratado de 20 de abril de 1897: DECRETA:

Art. 1º – Fica incorporado ao Estado o território compreendido entre a margem esquerda do rio Araguari e a direita do Oyapock, com os demais limites que lhe foram determinados pelo laudo de Berna.

Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de janeiro de 1901. Dr. José Paes de Carvalho
Governador do Estado

Fonte: MEIRA, Silvio Augusto de Bastos. **Fronteiras sangrentas:** heróis do Amapá. Rio de Janeiro: Gráfica Luna, 1975.

REFERÊNCIA DOS ÍCONES DAS HABILIDADES

Verbetes 1: SEBRAE. **O legado das civilizações Maracá e Cunani**: o Amapá revelando sua identidade. Macapá: SEBRAE/AP, 2006.

Verbetes 2: VETOR de Flechas de Arco. [s.d.]. 1 image, color. Disponível em: https://br.freepik.com/vetores-premium/vetor-de-flechas-de-arco_23569690.htm?login=google. Acesso em: 10 mar. 2024.

Verbetes 3: BARCO pirata desenho. [s.d.]. 1 image, color. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/2040762327096742/>. Acesso em: 5 ago. 2024.

Verbetes 4: CORDEIRO, Tiago. Traficantes, bandeirantes, bandoleiros: a corrupção no início do Brasil. **Super Interessante**, São Paulo, 14 jul. 2020. História. Disponível em: <https://super.abril.com.br/especiais/traficantes-bandeirantes-e-bandoleiros>. Acesso em: 11 ago. 2024.

Verbetes 5: MARIA, Ana. Festa de São Francisco. **Portal Fazenda**, [s. l.], 15 set. 2022. Disponível em: <https://portalfazenda.org.br/fazenda-de-manaus-am-realiza-festa-de-sao-francisco/>. Acesso em: 17 ago. 2024.

Verbetes 6: SANTO Inácio de Loyola: o jesuíta apaixonado por Deus. **Vatican News**, Roma, 31 jul. 2019. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2019-07/santo-inacio-jesuita-apaixonado.html>. Acesso em: 21 ago. 2024.

Verbetes 7: GRAVURA Congresso de Utrecht. [1713]. 1 imagem, color. Disponível em: <https://robot.ekstrabladet.dk/smr/tratado-de-utrecht-1713.html>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Verbetes 8: 19 DE MARÇO – Dia de São José. **TJAP ON X**, [s. l.], 19 mar. 2023. Disponível em: https://twitter.com/Tjap_Oficial/status/1637476779982987265. Acesso em: 3 set. 2024.

Verbetes 9: TAVARES, Elton. A Fortaleza de São José de Macapá e as cartas dos construtores – Resgate histórico de Fernando Canto. **Blog Elton Tavares**, [s. l.], 19 mar. 2024. Disponível em: <https://www.blogderocha.com.br/a-fortaleza-de-sao-jose-de-macapa-e-as-cartas-dos-construtores-resgate-historico-de-fernando-canto-3>. Acesso em: 11 set. 2024.

Verbetes 10: TAMBORES no Meio do Mundo, o rufar da cidadania. **Folheto GEA**, Macapá, 2012. Disponível em: <https://amapa.hi7.co/tambores-no-meio-do-mundo--o-rufar-da-cidadania--folheto-gea---2012--56c64d31da06e.html>. Acesso em: 17 set. 2024.

Verbetes 11: CAFÉ HISTÓRIA. Os povos indígenas e a Questão do Trabalho no Brasil Colonial. **DMT em Debate**, Macapá, 7 jan. 2020. Disponível em: <https://www.dmtemdebate.com.br/os-povos-indigenas-e-a-questao-do-trabalho-no-brasil-colonial/>. Acesso em: 27 set. 2024.

Verbetes 12: PROGRAMA Conciliação Itinerante realizará ação de divulgação e sensibilização durante a festa de São Tiago, em Mazagão. **TJAP**, Macapá, 16 jul. 2019.

Disponível em:

<https://old.tjap.jus.br/portal/publicacoes/noticias/9233-programa-concilia%C3%A7%C3%A3o-itinerante-realizar%C3%A1-a%C3%A7%C3%A3o-de-divulga%C3%A7%C3%A3o-e-sensibiliza%C3%A7%C3%A3o-durante-a-festa-de-s%C3%A3o-tiago,-em-mazag%C3%A3o.html>. Acesso em: 3 out. 2024.

Verbetes 13: IMPÉRIO do Brazil. **Império Brazil**, [s. l.], 2018. Disponível em: <https://imperiobrazil.blogspot.com/2010/05/dom-joao-vi.html>. Acesso em: 28 nov. 2024.

Verbetes 14: DANTON, Gian. **Cabanagem**. Porto Alegre: Avec, 2020.

Verbetes 15: ESCREVENDO Em Pergaminho. **PT.PNGTREE.COM**, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://pt.pngtree.com/so/escrevendo-em-pergaminho>. Acesso em: 12 dez. 2024.

Verbetes 16: ACERVO de imagens. **Prefeitura de Macapá**, Macapá, 2023. Disponível em: <https://www.amapa.ap.gov.br/acervo-de-imagens>. Acesso em: 19 dez. 2024.

Verbetes 17: BARÃO do Rio Branco. **Maçons Ilustres**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.estreladooeste.org/site/macons-ilustres-mostrar.php?titulo=barao-do-rio-branco&id=20>. Acesso em: 18 jan. 2025.

Fonte dos Glossários

Referências

BOTELHO, Angela Vianna; REIS, Liana Maria. **Dicionário Histórico do Brasil: Colônia e Império**. 6. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil**. São Paulo: Global, 2013.

Sites

<https://dicionario.priberam.org/>
<https://nheengatu-app.web.app/#/>
<https://www.dicio.com.br/>



HINO DO AMAPÁ

I

Eia! Povo destemido
Deste rincão brasileiro
Seja sempre o teu grito partido
De leal coração altaneiro

Salve o rico torrão do Amapá
Solo fértil de imensos tesouros
Os teus filhos alegres confiam
Num futuro repleto de louros

Se o momento chegar algum dia
De morrer pelo nosso Brasil
Hei de ver deste povo à porfia
Pelejar neste céu cor de anil

Se o momento chegar algum dia
De morrer pelo nosso Brasil
Hei de ver deste povo à porfia
Pelejar neste céu cor de anil

II

Eia! Povo herói, varonil
Descendente da raça guerreira
Ergue forte, leal, sobranceira
A grandeza do nosso Brasil

Salve o rico torrão do Amapá
Solo fértil de imensos tesouros
Os teus filhos alegres confiam
Num futuro repleto de louros

Se o momento chegar algum dia
De morrer pelo nosso Brasil
Hei de ver deste povo à porfia
Pelejar neste céu cor de anil

Se o momento chegar algum dia
De morrer pelo nosso Brasil
Hei de ver deste povo à porfia
Pelejar neste céu cor de anil

Letra: Joaquim Gomes Diniz

Música: Oscar Santos